

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Alexandre Freitas da Silva

A PARCERIA SINO-BRASILEIRA COMO UM PARADIGMA PARA AS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DO BRASIL

Marília
2026

Alexandre Freitas da Silva

A PARCERIA SINO-BRASILEIRA COMO UM PARADIGMA PARA AS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador (a): Prof. Dr. Luís Antônio Paulino

Marília
2026

S586p

Silva, Alexandre Freitas da

A parceria sino-brasileira como um paradigma para as relações internacionais do Brasil / Alexandre Freitas da Silva. -- Marília, 2026
208 f. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Luís Antônio Paulino

1. Brasil. 2. China. 3. Relações Internacionais. 4. Política Externa.
5. Geopolítica. I. Título.

Alexandre Freitas da Silva

A PARCERIA SINO-BRASILEIRA COMO UM PARADIGMA PARA AS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título
de Doutor em Ciências Sociais .

Área de concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Data: ____/____/____

Banca examinadora:

Dr. Luis Antonio Paulino (Orientador)
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP, Departamento de Ciências Políticas
e Econômicas.

Dr. Marcos Cordeiro Pires
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP, Departamento de Ciências Políticas
e Econômicas.

Dr. Agnaldo dos Santos
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP, Departamento de Ciências Políticas
e Econômicas.

Dra. Thaís Caroline Ataíde Lacerda
Faculdade Católica Paulista (FACAP)

Dra. Ana Tereza Lopes Marra de Sousa
Universidade Federal do ABC - Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais.

À minha mãe, Marinês.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho jamais seria possível sem o apoio conjunto de pessoas e instituições, por isso agradeço:

À Universidade Estadual Paulista, Unesp, através da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

À Universidade de Hubei, em Wuhan, na China, pela oportunidade de cooperação e estadia.

Ao meu orientador, Luís Antônio Paulino, por seu grande apoio intelectual.

Aos queridos amigos de Wuhan, O David, o Giordano, a Gráinne, o Ilden, a Júlia, o Lucas, a Mari, o Rafa e a minha querida professora e amiga, 程晶 (Chéng Jīng).

Aos amigos de Botucatu-SP, da FMB/Unesp e principalmente da STAEPE/FMB, a Bárbara, o Bruno, a Carol, o Felipe, a Irma, o Isaque, a Karina, a Maria Clara, o Milton, a Nara, o Paulo, o Rafael, o Rodrigo, o Rômulo e o Thiago.

Aos amigos e pessoas queridas de outros lugares que levo no peito, a Caren, o Du, o Giovane, o João Victor, o Lucas, o Marcelo, o Miguel, o Theo e o Vinícius.

Ao meu grande irmão e parceiro Hércules, com quem divido a mesa de bar e as reflexões.

À Tenda Espírita São José das Pedras pelo suporte emocional e espiritual.

À minha família amada, os Freitas de Barra Mansa, pela raiz e pela força que levo para onde vou, em especial ao nosso Tio Cicinho que desde 2022 brilha forte como uma estrela em nosso caminho.

Ao meu pai Luiz Carlos.

À minha mãe, Marinês Freitas, responsável maior por este feito, e de quem jamais faltou força, amor e coragem.

Esta é uma jornada coletiva, feita de momentos alegres e outros nem tanto, onde prevaleceram as boas memórias. No entanto, um pesquisador não pode ser feito somente de afeto, é necessário apoio institucional, estatal e político para que essa caminhada seja menos árdua e este belo país chamado Brasil fique ainda melhor.

三十年河东, 三十年河西.

O rio flui trinta anos para leste e trinta anos para oeste.

Provérbio Chinês.

“Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que primeiro se pensou. Viver é muito perigoso? Carece de ter coragem.

Grande Sertão Veredas - João Guimarães Rosa.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da parceria sino-brasileira nas relações internacionais do Brasil. Dessa maneira, busca-se identificar como essas relações bilaterais alteram ou conservam padrões históricos na diplomacia e na política externa brasileiras; como evoluem os aspectos econômicos dessa relação — desindustrialização brasileira, deslocamento do eixo de desenvolvimento nacional para o agronegócio induzido pela China; como os reflexos dessa relação se dão na geopolítica do Brasil; e como tem se desdobrado em meio à disputa entre China e Estados Unidos. Partimos da hipótese de que as relações com a China perfazem um novo paradigma da política externa brasileira e passam a ressoar no lugar do país na ordem global que se desenha. Para tanto, o trabalho está estruturado em cinco capítulos que abordam diferentes dimensões do problema de pesquisa. Primeiro, aborda-se a construção diplomática das relações Brasil-China, como se integravam os dois países ao mundo nos contextos iniciais dessa relação e o que passou a ser feito desde então. No segundo capítulo, aprofundamos a discussão das relações internacionais para o campo da formação da agenda de política externa em ambos e como essa influencia nas estratégias de inserção internacional dos dois países, sobretudo no debate de desenvolvimento econômico. O terceiro capítulo faz uma reflexão sobre uma questão que vem sendo levantada recentemente: o desenho de um quadro de dependência entre os dois países, nos moldes centro-periferia. No quarto capítulo, descrevemos a geopolítica brasileira e o entorno estratégico nacional e o impacto da China nas áreas de projeção de poder do Brasil. No quinto capítulo, analisamos as relações entre Brasil e China em meio à disputa hegemônica sino-americana.

Palavras-chave: Brasil, China, Relações Internacionais, Política Externa, Geopolítica.

Abstract

The aim of this study is to analyze the impact of the Sino-Brazilian partnership on Brazil's international relations. It seeks to identify how these bilateral relations either alter or preserve historical patterns in Brazilian diplomacy and foreign policy; how the economic aspects of this relationship evolve — including Brazil's deindustrialization and the shift of its national development axis toward agribusiness induced by China; how the consequences of this relationship manifest in Brazil's geopolitics; and how it unfolds amid the ongoing rivalry between China and the United States. We begin with the hypothesis that relations with China constitute a new paradigm in Brazilian foreign policy and resonate with the country's position within the emerging global order. To this end, the study is structured into five chapters addressing different dimensions of the research problem. The first chapter discusses the diplomatic construction of Brazil-China relations, how both countries integrated into the world in the early stages of their relationship, and what has been done since then. The second chapter deepens the discussion of international relations by examining the formation of foreign policy agendas in both countries and how these influence their strategies for international engagement, especially regarding economic development debates. The third chapter reflects on a recently raised issue — the emergence of a dependency framework between the two countries resembling a core-periphery dynamic. The fourth chapter describes Brazilian geopolitics, the country's strategic surroundings, and China's impact on Brazil's areas of power projection. The fifth chapter analyzes Brazil-China relations within the context of the Sino-American hegemonic dispute.

Key-Words: Brazil, China, International Relations, Foreign Policy, Geopolitics.

摘要

本研究旨在分析中巴伙伴关系对巴西国际关系的影响。研究试图识别这种双边关系如何改变或维持巴西外交和对外政策中的历史模式；探讨这种关系的经济层面如何演变——包括巴西的去工业化，以及在中国影响下国家发展重心向农业与农产品出口的转移；分析这种关系在巴西地缘政治中的反映；以及它如何在中美竞争的背景下展开。本研究的假设是：与中国的关系构成了巴西对外政策的新范式，并影响着巴西在新兴全球秩序中的地位。为此，论文共分为五章，分别探讨研究问题的不同层面。第一章讨论巴中外交关系的构建，分析两国在关系初期如何融入世界，以及此后所采取的行动。第二章深化国际关系的讨论，分析两国外交政策议程的形成，以及这些议程如何影响它们的国际参与战略，特别是在经济发展议题上的作用。第三章反思一个近年来被提出的问题——即两国关系是否形成了类似“中心—边缘”模式的依附结构。第四章描述巴西地缘政治及其国家战略环境，并分析中国在巴西力量投射领域的影响。第五章则分析中巴关系在中美霸权竞争背景下的发展。

关键词：巴西、中国、国际关系、外交政策、地缘政治。

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar el impacto de la asociación sino-brasileña en las relaciones internacionales de Brasil. Se busca identificar cómo estas relaciones bilaterales modifican o conservan los patrones históricos de la diplomacia y la política exterior brasileña; cómo evolucionan los aspectos económicos de esta relación —la desindustrialización de Brasil y el desplazamiento del eje de desarrollo nacional hacia el agronegocio inducido por China—; cómo se reflejan sus efectos en la geopolítica brasileña; y cómo se desenvuelven en medio de la disputa entre China y Estados Unidos. Partimos de la hipótesis de que las relaciones con China configuran un nuevo paradigma de la política exterior brasileña y repercuten en la posición del país en el orden global emergente. Para ello, el trabajo se estructura en cinco capítulos que abordan distintas dimensiones del problema de investigación. El primer capítulo aborda la construcción diplomática de las relaciones Brasil-China, cómo ambos países se integraron al mundo al inicio de su relación y lo que se ha hecho desde entonces. El segundo capítulo profundiza en el campo de las relaciones internacionales, analizando la formación de la agenda de política exterior en ambos países y su influencia en las estrategias de inserción internacional, especialmente en el debate sobre desarrollo económico. El tercer capítulo reflexiona sobre una cuestión recientemente planteada: la posible configuración de un marco de dependencia entre ambos países en los moldes de centro-periferia. El cuarto capítulo describe la geopolítica brasileña, su entorno estratégico nacional y el impacto de China en las áreas de proyección de poder del país. Finalmente, el quinto capítulo analiza las relaciones entre Brasil y China en el contexto de la disputa hegemónica sino-estadounidense.

Palabras clave: Brasil, China, Relaciones Internacionales, Política Exterior, Geopolítica.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Importantes investimentos chineses executados na Amazônia brasileira na área energética.....	119
Cenários para a conservação amazônica nas relações Brasil × China	126
Fluxo comercial Brasil × África do Sul × Angola e Nigéria (2024)	131
Fluxo comercial China × África do Sul × Angola × Nigéria (2024)	132
Importações de soja pela China: Brasil vs. EUA (2010–2022)	161
A produção de soja nos EUA e os votos na eleição de 2024	161
A produção de soja no Brasil e a eleição de 2022	164

LISTA DE FIGURAS

Mapa político da América do Sul	109
Grandes projetos de integração regional com financiamento brasileiro	111
Rotas da integração sul-americana	113
Zona de Cooperação do Atlântico Sul	129
Bases americanas na América Latina e Caribe	151
Bases americanas na Ásia-Pacífico	152
A região do MATOPIBA	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRI – Belt and Road Initiative
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COP-30 – Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
ELP – Exército de Libertação Popular
EXIMBANK – Export-Import Bank of the United States
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEC – Organização Estatal Chinesa
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PCCh – Partido Comunista da China
PEI – Política Externa Independente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RPC – República Popular da China
TEC – Tarifa Externa Comum
UDN – União Democrática Nacional
UN COMTRADE – United Nations Commodity Trade Statistics Database
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USDA – United States Department of Agriculture
ZEE – Zona Econômica Exclusiva
ZEEs – Zonas Econômicas Especiais
ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Algumas considerações sobre o procedimento metodológico adotado.....	19
Referencial Teórico.....	20
Justificativa da pesquisa.....	21
1. Brasil e China em 50 anos.....	23
1.1. Introdução.....	23
1.2. A luta pelo desenvolvimento econômico lá e cá.....	27
1.3. A fase da parceria estratégica.....	33
1.4. A virada do século e a cooperação sul-sul.....	39
1.5. A assimetria.....	44
1.6. Considerações parciais.....	46
2. Política externa, divergências e estratégias de desenvolvimento nas relações sino-brasileiras.....	48
2.1. Introdução.....	48
2.2. Princípios comuns às relações internacionais do Brasil e da China.....	49
2.3. Divergências persistentes.....	56
2.4. A estratégia brasileira versus a Chinesa.....	61
2.5. Considerações Parciais.....	64
3. As relações sino brasileiras à luz da dinâmica centro x periferia.....	66
3.1. Introdução.....	66
3.2. A evolução econômica de um Brasil dependente e periférico.....	68
3.3 O Brasil pode se tornar uma periferia econômica da China?.....	77
3.4. O problema da desindustrialização brasileira e as relações com a China.....	82
3.5. A China como concorrente brasileira na América Latina ?.....	85
3.6. Considerações parciais.....	88
4. A geopolítica brasileira e a China.....	90
4.1. Introdução.....	90
4.2. A ascensão chinesa e o contexto atual da ordem hegemônica.....	91
4.3. Brasil, China e América do Sul.....	94
4.4. A América Latina e a geopolítica da China.....	103

4.5. O Brasil em busca da liderança sul-americana e a ascensão chinesa.....	108
4.6. A China e o espaço amazônico brasileiro.....	117
4.7. Brasil e China no Atlântico Sul.....	127
4.8.Considerações parciais.....	138
5. O Brasil face à disputa hegemônica entre China e Estados Unidos.....	140
5.1. Introdução.....	140
5.2. Os limites da relação triangular entre Brasil, China e Estados Unidos.....	141
5.3. Uma geopolítica da agricultura brasileira.....	155
5.4. As divisões políticas no Brasil e a China.....	164
5.5. O Brasil tem escolha?.....	171
5.6. Considerações parciais.....	174
Considerações finais.....	177
Referências Bibliográficas.....	183

INTRODUÇÃO

Brasil e China são países de trajetórias históricas distintas, mas com alguns aspectos semelhantes nos interesses e perspectivas. As relações entre os dois países têm sido amplamente estudadas na última década, tanto do lado brasileiro quanto do chinês. Apesar das dificuldades linguísticas e culturais, tais estudos têm avançado em meio a um debate crescente sobre a expansão na relação entre os dois países.

Entendendo a atualidade do tema, mas também os intensos debates recentes que o acompanham, este trabalho tem como objeto de estudo analisar o impacto das relações com a China para pensar o lugar do Brasil nas relações internacionais. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é entender aspectos da história diplomática recente, observando divergências e convergências que marcaram a evolução das relações no campo diplomático entre os dois países; analisar a política externa de ambos os países, tendo em vista paradigmas adotados por ambos no cenário internacional; os efeitos econômicos para o Brasil de sua parceria com a China, notadamente a hipótese de uma relação de Centro x Periferia com Pequim; os desdobramentos geopolíticos que essa relação tem para o espaço de poder brasileiro; as consequências dessa parceria para o lugar no Brasil em meio à disputa hegemônica entre China e Estados Unidos.

Nossa hipótese é de que a relação com a China é o principal fator disruptivo nas relações internacionais do Brasil no alvorecer deste século. O advento da ascensão chinesa modificou o eixo de desenvolvimento nacional com a expansão da agricultura brasileira e seus ramos adjacentes, também trouxe pressões sobre o direcionamento geopolítico do país. Para além, é claro, das consequências sobre a política externa e a diplomacia nacional, tradicionalmente condicionadas pelo atlantismo¹ e que agora se movem para a Ásia.

¹ O “Atlantismo” mencionado aqui refere-se ao paradigma apontado por Cervo e Bueno (2010) e que imperou na orientação da política externa brasileira após o advento do Barão de Rio Branco como chanceler no início do século XX. Trata-se de uma estratégia de inserção internacional calcada nas relações com os países com saída para o Atlântico, mas sobretudo aqueles do Atlântico Norte. Esse movimento firmou as bases para uma grande orientação no Itamaraty com relação aos laços com os países da Europa e da América do Norte.

A parceria com a China caminha a passos largos pela força que Pequim impõe em seus empreendimentos multilaterais, como os BRICS e seu Novo Banco de Desenvolvimento e a Iniciativa Cinturão e Rota. Mas também por conta da importância dada ao Brasil no Ocidente e da importância relativa do país. É por isso, que observamos essa relação bilateral como um caso paradigmático para o Brasil.

Uma mudança de tal ordem induz transformações profundas no Brasil que não são imediatamente compreendidas, também tendem a aprofundar divisões e a acelerar tendências. Essa profusão de acontecimentos é fruto da velocidade que as revoluções tecnológicas do antropoceno² impõem, mas também do estado de distribuição do poder no estágio atual do capitalismo. O acréscimo de uma nova superpotência ao sistema de disputa hegemônico interestatal é um acontecimento que anuncia novos ciclos históricos. É por isso que citamos um paradigma nas relações internacionais do Brasil, na medida em que uma força exógena ascende no sistema internacional e muda a dinâmica econômica e política brasileira e exerce também tração sobre a distribuição do poder geopolítico nacional. A relação bilateral com a China é a grande novidade e também o fio condutor de uma mudança nas relações internacionais do Brasil em direção ao seu maior parceiro comercial, a Ásia, sobretudo a República Popular da China.

Usamos no título o termo paradigma porque este se aplica, conforme Kuhn (2013), às mudanças de regras, padrões e determinações consagradas, isto é, princípios bem definidos sobre os fatos e suas tendências. Embora nosso campo científico não detenha as mesmas peculiaridades de universalidade das ciências duras, são identificáveis valores e leis que consagram padrões observáveis ao longo da história.

Esses padrões vão moldar a história das relações internacionais do Brasil porque constituem paradigmas que explicam ações e tomadas de decisão. Um novo conjunto de regras e padrões ajuda a definir um novo paradigma, portanto. Com tantas mudanças promovidas pela sua parceria com a China, nosso argumento é que se desenha um novo paradigma, o qual acompanha também uma tendência global.

² A ideia de Antropoceno surgiu pela primeira vez em um texto de Crutzen e Stoermer (2000), na qual os autores defendem que o volume de modificações provocadas pelas ações humanas na terra era de tal grandeza que a nova era geológica estaria profundamente ligada às consequências das atividades humanas no meio ambiente.

Nesse sentido, é do campo econômico que vêm as primeiras e mais urgentes questões para o Brasil. Diante de um quadro de fragmentação e sectarização da unidade política nacional, o capitalismo brasileiro, envolto pelo neoliberalismo e por um modelo concentrador de renda, não se organiza de maneira a desenvolver um pensamento coeso e efetivo sobre as relações internacionais dentro das esferas de decisão do Estado brasileiro. Isso tem consequências para as relações sino-brasileiras.

A falta de uma estratégia definida para as relações com a China trouxe à tona divisões na sociedade brasileira e também a incapacidade de visão para além do eixo tradicional da diplomacia, seja na burocracia estatal brasileira, seja em sua elite, o fato é que o ciclo de acumulação chinês se impôs e condicionou o Brasil. Além disso, o choque produtivo e a pouca diversificação da pauta exportadora brasileira retomaram discussões sobre a reprimarização da estrutura produtiva nacional, ocasionada, sobretudo, pelo avanço do mercado de commodities no país.

Esses problemas estão no bojo da discussão sobre o processo de desindustrialização brasileira, apresentado como um fenômeno latente após os anos 1990 (Cano, 2012). Mais recentemente a ideia de um “choque chinês” que trouxe consigo uma forte concorrência industrial não só para o Brasil, como também para todas as economias industrializadas, ganhou força e se cristalizou a ideia de que a indústria brasileira perdeu espaço no mundo, sobretudo para a China e por conta da China.

A concorrência chinesa é comum a quase todos os países após o ingresso de Pequim na Organização Mundial do Comércio e sua adesão ao sistema multilateral de comércio. Resguardada por seu sistema de economia socialista de mercado com zeloso planejamento e incremento tecnológico, a China aposta na produção em um mundo cada vez mais financeirizado. Nitidamente, a concorrência da China tem efeitos diferentes para cada sociedade e país, o Brasil não é afetado uniformemente, pois nos parece haver ganhadores e perdedores na sociedade brasileira com a ascensão econômica da China.

O que não nos parece claro ainda é qual é o caminho adotado pelo Brasil para mitigar perdas econômicas e elevar ganhos, isto é, como o Brasil definiu sua estratégia para a China. Está evidente que Pequim é um parceiro duradouro e que os canais de interação entre os dois países tendem a se ampliar. A ausência de

metas claras para a China, foi um problema que nos chamou a atenção durante o processo de delimitação do objeto deste trabalho.

O Brasil ter se tornado uma potência na exploração de matérias-primas e um *core player* na agricultura mundial está diretamente ligado à sua parceria com a China, por outro lado, a ausência de um movimento na mesma medida para a indústria, desperta a ideia de que este setor estaria jogado à própria sorte, ou mesmo que este é o projeto que o país pensa para si e suas relações com a China. Também não se pode negar a importância dos investimentos externos chineses e das divisas internacionais fundamentais para o equilíbrio macroeconômico brasileiro, oriundas notadamente do superávit comercial com a China. Mas o peso de se manter grandes reservas cambiais é explorar ao máximo o comércio de matérias-primas sujeitas a inúmeras imprevisibilidades e com enormes custos ambientais.

Esses dilemas e consequências são apenas alguns exemplos do impacto que a China tem causado para o Brasil a partir de uma interação que evolui rápido de relações apenas cordiais em âmbito diplomático para uma profunda integração comercial em um espaço de duas décadas. Esse adensamento das relações bilaterais também trouxe bons canais de comunicação e de cooperação, promovendo mecanismos de integração positiva entre as duas sociedades.

Isso não quer dizer que disso não surjam novos desafios ao Brasil, o que é de certa forma natural pelo peso que a China tem no cenário econômico internacional e também pelas próprias vulnerabilidades brasileiras. Isto é, o Brasil não tem uma indústria capaz de competir com a chinesa, tampouco possui a mesma capacidade de investimento produtivo. Trata-se de um país com baixa taxa de formação bruta de capital fixo e altamente dependente de commodities para equilibrar sua balança de pagamentos. Um grande dilema para as relações internacionais brasileiras é equilibrar suas perdas e ganhos com a China.

Por sorte, os dois países vêm desenvolvendo maneiras de debater os problemas brasileiros e também de entender as demandas chinesas. A China também conta com o Brasil em um mundo que se volta contra seu processo de desenvolvimento. Para além de uma relação comercial, há um elemento geopolítico que também ajuda a entender os rumos dessa relação.

Antes da China ascender à condição de grande potência e se aproximar do Brasil, havia uma ordem geopolítica brasileira e os espaços de projeção do país. É

importante debater como Pequim interage com as regiões fundamentais para o poder regional do Brasil, a América do Sul, o Atlântico Sul e a Amazônia, notadamente. Esses são espaços em que o Brasil tem certa predominância; por isso, buscamos entender como a China se acomoda aos interesses brasileiros nessas regiões.

Ao olhar para o espaço geopolítico brasileiro é relevante o tema da projeção de poder brasileira e suas limitações, ou seja, há um potencial geográfico pelo tamanho do país em relação aos seus vizinhos sul-americanos e há o poder político de fato exercido pelo Brasil. O engajamento da China com a América do Sul, seus investimentos em infraestrutura e sua busca por matérias-primas aumentaram nos últimos anos a presença do país na região.

Algumas indagações surgem de imediato, tais como, se a presença da China na América do Sul reduz o poder ou a liderança relativa do Brasil, ou se isso fomenta a disputa por espaço no mundo entre China e Estados Unidos. No levantamento inicial das informações sobre esse tema, o que de fato nos pareceu mais objetivo foi a integração regional promovida pelos investimentos em infraestrutura chineses e o contraponto brasileiro a isso com projetos próprios como o programa Rotas da Integração (Brasil, 2024).

Então buscamos considerar se o Brasil perde realmente espaço para a China em projetos com seus vizinhos ou se este espaço é algo presumido, uma vez que o real potencial brasileiro não teria se concretizado na liderança da região. Outro ponto a ser levantado é se os projetos dos dois países para a América do Sul colidem ou se podem ser equilibrados. Também vale a nota de que os dois países podem cooperar para integrar a América do Sul, sendo este um cenário de acomodação e complementaridade de interesses, se aproximando, dessa maneira, de um ideal para ambos.

O Brasil é uma economia periférica no hemisfério americano, sujeito às condicionantes da grande potência hegemônica, com quem mantém relações cruciais. Nesse contexto, não há como fugir ao debate sobre o lugar do Brasil em meio à disputa entre a China e os Estados Unidos. Há, evidentemente, consequências negativas para o Brasil e o risco de ser levado à reboque por decisões de terceiros. No entanto, neste trabalho identificamos que o país dispõe de ferramentas para reduzir os “danos” causados pelo choque entre as duas potências e obter ganhos com isso.

A corrida pela vanguarda e pela primazia tecnológica entre China e Estados Unidos está dada com os dois países alargando a distância de investimentos e criação de novas tecnologias para o resto do mundo. A vantagem de Washington tem se reduzido consideravelmente e isso se reflete no endurecimento de sua política em relação à China, sobretudo na seara econômica. Uma vez que essa disputa comercial foi deflagrada ainda no primeiro mandato de Trump, ela só se acentuou nos últimos anos.

À medida que os Estados Unidos se sentem comercialmente prejudicados, sua pressão sobre setores fundamentais e o bloqueio do acesso da China a mercados e suprimentos fica evidente. A disputa entre os dois países se acirra economicamente e resulta em consequências a países terceiros, como o Brasil, na medida em que se estabelecem linhas de suprimentos comerciais que devem ser derrubadas, abertas ou mantidas para sustentar a disputa entre ambos. As sanções econômicas aplicadas unilateralmente pelos EUA devem fortalecer a importância de alguns recursos naturais e mercados.

O que se desenha nessa disputa comercial é a possibilidade do uso da força para assegurar interesses comerciais, quando sobretudo o país hegemônico se sentir prejudicado ou sua vanguarda for ameaçada. Também é importante observar como países não diretamente vinculados à disputa serão cooptados por esta, principalmente se possuírem algum recurso crucial ou ativos de interesse estratégico. Por outro lado, também podem servir de ferramenta para negociação e afastamento de ameaças que possam surgir.

No caso brasileiro, buscaremos avaliar como a agricultura ajuda o país a se equilibrar entre as duas potências, pelo peso desproporcional ao poder relativo do Brasil que ocupa nosso agronegócio no cenário internacional. Há uma geopolítica dos alimentos que fragiliza as nações, e que dá ao Brasil poder de manejo entre EUA e China. No entanto, divisões na sociedade brasileira provocadas por sectarismos aliados a interesses não-nacionais podem colocar em risco a posição de negociação do país.

Para refletir sobre essas questões, o recorte temporal recairá notadamente nos últimos 20 anos, embora as cinco décadas de relações diplomáticas sejam apresentadas no primeiro capítulo, para efeito de contextualização e informação. O período escolhido é o que julgamos crucial para pensar a parceria entre os dois

países, considerando que é neste período que há um amadurecimento complexo, sobretudo na seara econômica, na relação bilateral sino-brasileira.

Nesse sentido, levamos a cabo uma discussão que se inicia pela diplomacia bilateral, a qual fincou as bases das primeiras décadas de parceria. Visando retomar aspectos importantes na linha cronológica das relações entre China e Brasil, mostrando as diferenças entre os interesses que moviam os dois passeios após o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974. Nossa percepção inicial é que os países permaneceram a maior parte desse tempo distantes até meados deste século.

No segundo capítulo, discorremos sobre um tema que é muito caro às duas nações, mas tratado de maneiras distintas, o desenvolvimento. Brasil e China apresentam-se ao mundo como países que estão muito preocupados com o crescimento econômico de suas sociedades, as ferramentas de que dispõem seus governos e a forma como são usadas, no entanto, são diferentes. Apresentaremos essas diferenças, mas também evidenciaremos semelhanças e padrões de atuação convergentes nas políticas externa brasileira e chinesa.

No terceiro capítulo, avançamos na discussão sobre a hipótese de o Brasil estar a desenvolver com a China uma relação nos moldes Centro x Periferia. Aqui o trabalho avança para um ponto de vista mais crítico sobre as relações entre os dois países e a hipótese de o Brasil repetir um quadro de dependência histórica que acomete o país sistematicamente. Assim, retomamos uma discussão sobre a natureza do modelo econômico brasileiro e buscamos apontar quais aspectos da Teoria da Dependência clássica estão presentes nas relações sino-brasileiras.

Finalmente, nos capítulos quatro e cinco deste trabalho, tentamos inserir todo esse debate em uma perspectiva geopolítica a respeito das relações entre China e Brasil. Primeiro, elaboramos uma síntese da geopolítica brasileira e suas áreas de expansão e projeção, a partir daí descrevemos como a China vem impactando nesses espaços. O trabalho não tenta fazer da presença chinesa nas áreas de projeção de poder e imediatas ao território brasileiro um contraponto aos interesses do país, mas sim como o Brasil acomoda a presença da China nesses campos.

O quinto e último capítulo dá conta do Brasil e a inevitável disputa entre China e Estados Unidos, um conflito errático e que atravessa inexoravelmente os interesses brasileiros. Aqui tentamos identificar o que divide o país nessa disputa e

o porquê de dividir. Também nos voltamos a uma pergunta que ronda imediatamente uma reflexão de senso comum, a de que se tem o Brasil escolha.

Algumas considerações sobre o procedimento metodológico adotado

O trabalho origina-se de um processo de reflexão baseado em uma extensa pesquisa bibliográfica, que vem sendo desenvolvida por meio uma fundamentação teórica herdada de experiências anteriores no estudo da sinologia e os aspectos históricos da China Contemporânea, assim como daquelas que provém da vivência e da formação construída no Brasil na área de relações internacionais. As observações críticas foram sistematizadas por meio de uma consciência histórica que recai sobre aquilo que se tornou o objeto de estudo. Isso ocorre, pois conforme discutem Lima e Mito (2007) em famoso artigo sobre o levantamento bibliográfico, o pesquisador faz reflexões sobre o que se passou referenciado em seu tempo presente.

Assim, o trabalho toma um percurso no sentido de pesquisa bibliográfica voltado para analisar consequências visíveis dos problemas elencados para os tempos atuais. Por isso, entendemos que as bibliografias levantadas foram cruciais para fundamentar o objeto de estudo, atendendo ao requisito que Lima e Mito (2007) dizem ser importante para a compilação das informações obtidas, as quais por sua vez geram um grupo de expectativas sobre o problema que se tornaram conjecturas à medida que a redação do trabalho progride (Marconi e Lakatos, 2003).

Para tanto, o desenvolvimento da pesquisa tomou como ponto de partida a retomada das cinco décadas de relações diplomáticas entre Brasil e China, voltando inclusive ao período anterior a este para organizar uma cronologia do que os dois países buscavam e influenciavam um no outro. No nosso entender, essa redação inicial ajudou o trabalho a organizar pontos cruciais na consciência histórica sobre o tema. Esse processo ajudou na revisão da literatura que tangencia o objeto e apresenta algumas variáveis a serem trabalhadas no desenvolvimento da escrita, isso nos permitiu nomear algumas fases das últimas cinco décadas.

Logo em seguida, utilizamos algumas variáveis importantes para aprofundar as reflexões e encontrar parâmetros para identificar semelhanças e diferenças. Foi assim que conseguimos apontar o porquê alguns princípios diplomáticos eram

comuns, analisando a evolução destes no tempo, assim como também há notáveis diferenças. O que promove essas diferenças são as estratégias adotadas por ambos, e então nossa crítica a estratégia brasileira e sua consequente problematização nos levou à hipótese de uma relação de Centro x Periferia, logo utilizamos como referencial teórico para testagem hipotética a consagrada Teoria da Dependência.

Em consequência isso nos levou a duas conjecturas acerca do estado de organização das relações internacionais do Brasil à luz do impacto da China. Em virtude disso, tentamos problematizar a ascensão chinesa no espaço geográfico de projeção de poder brasileiro. Essa conjectura nos permitiu examinar mudanças em curso que alteram o padrão de distribuição do poder e dos interesses na geopolítica da América do Sul.

Por último, dedicamo-nos à conjectura política perpassada pelos interesses dos Estados Unidos no Brasil e suas relações com a China, bem como do papel crucial daquilo que entendemos como variável chave no poder brasileiro, que é sua capacidade produtiva na agricultura e a riqueza material que isso traz ao país. Tendo os dois últimos capítulos consolidado aquilo que enxergamos como mais crucial para compreender as tendências e mudanças nas relações internacionais do Brasil, aqueles fornecem os elementos finais para uma síntese na discussão e na ideia de uma mudança de paradigma para as relações internacionais brasileiras pelas vias da parceria com a China.

Referencial Teórico

Para amparar a pesquisa, fornecer pistas e sustentação empírica, este trabalho contou com uma literatura que consideramos ser base para a construção da escrita. Considerando que não foi desenvolvida uma teoria propriamente dita na redação desta tese, a literatura referenciada foi importante para balizar os conhecimentos e informações. Assim, procuramos compreender cada capítulo por meio de uma literatura consagrada na área.

Para entender a história diplomática das relações Brasil-China, encontramos no trabalho de Biato Júnior (2010) uma importante fonte, assim como para as análises de política externa os trabalhos clássicos de Vigevani, Bueno e Ramanzini

(2014) foram importantes, bem como o Xuetong (2019) para entender a China e sua liderança internacional.

Em se tratando da organização socioeconômica brasileira e suas implicações para as relações com a China, trouxemos autores clássicos das ciências sociais brasileiras, como Octavio Ianni (2006), Celso Furtado (2005) e Conceição Tavares (1999). Esses pensadores ajudaram a repensar o padrão de inserção internacional do Brasil e as bases que o mantêm, o que nos levou às reflexões da Teoria da Dependência por meio das obras de Marini (2001) e Frank (1992).

Outro ponto que consideramos ser importante foi a análise de política internacional e geopolítica empreendida. Clássicos como travassos (1938) foram revisitados, mas à luz de uma interpretação contemporânea da projeção de poder do Brasil, como André Martin (2014). Esse pensamento foi complementado com o estudo da disputa hegemônica entre China e Estados Unidos e as reflexões de Alexander Hamilton (2003) e Angang hu (2023).

Justificativa da pesquisa

Este trabalho é fruto de um interesse genuíno na sinologia oriundo desde a graduação em relações internacionais na FFC/Unesp, Campus de Marília, em que o contato com o Instituto Confúcio foi crucial para o desenvolvimento de uma proximidade cultural entre o pesquisador e a China. A pesquisa na área, no entanto, começou durante o mestrado por influência e auxílio do orientador, consolidado sinologista com quem foram dez anos de trocas intelectuais.

Pensar a China sem pensar o Brasil foi um problema que acompanhou o pesquisador ao longo do mestrado, dada as sucessivas comparações e questões que surgiam. A experiência chinesa é vasta e rica, como também são seus desafios, como associar isso ao Brasil foi um ponto debatido antes de se iniciar o trabalho, até que finalmente conclui que o melhor caminho intelectual a ser percorrido era uma compreensão holística das relações internacionais brasileiras à luz de sua parceria com a China.

Alguns temas e conceitos que foram repetidos na obra, como desenvolvimento, periferia e projeção de poder tem a ver com a formação do pesquisador, na área de relações internacionais em uma universidade na qual

aqueles temas são muito presentes. Assim, não conseguimos fugir de uma visão crítica que levasse em conta o quadro de subdesenvolvimento brasileiro e seus problemas históricos na condição de periferia do capitalismo, este é um tema que persegue e causa intensa inquietação ao autor.

Olhando para a questão científica do trabalho, a contribuição buscada é a de oferecer uma análise sintética do quadro de transformação na inserção internacional do Brasil pela influência de suas relações com a China. De maneira que tenhamos uma descrição de aspectos em mudança ou que são afetados no sistema de desenvolvimento e projeção geopolítica do Brasil. É o que fizemos na redação do trabalho ao analisar variáveis importantes e investigar a hipótese de um quadro de dependência existente entre os dois países.

Intelectualmente, este é um trabalho que tenta somar mais uma contribuição à prestigiosa linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida nacionalmente nos últimos anos sobre a China e mais especificamente sobre as relações internacionais do Brasil e o grande país asiático. Cada vez mais, o convite para pensar a China e seus impactos no Brasil se tornará presente, portanto, é bom que inúmeras reflexões estejam à mesa para fornecer bons subsídios intelectuais para pensar uma estratégia brasileira para esse acontecimento.

1. Brasil e China em 50 anos

1.1. Introdução

Este primeiro capítulo tratará das relações Brasil-China em uma perspectiva histórica, anterior aos anos 1990, quando, de fato, há uma aproximação com vistas à estabilização das relações diplomáticas no longo prazo. Isso porque, anteriormente àquele período, os dois países tiveram tentativas frustradas de estabelecer relações ao nível de uma diplomacia entre grandes nações, dados os aspectos conjunturais internos no contexto chinês e o hemisfério geopolítico brasileiro, além disso, há questões próprias da distância geográfica e da construção de projetos políticos e econômicos distintos.

Em 1816, conforme Almeida (2011), 300 imigrantes chineses de Macau, na época possessão portuguesa, chegaram ao Rio de Janeiro para trabalharem na Fazenda Santa Cruz, na produção de chá. As condições eram evidentemente difíceis para o trabalho braçal, que abrangia desde o clima até o comportamento insólito dos contratantes brasileiros acostumados ao modelo escravista. No entanto, o modelo Coolie³ empregado em outras partes da América Latina, como no México e no Peru, não foi implantado no Brasil, tendo a imigração europeia sido o principal meio de substituição da mão de obra escrava (Lima, 2015).

A chegada de mais imigrantes chineses no Brasil teve continuidade mesmo com a resistência do vice-rei da China⁴, mas a aproximação para além do acordo de trânsito livre de imigrantes não ocorreu. Apesar da formação da República da China datar do período próximo ao da Velha República, a incapacidade de projeção de ambos os países limitava-os a um espaço de atuação internacional regionalizado (SANTOS, 1991). Enquanto o Brasil buscava delimitar suas fronteiras, estabelecer as bases de sua diplomacia, a China sofria de uma espoliação territorial neocolonial

³ O modelo Coolie é um sistema de contratação de mão de obra, principalmente da China e da Índia, e que foi fortemente adotado no final do século XIX e início do século XX em substituição ao modelo escravista, tendo em vista a proibição do tráfico negreiro (Yang, 1977).

⁴ A percepção enormemente racista de parte da elite política brasileira sobre a vinda de trabalhadores chineses, depreciativamente tidos como “chins” é perversa e seus registros podem ser consultados no acervo de discursos do Senado Federal. Mesmo com diversos questionamentos raciais sobre a imigração chinesa, um acordo fora firmado em 1881 entre o Império do Brasil e a China tornando a entrada livre para cidadãos chineses no país, dado que existia uma grande preocupação com a escassez de mão de obra na lavoura cafeeira (SENADO FEDERAL, 2020).

e de um empobrecimento vertiginoso de sua população⁵. A aproximação entre os dois países era tarefa difícil à época e o governo brasileiro tinha forte tendência à ocidentalização de suas relações exteriores, aspecto reverberado pelo processo de organização social que era levado a cabo no país naquele momento⁶.

O fim da primeira era republicana brasileira não trouxe grandes aproximações com a também recém-formada República da China e manteve-se o certo distanciamento entre ambos que ocorria desde a independência do Brasil. A partir dos anos 1930, um novo paradigma passa a atuar na política externa brasileira: o desenvolvimentista (CORSI, 2007), acompanhado de uma visão voltada à industrialização do país, conduzida por um projeto político nacionalista econômico; ao passo que a China passa a ocupar-se no plano externo com a defesa de sua soberania, já que é nesse período que se inicia o momento mais agressivo das ocupações japonesas.

Ao fim da Segunda Guerra, China e Brasil haviam alcançado o status de potências regionais e conquistado espaço de projeção ao terem lutado ao lado das forças aliadas. A Pequim, no entanto, foi garantida uma posição que o Brasil pleiteou, mas não levou — a de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Embora, após a derrota nacionalista na Guerra Civil, este assento tenha ficado com Taipei, ele foi devolvido à RPC em 1972. A relativa autonomia que o Estado Novo conquistara foi reduzida pela nova acomodação de forças no Atlântico, com a supremacia norte-americana e o desenho da América Latina como área de influência de Washington, ainda que secundária em comparação às posições estratégicas da cortina de ferro, por exemplo (MOURA, 2010; CORSI, 2007; CERVO, 2010).

Malgrado sua posição com poder de veto tivesse sido garantida pelo êxito da luta de resistência chinesa à ocupação japonesa, o país não era uma potência com

⁵ Grande polo da riqueza mundial no início do século XIX, a China padecerá de ocupações imperialistas e de uma balança comercial deficitária com as novas potências comerciais, o que levará a um empobrecimento generalizado de seus 400 milhões de habitantes, em sua maioria camponeses. O país arcaria com o custo de seu tamanho a duras penas, pressionado por um entorno geopolítico de países recém colonizados pela Europa Ocidental ao sul, pelo império russo ao norte e a leste por seu último grande algoz, o império japonês.

⁶ Último país a abolir a escravidão no hemisfério ocidental, o Brasil planejava povoar seu vasto território a partir da importação do imigrante europeu, com a consequente substituição do negro na lavoura e a ocupação do interior brasileiro por meio do branqueamento dos indígenas e caboclos a partir de um projeto de limpeza étnica. Nas cidades, o modelo de urbanização preconizava os das urbe europeias, com a expulsão dos pobres (majoritariamente negros) dos centros de poder nas capitais para as periferias no incipiente processo de favelização brasileiro. A Velha República, àquela altura nova, buscava traços étnicos destacadamente europeus e associação econômica ao capitalismo americano por meio das exportações de café.

os mesmos predicados dos ocupantes originais do CSNU. A China havia saído de uma sucessão de agressões estrangeiras que partiram o país, e as questões territoriais levaram a soberania nacional à condição de fundamento de sua política externa, ao passo que o Brasil com suas fronteiras já bem delineadas, assegurou ao desenvolvimento essa função basilar em sua diplomacia, isso ao longo das primeiras décadas da Guerra Fria (POMAR 2004; CERVO, 2010).

O governo Dutra direciona a política externa brasileira ao americanismo clássico e manterá um forte alinhamento com Washington, operado pelos chanceleres João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, ambos de tradição liberal. O país assinou um acordo de cooperação militar em 1946 com os Estados Unidos e por consequência, houve a inserção da doutrina de segurança nacional norte-americana na formação intelectual dos militares brasileiros, que possuíam muito peso na formulação da política externa brasileira. Acompanhando seu alinhamento, o Brasil votou em favor das resoluções propostas pelos EUA na recém-criada ONU, antagonizou com o peronismo, reconheceu apenas a Coreia do Sul como nação na península coreana e o mais importante aqui — fechou o consulado brasileiro na China e não reconhece a República Popular⁷ (CERVO, 2010; GOMES, 2016). Em contrapartida, Mao reconhece a Coreia do Norte, alia-se à União Soviética⁸, condena as pretensões separatistas da República da China e defende uma aliança entre os países socialistas. As inserções chinesa e brasileira na Guerra Fria foram antagônicas e, no último século, afora os anos iniciais após o golpe de 1964, este período das duas décadas iniciais da República Popular foi o mais apartado na relação entre os dois países depois da Segunda Guerra.

Mesmo com a chegada do segundo governo Vargas ao poder e o contexto de busca pela tradição nacionalista de seu partido, o PTB, o Brasil adotava uma projeção externa geograficamente limitada, já que as questões debatidas na autonomia das relações exteriores brasileiras centravam-se no eixo econômico. No

⁷ Esse alinhamento com os EUA partia da premissa de que ao Brasil seria garantida a posição de aliado estratégico de Washington na América Latina, uma ideia que para parte dos formuladores da política externa brasileira estava materializada. Em 1951, durante os acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, que culminam na criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o chanceler, João Neves da Fontoura, chega a cogitar a seção de tropas brasileiras para irem à Coreia, como parte das concessões brasileiras para obter ganhos na relação com os Estados Unidos. Estes aspectos são muito bem explorados por Hirst (1990).

⁸ Entendemos ser fundamental utilizar o termo “alia-se” em detrimento de “alinha-se” por este último denotar uma ideia de sujeição, já que há por parte do governo chinês uma perspectiva de construir relações maduras com a URSS, com viés cooperativo por meio de uma perspectiva ligada aos preceitos ideológicos do comunismo. Uma prova desse fato é que uma das primeiras medidas de Mao é buscar a revisão do Tratado Sino-Soviético de 1945, por o considerar um “tratado desigual” (MARK, 2012).

plano político, o Itamaraty estava alinhado à visão de mundo de Washington, vide a manutenção no governo de figuras como Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha⁹, além disso, é também nesse contexto que a Doutrina de Segurança Nacional¹⁰ ascende na Escola Superior de Guerra, esta última somava-se às pressões da oposição liberal e americanista à Vargas capitaneada pela UDN, a União Democrática Nacional de Carlos Lacerda (HIRST, 1990; OLIVEIRA, 2010).

A China seguia com seu projeto de modernização estratégica, com uma forte cooperação junto à União Soviética, com destaque para a criação de infraestruturas de base, bem como para a cooperação técnico-científica, militar e nuclear. No início dos anos 1950, Moscou havia quebrado o monopólio nuclear norte-americano e dava início à 'década da autodestruição' que culminou na coexistência pacífica entre as duas superpotências (KISSINGER, 2011). Assim como o Brasil havia optado por um alinhamento político com os EUA, a China optou por um com a URSS, todavia, Pequim logrou obter ganhos substanciais em sua aliança com os soviéticos, fruto de sua posição geográfica, de sua importância geopolítica e da sua organização política interna, que respaldou uma posição autônoma do país, inclusive perante os aliados soviéticos.

A autonomia política chinesa baseou-se na centralização das decisões na cúpula do Partido Comunista Chinês e do Exército Popular, Diferentemente do Brasil, os militares na China eram acomodados ao projeto político do país, consequência direta da guerra de resistência à ocupação japonesa, da guerra civil e da participação do país na Guerra da Coreia¹¹. Esse fato não impediu, contudo, que houvesse grande disputa por poder nas diversas frações de grupos de interesse na sociedade chinesa, incluindo o ELP, mas pelas sucessivas violações territoriais que o país sofrera e pelas ameaças que sofria, o nacionalismo se impôs como consenso

⁹ Oswaldo Aranha foi ministro das relações exteriores do Brasil durante a Segunda Guerra e figura chave para uma aproximação entre Roosevelt e Vargas nos anos 1940. Mesmo quando o país adotava a equidistância pragmática, sempre defendeu uma aproximação com os Estados Unidos (MOURA, 2010; HIRST, 1990).

¹⁰ Trata-se de uma visão ideológica de cunho autoritário na qual o Brasil deve participar ativamente da luta contra o comunismo subordinando-se à estrutura de dominação internacional dos Estados Unidos. À vista desse aspecto central, partem as perspectivas sobre o arranjo econômico, social e cultural brasileiro (OLIVEIRA, 2010).

¹¹ Naquele momento as fileiras de pessoal militar ativo eram compostas, em parte, de soldados que tinham combatido diretamente as forças americanas e das nações unidas ao sul do paralelo 38. Além disso, as campanhas de guerra às quais o ELP havia se submetido forneciam experiência estratégica e organização com vistas à defesa da integridade e soberania territorial que refletiam na visão ideológica das tropas.

na diplomacia do país, ao passo que no Brasil persistia uma disputa entre interesses dos setores nacionalistas e americanistas¹² nos rumos do país.

Por outro lado, cabe destacar que a diplomacia brasileira possuía caráter de burocracia de Estado e, naquele momento, apresentava profissionalização que contribuía para equilibrar a ausência de consenso sobre o norte das relações internacionais do país. O Estado chinês, por sua vez, estava em construção assumida e isso incluía a burocracia nacional. Há também, o fato de que economicamente o Brasil teve mais êxito naquele período na dinamização de sua industrialização a partir de uma política de substituição de importações financiada pelo capital internacional. Além disso, as fronteiras brasileiras já haviam sido delimitadas no início do século e a América do Sul era relativamente pacífica em comparação à Ásia (CERVO e BUENO, 2010).

1.2. A luta pelo desenvolvimento econômico lá e cá

O paradigma do desenvolvimento coordenava a política externa brasileira e a visão do governo Juscelino (1956 - 1960) sobre as relações exteriores do país buscava acentuar essa asserção. No entanto, as tentativas frustradas de se estabelecer uma relação de financiamento privilegiada com os Estados Unidos no campo econômico impeliram o país a lançar-se em busca da diversificação de parcerias e romper com a limitação hemisférica que pairava sobre a diplomacia brasileira (Vizentini, 2009). Assim, busca-se aproximação com os países árabes, europeus ocidentais e do leste e o Japão, há também, um regionalismo econômico com o fortalecimento da complementaridade entre as economias sul-americanas, acompanhando uma tendência do governo anterior (Vizentini, 2009). Embora a parceria com os Estados Unidos fosse o caminho óbvio para a inserção desenvolvimentista brasileira, os obstáculos haviam se acentuado pela obsessão de Washington com a caça ao comunismo, sobretudo após a eleição de Eisenhower.

¹² Um debate interessante ocorria neste momento no Brasil no ISEB, extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros, no qual Jaguaribe (APUD VIZENTINI, 2009) assevera que a diplomacia nacionalista econômica era incompleta, ou mesmo sugeria uma postura ambígua, já que o nacionalismo na política externa brasileira deveria ser político, reconhecendo a posição do país ao lado das nações terceiro-mundistas. Essa divisão é típica do contexto da Guerra Fria, ao bem da verdade, o Brasil sempre esteve condicionado, primeiro, por sua elite e o poder que esta tem sobre o estado e, segundo, pela sua própria condição de país periférico no mundo.

Na China, também, há um período de mudanças nas posições diplomáticas com o alinhamento às pautas terceiro-mundistas e o distanciamento da União Soviética, o que, mais tarde, culminaria na ruptura entre ambos. O desequilíbrio de forças entre Pequim e Moscou era evidente, e na parte chinesa temia-se a capacidade soviética de provocar o efeito “bandwagon”¹³ nas relações bilaterais entre os dois países. As seguidas crises de desconfiança entre a cúpula dos partidos comunistas e a invasão russa na Hungria (1956) levaram o lado chinês a perceber que havia um imperialismo moscovita na aliança entre as nações socialistas. Soma-se a isso o fato de que as políticas do Grande Salto Adiante de Mao e sua aliança antiga com Stálin vão de encontro à ‘desestalinização’ levada a cabo por Krushev e seu grupo político.

Para Kissinger (2011), a coexistência pacífica de Krushev colidiu com o discurso de Mao de não acomodação ao sistema capitalista ocidental, além do fato de que, para o líder chinês, tratava-se de um revisionismo e de uma visão do leste como incapaz de sustentar uma postura belicosa contra o oeste, quando, na verdade, era o contrário, segundo aquele. No mesmo contexto, seguidos encontros bilaterais entre representantes da RPC e dos EUA são organizados para tratar das questões relacionadas a Taiwan, o que naturalmente contribuiu para a aproximação entre os dois países, mesmo que para tratar de um tema específico.

O contato com os Estados Unidos serviu ao reequilíbrio de forças e interesses no espaço eurasiático, na medida em que Moscou busca Nova Délhi nos anos 1960, com quem a China mantém até hoje disputas territoriais. A partir dali, o declínio na relação entre as duas maiores nações socialistas daquele tempo era fato consumado. A retirada dos técnicos soviéticos e o reposicionamento de parte do Exército Vermelho na fronteira sino-russa, mas também a recusa chinesa em aderir ao Pacto de Varsóvia e suas críticas abertas à postura arbitrária da URSS sobre as demais nações do bloco socialista ajudam a tecer a ruptura sino-soviética (Kissinger, 2011). Contudo, não há, em decorrência disso, uma aproximação diplomática considerável entre Pequim e Washington, comparável ao grau de proximidade que o país mantinha com Moscou. Por isso, na prática, tal cisão levará a um isolamento chinês nas relações internacionais, ocasionando novas disputas de

¹³ Bandwagon é o termo usado pela literatura de relações internacionais para descrever um estado que cede às pressões de uma potência mais poderosa, evitando o mal maior que seria provocado pelo conflito contra esta. Labs (1992), no entanto, propõe que essa visão consiste em um equívoco, já que estados mais fracos diante da pressão de *hegemons* tendem a resistir, historicamente.

poder no plano interno, principalmente durante o período da Revolução Cultural (POMAR, 2004).

O giro brasileiro ao multilateralismo e a diplomacia globalizada no final dos anos 1950 não ocasionarão ainda o encontro com a China maoísta. Entretanto, abrirá o espaço para visões mais complexas sobre o papel brasileiro no mundo, considerando sua formação multiétnica e seu lugar de destaque na América Latina. Um país em franca industrialização e urbanização, com alto crescimento demográfico e grande área geográfica e espaço de projeção naval, naturalmente tende a uma projeção internacional mais autônoma. A busca por diversificação de parcerias no final do governo JK e o alinhamento, sem ganhos efetivos, com os Estados Unidos convergiram no lançamento da Política Externa Independente (1961-1964).

As tentativas de inserção associada com os Estados Unidos, a partir de um financiamento ao desenvolvimento nacional, haviam sido sistematicamente refutadas por Washington. Em meio século de parceria hemisférica, o Brasil tornou-se um país muito diferente daquele dos anos iniciais das relações consolidadas entre os dois países pela gestão Rio Branco. A PEI não era um movimento temerário, pelo contrário, fora pensada, organizada e tinha raízes em governos tidos como abertamente associados ao capitalismo norte-americano, sua marca era um pragmatismo de Estado. Na percepção de San Tiago Dantas (2011), era uma coexistência com a ordem bipolar instalada de maneira essencialmente competitiva. Ocorre que, para isso, o Brasil haveria de se opor a Washington em temas que soavam sensíveis a estes, como a questão cubana e sua trajetória intervencionista no continente desde a Doutrina Monroe (DANTAS, 2011). Ademais, envolveria também aproximações diplomáticas com a URSS e com os países do bloco socialista, como forma de assegurar a coexistência entre as potências.

É nesse contexto, de transição na diplomacia brasileira e de acomodação de novos paradigmas para além do desenvolvimentismo econômico, que João Goulart, herdeiro do trabalhismo getulista, visitou a China em 1961. Tratava-se a princípio de uma viagem de cunho comercial, entretanto, após a renúncia de Jânio, durante a viagem de Jango, tornou-se, ainda que não intencionalmente, política (CERVO e BUENO, 2010). Pequim enviou representantes ao Brasil em 1962 para a abertura de um pequeno escritório comercial, e as aproximações, tímidas, seguiram até

1964¹⁴. A reaproximação foi, contudo, rompida por ocasião do Golpe de 1964 e do alinhamento automático brasileiro a Washington, de tal forma que o pouco que havia sido feito em Pequim fora rapidamente desfeito.

O governo de Castelo Branco buscou reverter o movimento de universalização e diversificação pragmática de parceiros que vinha se desenvolvendo desde o governo JK, pois caberia ao Brasil posicionar-se a partir de círculos concêntricos de inserção internacional: o primeiro, a América do Sul; o segundo, a América; e o terceiro, o “além-mar”, no qual o país deveria ter cautela. Tratava-se de uma visão que retomava a política externa hemisférica no país, embora resguardada por certo pragmatismo econômico, já que fora gestada no binômio segurança hemisférica e desenvolvimento¹⁵. Isso fez com que o país tivesse um posicionamento regional altamente reativo aos países de esquerda, rompendo com Cuba e conduzindo uma operação militar na República Dominicana em 1965, mas internacionalmente cauteloso, conforme ressalta Belli (2006).

A ruptura com a União Soviética e a Revolução Cultural levaram a China a se afastar também dos demais países latino-americanos. Dado que a distância geográfica e comercial já dificultava a relação de Pequim com esses países, com a emergência de diversas ditaduras anticomunistas na região, passa-se a haver grande hostilidade à China maoísta entre esses países. Só há um contexto diferente no caso cubano, em que a crise dos mísseis e o embargo econômico estadunidense distanciaram forçosamente os dois países. A grande virada de chave nesse processo será a visita de Nixon à China em 1972, que abrirá caminho para o amplo reconhecimento diplomático de Pequim na região (DELGADO, 2016). Antes disso, contudo, o Brasil voltará a posicionar-se internacionalmente a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, a despeito das questões de segurança hemisférica relacionadas à perseguição aos grupos e governos de esquerda na América do Sul, é a diplomacia da prosperidade de Costa e Silva com seu multilateralismo contido¹⁶.

¹⁴ Em 1965, por ordens do governo brasileiro, o escritório comercial chinês no Rio de Janeiro foi fechado e um grupo de nove jornalistas chineses que lá trabalhavam foram presos e torturados no Brasil. Este foi um dos primeiros casos de violação internacional de direitos humanos pelas sucessivas ditaduras do cone sul (O GLOBO, 2014).

¹⁵ Há forte influência do pensamento da ESG, por meio das obras de Golbery de Couto e Silva a respeito da geopolítica da segurança nacional brasileira (BADO, 2006).

¹⁶ Iniciativas que pregavam intervencionismo militar direto brasileiro na região, como a Frente Interamericana da Paz foram deixadas de lado e operações de inteligência e contra subversivas foram montadas, como a Operação Condor.

O alinhamento automático aos Estados Unidos e a política de intervencionismo regional foram abandonados pelo Brasil em uma “correção de rumos” já no governo Castelo Branco. Os governos seguintes, Costa e Silva e Médici, sobretudo este último, estavam comprometidos com a continuidade do desenvolvimento econômico em seus discursos e isso englobava as relações com a América Latina e o mundo, ironicamente assim como estiveram JK, Jânio e Jango.

Vizenti (2009), destaca que outrora particularmente bipolar, a ordem internacional passava por um rearranjo de forças, com a ascensão econômica do Japão e da Europa. Nesse contexto, o Brasil, país dependente de importação de petróleo e insumos industriais, organizava-se para uma inserção internacional com vistas à mitigação de seus gargalos externos, e isso envolvia a diversificação acentuada de parcerias, não obstante que seguissem determinantes para o país suas relações bilaterais com os Estados Unidos, portanto, um aceno à China Comunista, sem que antes a grande potência hemisférica abrisse caminho, ainda era precipitado para o país.

O caminho foi aberto e o Brasil firmou relações diplomáticas com Pequim em 1974¹⁷, sendo este um dos gestos diplomáticos mais destacados do pragmatismo ecumênico e responsável, levado a cabo no Itamaraty por Azeredo da Silveira, diplomata de visão singular e figura de proximidade privilegiada com Geisel (SPEKTOR, 2004). O ensaio multipolar dos anos 1970 deu ao Brasil a possibilidade de se equilibrar entre as forças globais novamente, tal qual acontecera entre 1937 e 1942. Além disso, não era mais o país um mero agroexportador excessivamente dependente dos Estados Unidos, muito por conta da paulatina diversificação de parcerias construídas nos anos anteriores¹⁸. Para Moura (2010, p.427), comparado a PEI, o pragmatismo ecumênico e responsável gozará de muito mais poder de execução, porque em 10 anos o Brasil tornará-se um player muito mais dinâmico no sistema internacional. Esse período será marcado por um pragmatismo comercial

¹⁷ Aqui vale tomar nota de que o Brasil não foi o primeiro país da América Latina a normalizar suas relações diplomáticas com a China, tendo sido este o Chile em 1970, ademais foi o Brasil o último grande país da região a abrir mão do reconhecimento de Taiwan – Argentina e México largaram na frente (BERJANO et al, 2015). Esses dados mostram que apesar de ser tido como período de afirmação na política externa, ainda estava o país sob controle de um regime ditatorial de viés anti-comunista e o pragmatismo era destacadamente comercial e não político.

¹⁸ O Brasil abriu negociações francas com a Alemanha Ocidental para a cooperação no campo da energia nuclear, expandiu suas relações comerciais com o Japão (já segundo maior economia do mundo à época) e ampliou o intercâmbio comercial com os países árabes, o Irã e o Iraque, buscando no último caso expandir o leque de fornecedores de petróleo para o país (SPEKTOR, 2004).

notório e pela consolidação do país como líder regional vis-à-vis a perda de poder argentino (RICUPERO, 2017).

Coincidentemente, a China experimentava também um período em que se abria espaço para um pragmatismo econômico que ecoa até os dias de hoje na política externa chinesa. A partir de meados dos anos 1970, com o falecimento de Mao, inicia-se uma longa e complexa disputa de poder na cúpula do PCCh que envolveria desde os setores intelectuais até o EPL. Ao fim e ao cabo, prevaleceu a ala ligada a Deng Xiaoping, que, apesar de alijado do poder em alguns momentos, nunca deixou de conservar seus apoiadores. Coube a esse grupo implementar as mudanças, dando o direcionamento político necessário para os primeiros passos na fundação do Socialismo de Mercado chinês.

A realpolitik com os Estados Unidos e a pacificação do leste asiático – causadas pelo crescimento econômico japonês, pela manutenção do armistício na península coreana, pelo fim do conflito no Vietnã e pelo reequilíbrio nas relações com a URSS – fornecem espaço de manobra que os anos 1960 não haviam fornecido à China para realizar mudanças profundas em sua inserção internacional. Desse modo, surge um interesse chinês em expandir seus laços comerciais com o mundo e o Brasil mantinha a diplomacia comercialmente direcionada. Politicamente, os países não divergiam tanto nas posições adotadas internacionalmente, conforme ressalta Oliveira (2004, p.12):

Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Apesar das diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos, Brasil e China demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. China e Brasil apresentaram também posicionamentos similares em relação a outras questões internacionais, tais como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial a oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos.

Nota-se que há um reconhecimento das similaridades de demandas entre os dois países em detrimento de fatores que historicamente apartaram os dois

Estados, como as barreiras linguística, geográfica e os modelos políticos. No início dos anos 1980, tanto a China como o Brasil experimentaram transições políticas e mudanças paradigmáticas em seus modelos de organização econômica. De um lado, o Brasil era sufocado por crescentes pressões inflacionárias e por sucessivos ataques especulativos de seus credores internacionais, dando causa à visão de que o modelo de industrialização brasileiro intensivo em capital estrangeiro estava em franco esgotamento. Por outro lado, a busca por universalização de parcerias e a latinoamericanização de suas relações exteriores consolidavam o país como potência média regional industrializada.

Por sua vez, a China encararia um dos mais complexos processos de transição econômica de que se tem registro. Sua abundância em mão de obra e a proximidade dos tigres asiáticos serviriam de base para o seu posicionamento com o que viria a ser a grande fábrica do Mundo. Contudo, restavam questões profundas sobre a manutenção política do PCCh nesse contexto *sui generis*. Desafios em esferas comuns da vida social, econômica e política do povo brasileiro e chinês deram identificação entre os dois países para que a parceria fosse empenhada de forma gradual.

1.3. A fase da parceria estratégica

Embora fosse o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China um momento histórico para ambos em 1974, estes mantiveram contatos apenas formais. Questões geográficas, políticas, culturais e mesmo econômicas pesaram para que os países não conseguissem executar uma política comercial com vistas a abarcar a totalidade da complementaridade bilateral. Beccard (2008, p.70), lembra que a transição política chinesa adiou uma aproximação mais intensa entre os dois países, na medida em que era preciso consolidar um novo projeto de poder em Pequim.

Na China, por exemplo, mudanças políticas internas (após a morte de Zhou En-lai e Mao Zedong), além de necessidades de ajustes nos projetos de reforma econômica e de melhorias na infra-estrutura portuária e ferroviária que o progresso exigia dificultaram as trocas entre os novos parceiros. Do mesmo modo que o Brasil, carecia a China de recursos para incrementar as relações Sul-Sul, passando as escolhas a serem

condicionadas pela possibilidade de se poder defender interesses específicos. Existia ainda uma inicial falta de entendimento mútuo, reforçada pelas distâncias físicas e culturais e conhecimento incipiente das realidades nacionais.

Por outro lado, a mesma autora ressalta que os dois países foram hábeis em fechar acordos comerciais compreendendo insumos escassos de cada parte. Ao Brasil interessava muito o petróleo chinês, sobretudo após o segundo choque do petróleo. Já a China, carente de alguns recursos minerais e agrícolas, passou a importar parte deles do Brasil. Todavia, segundo Biato Júnior (2014), não estava configurado ainda o padrão atual de exportações altamente concentrado em produtos primários do lado brasileiro. Souza (2021) acompanha essa visão e destaca a presença de manufaturas e produtos oriundos da indústria de transformação, o que segunda aquela se dava pela maior abrangência produtiva da industrialização brasileira¹⁹.

A China passava por uma transição econômica que tinha no Brasil um exemplo comparativo importante, dadas as lacunas e as virtudes do processo de substituição de importações brasileiro que ao final dos anos 1970 começava a dar sinais de esgotamento. Da parte brasileira, antes do governo Sarney, houve discussões a respeito da natureza ideológica das suas relações com a China, já que segundo Biato Júnior (2014) existia resistência em parte da cúpula militar quanto à aproximação com a RPC²⁰, no entanto, isso seria remar contra a maré internacional de aproximação diplomática que ocorria entre a China e diversos países no mundo, inclusive na América Latina e nos países caribenhos, onde até meados dos anos 1980, somadas as regiões, a China havia firmado relações diplomáticas com 17 países (ZHENG, SUN e YUE, 2019).

A despeito da expansão no intercâmbio comercial, as tratativas políticas para alinhar os interesses estratégicos só ocorreram a partir da visita do chanceler Saraiva Guerreiro à China em 1982, e mais tarde do presidente João Figueiredo (1979-1985) em 1984, ocasião em que se encontrou com Deng Xiaoping. Da parte chinesa, existia um entusiasmo na promoção das relações com o Brasil por

¹⁹ Ainda segundo Sousa (2021), o acordo comercial firmado entre os dois países em 1978 previa equilíbrio nas exportações de manufaturas das duas partes, mas predominava do lado brasileiro o perfil mais abrangente da pauta de exportações.

²⁰ O Brasil, por exemplo, votou contra a resolução das Nações Unidas que devolvia Pequim ao assento permanente do CSNU em detrimento da retirada de Taipei daquela posição adquirida anteriormente com apoio norte-americano (Beccard, 2008).

entender ser este o interlocutor decisivo da América Latina (BIATO JUNIOR, 2014), indicando que o processo de latinoamericanização da inserção internacional brasileira era uma realidade preeminente nas relações exteriores do país. Também deve-se mencionar o relativo sucesso do modelo de industrialização brasileira, que em pouco mais de 50 anos fez a transição de uma economia profundamente agrária para uma industrializada, e que dominava ciclos avançados na indústria de transformação.

Beccard (2008) assinala, por outro lado, que as relações com o Brasil eram secundárias para a China nos anos 1980, sendo a América Latina uma região a ser perseguida para concretizar a universalização da política externa chinesa no contexto do processo de abertura econômica. Por sua vez, o Brasil baseava sua aproximação com a China em um perfil de diplomacia universalista e voltada à diversificação de parcerias, percepção que se tornou muito cara às relações exteriores brasileiras (Oliveira, 2004). Naquele momento, o país tinha pouca margem de atuação frente aos Estados Unidos e à Europa, porque as discussões do Clube de Paris²¹ quanto à dívida externa dos países latino-americanos pressionavam aquele. Esse contexto de inviabilidade face às relações com o Atlântico Norte contribuiu para uma aproximação com a Ásia, para além do Japão, por parte do Brasil: Sarney realizou visitas à China, à Índia e à URSS durante seu governo.

A trajetória de aproximação com a China concretizava um ciclo de diversificação de parcerias e de voos autônomos na política externa brasileira. Quanto às relações com os Estados Unidos, estas estavam muito menos sujeitas à patrulha ideológica constante desde o fim da Segunda Guerra, porquanto Washington tinha interesses muito mais objetivos no Brasil naquele momento, que envolviam desde a dívida externa, passando pela lei brasileira de informática e o programa nuclear brasileiro, assim, cada vez mais, do Brasil era exigido pragmatismo em suas relações bilaterais com os Estados Unidos, o que consequentemente envolvia a política externa brasileira de uma maneira geral.

Para Araújo de Castro (APUD VARGAS, 2013), esse dilema brasileiro originava-se da persistência de atuação diplomática centralizada na construção de uma sólida política externa, em detrimento de uma política internacional abrangente

²¹ Clube de Paris era um grupo informal que reunia a maioria dos grandes credores da dívida do terceiro-mundo, entre estas sucessivas reuniões foram realizadas nos anos 1980 (EICHENGREEN, 1999).

em meio à comunidade de nações, construindo uma agenda favorável ao país. Nesse sentido, restaria à política externa, mais concentrada nas agendas bilaterais e iniciativas multilaterais, atenuar os problemas causados pela tímida atuação internacional do país na disputa de poder.

Considerando esse contexto e a preferência por uma atuação mais centrada na formulação da política externa, os interesses brasileiros em relação à China visavam os pontos de deficiência do projeto de desenvolvimento nacional daquele momento, a saber: a tecnologia nuclear para fins pacíficos, a indústria química e petrolífera e a defasagem em tecnologia aeroespacial. Daí decorreram as principais iniciativas entre os dois países que mais contribuíram para o Brasil, como o projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), a participação da Petrobras na extração de petróleo no litoral chinês junto às suas congêneres europeias e o interesse pelo bem-sucedido programa de energia nuclear chinês. A abertura chinesa aos interesses brasileiros e sua vontade de aprender com os nossos “erros e acertos” somaram-se à linha desenvolvimentista ainda persistente no governo Sarney e encontros bilaterais sucederam-se com a participação de grupos empresariais e técnicos, aumentando o espaço da agenda entre os dois países (RICUPERO, 2017).

Outro fato importante a ser refletido acerca dos dois países nesse momento era a relação entre eles e os Estados Unidos. O Brasil era alvo de pressões externas dos Estados Unidos quanto às diversas iniciativas de reserva de mercado e de cunho desenvolvimentista, como a lei de informática e a quebra de patentes farmacêuticas. Além disso, a Rodada Uruguai do GATT (1986-1994), serviu para Washington e os demais países desenvolvidos pressionarem o Brasil e aliados a aceitarem os acordos referentes à proteção de patentes, investimentos e o comércio de serviços. (RICUPERO, 2017).

Por sua vez, a China passou despercebida pela investida americana contra o bloco comunista, em virtude dos acordos estabelecidos uma década antes com Nixon. O país, então, usou suas reformas econômicas como bandeira e capitalizou boa parte do redirecionamento produtivo que a economia política do governo Reagan imprimia ao mundo. Pequim aproveitou o lapso entre a decadência soviética e o apogeu do unilateralismo americano e sustentou-se por meio de seus vetores estratégicos adquiridos durante o período maoísta (KISSINGER, 2012).

Em que pese o contexto econômico e geopolítico brasileiro e a transição para o socialismo de mercado na China, os anos 1980 intensificaram a agenda bilateral entre os dois países, abrangendo temas variados. A participação chinesa na balança comercial brasileira cresceu, acompanhando uma tendência generalizada de maior integração econômica daquele país com a América Latina, mas esse movimento partiu muito mais de Pequim. Ricupero (2017, p. 585-587) discute como a América Latina fragilizou-se diante das novas condições da economia global, ao passo que o leste asiático, pelo contrário, ganhou robustez econômica e dinamismo. A China não tinha problema com ciclos hiperinflacionários constantes, tampouco dependia excessivamente do capital internacional, visto que permaneceu sob bloqueios comerciais por quase 3 décadas.

Chineses e asiáticos não somente superaram os latinos na percepção do tempo histórico e no senso de oportunidade, atributos em parte resultantes da ênfase confuciana na educação e na sintonia de informação atualizada com o que ocorria no mundo em redor. Encontravam-se também mais preparados para aproveitar as oportunidades graças a uma tradição de fundamentos macroeconômicos mais sólidos, sem os monstruosos índices de hiperinflação ou déficits fiscais de muitos latino-americanos. Não por acaso, as exceções latinas foram as que haviam completado com mais rigor e mais cedo o processo de controle inflacionário e de restauração de um mínimo de equilíbrio financeiro. Tais condições faltaram infelizmente tanto ao Brasil como à Argentina, comprometendo o futuro desempenho do projeto de integração ao qual se dedicariam. (RICUPERO, 2017. P. 586)

O governo Collor (1990-1992) introduziu mudanças profundas na política econômica nacional, porém a política externa brasileira manteve sua busca por autonomia. Casarões (2014) aponta que o movimento pela autonomia no governo Collor, na inserção internacional do Brasil, foi realizado à luz de uma modernização liberalizante da economia política nacional. Não se tratava, portanto, de um alinhamento essencialmente subordinado aos Estados Unidos, e sim de uma adesão ao Consenso de Washington. Dessa forma, grandes linhas estratégicas de longo prazo se mantiveram na diplomacia brasileira, o que explica a organização da Eco-rio 92, o posicionamento do Brasil entre as lideranças da Agenda 21, bem como a assinatura do acordo nuclear com a Argentina e do Tratado de Assunção em 1991²² (RICUPERO, 2017).

²² O Tratado de Assunção foi o marco para a criação do MERCOSUL em 1994, adiantando a previsão do governo Sarney para a criação do mercado comum em 1998 (RICUPERO, 2017).

Essa continuidade na diplomacia nacional ligada às tradições universalistas e autonomistas na diplomacia brasileira evitou que o país adotasse um liberalismo ainda mais radical como fez o governo Menem, na Argentina. Além disso, também contribuiu para o que país mantivesse certa credibilidade no cenário internacional, com sua posição de liderança na América do Sul. A partir de meados dos anos 1990, o consenso neoliberal na inserção internacional brasileira, que defendia a autonomia pela modernização, deu lugar à autonomia pela integração e participação do governo Cardoso (1995-2002) (VIGEVANI e OLIVEIRA, 2003).

O fim da URSS legou à China a posição de última potência socialista do mundo, as sanções aplicadas ao país após os incidentes de Tiananmen em 1989 e as dificuldades comerciais causadas pelo governo Clinton (1993-2000) trouxeram certa instabilidade para a China entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990. Diversificar as parcerias era uma estratégia importante para a RPC, Para Biato Junior (2010), esse contexto tornou a América Latina muito atrativa para os interesses chineses.

A despeito das visitas a nível de Estado, não houve significativa alavancagem nas relações entre os dois países afora o projeto CBERS, e neste caso em específico Biato Júnior (2010) expõe que o Brasil tinha problemas em oferecer sua contrapartida financeira no projeto. O projeto esmoreceu e só não foi encerrado por insistência brasileira na manutenção do projeto como voto de confiança entre os dois países a longo prazo. A proposta foi eficaz e culminou com a inauguração da *parceria estratégica sino-brasileira* em 1993, no mesmo contexto da visita de Jiang Zemin e também do primeiro-ministro chinês, Li Peng, ao Brasil, ambos acompanhados de técnicos chineses, interessados principalmente na experiência brasileira com Itaipu (BIATO JÚNIOR, 2010).

A parceria estratégica foi uma proposta que surgiu do Brasil e foi uma novidade, inclusive, para a China. O objetivo era que esse movimento alavancasse e salvaguardasse as relações no médio e longo prazo. O Brasil desejava envolver a China, único país em desenvolvimento no CSNU (entendendo a Rússia à parte), no reiterado projeto de reforma das Nações Unidas, bem como construir novos projetos nos moldes do CBERS. Comercialmente, os campos mais valiosos eram os energéticos e de mineração; empreiteiras brasileiras haviam conseguido participar de projetos hidrelétricos na China e a dependência destes em relação ao minério de ferro crescia constantemente. Embora o fracasso das empreiteiras brasileiras na

licitação da Usina de Três Gargantas tivesse causado frustração, o intercâmbio comercial aumentou, muito em virtude da valorização cambial brasileira, advinda do plano real, contudo sob primarização da pauta de exportações do Brasil. A partir desse período, começa a se desenhar o perfil da balança comercial entre os dois países que se vê atualmente (BECARDI, 2007).

Os anos 1990 acentuaram o volume de intercâmbio comercial e inauguraram a parceria estratégica entre os dois países, o que contribuiu para uma mudança de percepção entre os dois países quanto ao lugar das relações sino-brasileiras. Contudo, a crise asiática de 1997 e a brasileira de 1999 reduziram a tendência de crescimento das exportações e das importações entre os dois países. Para Oliveira (2004), a parceria estratégica avançou muito pouco e foi vista muito mais com otimismo do que com realismo, e, para aquele autor, a única iniciativa perdurável e que colheu resultados de fato estratégicos foi o programa CBERS.

1.4. A virada do século e a cooperação sul-sul

A despeito do clima de otimismo que pairava sobre a globalização e a intensa liberalização do comércio, ao final dos anos 1990, esse sentimento dava lugar ao tradicional realismo nas relações internacionais. Crises econômicas arrasaram essa região e o unilateralismo norte-americano reacendeu as desconfianças históricas quanto às pretensões de Washington no continente. Esses fatores contribuíram para o rearranjo das forças políticas nacionais latino-americanas, com a emergência de líderes populares de esquerda e de linha nacionalista, mas cada qual à sua maneira, já que um exercício mais atento às eleições de Hugo Chávez na Venezuela e Lula no Brasil observará diferenças marcantes entre ambos, mesmo que estivessem no mesmo campo político.

Mudanças na conjuntura política regional e a preponderância econômica e militar dos Estados Unidos, fizeram com que os países da região buscassem contrabalancear os EUA de duas formas, a primeira foi dar continuidade a agenda de integração regional a partir de círculos concêntricos, cujo eixo basilar era o Mercosul (BUENO, RAMANZINI e VIGEVANI, 2014); a segunda foi uma estratégia demarcada de autonomia pela diversificação de parcerias, conforme discutem Vigevani e Cepaluni (2007). Este último garantiria a multipolaridade na inserção internacional do Brasil, resguardando sua posição de líder regional, assim como

serviria para equilibrar a supremacia norte-americana, que era vista com olhar crítico pela diplomacia brasileira já desde parte do governo FHC (RICUPERO, 2017).

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1a) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2a) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3a) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4a) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo período, implicaram ênfases precisas: (1a) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2a) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3a) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4a) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5a) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6a) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7a) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2014, P.291-292)

Muitas iniciativas foram propostas pelo governo Lula, no sentido de levar adiante a autonomia pela diversificação, contudo a clivagem entre aquelas de natureza comercial e política permite compreender a China à parte no comércio internacional brasileiro. Após o ingresso daquele país na OMC em 2001, bastaram menos de 10 anos para que Pequim assumisse o posto de maior parceiro comercial brasileiro em 2009. Essa preponderância comercial chinesa foi fruto do encontro entre as necessidades de matéria-prima da China e a capacidade de fornecimento brasileira, mas também de uma aproximação difundida nos mais diversos campos de atuação internacional entre ambos.

A diplomacia comercial chinesa vai ao encontro da diversificação de parcerias brasileiras, contudo o Brasil busca uma posição de negociador multilateral e atrai a China para suas iniciativas. Assim, Pequim faria parte de uma estratégia de crescimento da presença brasileira nos chamados mercados não tradicionais, no qual o Brasil busca se inserir como *Global Trader* e por global entende-se também África, Ásia e Oriente Médio, reeditando, guardadas as devidas proporções, um movimento que marcou o pragmatismo ecumênico do governo Geisel (1974-1979),

mas sob os auspícios da globalização e da integração mais profunda das cadeias globais de valor (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

Vigevani e Cepaluni (2007) destacam a continuidade do universalismo na política externa brasileira, contudo apontam uma tendência à institucionalização das iniciativas multilaterais, conforme se observa na transformação da coalizão G-3 com África do Sul e Índia na criação do fórum IBAS e na formação do grupo dos BRICS²³. Esse mesmo padrão se dá também nas relações sino-brasileiras, segundo Paulino (2020), inaugurado por meio da COSBAN, a Comissão sino-brasileira de alto nível de consulta e cooperação, criada em 2004. Também contribuiu para institucionalização a constante presença das lideranças dos países em fóruns em arranjos localizados no contexto do fóruns multilaterais, como a organização das lideranças dos países em desenvolvimento no G-20 comercial (ONUKEI, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2007).

Colabora também para a aproximação e maior institucionalidade a perspectiva defendida tanto por Hu Jintao quanto por Lula da Silva na área social. As reformas econômicas causaram muitas transformações no mercado de trabalho chinês, a gestão Hu Jintao atuou para mitigar problemas que vieram dessas mudanças (NAUGHTON, 2018). O Brasil, por sua vez, conservava seus notórios problemas sociais, agravados pela concretização de uma urbanização caótica e por uma desigualdade gritante, de tal maneira que a agenda de combate a esses dilemas foi fator determinante para a eleição de Lula. A luta por desenvolvimento social internacional serviu como ponto de convergência para fomentar uma cooperação mais abrangente entre os dois países.

Beccard (2011, p.37) posiciona esse momento na relação entre os dois países como “maduro”, já que começa a se construir uma agenda para a China no Brasil que ganha corpo pela incorporação de atores nacionais, como associações comerciais e a FIESP. A princípio, Pequim era um competidor brasileiro por mercados, contudo o agigantamento do intercâmbio comercial tornou a agenda indispensável, dado que entre “2004 a 2008 as importações da China ultrapassaram as exportações para este país, 57% versus 30%, como resultado o Brasil começou a experimentar superávits comerciais com Pequim” (WALLEY, MEDIANU, 2013, P. 713).

²³ Trataremos mais adiante as relações China e Brasil no contexto dos BRICS.

A enorme competitividade das manufaturas chinesas ocupa espaço no mercado brasileiro, à medida que o real se valoriza e o consumo da classe média se expande (ROSITO, 2016). Por outro lado, os sucessivos incrementos no preço de algumas matérias-primas, como a soja e o minério de ferro, impulsionaram as exportações brasileiras para a China em valores e volume. Portanto, a valorização da moeda brasileira deu-se muito por conta das aquisições chinesas, o que influenciou no fluxo subsequente de importações brasileiras de manufaturas da China. Durante o primeiro mandato do governo Lula e parte do segundo, as relações entre os dois países apresentavam dinâmica positiva para ambos, indicando cenário *win-win*, contribuindo para um otimismo na percepção mútua. Entretanto, a agenda China apresentada pelo Brasil destacava que esse cenário era frágil dada a “baixa diversificação das exportações brasileiras” e a volatilidade à qual os preços das commodities estavam submetidos (BECCARD, 2011, P.38).

Em que pese ser o Brasil um dos países que mais reclamaram da política comercial chinesa, conforme aponta Rosito (2016), a aproximação entre os dois países em coalizões de interesses e fóruns econômicos atenuou a postura crítica brasileira. Nesse sentido, foi frutífera a estratégia chinesa de cativar os demais países em desenvolvimento, uma postura muito bem recebida pelo Brasil. Ademais, nos marcos da cooperação Sul-Sul firmava-se uma relação à luz de um projeto longo, no qual as divergências quanto às exportações deveriam ser resolvidas dentro da parceria. Conforme destaca Oliveira (2010, p.96), o governo brasileiro desejava institucionalizar a parceria com vistas a obter condições favoráveis ao seu projeto de desenvolvimento, repetindo com a China um padrão na política externa brasileira.

O caminho da institucionalização do viés cooperativo adotado pelo governo Lula coaduna-se com o raciocínio de que as assimetrias brasileiras em suas relações podem ser resolvidas atuando dentro da parceria com a China, conforme destacado por Rosito (2016, p.62):

Felizmente, a assimetria que se patenteia economicamente entre a China e a maior parte de seus parceiros econômicos e comerciais tem sido acompanhada, no Brasil, da construção de mecanismos de diálogo bilateral e plurilateral que têm permitido o aprofundamento consistente das relações e a construção de pontes para solucionar desafios relacionados às trocas bilaterais mais intensas e à competição dos produtos chineses.

Essa opção construtiva brasileira levou à assinatura de um memorando de entendimento que concedia status de economia de mercado à China pelo Brasil em 2004. Embora o Congresso brasileiro não tenha votado ainda esse reconhecimento, o memorando gerou inúmeras críticas ao governo Lula (Oliveira, 2010) e mais recentemente com a expiração da validade do memorando, o Brasil tem analisado caso a caso (Biasetton e Amaral Júnior, 2022) . Para muitos, tratava-se de uma concessão indevida, pois o setor exportador de manufaturas brasileiro seria fragilizado pela forte concorrência chinesa em mercados terceiros disputados por ambos os países. Por outro lado, a disposição brasileira em construir alternativas de diálogo no âmbito sul-sul precisaria englobar a China e consolidar parcerias, o que inevitavelmente envolve fazer concessões. O Brasil não tem predicados de uma potência central, tampouco se serve dos mesmos meios que aquelas para perseguir seus interesses, restando ao país um pragmatismo do possível em defesa de sua soberania e de suas inclinações sul-americanas. Em razão disso, não poderia se furtar à oportunidade de ampliar os laços com Pequim.

Analisar apenas os desequilíbrios na diversificação da pauta exportadora brasileira para a China, a partir, principalmente, dos mandatos de Lula, é infrutífero, pois inúmeras empresas brasileiras também se beneficiaram desse processo (MELO e FILHO, 2015). O êxito da internacionalização da cadeia produtiva de alguns setores nacionais ocorreu em grande parte por conta da parceria com a China. Na primeira década do século XXI, houve espaço para o crescimento compartilhado e para ganhos imediatos e derivados da parceria.

1.5. A assimetria

Após a crise de 2008, o processo de ascensão econômica da China foi acelerado em comparação com os ciclos recessivos enfrentados pela tríade do capitalismo central; sua transição econômica para uma economia de renda média havia sido concluída, abrindo espaço para o desenvolvimento de um enorme mercado consumidor local. A urbanização da China e o crescimento do poder de compra local contribuíram para que o país se tornasse um importador líquido de

alimentos, embora também fosse um grande produtor (FAO, 2020). Nesse sentido, a América do Sul e principalmente o Brasil tornam-se importantes fornecedores de alimentos para a China, para além da soja e minério de ferro, laticínios e proteína animal passam a entrar na pauta exportadora brasileira para a China.

Puxadas pelo crescimento econômico da China, as exportações de matérias-primas aumentaram a taxas singulares entre 2004 e 2013, dando origem ao ciclo das commodities. Economias de perfil exportador primário, como a Rússia, a África do Sul e o Brasil, são impulsionadas por essa valorização inédita nos preços de seus produtos mais competitivos. No entanto, esse modelo gerou um problema para esses países, qual seja: ao se agregarem ao ciclo de expansão econômica da China, viram a preponderância chinesa crescer em sua balança comercial, enquanto Pequim, ao contrário, diversificava seus parceiros econômicos.

A despeito do seu crescimento econômico, o Brasil já enfrentava um quadro de desindustrialização. Esse quadro reforçava a dependência da exportação de commodities para equilibrar a balança de pagamentos, no entanto, Pereira de Melo e Amaral Filho (2015), identificam que os ganhos por exportação de matérias-primas fluíram para o setor financeiro, acentuando um modelo de desenvolvimento calcado na financeirização. Com os investimentos nacionais em formação bruta de capital fixo limitados, a estrutura produtiva apenas respondeu aos estímulos externos, causados em larga escala pela China.

Foi nesse contexto que o Brasil viu crescer uma cadeia produtiva local ligada às exportações de matérias-primas para a China. Ou seja, toda a estrutura extrativa, industrial e comercial que tanto cresceu no país, de maneira dinâmica, teve, na dependência da China, um formador central. O agronegócio brasileiro, por exemplo, tornou-se competitivo, inovador e impulsionador de uma reorganização produtiva no país, não só por meio de planejamento nacional, mas também por indução de demandas chinesas. Trata-se da formação de uma dependência econômica involuntária, decorrente de fatores anteriores à expansão das relações entre o Brasil e a China.

Contudo, existem fatores, para além das relações econômicas, fundamentais para pensar essa crise assimétrica, muito mais preponderantes para uma análise de longo prazo nas relações sino-brasileiras. O primeiro deles é o distanciamento muito rápido nos ativos geopolíticos dos dois países no espaço de pouco mais de uma década, já que quando Hu Jintao e Lula iniciaram seus mandatos, eram ambos

grandes países em desenvolvimento, com uma relativa diferença em favor da China, mas atualmente o que se vê é a relação entre uma potência regional em desenvolvimento de um lado, com uma candidata a superpotência mundial do outro.

Em segundo lugar, a China usou seu crescimento para construir instituições alternativas à ordem liberal de Bretton Woods. Embora nenhuma delas seja um espaço para propor uma ruptura com o modelo de governança global vigente, todas estas deram margem de manobra a Pequim, pois houve grande esforço chinês para manter de pé suas iniciativas. Os BRICS, apesar das crises russa, brasileira e sul-africana (e também das reticências indianas), permaneceram firmes como bloco, por conta da força da China.

Por último, há o componente de que os dois países não estão mais no mesmo estágio de desenvolvimento. Mesmo que seja um país de renda média, a China tem uma estrutura produtiva diversificada; seu processo de crescimento fez o país alcançar tecnologias em áreas onde a competição internacional era restrita a poucas nações. Portanto, não cabe mais incluir a China na mesma cesta de economias em desenvolvimento que o Brasil.

Todo esse quadro ficou evidente com a crise econômica brasileira a partir de 2015. Fragilizado pela instabilidade política decorrente de uma sociedade profundamente fraturada, o Brasil ficou ainda mais incapaz de compreender e adotar soluções para lidar com seu principal parceiro comercial, seguindo os ditames do pragmatismo e da razão estratégica por trás da parceria sino-brasileira. As dificuldades brasileiras contrastam com a capacidade de ação e a resiliência de Pequim, o que explica a crise assimétrica.

1.6. Considerações parciais

Neste capítulo buscamos apresentar o contexto das inserções internacionais de Brasil e China a partir de uma descrição cronológica, apresentando oscilações e continuidades, assim como momentos chave para os processos de acomodação dos projetos nacionais de ambos os países ao sistema internacional, de tal forma que nos centramos com mais atenção ao período de gestação dessa relação tão aprofundada ao longo do século XXI, usando de um exercício de análise histórica

das relações bilaterais e internacionais de ambos os países. Um aspecto da singularidade da China para o Brasil se dá no imediatismo histórico do processo de construção dessa parceria, haja vista que a proximidade entre os dois países é um fato novíssimo, por isso, é dada atenção ao período anterior às relações diplomáticas abertas entre ambos.

Um estudo comparado entre os processos de desenvolvimento econômico da China e do Brasil é um exercício metodologicamente árduo, pois residem em cada caso diferenças marcantes, contudo, se existe um ponto que sela a proximidade destas nações, é a luta por projetos nacionais de desenvolvimento. Se a busca por autonomia é um traço característico da política externa brasileira, o mesmo pode se dizer da China, isso decorre de uma visão local de que havia uma necessidade de organizar todo um esforço para se igualar aos grandes países do centro, porque tanto em um lugar quanto no outro existe uma crença quanto à grandeza destes países, mas isso precisava ser equacionado com as pressões exercidas pela proximidade com grande potências que norteavam a geopolítica local.

Para o Brasil do século XX, as relações com os Estados Unidos constituem a interação decisiva para o seu projeto de inserção internacional, equacionado com muita dificuldade pela complexidade do desenvolvimento econômico em uma dinâmica clássica de centro-periferia. Já na China pós-1949 e até os anos 1980, a União Soviética tem o papel preponderante no processo de posicionamento regional e global da RPC, acompanhada regularmente pela atuação dos Estados Unidos na região. Portanto, desenvolvemos uma linha de raciocínio que procurou abarcar essa conjuntura para ambos os países, o que demonstrou como as relações entre China e URSS serviram para que ocorresse o distensionamento com os EUA, e a consequência desta para a formação das relações entre Brasil e China.

Finalmente, adentramos as relações sino-brasileiras no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, no contexto das reformas econômicas na China e da crise da dívida brasileira. Politicamente, trata-se de um período em que os projetos nacionais, tanto lá quanto cá, começam a se fracionar devido às insuficiências do projeto brasileiro e às mudanças no cenário chinês. Na China, essas divisões foram superadas pela força aglutinadora do eixo central na organização política do país, o Partido Comunista Chinês, assim como por uma estratégia de desenvolvimento calcada em uma competitividade voltada ao mercado global, mimetizando gradualmente os acertos dos vizinhos do leste asiático. O Brasil, contudo, padeceu

de um projeto de crescimento no qual uma pequena parcela da população absorveu ganhos extraordinários, aprofundando o conflito distributivo no país, e fragmentando os interesses políticos locais.

Como apresentamos, essas diferenças não impediram que fosse firmada uma parceria estratégica de iniciativa brasileira com a China já nos anos 1990, tampouco atrapalhou o crescente intercâmbio comercial. As semelhanças e o entendimento mútuo foram ainda mais ampliados durante os arranjos de cooperação sul-sul no começo do século XXI, período em que fixou as relações entre Brasil e China como um projeto de longo prazo. Entretanto, identificamos que subjacente a esse aprofundamento da parceria desenvolveu-se uma assimetria entre os dois países em termos econômicos e geopolíticos, o que foi catalisado pelo cenário patente de desindustrialização brasileiro e a estagnação no crescimento do país. É aqui que surgirá a discussão sobre o papel da China como impulsionadora ou não desse quadro, e a hipótese de a construção de uma relação de dependência do Brasil em relação à China perfazer um problema a ser discutido nos próximos capítulos deste trabalho.

2. Política externa, divergências e estratégias de desenvolvimento nas relações sino-brasileiras

2.1. Introdução

Para ressaltar a importância de relações bilaterais, é comum que se aponte primeiro as diferenças e discordâncias e depois discorre-se a respeito das semelhanças e possibilidades entre os dois países. Diferente desse costume, apontaremos aqui primeiro a construção comum de princípios que se aplicam às políticas exteriores de Brasil e China, depois a principal divergência entre ambos e ao que atribuímos ser a raiz dessa diferença, a oposição de estratégias de desenvolvimento, que entendemos ser o ponto de partida para a inserção internacional desses dois países.

Para tanto, o que se segue, primeiro, é a identificação de padrões de organização da atividade diplomática comuns aos dois países, conforme uma interpretação à luz da estrutura principiológica que tem norteado as relações exteriores brasileiras, mas também é um instrumento adotado pelos formuladores da política exterior da República Popular da China desde os tempos revolucionários. Assim, a proximidade desencadeada pela agenda de cooperação sul-sul e a convergência de interesses no bloco dos BRICS serviram para que a proximidade fosse acentuada.

No entanto, do ponto de vista bilateral, o fator determinante foi o comercial. Isto posto, a segunda parte deste capítulo também descreve como se deu o aprofundamento das relações econômicas e as queixas sobre as perdas brasileiras. Embora seja o grande eixo da proximidade entre os dois países, esse é o espaço que mais tem gerado divergências e discussões acerca da desigualdade de ganhos e do alegado quadro de dependência e desindustrialização da economia brasileira.

Por último, retomamos uma discussão recorrente acerca da natureza política do modelo de desenvolvimento brasileiro adotado após os anos 1990, justamente o período em que as relações entre os dois países passaram a apresentar forte crescimento. A isso complementamos com uma reflexão a respeito da diferença entre as estratégias adotadas pelo Brasil e pela China e suas raízes ideológicas. Finalmente, seguem-se as considerações parciais sobre esse tópico.

2.2. Princípios comuns às relações internacionais do Brasil e da China

A tarefa de identificar padrões em uma atividade sujeita às muitas imprevisibilidades das subjetividades das ações humanas e dos problemas relativos à interação espaço-humanidade é complexa. No entanto, não há impedimentos para que o exercício apurado identifique posições repetidas por fundamentações, sejam históricas, culturais, ou mesmo comerciais. Nesse sentido, as relações internacionais de Brasil e de China, quando submetidas a escrutínio, oferecem alguns modelos de atuação muito caros a esses países, os quais são identificados posteriormente em processos históricos e destacados por meios de estudos acadêmicos, ou mesmo documentos de Estado.

Interessa a este estudo descrever de maneira não exaustiva o que seriam princípios comuns às relações internacionais do Brasil e às da China, de tal forma que a interpretação daqueles contribua para entender as bases da aproximação sino-brasileira, bem como fomentar algumas perspectivas. Observar as diferenças entre as nações ajuda a entender a persecução de objetivos particulares a cada uma, não obstante as semelhanças que dão causa às aproximações e às interdependências entre os Estados. Se hoje Brasil e China se reconhecem como parceiros de longo prazo, é porque há interesses similares no núcleo de execução de suas políticas externas.

Apesar da existência de parâmetros de orientação e atuação na diplomacia de ambos os países, não se pode negar que as inserções internacionais da China e do Brasil ocorreram sob pressão da ordem vigente, a partir da liderança das potências centrais. Isso fez com que uma estratégia de ascensão pacífica (termo empregado literalmente pelas autoridades chinesas) tivesse de preponderar tanto em um país quanto no outro. Ou seja, a via conflitiva, no sentido bélico, do conquistador - que serviu tanto à Inglaterra e demais potências europeias (incluindo o Império Russo) nos séculos XVIII e XIX, e, mais tarde, na supremacia anglo-americana - não caberia aos casos brasileiro e chinês, assim como não era possível instalar nova ordem, haja vista que países emergentes o são porque emergem na ordem vigente, e esta ascensão de ambos no sistema internacional é

fruto de uma política externa cujos vetores principais estariam ligados à estratégia nacional de desenvolvimento.

Em termos históricos, o que se observa é que os países em desenvolvimento se resguardam em um multilateralismo econômico na busca de mercados consumidores para suas indústrias nascentes, assim como em um protecionismo a nível local e em uma forte integração econômica regional (JAGUARIBE, 2006). De tal forma, se baseiam em uma diplomacia que visa pacificar suas fronteiras e o entorno geográfico, para que os esforços sejam concentrados em um pragmatismo comercial, regido por um Estado atuante nas políticas de comércio internacional. Quanto a isso, há farta literatura disponível sobre sistema de importação e exportação dos casos japonês e coreano (Evans, 1995; Rosenberg, 1969) assim como as teses cepalinas na América Latina e o caso do protecionismo indiano (PNAD, 2024).

Embora tenham contextos nacionais distintos, o Brasil e a China apresentam semelhanças na forma e no conteúdo dos discursos nacionais sobre o tema do desenvolvimento. A trajetória de maturação desse conceito em suas políticas exteriores, todavia, difere substancialmente. Se o objetivo final aproxima os dois países, os meios são muito distintos, enquanto o Brasil se serve de condições regionais muito bem resolvidas em torno de sua consolidação como líder, desconfianças históricas e violações de soberania fizeram com que a China tivesse que resguardar sua política externa com muitos elementos da segurança estratégica. O Estado chinês tal qual conhecemos hoje surgiu de violentos conflitos e ocupações imperialistas, tema que o Brasil havia resolvido ao longo do século XIX.

Não sendo esgotáveis em si, identificamos quatro princípios comuns às relações internacionais brasileiras e chinesas, que contribuem para um senso de semelhança nas posições adotadas pelos países. Quais sejam: a) inserção pacífica na ordem internacional vigente; b) pragmatismo comercial; c) respeito à soberania e à autodeterminação dos povos; d) prevalência de viés cooperativo na política externa. Sequencialmente, estes serão abordados por meio de um raciocínio descritivo, no qual serão apresentados exemplos práticos que corroborem as similitudes apontadas.

Constitucionalmente afirmado, o caráter pacífico das relações internacionais do Brasil é fruto de um longo histórico como mediador de conflitos regionais e do

predomínio dos ditames do direito internacional na diplomacia brasileira, organizados principalmente pelo paradigma da atuação do Barão de Rio Branco à frente do Itamaraty. Pelo seu caráter periférico face às potências centrais, sobretudo ao Reino Unido e aos Estados Unidos, historicamente, caberia ao Brasil colocar-se como país que evita o conflito como instrumento de primeira hora, principalmente no entorno regional.

O que ocorre é que, para firmar-se como liderança regional e porta de entrada ao espaço geopolítico sul-americano, o Brasil desenvolveu uma estratégia de evitar o conflito para colocar-se como agente neutro e respeitado na região. Trata-se de buscar uma liderança por direito baseada em uma conduta negociadora. Com proporções continentais, o território brasileiro era difícil de ser defendido na totalidade, e, considerando o esfacelamento das grandes nações por potências estrangeiras, o Brasil era um chamariz para padecer do mesmo mal. Assim, mesmo que tivesse lutado guerras às suas fronteiras, estas não se firmaram como regra na diplomacia brasileira, por ser um país pouco afeito a uma inserção por ruptura da ordem vigente.

Quanto à China, o espaço histórico de análise do pacifismo sínico no sistema internacional, pode ser tanto milenar, remetendo aos aspectos civilizacionais do entorno da China dinástica e seu sistema de comércio e vassalagem, quanto ao que se determina China contemporânea, ao que em ambas perspectivas pode se associar um caráter pacífico de sua atuação diplomática (LYRIO, 2010). As discussões sobre a predominância do pacifismo nas relações internacionais da China remetem à importância que o país atribuiu a outros aspectos, como o comércio e a infraestrutura entre nações, assim como a prevalência de uma simbologia não conflitiva na moral confuciana (LYRIO, 2010), e, mais tarde, na solidariedade pregada pela diplomacia revolucionária pós-1949.

Conquanto o pacifismo chinês possa ser relativizado diante da pujança militar do país nos dias atuais, é preciso contextualizar esse aspecto na história recente da China. A vocação comercial e pacífica das sucessivas dinastias que ocuparam o império do meio abriu espaço para uma série de invasões de povos externos e menos desenvolvidos. O esplendor técnico da China em inúmeras áreas não foi transferido ao aparato militar da mesma forma que ocorreu na Europa Ocidental do período da revolução industrial, a China se constituiu como centro em si mesmo, não tendo características de potência colonial. Mais tarde, as Guerras do Ópio

provaram que o atraso comparativo às potências ocidentais no aparato militar havia enfraquecido a soberania chinesa diante de povos que, diferentemente dos antigos invasores, estavam dispostos dessa vez a espoliar as riquezas do país de maneira duradoura (SHAO, 2023; LYRIO, 2010).

A inserção da China na ordem internacional capitalista deu-se na condição de país subjugado, porque, outrora grandiosa, toda a estrutura dinástica havia sido esfacelada. Portanto, o que se desenvolveu na China foi uma inserção internacional pacífica e subjacente a esta uma grande capacidade estratégica de defesa da soberania nacional, o que não difere do padrão observado no sistema internacional de maneira geral, no qual as nações se organizam sob um paradigma de defesa da integridade de seus territórios soberanos, ou seja, após 1949, surge uma China que abandona a criticada inércia militar de tempos passados, para aderir, à sua maneira, ao realismo imposto por seu contexto geopolítico.

Inerente ao pacifismo em suas relações internacionais, China e Brasil lograram desenvolver e aprimorar um pragmatismo comercial notório. Isso decorre da presença de uma diplomacia para o desenvolvimento, em que o comércio internacional seria uma fonte fundamental de ativos para o crescimento nacional e para galgar escala na hierarquia de complexidade econômica. O Brasil consolidou esse modelo com base no consenso de industrialização local como fonte de prosperidade, organizado a partir dos anos 1930; a China adotou amplamente essa visão a partir dos anos 1980, capitaneada por Deng Xiaoping, a chamada estratégia do desenvolvimento pacífico.

O desenvolvimento pacífico é uma visão de mundo e de sociedade na qual o conflito com a ordem vigente serve apenas ao atraso do verdadeiro objetivo da República Popular, que é garantir um padrão de vida elevado e generalizado à nação chinesa, enfrentando desafios heterogêneos em uma sociedade tão complexa. Contudo, isso não significa que o país deveria desenvolver uma estratégia de comunicação elaborada com o mundo exterior, visando romper com as particularidades de Pequim e afirmando objetivos comuns com países de sistemas políticos opostos ao chinês. À luz disso, passa a ser importante uma diplomacia comercial atuante e resiliente, ou seja, que se prove essencialmente funcionalista aos intentos desenvolvimentistas do país, conforme descreve Xiaoxing Li (2005).

No caso brasileiro, persiste uma constatação oriunda do empirismo histórico, calcado nas experiências de outras nações, a novidade está na ausência dos

preceitos imperialistas tão caros aos países que haviam adotado o pragmatismo comercial anteriormente. Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão, por exemplo, alicerçaram suas experiências de desenvolvimento em um Estado belicoso e imperial, tomando novos territórios para si, subjugando povos estrangeiros. O poder militar tinha sido um ativo importante para que muitos países obtivessem o status de potência comercial, vide a diplomacia das canhoneiras²⁴, portanto, a posição brasileira exige uma maturação sofisticada de diversos aspectos, como uma rede de alianças diversificada, uma imagem externa positiva e o apoio popular interno, o que o país soube lograr, a despeito da dificuldade de equacionar sua projeção diante do “peso americano” em seu hemisfério (JAGUARIBE, 2010).

Luiz Fernando Ayerbe (2002) discute como o processo de formação dos Estados independentes na América Latina ocorreu no contexto da primeira expansão geopolítica de Washington, de forma que a primeira zona de influência norte-americana foi o Caribe e mais tarde todo o continente americano. Nesse sentido, a organização política dos povos da região deu-se sob o constrangimento de uma grande potência em ascensão, que defendia uma convergência de valores e interesses entre os países vizinhos e seu projeto de poder. Em consequência, sucessivas incursões militares para a conquista de territórios foram empreendidas no século XIX, como a guerra mexicano-americana, a participação na separação do Panamá e o domínio sobre Porto Rico após a guerra hispano-americana. Paralelamente, como já observado neste trabalho, no mesmo período, a China teve sua soberania submetida aos interesses da corrida imperialista que visava repartir partes do país em zonas de influência e protetorados comerciais.

Com efeito, a defesa da soberania nacional tem sido amplamente defendida por China e Brasil, não somente em seu aspecto territorial, mas também a soberania no direito a processos políticos autóctones. Doravante, relacionada ao conceito de autodeterminação dos povos, a soberania nacional no caso chinês e brasileiro tem contornos geopolíticos muito mais abrangentes, já que significa autonomia na defesa de vastos espaços territoriais multiétnicos e a consequente

²⁴ Durante o século XIX e início do XX, alguns países desenvolveram uma política externa apoiada por uma marinha de guerra com capacidade de bloqueio internacional, isto é, o uso de navios fortemente armados para constranger o sistema de portos aos interesses das potências armadas. Destacaram-se nessa prática as grandes potências europeias e os Estados Unidos, assim países independentes, mas militarmente frágeis diante desse poderio sofreram com essa prática imperial, que visava conservar uma hierarquia comercial global. Alguns eventos que exemplificam a questão: Guerras do Ópio na China (1839-1842/1856-1860), abertura da Baía de Edo no Japão pelos Estados Unidos (1853) e o bloqueio da Baía da Guanabara pela marinha britânica (1862). Para mais informações ver Bueno (2012).

projeção regional trazida pela autonomia de uma grande nação soberana. Portanto, a esses dois Estados, a luta pelo direito à soberania serviu como instrumento para ampliar o espaço de atuação de ambos na política internacional, o que pode ser observado na assídua defesa praticada pelas diplomacias daqueles do princípio da autodeterminação dos povos, mesmo que partissem de pressupostos e sistemas políticos distintos.

Relacionado à defesa da soberania nacional encontra-se o princípio da autodeterminação dos povos, constitucionalizado no Brasil pela carta cidadã de 1988, e afirmativamente defendido pela China em sua diplomacia revolucionária dos anos 1950, 60 e 70. Presente nos discursos de ambos países em fóruns internacionais e sobretudo junto às Nações Unidas, a defesa da autodeterminação dos povos é comum nas políticas externas de ambos países mesmo em períodos de distanciamento. Isso decorre da visão de que o terceiro mundo era o espelho étnico e político desses dois povos, tanto chineses e brasileiros, embora estivessem em estágio de organização do desenvolvimento nacional mais avançados que os demais países do sul global, observaram semelhanças e obstáculos que também se impunham a essas duas grandes nações, quando confrontados com os países mais desenvolvidos.

O Sul Global, classificação geopolítica dada a países majoritariamente localizados no hemisfério sul de renda média e baixa, cuja contribuição ao mundo capitalista deu-se primeiro com o crescimento do excedente demográfico, depois com a expansão da produção agrícola e, finalmente, com a maior parte do crescimento econômico absoluto do mundo no século XXI (FMI, 2016). No entanto, tal arranjo de países notabiliza-se pela heterogeneidade nos processos de desenvolvimento nacionais, tendo alguns deles como Brasil, China e Índia logrado o domínio de tecnologias avançadas, ao passo que outros, como Angola e Venezuela, seguem atrelados essencialmente às exportações de matérias-primas.

A desigualdade nos patamares de desenvolvimento entre os países do sul global ofereceu espaço para que aqueles do bloco relativamente mais desenvolvido executassem uma diplomacia de cooperação técnica com os demais (MILANI e CARVALHO, 2012). Nesse contexto, Brasil e China, cada um à sua maneira, foram alçados a uma posição de liderança na cooperação sul-sul, na medida em que detinham as condições materiais e técnicas para financiar projetos e compartilhar *know-how* técnico com os relativamente menos desenvolvidos, passando a ocupar o

espaço que era dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e da União Soviética, notadamente na África no caso da China (MILANI e CARVALHO, 2012). O resultado foi que a cooperação para o desenvolvimento tornou-se um alicerce para as políticas externas de Brasil e China, ampliando o *soft power* desses países e a globalização de suas diplomacias.

No caso chinês, a CSS assume múltiplas formas, desde o envio de missões médicas por dois anos, a construção de rodovias e pontes, cooperação técnica, a instalação de estações termoeletricas, até programas de treinamento e empréstimos de apoio ao comércio exterior. Do ponto de vista financeiro, inclui doações, empréstimos a juro zero e empréstimos subsidiados. As doações e os empréstimos concedidos sem cobrança de juros são gerenciados pelo Ministério do Comércio, seguindo orientações da política externa chinesa. Os empréstimos subsidiados são operacionalizados pelo EXIMBANK, combinando prioridades diplomáticas e objetivos de desenvolvimento econômico. [...] o governo brasileiro adota uma postura que pode ser analisada, pelo menos, sob dois ângulos: de um lado, a CSS-D do Brasil seria mais horizontal, mais solidária, mais propriamente cooperativa, uma vez que envolveria exclusivamente as doações (em financiamento ou por meio de cooperação técnica); por outro lado, ao definir dessa forma a CSS-D oficial brasileira, afastam-se conceitualmente os investimentos e financiamentos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social no processo de internacionalização das empresas brasileiras, ou seja, no processo de projeção do capitalismo brasileiro em países sul-americanos ou africanos. O governo brasileiro protege-se, de um lado, ao restringir o escopo do esforço cooperativo oficial brasileiro, e obriga-se a prestar contas sobre somente a parte da cooperação prestada a título de doação. Tanto a ABC quanto o IPEA ressaltam a importância estratégica que a CSS tem assumido nas agendas da política externa brasileira e se distanciam do conceito de ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD) da OCDE, uma vez que salientam poderem ser chamadas de cooperação somente as atividades cujos recursos são investidos a fundo perdido e não com, pelo menos, 25% de concessão (sem necessidade de retorno), como define o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. (MILANI e CARVALHO, 2012, P. 16-17)

De maneira geral, a consecução de aspectos basilares e que se assemelham nas inserções internacionais de Brasil e China decorre da constatação a nível local de que esses dois países possuíam uma necessidade de consolidar e continuar seus processos de desenvolvimento, reiteradamente pacífico e multilateral. Isso só seria possível pela garantia da não-intervenção e pelo reconhecimento de outras nações incipientes também como polo de poder, aumentando o leque do multilateralismo. Além disso, o alto protecionismo dos países ricos e os gargalos

assimétricos estimularam a formação de alianças diversas para obtenção de mercados e recursos, ao que, por outro lado, chineses e brasileiros responderam com cooperação técnica aberta. Em consequência dessa estrutura de alianças forjadas por esses princípios de atuação diplomática, Brasil e China foram alçados à posição de lideranças do mundo em desenvolvimento, ganhando espaço para negociação junto à tríade e de representação com os países relativamente menos desenvolvidos, tendo com estes últimos obtido uma relação muito mais harmônica.

2.3. Divergências persistentes

Acompanhando as discussões apresentadas nas páginas anteriores, pode-se considerar que a aproximação entre China e Brasil está diretamente ligada à estrutura principiológica que norteia as relações exteriores entre os dois países e ao viés cooperativo de suas políticas exteriores. Contudo, persistem diferenças expressivas entre os dois países, notadamente nos aspectos comerciais e políticos.

A primeira questão nas divergências entre Brasil e China ocorre no campo comercial. De acordo com Hiratuka (2011), existe uma diferença fundamental no papel das estratégias comerciais entre os países, visto que o Brasil adota uma estrutura liberal apoiada pelo multilateralismo comercial, ao passo que a China sistematiza o comércio em seus planos de desenvolvimento nacional. Daí resulta que os modelos de comércio de ambos são distintos na formação, embora guardem certas similaridades.

Existe também o fato de que a China adota o modelo de economia socialista de mercado, cuja lógica dual permite compatibilizar dois sistemas de organização econômica no país, um que privilegia o comércio e outro que resguarda a produção e o desenvolvimento nacional (CUNHA, 2019). Esse foi um dos fatores que impuseram longos anos de negociações para a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, mas sob desconfiança e algumas restrições que perduram até hoje.

O Brasil respalda-se no sistema multilateral de comércio para proteger seus interesses, por entender que assim sofre menos perante a distribuição amplamente desigual de poder entre os países no comércio internacional. Nesse sentido, o

principal artifício brasileiro é a sua condição de país em desenvolvimento exportador de matérias-primas. Assim, o país além de usar da cláusula da nação menos favorecida, enfrenta o elevado protecionismo dos países desenvolvidos, sobretudo diante de produtos agrícolas brasileiros (OLIVEIRA e ONUKI, 2005).

Partindo de estratégias diferentes, Brasil e China entraram em atrito na Organização Mundial do Comércio em algumas ocasiões. Embora os acordos comerciais com a China recebessem críticas de setores da sociedade civil brasileira, a diplomacia do país manteve a prática de direcionar suas reclamações comerciais contra Pequim aos mecanismos legais da OMC. Isso permitia ao país equilibrar a constante aproximação com o que viria a ser seu maior parceiro comercial e a oposição local às práticas comerciais chinesas, as quais têm enfrentando acusações explícitas de muitos países.

As queixas brasileiras recaem principalmente sobre as acusações de dumping e as escaladas tarifárias adotadas pela China. Sétimo país que mais reclamações fez contra a China no âmbito da OMC até o fim da primeira década deste século, o Brasil tende a optar por negociar a retaliar no caso da China (Oliveira, 2010). Tal postura decorre da visão mais permissiva que a diplomacia brasileira tem frente aos países em desenvolvimento, por uma questão de solidariedade e reconhecimento mútuo.

Os países dos BRICS de uma maneira geral tendem a evitar demandas entre aqueles no Órgão de Solução de Controvérsias, visando proteger a coalizão ante à geometria variável da política comercial global, em que países em desenvolvimento alinham-se aos desenvolvidos para conservar interesses nacionais, conforme aponta Oliveira (2005). Aquele arranjo vem sendo adotado nos últimos anos, segundo Papis (2014), embora sujeite-se às variadas particularidades dos países do grupo, diante das dificuldades de equacionar interesses tão heterogêneos, segundo cita o último autor. Assim, os BRICs têm atuado como terceiros interessados nas disputas que envolvam outros países do grupo, evitando embates diretos e concentrando forças em direção aos Estados Unidos e à União Europeia (JUNIOR, 2016, P.3).

O grande desafio brasileiro tem sido enfrentar o elevado protecionismo agrícola europeu e indiano, responsáveis por dificultar o avanço nas relações comerciais agrícolas no âmbito da OMC. Quanto à China, o país é uma potência agrícola, todavia, seu mercado interno impõe demandas enormes, daí a

necessidade de importações. Assim, o interesse agrícola brasileiro, em linhas gerais, diferencia-se do chinês, já que o Brasil é um exportador líquido; a China, importadora. Essa divergência tem-se acentuado ao longo dos últimos anos.

Muito embora não seja a China um país que lance mão comumente do protecionismo comercial nos acordos agrícolas (PAPIS, 2014), a forma como os interesses do país se organizam nesse campo é inversa àquela do Brasil. Partindo desse contexto, é possível depreender que a China tem em vista dois aspectos nesse campo comercial, a segurança alimentar e o preenchimento da demanda complementar de seu mercado. O primeiro se apresenta com certa obviedade por conta do histórico do país no enfrentamento à fome e às moléstias da subnutrição de uma população enorme²⁵; em segundo lugar, dados os limites produtivos do país em termos de recursos, também se mantém a necessidade de importação de parte da demanda agrícola nacional para complementar as lacunas do mercado interno (Figueiredo e Contini, 2013).

A produção agrícola brasileira, nesse sentido, volta-se apenas a uma fatia do mercado chinês que não é atendida pela produção chinesa. De tal forma que a China reserva-se ao controle da demanda no mercado agrícola internacional na medida das oscilações da fatia complementar de sua demanda nacional. Então, a produção brasileira estrutura-se de acordo com as expectativas de crescimento da fatia complementar do mercado chinês. Figueiredo e Contini (2013, p. 11-13), demonstram, por exemplo, como o crescimento da demanda chinesa por açúcar implicou aumento vertiginoso da produção brasileira.

No ano de 2024, a soja permaneceu como o principal produto exportado pelo Brasil à China (Poder 360, 2024). A produtividade comparada da soja na China é inferior à brasileira e à norte-americana. Dessa forma, no conjunto, a demanda do país pelo produto e a capacidade de produção causam uma significativa dependência de importações dessa commodity pelos chineses, mesmo para os padrões de importação da China.

A transição demográfica e a constituição de uma classe média urbana na China foram acompanhadas por um aumento na renda per capita. Como resultado, há uma mudança nos hábitos de consumo locais, o que diversificou a cesta básica e

²⁵ A China mira manter a autossuficiência produtiva-alimentar igual ou maior do que 95%, exigindo um esforço de produtividade enorme, já que a grande parte das terras agricultáveis do país já se encontra em uso. Além disso, o país tem investido na aquisição de terras e na cadeia de produção nos países do qual importa mais seus produtos agrícolas, visando ampliar o controle desses processos. (Figueiredo e Contini, p.8-9, 2013).

ampliou a ingestão de proteínas animais e processados. Nesse contexto, o país tem se organizado para promover incrementos substanciais na produtividade do campo, introduzindo tecnologias de ponta e aprimorando a eficiência dos ciclos de produção, como parte da estratégia de conservar sua capacidade de soberania alimentar nacional em níveis estáveis (VIEIRA, BUAINAIN e FIGUEIREDO, P.5-9, 2016).

Cultivos primordiais aos históricos hábitos de consumo locais são preservados, como o arroz, enquanto a produção de frutas e proteínas animais (porco e frango principalmente) foram ampliados nos últimos anos. Por outro lado, o plantio de oleaginosas perdeu espaço, porque estas demandam grandes áreas agricultáveis e têm baixo valor de venda, como é o caso da soja (VIEIRA, BUAINAIN e FIGUEIREDO, 2016). E, em consequência disso, a demanda da China pela soja brasileira cresceu vertiginosamente nos últimos anos.

Embora a China seja o maior produtor mundial de grãos, há desafios como a baixa disponibilidade de terra e de fontes de irrigação que dificultam a expansão na produção de grãos naquele país. Nesse contexto, os países com grandes vantagens comparativas na produção de grãos foram muito impactados pela demanda chinesa, o quadro de expansão no agronegócio brasileiro verificou-se em outros grandes exportadores de grãos também. Esses países passaram a ter grandes superávits em suas balanças comerciais, impulsionados pelas compras chinesas, que se mantinham em níveis de crescimento acelerado ao longo das duas últimas décadas.

A grande questão que se apresenta é que o Brasil não tem as populações da Austrália e do Canadá; em consequência, não dispõe da mesma renda per capita destes países. Além disso, o país possui um parque industrial considerável, com enormes contingentes populacionais urbanos empregados em setores secundários, seu processo de urbanização esteve intimamente ligado à expansão de sua indústria. A redução de vagas de trabalho na manufatura brasileira acompanha uma tendência natural à migração para uma economia de serviços, conforme se verificou nas tradicionais potências industriais, contudo, nestas esse processo ocorreu em conjunto com a transformação do setor industrial local em produtor de tecnologia de ponta, servindo também a um setor de serviços avançados, é o caso de Alemanha, Japão, França, Itália.

Não se trata de propor uma ligação direta entre a estagnação industrial brasileira e a consequente desindustrialização do país à luz de uma culpabilização

das relações comerciais com a China. Os trabalhos mais recentes e consolidados sobre o tema propõem, na verdade, o contrário (Hiratuka, 2016; Oliveira, 2014 e Vadell, 2019). A expansão da produção de grãos brasileira, diante da demanda chinesa, induziu o desenvolvimento de regiões outrora marginalizadas na economia brasileira, como o centro-oeste, o que trouxe ganhos de escala e produtividade a um setor historicamente importante da economia brasileira.

Todavia, essa produção de ilhas de inovação e alta competitividade na agricultura e na agroindústria brasileira repete a história econômica do desenvolvimento brasileiro — aposta em setores intensivos em capital, baixo emprego de mão de obra e lucros concentrados. Daí sucede uma percepção de que o Brasil tem sido a parte prejudicada nas relações com a China, dando causa a percepção desfavorável sobre este país em parte da sociedade brasileira, já que boa parte dos ganhos na aproximação com Pequim ficaram concentrados em parcela pequena da população, ao passo que a massa de empregados industriais foi direcionada ao setor de serviços, ou sofre com a concorrência das manufaturas chinesas.

Todo esse contexto corrobora para que embora o campo econômico seja um eixo importante para consolidar a parceria sino-brasileira, é neste espaço em que reside a principal divergência entre os dois países. Nosso entendimento é de que essa diferença persiste pois há aspectos diametralmente opostos na matriz da política comercial chinesa e naquela praticada no Brasil. Imperam no Brasil políticas comerciais, enquanto na China é a estratégia há um uníssono adaptado à proporção do desenvolvimento do país.

2.4. A estratégia brasileira versus a Chinesa

Desde o início de seu esforço industrializante, o Brasil equilibrou-se por meio de um modelo de substituição de importações, cuja proteção ao mercado interno era fundamental. No entanto, essa estratégia dependia de financiamento externo, dada

a incapacidade do capitalismo nacional de fornecer as condições para tanto. Assim, o país fez da balança comercial superavitária um instrumento de equilíbrio para a conta de capitais deficitária, sobretudo após os anos 1970.

O processo de substituição de importações brasileiro tem raízes conhecidas e sua estrutura é explorada por trabalho notórios, como os da escola cepalina, de Celso Furtado (2005), de Conceição Tavares (1999) e de Belluzzo (2003), ao que muitos apontam se tratar de uma matriz heterodoxa de desenvolvimento. Contudo, os autores dessa escola discorrem em desacordo com essa tese, baseando-se nas suas sucessivas críticas ao modelo de financiamento e ao privilégio de que gozavam as multinacionais responsáveis pela produção de tecnologias mais avançadas no país, com destaque para o caso da indústria automobilística.

A dependência de financiamentos externos condicionou o crescimento nacional a taxas de dívida externa elevadas, que foram implacavelmente cobradas na medida em que os países credores estiveram sob as pressões da estagnação econômica e da crise inflacionária após os choques do petróleo. De forma que o controle político do projeto de desenvolvimento do país era relativo, condicionado por um cenário clássico de dependência na concepção de alguns autores (MARINI, 2008; TAVARES, 1999), mas com contornos de classe social explícitos, segundo Ianni (2006), por exemplo. Edmar Bacha (2012), explica como o país havia formado uma estrutura social de “Belíndia”, na qual uma pequena parcela da população nacional era agraciada com um padrão de vida Belga, ao passo que a massa demográfica padecia de condições sociais iguais ou piores às da Índia, atualmente, no entanto, Nova Délhi tem conseguido avanços expressivos em seu desenvolvimento social e econômico²⁶.

Pressionado pelos credores internacionais e pelo conflito distributivo local, o Brasil conduziu um processo de redemocratização em meio ao caos social causado pelo seu contexto econômico. Nesse sentido, sob uma realidade *sui generis*, o Brasil também levou a cabo, nos anos seguintes, uma mudança fundamental na sua matriz comercial, sustentada ideologicamente por uma visão neoliberal da política comercial. A estratégia brasileira alterou-se consideravelmente, notadamente a

²⁶ Uma nota importante sobre a ideia de Belíndia é sua aplicação em um contexto específico do Brasil, já que atualmente o mundo, sobretudo o Ocidente tem avançado para padrões de distribuições de renda e conflitos de classes muito semelhantes aos do Brasil. Conforme discute Paulo Arantes (2001), há uma “brasilianização” do mundo, notória nos Estados Unidos e que atinge mesmo partes da Europa, isso é fruto de uma revolta das elites após o consenso reaganiano.

partir do governo Collor, com consolidação posterior durante os oito anos de Fernando Henrique Cardoso.

Milton Santos (2000) descreve o caso brasileiro como caso típico de transição ao modelo globalizante desigual e periférico, ou seja, pela sua face perversa, em que uma parcela minoritária assume a posição de cidadãos globais, com poder de consumo equiparável aos ricos dos países desenvolvidos. Enquanto isso, padeciam as cidades brasileiras, o campo e o enorme bioma amazônico de condições socialmente indignas, com crescentes bolsões de pobreza e subcidadania, é o caso da favelização aguda do país (Alagados, Rocinha, Cidade Tiradentes, Sol Nascente), da violência no campo ante à ausência de uma reforma agrária e do povoamento via palafitas sem saneamento na bacia amazônica.

O caminho que se apresentava ao Brasil não colocava esses problemas como prioridade, e o processo de desenvolvimento anterior a este havia feito pouco para mitigá-los. Conforme expõe Milton Santos (2000, p.36):

O mesmo caminho ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, como se tal crise fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma.

Enquanto a estratégia brasileira apresentava sinais de esgotamento e o processo de liberalização estava no horizonte próximo, a China iniciava o processo de integração à cadeia de produção global como fornecedora de manufaturados. Na China, as disputas políticas nacionais sobre o destino político da nação que marcaram o país ao longo do século XX cessam com a vitória política de Deng Xiaoping, seu grupo e seu projeto. Naquele momento na China, existiam grandes problemas sociais, como as históricas desigualdades regionais, a ameaça de escassez no campo e a pobreza, Deng compreendeu isso em seu projeto político, por meio de viagens tanto pelo exterior quanto pela China.

Um aspecto importante a se ressaltar é que mesmo que o processo de desenvolvimento chinês tenha se acentuado após os anos 1980, anteriormente o país havia assegurado uma grande capacidade industrial e energética, além de desfrutar de uma imensa força de trabalho educada e disciplinada. Assim, mesmo

que fosse um país em termos per capita pobre, sua população de baixa renda era alfabetizada e muitos tiveram acesso à formação técnica e até mesmo universitária. As condições que o país tinha para se tornar uma fábrica global foram adquiridas no período anterior à instalação das primeiras zonas econômicas especiais.

Uma análise atenta ao modelo das ZEEs chinesas verá que elas possuíam organização liberal, com isenção tributária, disponibilidade de recursos em vantagens comparativas e voltavam-se ao competitivo mercado de exportações. Todavia, também estavam presentes ali elementos de um planejamento estatal que vicejava as metas de desenvolvimento do país, usando de métodos “state-oriented”, como engenharia reversa, proteção ao mercado nacional (a ZEEs não vendiam ao mercado nacional) e parcerias para a irradiação das tecnologias para a economia chinesa.

Embora as escalas do experimento chinês fossem grandiosas, essa estratégia tinha sido aplicada por inúmeros países de desenvolvimento recente, como os vizinhos tigres asiáticos, mas também no Brasil e alguns países latino-americanos. Isso não quer dizer que não estivessem presentes inovações que mais tarde se provariam notáveis, tais como, o modelo de joint-ventures, o espetacular crescimento da produtividade no campo e a urbanização planejada. Porém, o que difere fundamentalmente no caso da China foi o contexto em que essas mudanças foram implementadas, que era um momento de liberalização radical e neoliberalismo como fonte de organização socioeconômica.

A conjuntura internacional na qual a China conduziu suas reformas orientadas ao mercado era a de um choque neoliberal, que almejava uma transição rápida à economia de mercado com desindexação cambial e redução abrupta de barreiras tarifárias. De fato, muitas das transformações econômicas no país foram conduzidas nesse sentido, como a liberação da retenção de lucros no campo, o fim das *Danweis*²⁷ e a privatização de unidades produtivas estatais (LIN, 2014). Contudo, permanecerem firmes a capacidade de controle político do processo e o sistema de governo, a força de direcionamento político e ideológico do estado chinês não foram totalmente alteradas pela doutrina do choque neoliberal, tal como havia sido na América Latina (WEBER, 2021).

²⁷ O sistema de *Danweis* servia como proteção aos trabalhadores da mesma unidade produtiva, oferecendo-lhes garantias sociais locais.

Diferente do Brasil, o caminho escolhido pela China logrou êxito ao alinhar o planejamento de metas de crescimento econômico aos objetivos nacionais de bem-estar para a população. Isso não quer dizer que o Brasil tenha aberto mão de planejamento na condução de seus objetivos nacionais, até porque estes foram constitucionalizados, a questão é que a matriz política predominante até aqui na consecução das metas brasileiras está muito distante do sucesso chinês, visto que limitou-se a replicar uma política neoliberal nas esferas de ação do desenvolvimento do país, sem que houvesse contrapartidas sensíveis ao contexto brasileiro.

Na China, os sucessos que se seguiram a estratégia de abertura fortaleceram o consenso em torno de seu projeto; no Brasil, não há consenso mais como aquele de 1930-1980, tampouco há consenso sobre o modelo político como houve dos anos 1980 ao início dos anos 2000. Ao contrário, limita-se a esfera de atuação ao cenário de mitigação de danos, em que a supremacia do neoliberalismo na gestão das políticas de desenvolvimento é garantida pela correlação desigual de forças na política nacional.

2.5. Considerações Parciais

Quando tomados os interesses comuns entre China e Brasil para análise, é impossível inferir que, do ponto de vista multilateral, estes são complementares e conjugam-se ao desenvolvimento pacífico que é empenhado pelas políticas exteriores dos países. Paradoxalmente, é o desenvolvimento que oferece o espaço para a grande divergência nas relações entre os dois países, a qual é ressaltada por estratégias quase antagônicas. Isso reverbera nas queixas comerciais que têm surgido na opinião pública brasileira e seus agentes políticos, empresariais e também acadêmicos.

A trajetória de aproximação que teve na identificação de grandezas mútuas, mas também de posicionamentos concordantes sobressai na agenda multilateral. Brasil e China dão-se muito bem na agenda multilateral e suas diplomacias transitam em diversos arranjos de poder, com destaque para os BRICS. No plano maior, o que se apresenta é uma liderança inegável da parte dos dois países na

cooperação sul-sul, o que possivelmente os torna as duas mais expressivas lideranças do bloco do “sul global” no seu sentido político. O que sustenta esse quadro é a comunhão de princípios de atuação comuns às políticas exteriores de ambos os países, conforme sustentado anteriormente.

No entanto, bilateralmente essa relação tem presenciado uma alegada assimetria econômica, visto que a China tem tido mais capacidade de influenciar os rumos da economia brasileira do que o contrário. Embora seja este um fenômeno comum à economia global, no Brasil há contornos muito específicos, que dizem respeito ao comprometimento da estrutura de desenvolvimento sob a qual esteve assentada a economia brasileira, que é a construção do maior parque industrial do hemisfério sul. Por outro lado, a agroeconomia e a indústria extrativa brasileira muito se beneficiaram desse processo, a questão é o impacto limitado em termos de distribuição de bem-estar que estes setores historicamente provocaram na economia brasileira (FURTADO, 2008).

Assim, o cerne da questão apresentada está no choque entre estratégias de desenvolvimento, em que a mudança na matriz brasileira tem sido incapaz de apresentar os ganhos da chinesa. A velocidade da ascensão da economia chinesa contrasta com a estagnação brasileira e a persistência de inúmeros problemas sociais na mais desigual das sociedades, essa “convergência de momentos”, na linguagem de Milton Santos (2000, p.26), suscita uma avaliação a respeito dos efeitos do neoliberalismo na política externa brasileira, no seu modelo de desenvolvimento e consequentemente nas suas relações com a China.

3. As relações sino brasileiras à luz da dinâmica centro x periferia

3.1. Introdução

Tomando como base análises acerca do lugar do capitalismo brasileiro no sistema internacional, é comum que se tenha como ponto de partida para reflexão a posição periférica e dependente do país face ao centro do sistema. Essa é uma forma de interpretação que leva em consideração a história da economia brasileira em conjunto com sua trajetória como colônia e suas consequências para a estruturação das classes sociais do país. Analogamente, estende-se essa reflexão para a América Latina, adaptando-a às particularidades de cada nação da região.

Essa linha de raciocínio organiza a geopolítica do capitalismo mundial por meio da dinâmica centro-periferia. Tal disposição se apresenta de diversas formas, fornecendo inúmeros campos de interpretação, seja sociológico, linguístico, econômico, político e cultural. Também é possível compreender essa dinâmica por meio de estágios, a partir de uma perspectiva histórica, assim como étnico-cultural. Essa condição estrutural forma um quadro de dependência entre o capitalismo periférico e o central, relegando a periferia às mazelas do subdesenvolvimento capitalista.

Dado o seu passado colonial, o Brasil viu-se integrado ao capitalismo por forças externas, por exemplo, a dependência com relação à Inglaterra foi consequência dos acordos impostos à Coroa portuguesa (DA COSTA, 2008). Tal fato, somou-se posteriormente ao surgimento em seu continente do grande *hegemon* capitalista, os Estados Unidos, país à que a trajetória econômica e política do Brasil estiveram sobremaneira atreladas, e que serviu de “parceiro” fundamental na estruturação da modernização capitalista brasileira no século XX (IANNI, 2004). O eixo euro-estadunidense perfez um bloco étnico-político de formação eurocêntrica que moldou ideologicamente a elite brasileira, que passou a advogar por um modelo associado e essencialmente periférico para o país durante o século XX (RIBEIRO, 2006; IANNI, 2006).

A dinâmica centro-periferia das relações do Brasil com a Europa e principalmente com os Estados Unidos foi o objeto dos estudos daqueles que mais desenvolveram essa análise de capitalismo dependente e periférico (IANNI, 2004; FURTADO, 2008; AYERBE, 2002). Mais tarde, dado o relativo grau de

desenvolvimento do país, alguns passaram a situar o Brasil como semiperiferia dependente do capitalismo mundial (MARINI, 2001; BERRINGER, 2018), mas houve aqueles que avançassem nesses estudos para observar a dominação profunda à que o país estava submetido, independente de seu crescimento econômico, é o caso das obras de Ianni (2004), Ribeiro (2006) e Santos (1999).

Entendemos que essa profundidade na análise da dinâmica centro-periferia nas relações entre Brasil e Estados Unidos não se aplica às relações sino-brasileiras. Isso porque, estas dão-se sobretudo no campo econômico, ao passo que aquelas avançaram para questões como a agenda cultural dos Estados Unidos para o mundo e o seu impacto no Brasil, o que não é o caso da China até o momento. Ademais, em termos históricos, a integração econômica entre Brasil e China é bastante recente se comparada àquela com os Estados Unidos.

Assim, nossa tarefa aqui é observar a economia política das relações entre Brasil e China a partir das reflexões daqueles que fundamentaram as análises da dinâmica centro-periferia no campo econômico. De tal maneira que o objetivo é posicionar as relações entre Brasil e China à luz do modelo centro-periferia e dos estudos da dependência, porque adotamos a perspectiva empregada por Arrighi (2010) de que estaria a China se constituindo com o novo centro de geração de acumulação capitalista. Nossa questão, nesse sentido, é compreender se repete o Brasil em suas relações econômicas com a China, a histórica condição de periferia capitalista dependente que teve com os países de capitalismo central.

Para tanto, o trabalho recorrerá às produções de autores consagrados no campo, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Armando Boito Júnior, José Luís Fiori, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank. Também servirão pesquisas adjacentes para auxiliar na interpretação das questões. Nossa visão é que a literatura a respeito das relações entre Brasil e China carece de um recorte de classes sociais, muito caro às ciências sociais brasileiras em outros temas, notadamente nos estudos da teoria da dependência.

3.2. A evolução econômica de um Brasil dependente e periférico

A estrutura do sistema colonial europeu foi concebida de forma a garantir o fluxo de riqueza no sentido colônia-metrópole. Esse modelo teve, inicialmente, uma fase de acumulação de capital mais primitiva que se desenvolveu com a extração de prata na América espanhola sobretudo e, posteriormente, o processo de interiorização do Brasil em busca do ouro também implicou retirada exauriente desse recurso no território brasileiro por parte da administração portuguesa, que já começava a se situar na periferia da Europa.

No intervalo de tempo entre o século XVI e XVIII, o sistema colonial europeu logrou a posição de centro de geração de riqueza endógena, garantido pela revolução industrial e pela transformação capitalista experimentada pela Inglaterra, suplantando a riqueza da Ásia. Anteriormente, a riqueza da Europa Ocidental surgia principalmente na conquista e exportação de riquezas das colônias, daquele momento em diante, outras formas de geração de riqueza para aquele continente ganhavam espaço, notadamente pela produção manufatureira e pelo desenvolvimento do moderno sistema de financiamento e acumulação nas praças de crédito londrinas (Arrighi, 2007).

O processo de crescimento econômico e formação das urbes europeias contou desde o início das grandes navegações com o papel fundamental desempenhado pelas riquezas naturais disponíveis na América. Após a queda de Constantinopla, com auxílio do capital genovês (ARRIGHI, 1999), foi o império espanhol a primeira grande potência da Europa continental, usando das riquezas obtidas de suas conquistas na América. No entanto, essa condição era garantida notadamente pela massiva exploração colonial, baseada no acúmulo de prata, metais preciosos e matérias-primas escassas na Europa. Muito embora contasse o império espanhol com capitais genoveses, a profundidade e o alcance destes capitalistas eram limitados pela projeção de suas cidades-estado.

Essa dinâmica ganha mais complexidade com o advento da potência mercantil holandesa, cuja natureza do modelo de colonização diferia do espanhol na medida em que se propunha a desenvolver um núcleo econômico de acumulação. A produção açucareira será símbolo desse momento e gerará uma expansão na ocupação da costa nordeste brasileira e inserirá com mais intensidade o país na dinâmica comercial global por meio do engenho de açúcar, que no Brasil explora a

terra e a mão de obra, mas com financiamento europeu, marcado pela ascensão dos mercadores hanseáticos e dos banqueiros de Flandres, além disso, contará com um empreendimento privado monopolista apoiado pelo poder nacional holandês, a *United East India Company* (Arrighi, 1999).

Aproveitando-se da fragilidade portuguesa diante da União Ibérica, os neerlandeses avançam sobre o controle lusitano do comércio de especiarias, invadindo seus domínios na Ásia e logrando desenvolver um monopólio comercial por meio Companhia Holandesa das Índias, após tomarem entrepostos comerciais portugueses e dominarem a rota das Índias. Esse avanço do capitalismo neerlandês no século XVII incluirá a costa nordeste brasileira por um breve período de tempo, naquele momento, Recife e o entorno de Olinda irão se conectar com o centro da cadeia mercantilista holandesa, fornecendo o valioso açúcar.

Os negócios lusos com o açúcar haviam começado um século antes da invasão do Brasil no arquipélago da madeira e no périplo africano, a abundância de terras no Brasil e as favoráveis condições climáticas somaram-se ao lucrativo tráfico de escravos para consolidar o engenho de açúcar como atividade altamente rentável para o império português. A ocupação holandesa do nordeste pernambucano é encerrada com a retomada portuguesa dessas terras e de seus engenhos de açúcar, todavia o que mantinha a pujança produtiva daquela região era o capital holandês e este migra em seguida para as Antilhas passando a oferecer uma competição forte para o açúcar luso-brasileiro (Ianni, 2004).

A economia da colônia brasileira move-se então à interiorização com a descoberta do ouro e a ocupação pecuarista. Novamente, o eixo econômico da administração colonial é a extração de um recurso ligado à terra, nesse caso, o ouro, encontrado muito antes por espanhóis em sua campanha de destruição das civilizações nativas americanas. Prata, ouro, especiarias e açúcar são itens cuja taxa de lucro comercial era muito maior do que aquela dos bens produzidos na Europa pré-industrial, fazendo com que a riqueza estivesse marcada pelo controle das colônias e seus recursos.

Em linhas gerais, a riqueza e o progresso econômico europeu dependiam quase que exclusivamente da extração de ganhos obtidos nas Américas, a entrada de prata e ouro ajudava a equilibrar os déficits comerciais com a Ásia, China dinástica e Índia, sobretudo. Nesse sentido, a Europa Ocidental apoiava-se numa

dependência acentuada de suas colônias nas Américas para sustentar sua demanda por bens e especiarias do oriente. Portanto, a condição de dependência à que nos referimos inicialmente neste capítulo não estava consolidada ainda.

Essa situação é apontada por Arrighi (p. 20, 2007) e notadamente por Gunder Frank (1992), já que estes autores atribuem ao estoque de recursos obtidos nas Américas por meio das invasões coloniais a responsabilidade de “igualar” as condições de competição entre a Europa Ocidental e a China. O incremento de recursos em larga escala proporcionado pela integração das Américas ao espaço de influência europeu impulsionou o aumento da produtividade do trabalho na Europa e a dotação de recursos para a formação de um núcleo de acumulação endógeno durante a revolução industrial.

Com efeito, começa a se desenhar a estrutura de poder que Gunder Frank chamará de “satelitização” das colônias por suas metrópoles. O excedente econômico dos satélites na América será empregado no desenvolvimento europeu às custas de conservar os satélites em uma condição de subdesenvolvimento permanente, condição essa rompida apenas pelos Estados Unidos em sua revolução liberal e pelo Canadá e sua associação aos privilégios dos espaços da Commonwealth. A América Latina, embora estivesse em uma posição de região independente, conservou essa estrutura de dominação e dependência através de suas elites. Então, o que se desenha é que o desenvolvimento econômico metropolitano só se sustenta por conta do subdesenvolvimento de seus satélites.

Gunder Frank entende que essa satelitização não fez das Américas e da América Latina uma região não integrada ao capitalismo mundial desenvolvido, ao contrário, as zonas mais dinâmicas da economia local americana estiveram sempre estrategicamente interligadas ao comércio internacional. De tal forma que o açúcar, a cana, o cacau e o tabaco, no nordeste brasileiro, no sul dos Estados Unidos ou no Caribe estavam posicionados na vanguarda do comércio mundial. Contudo, essas regiões, embora fornecessem produtos demandados no centro capitalista, conservavam em torno de si uma condição periférica, marginalizada e pobre.

Um aspecto interessante a ser observado é que esse processo de satelitização apontado por Gunder Frank não ocorreu imediatamente após a revolução industrial na Inglaterra. Muito embora o estoque de recursos naturais obtido nas Américas tivesse feito a Europa igualar a capacidade produtiva e em

certa medida de geração de riqueza da Ásia do leste e da Índia, até meados do século XIX o eixo indo-chinês permaneceu como o mais rico do mundo. Foi preciso que o poder militar europeu suplantasse tecnicamente o asiático para que, finalmente, sua condição hegemônica fosse imposta à China e à Índia. Dessa forma, o Reino Unido garantiu o acesso de seus produtos a esses mercados de maneira monopolista, e, mais tarde, repartindo a China em entrepostos comerciais. Ou seja, a atenção da expansão imperial capitalista europeia volta-se para a Ásia em meio a um contexto de independência das antigas colônias ibéricas na América Latina.

Sem experimentar uma revolução que promoveu uma burguesia nacional voltada ao desenvolvimento local, como nos Estados Unidos, a América Latina torna-se independente, conservando uma elite nacional subserviente e moldando Estados nacionais já interligados a uma estrutura de dominação econômica, na condição de satélite da Europa, notadamente da Grã-Bretanha. Gunder Frank entende que é nesse momento que essa dinâmica de dependência e subdesenvolvimento permanente se consolida. Celso Furtado (2008), por exemplo, cita que é na segunda metade do século XIX que ocorre o descolamento acentuado entre a renda no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, já que, até então, as taxas de crescimento da renda per capita entre as regiões eram próximas. É justamente esse o período em que haverá um deslocamento tecnológico promovido pela revolução industrial, desta vez, não apenas na Inglaterra, mas em toda Europa Ocidental e também nos Estados Unidos, assegurando que no início do século XX a Ásia estivesse totalmente suplantada como vanguarda técnica e econômica do mundo.

A partir desse momento, o Brasil passa a uma condição de dependência, em que o “destino” de seu desenvolvimento está atrelado às condições externas do centro capitalista, perfazendo uma economia satélite, fornecedora de matéria-prima e mão de obra barata, dotada de um mercado interno pauperizado e controlado por produtos importados, já que a produção manufatureira era muito pequena em comparação à dos países na vanguarda do desenvolvimento. No entanto, isso não implica desintegração ao capitalismo global, ao contrário, conforme discute Gunder Frank, as regiões exportadoras de recursos naturais no Brasil recebiam tecnologias de ponta e capitais dos países desenvolvidos para se integrarem à cadeia global de produção.

A grande peculiaridade estava no fato de que essa condição era determinada pelos interesses do desenvolvimento do capitalismo central e legava a periferia a um contexto de manutenção constante de seu subdesenvolvimento, já que o desenvolvimento do centro dependia da conservação do subdesenvolvimento periférico, ou o desenvolvimento subdesenvolvido. Está colocado, nesse sentido, o cenário de dependência externa, conjugado a um estado de subdesenvolvimento permanente, segundo Gunder Frank. Porém, o que este autor não discute de forma profunda é o papel das elites locais nesse processo e os seus ganhos relativos para conservar essa estrutura.

Bresser-Pereira (2012, p.103) menciona que o Brasil desenvolveu uma “elite patrimonialista, uma elite de senhores da terra e de senhores de escravos”. Esses três grupos foram muito presentes no Brasil Império, quando o processo de dependência se consolidou junto à formação do Estado Imperial Brasileiro. Aquele autor destaca que embora tenha se creditado a esse grupo a alcunha de não-nacionais, quase todos eram muito ligados ao estado brasileiro e defendiam seus interesses por meio deste, de forma que, tendo o café ganhado espaço na economia nacional, seus produtores usaram de sua influência no governo nacional para direcionar a organização do estado brasileiro com vistas a promover amplamente o café como o negócio do país.

A produção do café no Brasil desenvolveu-se sob uma particularidade que não ocorria no caso do açúcar: o relativo monopólio que o país detinha na produção mundial de café, dada a escala em que a produção ocorria em território nacional, por conta das vantagens comparativas do país no setor cafeeiro (TAVARES, 1999). Dessa forma, a elite cafeeira brasileira assumia a condição singular de não ser uma mera tomadora de preços, justamente por controlar o grosso da oferta do produto exportado no mercado mundial. Somado a isso, havia a captura da capacidade de financiamento do estado brasileiro por esse grupo, que direcionava os recursos nacionais ao financiamento da expansão cafeeira e da atração de mão de obra europeia, visando substituir o uso da escravidão.

O financiamento da expansão cafeeira ocorreu às custas de endividamento externo do estado brasileiro, contrabalanceado com o ingresso de divisas por meio dos superávits comerciais do café. No entanto, os ganhos desse processo mantiveram-se restritos à elite cafeeira, uma vez que esta logrou federalizar o país

com o início da Primeira República para maximizar seu poder face à política nacional.

Controlando a política brasileira e o sentido do desenvolvimento nacional, a elite cafeeira enriquece, protegida pelo endividamento estatal e pelos capitais comerciais britânicos e, sobretudo, norte-americanos. Portanto, forma-se um quadro de dependência dos capitais centrais graças a uma elite associada ao núcleo de acumulação capitalista e o seu controle sobre o Estado brasileiro. Isso implica, além do cenário de manutenção do subdesenvolvimento dependente, soberania relativa e associação geopolítica à potência central, que, justamente no auge do ciclo cafeeiro brasileiro, o país desenvolve seu paradigma hemisférico nas relações internacionais, em que os Estados Unidos se constituem no ator principal da inserção internacional brasileira (Furtado, 2005).

A questão da dependência externa torna-se um aspecto central para o pensamento econômico nacional, sobretudo naqueles de viés crítico, boa parte dessas reflexões tem na economia cafeeira o ponto de partida para pensar a dependência externa da economia brasileira contemporânea. Embora o Brasil fosse uma nação soberana e republicana no final do século XIX, a dinâmica do sistema político e econômico nacional era refém dos impulsos externos dos capitais centrais (Furtado, 2005). Assim, o estado politicamente mais forte no federalismo brasileiro era aquele que recebia mais aportes externos, no caso, São Paulo.

Com efeito, a produção local voltada ao mercado interno era tímida, com alguns picos de expansão, considerando momentos de maior ingresso de capitais estrangeiros e aumento do poder de compra local, contudo, esta era voltada às demandas de subsistência da classe média nacional. Em seu capítulo a respeito do deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, Celso Furtado (2008, p.211), explica o alto grau de dependência dos estímulos externos na economia brasileira e o frágil mercado interno de subsistência que também dependia da economia exportadora.

Ao crescer o impulso externo, a expansão indireta da procura interna tende a integrar na economia monetária os recursos de mão-de-obra e terra subutilizados no setor de subsistência. Ao reduzir-se o impulso externo, por outro lado, a contração consequente de renda monetária tende a criar desemprego ou subutilização da capacidade no setor ligado ao mercado interno.

Essa condição reverter-se-á também pelo enfraquecimento das condições externas durante a Crise de 29. A mudança no centro da economia nacional à que faz referência Celso Furtado dá-se durante os anos 1930 porque a intervenção governamental para manter os preços do café constantes sem que se reduzisse a produção criou um mercado interno fortalecido, já que as importações foram suprimidas pela difícil situação externa. Além disso, a formação de uma classe média nacional, ligada sobretudo à burocracia militar, também fortalece um movimento para interiorizar as perspectivas da economia nacional, pois esse grupo obteve condições materiais de enfrentar a burguesia cafeeira paulista, embora tenha feito grandes concessões a esta em 1932.

O que os anos 1930 permitem é um processo incipiente de substituição das importações, condicionado pelas dificuldades externas pós-1929. Nesse sentido, a renovação do poder político brasileiro e a construção de um consenso quanto à persistência de dificuldades estruturais na economia brasileira, decorrentes dos aludidos gargalos externos em setores essenciais da economia industrial (Furtado, 2005).

A proposta de um desenvolvimento nacional autárquico no Brasil não era um caso isolado na história econômica recente. Isso porque, o protecionismo havia sido fonte de industrialização também para os “atrasados” Estados Unidos, Alemanha e, mais tarde, o Japão. Devido às excepcionais condições internacionais da conjuntura dos anos 1940, o Brasil inicia amplamente seu processo de modernização capitalista, período que é citado como nacional-desenvolvimentista.

Nesse período, para além do modelo de substituição de importações, uma série de proposições acerca da identidade nacional e de um projeto político nacional são apresentadas, acompanhadas de mudanças profundas na sociedade brasileira, notadamente pela expansão demográfica e pela urbanização. Dessa forma, constitui-se uma estrutura de classes mais complexa com a aparição da figura do trabalhador urbano industrial e a expansão da classe média urbana. Para Ruy Mauro Marini (2001), o entendimento sobre a exploração dos trabalhadores no capitalismo dependente no Brasil e na América Latina é fundamental para compreender o quadro de subdesenvolvimento persistente.

Para muitos autores, com destaque para Celso Furtado, a industrialização acelerada que o Brasil experimentou a partir dos anos 1950 foi um estágio no processo de modernização dependente do país. A exploração do trabalho local e extração de capitais permaneceram, porque o progresso de produtividade que havia sido logrado pelos países do centro não ocorreu aqui, a vanguarda do progresso tecnológico permaneceu na mão das corporações transnacionais que aqui se instalaram e se associaram às empresas estatais e às suas fornecedoras nacionais. Para Furtado, ao bem da verdade, o aviltado progresso econômico da industrialização fazia parte da evolução natural das economias periféricas, porque a produção nacional permanecia dependente e os ganhos foram essencialmente concentrados na elite do país por meio da transplantação dos padrões de vida das classes altas do centro capitalista para as classes altas brasileiras.

Então, esse modelo de industrialização autárquica e calcado na proteção do mercado nacional foi também dependente, não obstante tivesse produzido crescimento econômico e urbanização. A evolução vagarosa na produtividade do trabalho nacional e os elevados índices de concentração de renda atestam que o modelo de desenvolvimento dependente associado privilegiava poucos em detrimento de um desenvolvimento humano e social abrangente o qual, de fato, marcou os países de desenvolvimento tardio e tem marcado atualmente a China.

Há ainda outro componente que foi fundamental para esse ciclo de crescimento econômico expressivo da economia brasileira — o financiamento externo. O Brasil, assim como os demais países do dito Terceiro Mundo, recorreu a empréstimos estrangeiros para financiar a formação bruta de capital fixo no país, de modo que plantas industriais e grandes projetos de infraestrutura foram concebidos por meio de endividamento externo (Tavares, 1999). Esse processo de entrada de capitais internacionais, notadamente dólares, também contribuiu para transformar a inflação em um problema estrutural da economia brasileira.

Giovanni Arrighi (2007) analisando a discussão de Harvey a respeito da expansão do neoliberalismo a partir dos anos 1970, cita que a dívida externa dos países subdesenvolvidos era um instrumento fundamental para a expansão do capitalismo há mais de um século. Financiadores e financiados eram capitalistas cooperando, segundo aqueles autores, de fato, embora o financiamento viesse do centro, ele deu a elite periférica uma condição associada e privilegiada, garantindo a

estes condições econômicas que outrora apenas a elite do centro possuía. No capitalismo dependente brasileiro, a elite é local, no entanto, associada, seu projeto de dependência para o país assegura uma posição privilegiada ao lado da elite de capitalistas globais.

A partir dos anos 1970, o principal credor da industrialização brasileira,²⁸ os Estados Unidos, iniciam uma transição para a financeirização, acompanhando a tendência cíclica de que a potência hegemônica capitalista passa de uma fase de acumulação via comércio e produção para a acumulação mais segura via rentismo (Arrighi, 2007). O ataque especulativo causado pela desvalorização artificial do dólar e a ofensiva norte-americana aos seus concorrentes na Europa e no Japão e também aos ascendentes no terceiro mundo, levam à deterioração das condições externas favoráveis à industrialização brasileira. A potência hegemônica começa organizar o mundo a partir de um novo paradigma político-econômico, o neoliberalismo, nesse contexto, a industrialização brasileira e latino-americana sucumbe.

O Brasil tinha efetivamente se industrializado e adquirido uma posição internacional relevante, na condição de potência média industrial, mas persistiam no país condições sociopolíticas que facilitariam a implementação do neoliberalismo. A principal delas, entendemos ser a condição de país periférico capitalista dependente. Diferentemente dos tigres asiáticos, o Brasil não guardava relevância geopolítica inegociável para o centro hegemônico, portanto, seu desenvolvimento econômico nunca foi prioritário, assim como do restante da América Latina (Ayerbe, 2002).

Mais uma vez as mudanças estruturais na economia política brasileira tiveram indução exógena, tal qual as demais ao longo dos últimos 200 anos com leve exceção para a revolução conservadora de 1930 e as queimas de estoque do café, cuja natureza anticíclica antecipou o “keynesianismo” brasileiro ao New Deal de Roosevelt, mas, evidentemente, de forma involuntária, como bem destaca Celso Furtado (2007). Essas transformações dentro de uma economia dependente e de um ambiente político periférico acompanham transições nos ciclos de acumulação

²⁸ Embora tivesse o Brasil logrado diversificar suas relações econômicas após os anos 1950 através da cooperação com países europeus industrializados como Alemanha e Itália, assim como expandiu suas parcerias comerciais com o leste asiático (notadamente o Japão), Oriente Médio e a URSS, acompanhamos a literatura que destaca a relação hemisférica com os Estados Unidos como sendo o fator decisivo na inserção internacional do Brasil no século XX (HIRST, 1992; CERVO e BUENO, 2012).

capitalistas, cuja cerne está nas mudanças do centro dinâmico do ciclo econômico. Aqui estamos acompanhando a linha de pensamento de Arrighi (2007) e a visão de Furtado acerca do capitalismo dependente brasileiro, de tal forma que a história econômica recente do Brasil, por ser este periférico e dependente, acompanha mudanças que se impõem de fora para dentro, subjugando-se aos efeitos do capitalismo britânico e depois do estadunidense. Nesse sentido, portanto, com base na discussão proposta por Arrighi quanto à transição cíclica do capitalismo centrado em Nova York para o novo ciclo de acumulação chinês, cabe indagar se a economia brasileira vai, novamente, acompanhar esse processo de forma dependente como foi com Londres e Washington, ou seja, permanecerá na condição de periferia, mas desta vez de um novo centro hegemônico.

3.3 O Brasil pode se tornar uma periferia econômica da China?

A condição de nação desenvolvida é apontada como característica de um pouco mais de duas dezenas de países; a de subdesenvolvida, de mais de uma centena (PNUD, 2019). Nesse sentido, a regra é que o segundo grupo predomine no capitalismo mundial e, portanto, que a periferia seja a maioria em termos demográficos e geográficos. O centro é pequeno, seu núcleo menor ainda e mesmo no centro há enormes contingentes de populações periféricas, notadamente os imigrantes na Europa e os negros e latinos nos Estados Unidos, de forma que aquilo que foi condicionado como centro do capitalismo é menor ainda que seu espaço nacional, mas coeso politicamente a ponto de capturar o Estado Nacional aos interesses de um projeto de acumulação e perpetuação da dinâmica de centro-periferia, que entendemos ser sobremaneira política, já que aqueles atuam para o enfraquecimento da unidade política dos grupos marginalizados na periferia e consequentemente conservar essa condição.

Para Octávio Ianni (2004, p.13), não foi “porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram débeis, foi porque eram débeis que foram cometidos abusos”. O contexto global atual é marcado por um período de ressaca do otimismo da era da globalização, que, a despeito da exaltação, em termos materiais pouco entregou aos países pobres e suas populações, ao bem da verdade, acentuou aspectos marcantes do capitalismo ao unificar a exploração sob

uma “mais valia globalizada” em que uma elite mundial pequena se beneficiava (Milton Santos, 2000). A exceção à regra das perdas no processo de globalização é a China, que até o presente momento não igualou a renda dos países desenvolvidos, mesmo após décadas de expressivo crescimento econômico.

A globalização atingiu uniformemente os débeis, seguindo o raciocínio de Ianni, e contribuiu para ampliar o distanciamento entre aqueles e os países ricos; a China, singularmente, havia abandonado a condição de país débil, embora fosse uma nação de renda baixa e com enormes desafios sociais. A China usou de predicados nacionais construídos a duras penas após 1949 para “mudar sua posição de hierarquia de poder internacional por meio de uma agressiva política de crescimento econômico” e se tornou um estado-economia-líder (FIORI, 2009, 176). Weber (2021), sinaliza que a China fez exatamente o contrário da ampla gama de países que abraçaram a globalização e escapou de um neoliberalismo que enfraqueceria sua soberania política e econômica; o Brasil, sem gozar dos vetores de organização política chineses (bastante peculiares a estes é bom frisar) levou a cabo, assim como quase todo o terceiro mundo, um processo de enfraquecimento da capacidade coordenada de conduzir políticas públicas voltadas ao crescimento e bem-estar econômico coletivo.

Milton Santos (2000, p.156-159) diferencia o destino dos projetos nacionais no processo de globalização entre aqueles que formaram nações ativas e aqueles que formaram nações passivas, o autor faz jogo de palavras ao comparar as ativas àquelas que abraçaram os processos de reforma e integração de maneira elogiosa, ao passo que as passivas se resignaram e foram estigmatizadas como maus exemplos. A nação ativa é aquela que abriu mão de um projeto nacional e a passiva a atrasada e fechada, seguindo esse raciocínio podemos entender que o Brasil foi uma nação ativa, enquanto a China foi relativamente passiva.

Enquanto o Brasil faz parte de um grupo grande e diverso de países que são ‘ativos’ face à globalização dos anos 1990, a China fugiu à regra e implementou uma série de reformas contrárias ao Consenso de Washington e suas terapias de choque. Atualmente, acompanhando o trabalho de Weber (2021) acerca das estratégias chinesas para escapar dos ditames neoliberais, os resultados do sucesso da China em promover crescimento econômico amparado em melhores condições materiais nas condições locais de vida da população estão evidenciados

na evolução dos indicadores socioeconômicos de Pequim. No entanto, a China não detém os mesmos indicadores usados como referência para índice de desenvolvimento relativo de uma nação desenvolvida, seu próprio governo reconhece isso.

Por que uma nação ainda sem grau de desenvolvimento comparável ao dos países desenvolvidos é vista como central, então? Embora não compartilhem a visão de que a China constitui um centro capaz de periferizar os países do Sul Global, como o Brasil, a escala de produção e o grau de eficiência na alocação de recursos da economia chinesa empurram o país à fronteira do progresso tecnológico (Angang Hu, 2023). A vanguarda da técnica é uma característica das sociedades industriais modernas, calcadas no racionalismo científico, que promove inovação e produtividade, a partir de um forte Estado estabelecido que assegure a continuidade desse processo.

Atingir a condição de sociedade com elevado grau de desenvolvimento na China é, todavia, uma tarefa mais complexa. Mesmo que o país esteja na fronteira do progresso tecnológico em diversos campos, sua enorme população e organização social exigem grande esforço. É por isso que coexistem na China grandes avanços com aspectos que o próprio Estado chinês julga não serem condizentes com as metas a serem perseguidas em termos de desenvolvimento social (Angang hu, 2023); este 'atraso' relativo poderia ser um dos condicionantes para não interpretar a China como um país central, mas, além de não ser o único, tampouco é o principal.

O centro no capitalismo assume a figura de agente responsável pela perpetuação da condição de subdesenvolvimento na periferia, na medida em que suas riquezas são fruto da exploração dos recursos e dos trabalhadores periféricos, alimentando-se da mais-valia dos países pobres e dos recursos das ex-colônias. Trata-se de um raciocínio muito bem explorado por Ruy Mauro Marini (1992), cuja visão sobre desenvolvimento é que se trata de um conceito coexistente ao subdesenvolvimento; não há país central desenvolvido sem países periféricos subdesenvolvidos; trata-se de um conceito coexistente ao subdesenvolvimento; um é condição para o outro. Portanto, seria o caso de associar o crescimento chinês ao empobrecimento dos demais países do sul global, especificamente do Brasil.

Na verdade, o crescimento chinês também sofreu com a condição de periferização, já que a divisão internacional do trabalho desenhada pelos países centrais delegou à China a posição de centro manufatureiro de baixa complexidade no mundo. Até os anos 2000, o crescimento chinês e sua condição de fábrica global não incomodavam, pois, na China, acontecia justamente o que se esperava: produção barata com alta exploração da mão de obra local por parte de grandes empresas multinacionais norte-americanas, europeias e japonesas. Fiori (2011), aponta que as reformas na China se dão a partir de uma reestruturação da hegemonia norte-americana, que usou Pequim para pressionar a URSS e induzir naquela transformações que abriram caminho para um novo eixo de acumulação capitalista.

O que os Estados Unidos não imaginavam era que a China tomaria uma jornada autônoma com estratégia própria, o que abriria espaço para uma nova expansão competitiva no capitalismo mundial, a partir do socialismo de mercado chinês (Fiori, 2011). A China também foi condicionada pelo centro e, à medida que se distancia dos ditames deste, é vista como ameaça. Ainda assim, o crescimento chinês e seu desenvolvimento endógeno contribuem muito para a riqueza da elite no centro tradicional; estes sim são os verdadeiros 'vencedores' da globalização, conforme aponta Milanovic (2020).

Para transformar em periferia os que estão no seu entorno, a China deve se tornar centro, contudo, um centro cuja elite se beneficia da exploração dos trabalhadores e recursos da periferia, acompanhando a visão de Marini (2001). A China, por motivos óbvios, nunca formou uma burguesia imperialista, o controle de seu Estado é dado por uma elite política tecnoburocrática socialista. Quando este grupo interage com o mundo, ele encontra uma periferia estabelecida, em que as relações de poder há dois séculos são estruturadas por estruturas coloniais, neocoloniais e imperialistas.

Muito antes da acumulação chinesa, houve a acumulação colonial europeia, depois renovada em Berlim em 1881 como neocolonial até que finalmente seu ápice foi atingido com a acumulação da burguesia estadunidense. Essa confluência de interesses burgueses e financeiros levou à formação de uma grande associação internacional que se consolidou após 1945, conforme discute Polanyi (2002).

Portanto, no momento em que a China chega ao Brasil com sua poderosa diplomacia econômica, ela não tem poder para transformar em periferia o que já é.

O Brasil é herdeiro de um projeto colonial que se metamorfoseou em capitalismo por processos de modernização conservadora, atingiu um grau de desenvolvimento relativo para enriquecer uma elite nacional que preferiu se associar ao centro, em vez de transformar o país em centro (Fernandes, 2013). O país já era periferia muito antes de questionar se virou periferia da China. O Brasil não pode se tornar periferia da China, posto que já aceitou a condição de periferia dos Estados Unidos — a presença do capital estadunidense e suas relações é orgânica no Brasil. Sendo este o estado de organização do capitalismo brasileiro, alguns aspectos dessa periferização face a Washington tendem a se repetir de alguma maneira com relação a Pequim, daí o porquê dessa visão centro x periferia ser ‘observável’ nas relações econômicas entre Brasil e China, embora não seja aplicável.

A questão que pode ficar é saber se a China tomaria essa posição dos Estados Unidos, ou se esse processo já está em curso. Nosso entendimento é que a substituição dos EUA pela China nessa condição é bastante improvável. Primeiro, porque a China não tem uma elite capitalista financeirizada que acumula a partir da especulação, visto que quem dirige as atividades econômicas de Pequim é, em última instância, o Estado; segundo, a ligação do capitalismo brasileiro ao americano é quase que indissociável; basta ver o caso do capital financeiro do Brasil altamente transacionado ao dos EUA.

A financeirização da economia brasileira se dá pelo dólar americano, não pelo yuan chinês, e nem poderia, conforme expusemos acerca da organização econômico-política da China. O que há, de fato, é um acercamento comercial profundo em curso, visto os crescentes intercâmbios comerciais entre os dois países, o que inevitavelmente aprofunda a parceria nas relações internacionais, mas, ao fim e ao cabo, é o capital financeiro quem termina por assumir a fatia final do processo de geração de riquezas no Brasil, e este recebe pouca influência da China.

Assim, a dinâmica de exportação de matérias-primas no Brasil, tradicionalmente interpretada pelo modelo centro-periferia, abre espaço para reflexões futuras acerca do intercâmbio comercial sino-brasileiro. Se ocorrer um

princípio de periferização do Brasil face à China nas relações econômicas, é preciso entender em que medida essa condição é induzida pela China, ou não. Acompanhamos Celso Furtado (1992) que destaca que por muito tempo o Brasil foi de fato sujeito secundário nas suas próprias escolhas socioeconômicas, desde meados do século XX, não é mais.

Nesse sentido, portanto, aumentar a complexidade do intercâmbio comercial com a China do lado brasileiro, não é uma tarefa que cabe aos chineses, o primeiro passo não virá do exterior. Este é um processo que deve ser desenhado de dentro do Brasil, evitando que toda a política econômica nacional seja hegemonizada pelo setor agro-exportador, sob o risco de perdermos a indústria que a duras penas construímos e de não aproveitar com substancialidade o ciclo de crescimento chinês e suas oportunidades. Ser periferia ou não da China, assim como abandonar essa posição que temos em relação aos Estados Unidos, é uma escolha nacional.

3.4. O problema da desindustrialização brasileira e as relações com a China

A questão da desindustrialização no Brasil não é um problema novo, tendo sido identificado por Cano (2012) como um processo em curso desde os anos 1980, contudo, recentemente, tornou-se um problema latente na estrutura social brasileira. A dificuldade de o crescimento nacional se converter em maior dinamismo e qualidade de vida é associada historicamente à enorme concentração de renda da sociedade brasileira, mas também é fruto da ausência de empregos de qualidade gerados em larga escala, os quais estão localizados na economia de serviços de ponta e na indústria (Cano, 2012).

O Brasil gera empregos de qualidade em ambos os setores citados, mas a uma escala pequena quando comparada às necessidades do país. Para alguns, essa condição é fruto de uma desigualdade social profunda que se soma a um quadro tradicional de doença holandesa²⁹ em uma economia altamente dependente

²⁹ Conforme descreve Bresser-Pereira (2008) a Doença Holandesa é um quadro econômico é uma distorção no câmbio causada pela abundante posse de recursos naturais valorizados e de fácil extração. A exportação desses recursos leva à valorização cambial acima do nível de competitividade real da indústria manufatureira, fazendo com que esta perca espaço nas exportações. Há outros desdobramentos da Doença Holandesa em países de renda média, como a elevada concentração de riqueza, poluição e desindustrialização precoce, o conceito é assim

de commodities (Bresser-Pereira, 2008). No entanto, esses aspectos decorrem de um país que não tem mais política industrial e que, sem dúvida, passa por uma desindustrialização precoce (Dweck, 2018).

Em linhas gerais, as economias desenvolvidas passaram por um processo de transição de um setor industrial manufatureiro para uma economia voltada aos serviços de qualidade com uma indústria de ponta. Foi assim na Europa Ocidental, no Japão e nos Estados Unidos e tem sido na Coreia³⁰, mas o Brasil é diferente, pois o país não deu o último salto, já que fez a transição de uma indústria de média/baixa complexidade para o setor de serviços de maneira abrupta. Por assim dizer, os países desenvolvidos enfrentaram uma desindustrialização seletiva, que, nos Estados Unidos, empobreceu a classe média baixa, embora, no conjunto da economia, tenha dado espaço a setores mais dinâmicos.

Outro problema é a velocidade com que esse processo ocorreu no Brasil, sobretudo na última década. De acordo com Hiratuka (2024), o setor de transformação industrial perdeu abruptamente participação no PIB brasileiro entre 2010 e 2020, o país também diminuiu seu espaço na produção manufatureira global de maneira generalizada entre as economias industrializadas emergentes, mesmo excluindo a China desse panorama. Por isso, a desindustrialização tem se tornado um fenômeno estrutural na economia brasileira, e embora afete outros países na mesma intensidade, por aqui apresenta certas singularidades pela forma como se dá e no país em que se dá.

O Brasil é tido como uma nação de industrialização tardia, ainda que não seja mais tão tardio assim esse processo quando comparado àqueles de industrialização em curso na Índia, Indonésia, Bangladesh e Vietnã, estes são países de novíssima industrialização, por assim dizer (PNUD, 2023). A industrialização no Brasil deu-se no mesmo período daquela da Coreia do Sul e da reconstrução do Japão e da

nomeado pois foi interpretado primeiramente à luz da experiência dos países baixos no período após o descobrimento das reservas de petróleo no mar do norte.

³⁰ Não usaremos deste espaço para abordar a geopolítica envolvida nas políticas industriais à luz do conceito de desenvolvimento à convite, mas é digno de nota o fato de que inúmeras análises evocam Japão e os Tigres Asiáticos como exemplos a serem seguidos, mas ignoram aspectos fundamentais no processo de desenvolvimento desses países, notadamente, a necessidade geopolítica de se desenvolver essas regiões sujeitas a ocupação militar estadunidense. Ao Japão e à Coreia nunca foram impostas condicionantes severas, tampouco lhes foram negados empréstimos e acesso ao mercado americano. O Brasil nunca teve essa 'sorte', porque é grande demais e não estava posicionado às bordas da Eurásia socialista. Muitas vezes aqueles que apontam o dedo para o Brasil, esquecem-se de que depois da Segunda Guerra só se tornaram desenvolvidos os países que Washington quis que fossem, o Brasil nunca foi um deles.

Alemanha, mas aqui foi abundante em capital e pouco intensiva em mão de obra, como foi na Coreia e, agora, é na China. O Brasil é o maior exemplo internacional do modelo de industrialização por substituição de importações, carregando consigo os seus êxitos e fracassos.

Ocorre que no auge de sua industrialização, o Brasil nunca se livrou de sua dependência externa e tampouco deixou de ter o setor de bens naturais como chave de sua organização econômica, mais do que isso, tornou-se uma nação mais desigual durante seu processo de industrialização, sobretudo dos anos 1960 em diante. Celso Furtado apontava que o Brasil perseguia um desenvolvimento utópico, na medida em que sua condição de economia dependente o fazia andar em círculos, sempre em busca dos países desenvolvidos. É por isso que o Brasil é um caso singular na história do desenvolvimento industrial contemporâneo, assim como a China.

O crescimento industrial chinês no campo das manufaturas se deu em período posterior ao brasileiro, quando da entrada da China nas cadeias globais de valor pelo seu processo de abertura econômica em 1978, o Brasil detinha participação considerável entre as economias subdesenvolvidas, maior inclusive que a dos tigres asiáticos e a da Índia (Bresser-Pereira, 2008). O que ocorreu foi que justamente quando da ascensão das economias voltadas à exportação de manufaturas do Leste Asiático, o modelo de substituição de importações do Brasil estagnou.

O Brasil não conseguiu executar o 'catch-up'³¹ em um momento crucial de sua história econômica. Extensos são os fatores que explicam a crise brasileira pós-1980 e sua consequente estagnação econômica, apresentados em inúmeros trabalhos na bibliografia do campo no país (Tavares, 1997; Fiori, 1997; Furtado, 1992). No entanto, o que nos interessa aqui é analisar o papel da China no processo de industrialização brasileiro, nesse sentido, tomar como análise o período dos anos 1980 e 1990 é infrutífero ao exercício comparativo, embora reconheçamos que a estratégia que fez do Brasil um país pouco competitivo no comércio industrial tenha começado nos anos 1990.

É importante destacar o acirramento do cenário competitivo global em decorrência da estagnação no crescimento mundial, em especial a partir

³¹ Trata-se do processo de aceleração do desenvolvimento econômico em economias não-desenvolvidas por meio de estratégias que reduzam as distâncias históricas nas áreas de ciência, inovação e produtividade (Unido, 2005).

do momento em que os efeitos da GCF atingem a União Europeia e se desdobram em uma estagnação prolongada a partir de 2011. Esse contexto de concorrência mais acirrada e seus efeitos sobre o Brasil fica evidente também pelo aumento no ritmo de piora nos indicadores de industrialização entre 2010 e 2020. Nos vinte anos entre 1990 e 2010, o grau de industrialização sofreu redução de 2,4 pontos percentuais, enquanto nos dez anos entre 2010 e 2020 a redução foi de 2,2 pontos percentuais, chegando a apenas 10,2% do PIB. A participação do VAM do Brasil entre os países emergentes (excluindo a China) teve redução de 2,7 e 3,9 pontos percentuais nos mesmos períodos. A posição no ranking de Desempenho Competitivo Industrial (CIP) da Unido levou 20 anos para cair da posição 26 para 31 e apenas dez para cair até a posição 42. (Hiratuka, 2024, P. 5)

Nota-se que a perda de espaço do Brasil na produtividade industrial global, se dá no período em que o país estreita laços econômicos com a China. De fato, o choque da produção industrial chinesa e sua alta competitividade contribuíram para que o Brasil perdesse parte de suas manufaturas, além da tendência natural à migração para o setor de serviços. Contudo, é temerário analisar a desindustrialização do país dando destaque à China.

A China usou estratégias e técnicas, há muito tempo aplicadas por economias industrializadas, para acessar o mercado brasileiro. Foi uma opção do Brasil abraçar a globalização comercial como seu paradigma de desenvolvimento no século XXI, no começo deste período, o boom de commodities ‘escondeu’ uma mudança estrutural em nossa economia que viria a cobrar o preço mais tarde.

3.5. A China como concorrente brasileira na América Latina ?

O Brasil, ao se tornar a maior economia industrial da América Latina usou dessa condição para acessar os mercados latino-americanos em que seus produtos tinham competitividade, ajudado também pelo fato de que poucas economias da região haviam logrado um processo de industrialização. Analisando o intercâmbio comercial do Brasil e demais países sul-americanos, é notório que o país reverte a tendência que tem com o restante do mundo, para onde exporta matérias-primas e importa bens manufaturados. A expansão da presença comercial chinesa na região tem suscitado indagações acerca da perda de espaço das manufaturas brasileiras em uma área geográfica onde guardavam rara condição de competitividade.

Pereira (2012) aponta que o saldo comercial brasileiro com a América do Sul havia crescido percentualmente para o país na primeira década dos anos 2000, contudo, após 2012, houve decréscimo com pouca ou nenhuma tendência de retomar o percentual anterior. O perfil das exportações brasileiras para o seu entorno regional deve ser analisado sobretudo pelas lentes do Mercosul, pois é neste bloco que se encontra a maior parte do comércio exterior regional do país.

Tomando como base o maior parceiro regional do país e o vizinho fundamental para o projeto de integração econômica do Cone Sul, a Argentina, utilizamos o trabalho de Barros et al (2021) para exemplificar como a perda de espaço da América do Sul no comércio exterior brasileiro tem ocorrido. O fato notável é que o intercâmbio comercial entre esses dois países difere daquele que apresentam em relação ao resto do mundo, isto é, baseia-se em produtos industrializados e matérias-primas processadas, enquanto, nas cadeias globais de valor, ambos se inserem como grandes exportadores de commodities.

Historicamente a Argentina se destaca como grande parceira comercial do Brasil na região pois sempre teve a mais expressiva economia regional com exceção da brasileira. Conforme ressaltam Pereira (2012) e Barros et al (2021), o setor automobilístico dá as cartas no comércio industrial entre os dois países, promovendo interdependência dentro do setor, dado que este é o ramo fundamental no processo de industrialização de ambos. A despeito disso, a participação da Argentina na balança comercial brasileira decresceu nos últimos anos, e a brasileira em relação a sua vizinha também, embora em proporções menores.

Mesmo que tenha sofrido com crises nos últimos anos, a trajetória da economia brasileira tem sido mais estável que a argentina, o tamanho relativo maior do país em mercado consumidor e PIB tem se imposto como assimetria na relação, de maneira que o Brasil passou a ser comercialmente mais importante para a Argentina do que o inverso. Todo esse processo ocorreu com a Tarifa Externa Comum³², que atua como uma amálgama das duas economias.

O fato comum a ambos foi a ampliação considerável da participação chinesa em suas balanças comerciais, notadamente do Brasil. O perfil dos produtos dessa

³² A tarifa externa comum é um imposto aplicada a todos os produtos que venham de fora do bloco, seu objetivo é proteger o bloco de concorrência exterior desleal e uniformizar as tarifas aplicadas pelos seus membros, a tarifa se divide em faixas que são aplicadas por tipo de produto, os países também podem estabelecer exceções à TEC que são aplicadas a alguns produtos específicos, desde que comunicados os demais membros e justificada (Brasil, 2025).

presença é de manufaturados, e a entrada desse novo agente contribui para a diminuição da participação do Brasil no comércio exterior argentino e vice-versa. A questão aqui é se esse processo ocorre pela tomada de espaço pelos produtos chineses em relação aos brasileiros ou argentinos.

O que se observa é que na verdade, a China toma espaço por ser o novo grande parceiro comercial brasileiro e o segundo maior da Argentina, reduzindo a participação relativa dos vizinhos para ambos. Além disso, boa parte dos produtos chineses que chegam ao mercado argentino e brasileiro é manufatura que nunca teve produção destacada em ambos os países, mas sim na China, a partir do ciclo de desenvolvimento do país nesse contexto recente.

Podemos citar como exemplo o mercado de smartphones, setor vital na economia global e que nunca teve produção destacada nem no Brasil nem na Argentina, ao passo que o setor automobilístico permanece forte no comércio entre os dois países. O Brasil perde a oportunidade de explorar esse novo mercado e não exatamente o espaço, pois nunca o teve.

Além disso, embora o espaço da América do Sul no comércio brasileiro tenha se expandido na primeira década deste século (Barros et al, 2021), apenas Chile (8º) e Argentina (3º) aparecem entre os 10 maiores destinos das exportações brasileiras no grupo de economias sul-americanas, se adicionarmos o México (7º) para perfazer o bloco latino-americano, temos essas três economias como grandes parceiros na região (PODER 360, 2025). Novamente, a Argentina indica a importância do Mercosul ao Brasil para suas exportações de maior valor agregado.

À primeira vista, não entendemos que sejam as manufaturas da China a questão em debate acerca de sua concorrência com o Brasil pelos mercados consumidores na região. Boa parte dos produtos chineses não ‘tomou’ o espaço dos produzidos no Brasil, mas aproveitaram a demanda crescente por produtos que aquele país não produzia em condições para exportar.

Em nossa visão, esse apontamento se esquece do que nos parece ser, realmente, uma ‘concorrência’ para o Brasil: a geoeconomia dos investimentos chineses na América do Sul. Outrora investidor na região e promotor de grandes obras de infraestrutura, o Brasil passou de exportador desses serviços para importador, perdendo espaço para a China e vendo seu poder geoeconômico na região onde é líder natural declinar. É claro que não se trata de discutir se o Brasil

deve fazer campanha contra investimentos chineses, ou que deve dizer onde estes devem investir, mas sim que também dispute esse espaço e coopere na medida de seus interesses, aproveitando suas vantagens geográficas naturais e a proximidade política e cultural.

Os demais países da América do Sul possuem variados interesses em conformidade com seus projetos políticos e aspirações, portanto, não cabe colocar no mesmo cesto o comércio entre Brasil e Peru e entre aquele e o Uruguai. Dado seu histórico gargalo de investimentos em infraestrutura, os países da região precisam contar com um parceiro confiável e que respeite sua soberania, O Brasil tem como tradição entregar esses aspectos em sua diplomacia econômica, no entanto, as aspirações do país como investidor direto em seu entorno foram sufocadas e enfrentam alta resistência em setores importantes da população.

Com efeito, a China não é apenas um parceiro confiável para grandes investimentos de longo prazo na região, é o único. Isso ocorre porque durante a última década o Brasil teve sua capacidade de financiamento comprometida pela crise pós-2015 e pela difícil recuperação após esse período. Tendo em vista a disputa geopolítica entre os Estados Unidos e a China, em que os primeiros buscam definir a América Latina como sua área de influência, é importante que o Brasil tenha meios de manobrar, e não apenas ser manobrado.

3.6. Considerações parciais

Neste capítulo tratamos de colocar em perspectiva do capitalismo histórico a trajetória da economia brasileira, que vai se constituindo como clássico caso de periferia e em que a industrialização assume um viés associado e ciclos dependentes vão assumindo seus aspectos de longa duração no capitalismo global desde a expansão mercantil até a financeirização. Tratamos de inserir nesse modelo as relações econômicas que o Brasil vem tendo recentemente com a China e se há, em curso, uma periferização daquele país em relação ao país asiático.

O Brasil, embora tenha trocas comerciais desiguais com a China, constitui-se como periferia do sistema capitalista muito antes de suas relações comerciais com Pequim despontarem. Se existe uma dependência do país em relação à economia chinesa, esta é circunstancial, já que a relação de dependência no sentido da teoria

da dependência que o Brasil possui com o capitalismo americano se mantém, desta vez no sistema financeiro.

Além disso, discutimos o problema da desindustrialização brasileira à luz das relações econômicas com a China. Apesar de a perda de espaço da indústria manufatureira do Brasil no mercado internacional ter ocorrido ao mesmo tempo em que o intercâmbio comercial com Pequim aumentava, destacamos, utilizando algumas referências recentes na área, que é temerário apontar a China como causa de uma tendência que se desenha no Brasil desde os anos 1980, ainda que aquele país tenha contribuído para tanto, é nacional a estratégia que levou a diminuição do valor adicionado pela indústria ao nosso produto interno bruto.

Por último, refletimos sobre a China como concorrente da economia brasileira no cenário latino-americano e sobretudo sul-americano. Apontamos que parte do espaço ‘perdido’ pela economia brasileira na região é em setores nos quais o país não desenvolveu pujança, como o de smartphones, e isso dá a impressão de que Pequim tem tomado o espaço que era brasileiro. Destacamos que a principal preocupação do Brasil quanto a perda de espaço deve se dar na geoeconomia dos investimentos na América do Sul, em que o país tem sido um mero espectador, sem oferecer peso ou opções aos seus vizinhos, os quais devido aos seus gargalos de financiamento procuraram a China.

4. A geopolítica brasileira e a China

4.1. Introdução

O Brasil tem importantes capacidades materiais, que o colocam em um seleto grupo de países que conjugam população, território e economia. O Brasil tem um grande território, como o Canadá e a Austrália, mas tem muito mais população do que esses dois países. Tem uma grande economia como a da Indonésia e a do México, mas em um território maior e com mais recursos naturais (Ramos, Secches e Vadell, 2020).

Essas condições dadas são assimiladas em um espaço geográfico que viabiliza um sistema de poder no qual a ingerência política brasileira é importante. Majoritariamente, os pensadores da geopolítica brasileira apontam que é na América do Sul que o país se afirma e se projeta no último século, do Cone Sul à Bacia Amazônica. Mais recentemente, o Atlântico Sul também entrou nesse cálculo (Padula, 2021).

Há também quem reconheça a liderança brasileira na América Latina e no Sul Global, muito mais por força do papel político do país do que propriamente por suas afirmações materiais (Martin, 2014). Dado que o Brasil carece de força econômica e militar para efetivar as condições de grande potência mundial, ainda que possua potencialidades para tanto (Myamoto, 2021).

Neste capítulo, buscamos compreender como a China interage com o sistema geopolítico brasileiro. Para tanto, analisamos alguns espaços de projeção do Brasil que consideramos fundamentais. Começando pela América do Sul, depois pela América Latina, entendendo a liderança do Brasil no contexto sul-americano, o espaço amazônico e, por último, o Atlântico Sul e sua conexão com o Sul Global.

4.2. A ascensão chinesa e o contexto atual da ordem hegemônica

Aquele que analisa as relações entre o Brasil e a China não deve se esquecer de um aspecto fundamental para entendê-las: a geopolítica. Erro comum entre jornais brasileiros é enxergar a China como um país capitalista que se diz socialista, cujos interesses giram apenas em torno dos recursos naturais do Brasil e do

mercado para seus produtos. Isso ocorre porque os vemos pelo mesmo prisma eurocêntrico (Angang Hu, 2023). Do outro lado, soma-se a falta de percepção que parte da mídia e da elite nacional tem com relação à posição geográfica de nosso país, muitas vezes nos esquecemos de nossa condição de país sul-americano (Albuquerque, Araujo e Quinan, 2021).

A China é vasta e rica em recursos naturais tanto quanto o Brasil, seu entorno possui países que também dispõem de muitos recursos e mercados consumidores. Há vasta oferta deles na Rússia, na Ásia Central, na Indonésia e na Austrália, também é na Ásia que se encontra o maior mercado consumidor do mundo. Essa visão é simplória tanto para a China quanto para o Brasil, isso porque, relega este país a uma posição de mero fornecedor de matérias-primas.

A China orienta-se fortemente no cenário mundial pela defesa de sua segurança nacional, pela estabilidade em seu entorno estratégico e pelo desenvolvimento econômico. Tais aspectos caminham *pari passu* e isso se reflete em idas e vindas que a diplomacia econômica do país adota. Os Estados Nacionais não tomam decisões apenas baseadas no cálculo econômico, no nosso entendimento, esta é uma visão equivocada que exalta o liberalismo como pacificador do planeta (Fiori, 2010).

Embora as relações comerciais contribuam muito para o equilíbrio de poder, não dão conta de explicar decisões políticas que, sob o liberalismo puro, são insustentáveis. Há um exemplo notável que ajuda a explicar esse raciocínio, a guerra tarifária de Donald Trump, inaugurada após sua chegada ao poder em 2025. Todos os jornais noticiam que tais medidas se reverterão em inflação e queda de bem-estar na própria economia estadunidense, como se o presidente americano não soubesse disso. De fato, haverá um enorme custo econômico, mas a primazia das potências também se discute na seara política, conforme discute Guimarães (2013).

Ao atacar indiscriminadamente, inclusive aliados históricos dos Estados Unidos, o presidente desta nação mira a continuidade de seu país como ditador das políticas comerciais globais, mesmo que o custo recaia sobre sua população. Araújo de Castro (2019) lembra que Washington tinha enorme espaço para errar em suas ações pois controlava o sistema de poder, de forma que o preço pago pelos EUA

será pago em grau ainda maior pelos demais países, porque estão todos atados a primazia daquela nação no sistema internacional, sobretudo pelo jugo do dólar.

Para muitos, os Estados Unidos estão abandonando uma posição de fiador da ordem internacional que construíram ao atacar até mesmo seus aliados e o sistema de Bretton Woods. Na verdade, isso já aconteceu em outras oportunidades, nos anos 1970, o governo Nixon botou abaixo o sistema de paridade ouro-dólar, nos anos 1980, Japão e Alemanha foram coagidos a reduzir sua competitividade, e no início dos anos 2000, a Guerra no Iraque rompeu com inúmeros princípios do direito internacional (Fiori, 2010). A supremacia no sistema internacional não reconhece a hipocrisia como um defeito, quem faz as regras não se submete a elas, justamente porque tem o poder de fazê-las (Guimarães, 2013).

Aqui cabe lembrar das reflexões de Lênin (2023) acerca do imperialismo e o papel das exportações de capital financeiro dos países centrais aos explorados. Os mercados internos estão atrelados aos mercados externos, que são tanto maiores quanto maiores forem as áreas de influência da potência capitalista, que visa assegurar a preponderância de seus capitais no mercado internacional. Ainda no início do século XX, os capitais norte-americanos rivalizavam com os ingleses, alemães, franceses e em menor medida russos.

Os dois conflitos mundiais do século XX também podem ser vistos como uma continuação da disputa por espaço dos capitais nacionais das potências capitalistas no mercado mundial e do alargamento de suas esferas de influência. Tendo saído como vencedor e usurário do mundo após 1945, os Estados Unidos assumiram a posição de fiador da paz mundial, ampliando seu mercado mundial na Ásia, na Europa e na América (Fiori, 2010). As fronteiras de penetração de seu capital financeiro esbarravam nas áreas isoladas pela influência da União Soviética sobre seus satélites na Europa do Leste e também na República Popular da China.

Com o fim da URSS, os capitais estadunidenses encontram margem de expansão a leste da Europa e também na abertura econômica da China. A expansão havia sido contida anteriormente pela capacidade de projeção militar soviética. Conforme aponta Perry Anderson (2002), o capitalismo americano se projeta no binômio militar e financeiro de maneira indissociável: onde chegam nossos exércitos, chegam nossos dólares.

Pequim tem um caminho à parte nessa trajetória de expansão do sistema capitalista, pois usou Hong Kong e sua posição privilegiada para intermediar sua relação com o capital financeiro dos Estados Unidos, defendendo avidamente sua massa continental de uma abertura indiscriminada que arrasou a União Soviética. Ao defender sua soberania, a China reduziu o impacto que os capitais europeus, japoneses e americanos poderiam ter sobre seu sistema político, o qual deveria permanecer intacto (Fiori, 2010).

Mais cedo ou mais tarde essa condição paradoxal chinesa face aos capitais estadunidenses e europeus geraria atritos. Até a crise de 2008, a posição da China de fábrica de manufaturas baratas beneficiou muito os investidores estrangeiros e seus interesses econômicos. Sendo credores mundiais, os países do centro tendem a transferir suas perdas para o terceiro mundo, socializando-as, processo que, historicamente, lhes rendeu muitos frutos. A China não permitiu, pois tinha projeto próprio e considerável capacidade de defesa de sua soberania (Fiori, 2010).

O que ocorre é que o capital chinês também se integra ao sistema de competição, graças à capacidade de progresso técnico local e ao processo acelerado de transformação de sua economia. Com isso, passa a rivalizar com os países centrais e seus aliados. A partir dos Estados Unidos diversos movimentos são ensaiados para bloquear os saltos tecnológicos chineses e isolar sua economia. Essas estratégias têm sido levadas a cabo desde o governo Obama (2009-2016) (Fiori, 2010).

A China, então, tem optado por se aproximar dos países em desenvolvimento, à medida que a reatividade da Europa, EUA, Japão e Austrália cresce contra Pequim. Tal medida reflete um interesse em depender cada vez menos daquele bloco e construir alianças com o “resto”, isso reduz a pressão que o país vem sofrendo em suas bordas com a estratégia de cercamento e contenção que Washington leva à cabo com suas bases militares e países aliados no sul e sudeste asiático, além, é claro, da guerra tarifária (White House, 2023).

Com efeito, diversificar as fontes de matérias-primas é reduzir o poder de barganha que países como a Austrália possam ter na China. O minério de ferro brasileiro é melhor, mas está mais distante, isso o torna eventualmente mais caro, contudo, seu preço é pagável na medida em que Canberra é um agente do sistema de segurança internacional dos Estados Unidos (Guimarães, 2013). Há uma corrida

por minerais estratégicos que envolve os países que estão na fronteira do desenvolvimento tecnológico das quarta e quinta revoluções industriais.

Considerável parte desses recursos está no continente africano e na América Latina, assim como as fronteiras agrícolas em expansão também se encontram nesses eixos. A China vai precisar cada vez mais desses recursos, como também os Estados Unidos e em menor escala a Europa. A China antecipou-se a tentativa de bloqueio ao seu acesso a esses recursos, também porque historicamente os países da África foram relegados ao terceiro plano pelos ditos desenvolvidos, que no passado exploraram colonialmente esse continente.

O Brasil é um caso à parte, embora esteja situado no sistema geopolítico sul-americano; sua projeção sobre o Atlântico Sul, sua biodiversidade e sua agricultura o colocam em uma posição importante nas disputas geopolíticas do século XXI (Guimarães, 2013). Neste capítulo, buscamos analisar a geopolítica das relações Brasil-China à luz do lugar do Brasil na política de poder entre as nações.

4.3. Brasil, China e América do Sul

O Brasil reúne as condições materiais que lhe dão posição assimétrica face aos outros países do continente, e também se projeta ao norte, ao centro e ao sul da região, apesar de ter tido concentração urbana e populacional historicamente no território ao seu centro-sul. O maior e mais populoso país, portanto, assume preponderância natural sobre os demais, na medida em que suas capacidades lhe dão dissuasão suficiente para condicionar seu entorno geográfico. Há, também, outros fatores que alçam o país como o mais relevante em termos de poder duro em sua região (Guimarães, 2013).

A principal circunstância geopolítica do Brasil é sua localização geográfica no continente americano, o mesmo em que se encontra a potência imperial, os Estados Unidos, que consideram o Continente sua área de influência exclusiva, o que as demais Potências implicitamente aceitam, enquanto a dimensão territorial, demográfica e econômica torna o Brasil o único possível rival dos Estados Unidos em sua zona geográfica de influência mais vital. A segunda circunstância geopolítica é a extraordinária assimetria de território, de população e de produção do Brasil em relação a cada Estado da América do Sul. A terceira circunstância geopolítica é o fato de o

Brasil ter fronteira com nove dos onze outros Estados da região, e com a Guiana Francesa, antiga dependência colonial que hoje sobrevive sob a ficção de fazer parte integralmente do território da França. (Guimarães, 2013, p.14)

As fronteiras terrestres do Brasil, embora porosas atualmente, são defendidas pelo vazio demográfico que há entre suas bordas e os territórios vizinhos, com a exceção do Cone Sul, justamente onde o país lutou seus principais conflitos regionais. Com a população da América do Sul de língua espanhola ao norte concentrando-se depois da Floresta Amazônica e da Cordilheira, o território brasileiro se defendeu por barreiras geográficas já existentes. Ao longo de séculos, a interiorização das colônias espanholas na América do Sul foi muito menos efetiva do que a portuguesa, o que favoreceu o agigantamento do país a oeste (Nogueira, 2025). No cone sul, a partir da fronteira com o Paraguai, o Brasil enfrentou seus parceiros de hoje do Mercosul em algumas oportunidades, principalmente a Argentina, mas foi na Guerra do Paraguai que o país se postou como o grande poder regional, ainda que Buenos Aires tenha sido a maior economia até os anos 1960³³.

No alvorecer do século XX, as fronteiras brasileiras já estavam virtualmente definidas, sem nenhum movimento separatista ou ameaça regional, o país gozou de estabilidade em sua soberania territorial muito antes de diversas sociedades europeias e as nações independentes da Ásia à época. Condicionado por uma diplomacia que via na estabilidade regional um ativo importante para ser líder, o Brasil evitou guerras o quanto pôde em seu entorno e fomentou a arbitragem entre vizinhos. Ter a grande potência regional como um agente pacífico fez com que a América do Sul se tornasse um enorme bloco territorial de nações independentes e sem grandes disputas territoriais (Nogueira, 2025).

Sem disputas territoriais e em condição assimétrica face aos vizinhos, o Brasil se colocou em condição *sui generis* no cenário internacional e, tão logo se formou como república, já estava unificado linguisticamente e territorialmente, o que é fato raro para os dias de hoje, e mais ainda para a época. Há algumas distorções acerca da história da colonização portuguesa no Brasil; uma delas é que esta foi atrasada

³³ O Brasil assume a posição de maior PIB da região nos anos 1960 e começa a se distanciar amplamente dos demais países, a ponto de atualmente representar 50% de todas as riquezas da América do Sul, ao passo que a Argentina, outrora o mais rico, representa 10%, sendo o segundo país mais rico da região, seguida de perto pela Colômbia. Esses dados foram consultados no site da Câmara dos Deputados do Brasil (2025).

ou fracassada, quando comparada a outros países europeus. Trata-se de uma interpretação enviesada de nossa história pela excessiva comparação entre modelos de colonização europeus, quando, na verdade, deveria-se buscar uma alternativa à maneira de nosso país e às suas especificidades.

É claro que há um custo para essa estabilidade territorial, as revoltas regionais foram massacradas, e alianças cruzadas entre povos indígenas os dividiram para conquistá-los. As bases para a pacificação de um imenso território foram formadas antes deste tornar-se independente, e àquela altura a desintegração com o restante da América do Sul foi importante para afastar rusgas territoriais, somada ao bom uso dos instrumentos jurídicos, os quais, mesmo que de má-fé invocados, serviram a expansão territorial do país sem causar muitos conflitos internacionais. Não se pode negar, no entanto, a limpeza étnica conduzida em muitas campanhas de interiorização do Brasil, a partir de bandeiras e do povoamento violento de territórios que pertenciam aos povos originários.

A unidade territorial brasileira também foi garantida pelo modelo de colonização adotado, que era essencialmente centralizado. A vastidão do território tornava suas porções povoadas quase que incomunicáveis, ainda assim, todos esses fragmentos de colonização deveriam reportar-se a uma única capital, a qual esses colonos dispersos muitas vezes nem visitaram, e aquela capital, deveria prestar contas unicamente à Lisboa. O Brasil português só se conectava ao mundo através do contato com a capital do império ultramarino lusitano, estes, desdenhosos de ameaças que viessem do continente, se empenharam em proteger quase que exclusivamente a costa do país (Nogueira, 2025).

Militarmente, a dispersão de forças que permitiu ao Brasil unidade durante seu período colonial baseava-se em um modelo trazido ao país a partir da experiência portuguesa em suas colônias ultramarinas na África e na Ásia, que também eram costeiras. Evidentemente, a escala de número dessas construções no Brasil deveria ser muito maior, pois o território costeiro era imenso, assim, para cada importante núcleo comercial na costa, caberia um sistema de fortificações para evitar o acesso de invasores estrangeiros ao continente, onde Portugal não detinha quaisquer forças militares. Um exemplo disso é que a expulsão dos holandeses em 1654 ocorreu apenas devido a uma aliança de tropas mestiças indígenas, que resultou na

vitória decisiva na Batalha de Guararapes, tendo ocorrido no continente, onde Portugal dispunha de poucas reservas de tropas (Nogueira, 2025).

Se, de um lado, a centralidade da administração colonial foi decisiva para a conservação da unidade continental do Brasil, por outro, na América hispânica, notável é que o que ocorreu foi o oposto (Nogueira, 2025). O modelo aplicado de separação em núcleos autônomos de colonização que se reportavam à coroa espanhola forjou grupos políticos autônomos e separados, estes, então, lideraram, cada qual em sua região, lutas por independência que terminaram por fragmentar ainda mais o território a oeste das fronteiras brasileiras.

Esses núcleos políticos autônomos na América Hispânica mantiveram pouco contato com seus vizinhos da América Portuguesa. Nogueira (2025), destaca que as distâncias eram determinantes para o isolamento ao qual partes da América do Sul foram impostas, seu destaque, é o Chile, o qual considera um dos países mais isolados do mundo. Com exceção de Buenos Aires, os demais centros urbanos dos vizinhos brasileiros estavam muito distantes de cidades como Rio de Janeiro e Salvador (Nogueira, 2025).

Esse distanciamento resultou na ausência de rotas comerciais internas que permitissem trocas entre províncias e colônias, fruto do modelo de exploração empreendido aqui. A busca por recursos naturais que gerassem rápidos retornos e lucros às metrópoles impediu que modelos alternativos surgissem, o processo de integração comercial entre longas distâncias exige tempo e a construção de sistemas de comunicação e infraestrutura é custosa. Embora houvesse caminhos abertos no sertão brasileiro que chegavam aos Andes, estes nunca foram efetivamente explorados por outro meio que não fosse o modelo das bandeiras (Goes Filho, 2013).

As bandeiras brasileiras são o mais perto que o continente chegou de estabelecer uma ligação não perene entre o litoral atlântico brasileiro e o coração do continente. Ao longo de quatro séculos pesou a vocação atlântica do colonizador português e o Brasil permaneceu uma imensa massa geográfica administrada a partir de uma estreita faixa litorânea (Goes Filho, 2013).

A despeito da violência empregada em muitas bandeiras, esse empreendimento trata-se de uma expansão voltada a abastecer o mercado interno e suas dinâmicas, aproveitando a geografia nacional e interiorizando o país. Aqui o

fluxo endorreico da bacia do Tietê contribuiu para que do Planalto da Piratininga diversas expedições fossem organizadas em direção ao interior do país, a esses movimentos deve-se muito da extensão atual do Brasil, na mesma medida, infelizmente, da exploração e expulsão de povos indígenas e suas culturas (Goes Filho, 2013).

Enquanto isso, as distâncias também arrastavam nossos vizinhos a uma dinâmica que, se não fosse igual, não deixava de ser impeditiva à integração com os demais núcleos hispânicos de colonização. As capitais dos vice-reinos ligavam-se com mais frequência e intensidade à Europa do que a qualquer outro vizinho. Estes últimos sempre intermediaram as relações entre suas colônias de núcleos dispersos, primeiro com os espanhóis e depois com os ingleses.

À semelhança do Brasil, Chile e Argentina aumentaram de tamanho após seus processos de independência, fruto de dinâmicas internas de ocupação territorial, notadamente das expansões para o deserto e para a Patagônia. Esses três países têm trajetórias distintas das demais nações sul-americanas expressas até os dias atuais em seus graus de desenvolvimento relativo, embora nunca tenham deixado de ser economicamente periféricos (Nogueira, 2025).

A interiorização e expansão continental dos Estados do Cone Sul e do Brasil ocorreram, todavia, à revelia de uma regionalização organizada. Evidentemente, não se pode taxar como totalmente organizadas as regionalizações pelo mundo, com o exemplo mais óbvio sendo o da Europa, onde há pouco menos de um século França e Alemanha disputavam recursos naturais em suas fronteiras (Nogueira, 2025). O que ocorre é que essas disputas estiveram no seio da expansão de seus capitalismos nacionais por sobre o continente europeu, o que envolvia disputas entre as burguesias industriais dos países. Esse tipo de escala de acontecimentos não sucedeu na América do Sul, ainda que houvesse rugas pela posse de áreas privilegiadas pelo escoamento de produtos e, em última instância, pelo controle dos próprios recursos naturais, como a Guerra pelo Guano no norte do atual Chile, em que este último derrotou Peru e Bolívia.

A região é comercialmente desintegrada até os dias de hoje, com núcleos de infraestrutura ao norte, ao sul e ao centro, os quais muito pouco ou quase nada interagem entre si. Houve guerra em que esses núcleos disputavam recursos naturais e território, como foi entre Peru e Chile e entre Argentina e Brasil, por

exemplo. Também pesa o fato de ser a América do Sul um vazio demográfico, com populações concentradas em porções do continente, trata-se de uma região muito grande, mas despovoada.

Uma das piores consequências para o modelo exportador de recursos naturais das colônias na América do Sul foi a ausência de desenvolvimento interno (Bresser Pereira, 2008). Embora houvesse maneiras de integrar núcleos isolados, estas nunca foram prioridade na organização dessas colônias e, mesmo depois de independentes, continuaram a não ser. São notáveis as distâncias geográficas e os imperativos naturais que separam as regiões do continente, no entanto, estas também se ligam por uma marca natural da região, a imensa disposição de bacias hidrográficas continentais incomparável a qualquer outro continente.

Esse imenso potencial, todavia, foi sistematicamente desperdiçado em favor de outro modelo que drenava o potencial de desenvolvimento interno para a agenda agroexportadora. A exceção ficou justamente pelo espaço mais desenvolvido e industrializado da América do Sul, a Bacia do Prata e suas adjacências, não à toa, foi ali que se concentraram as migrações de mão de obra e se expandiram os maiores centros urbanos da região, notadamente São Paulo e Buenos Aires. Atualmente, este é o eixo fundamental para a construção do Mercosul (Goes Filho, 2013).

Por outro lado, a ausência de um avanço avassalador da “modernidade” sobre a natureza protegeu riquezas naturais incomensuráveis, como florestas úmidas, savanas e bacias hidrográficas. A América do Sul é a região mais verde do planeta, mais bem servida de água potável e mais biodiversa. É também um caso raro quando analisamos conflitos étnicos, há poucas e muito pontuais divisões dessa natureza, Embora seja uma região multiétnica, a América do Norte, por exemplo, também não os tem, mas porque houve um processo de substituição populacional, em que povos foram transplantados com suas culturas para um novo território, desabitado pela força da limpeza étnica. No entanto, aqui foi diferente, houve miscigenação e transformação cultural com a formação de núcleos mestiços de identidade que mais tarde geraram as nacionalidades que dividem esse continente (Ribeiro, 2006).

Outro ponto a ser salientado é que, apesar de ser uma grande área geográfica composta de diversos países, estes foram plasmados por uma origem na

administração estatal ibérica, ou seja, há certa uniformidade, que os diferencia naquilo que diferenciou portugueses e espanhóis e seus modelos de organização, além, é claro, do idioma. As diferenças não criaram, todavia, rivalidade entre povos, na verdade, as semelhanças são muito marcantes.

E nesse unidade feita de poucas diferenças, a geografia também vai sendo compartilhada, o Chaco, a Amazônia e o Pampa, por exemplo, atravessam as fronteiras. O Brasil é o país que mais compartilha biomas com seus vizinhos, bem como bacias hidrográficas, e essa polivalência geográfica do país lhe permite integrar-se aos debates sobre a exploração de recursos naturais em toda a região, com algumas exceções, notadamente nos Andes e na Costa Pacífica.

O Brasil se avizinha do triângulo do lítio entre a Bolívia, o Chile e a Argentina, do petróleo da Bacia do Orinoco e do gás natural boliviano. Porém, dizer que aquele país deve se assenhorear disso e cobiçar as riquezas naturais dos vizinhos é o caminho de um imperialismo tacanho que se volta contra os povos mais próximos do Brasil. Ao contrário, o país tende a se beneficiar caso contribua para a autonomia e soberania de seus vizinhos, pois ganha a confiança destes e afasta a divisão na região (Guimarães, 2013).

Para tanto, o Brasil precisa buscar a posição de Estado de equilíbrio entre as dinâmicas de poder em nível regional e aquelas de nível global. Seu papel fundamental é evitar que a região seja fragmentada por disputas imperialistas globais, não que seja um “destino manifesto” brasileiro, nem que seja o país o “irmão maior”, é que perder a palavra na geopolítica da América do Sul, significa perder a capacidade de projeção do país (Klever, 2010) .

O Brasil, evidentemente, quando se projeta para fora da América do Sul, sofre de relações assimétricas e precisa, nesse sentido, usar de uma diplomacia refinada para garantir que seus interesses sejam ouvidos e respeitados, embora também seja um país com capacidades consideráveis. Interessante pensar nesses aspectos pois a decadência da Argentina legou ao Brasil uma assimetria muito grande em relação aos vizinhos, ao mesmo tempo que, internacionalmente, o país tem perdido espaço para outros países, e também por seus gargalos em termos de hard power.

E como a China se insere nessa dinâmica geopolítica do Brasil e da América do Sul? Conforme apontamos anteriormente, os Estados Unidos foram o agente preponderante em uma dinâmica de dependência e desenvolvimento associado na

qual Washington foi o centro, sobretudo pensando no caso brasileiro. Também comparamos a presença chinesa na região a partir de uma relação de dependência no seu modelo clássico que marcou as análises sobre as relações entre o subdesenvolvimento latino-americano e o centro do capitalismo, indicando que essa condição não se sustenta observando a China e sua presença na região. Aquilo que mais nos chamou a atenção foi, de fato, a geoeconomia da inserção chinesa e seus impactos na nossa região.

Primeiro que há muito tempo não se vê um único país que seja capaz de reverter a preponderância estadunidense nas relações econômicas com a América do Sul, porque justamente os Estados Unidos foram com muita margem a nação mais rica do mundo e estão situados no mesmo polo geográfico que os sul-americanos. Outro questionamento que pode ser levantado é o de que a China tem condições de emergir como contraponto aos EUA e oferecer uma oposição à América do Sul. No nosso entendimento essa é uma questão precipitada e carece de uma interpretação mais profunda sobre a história geopolítica da América do Sul e da China.

De um lado, a expansão da China pelo mundo se dá sobretudo por sua diplomacia econômica e a força de seu crescimento e é por isso que usamos o termo geoeconomia ao analisar a China. Por outro lado, os Estados Unidos cercaram o mundo com suas bases militares e, em parte, organizaram a geopolítica mundial após a Segunda Guerra e, quase totalmente, ao fim da Guerra Fria, restando poucos focos de “resistência”. Não se pode superestimar um, ou subestimar o outro com base nas expectativas que temos, há um panorama no qual a história vai pesando os fatos.

A União Soviética foi um adversário militar dos Estados Unidos, por exemplo, que apesar dos inúmeros progressos tecnológicos não se sustentou diante das pressões de Washington em sua periferia e da infindável corrida armamentista. A China não é um adversário que luta guerra de procurações com os EUA, tampouco busca uma corrida armamentista, na verdade, é historicamente marcada por uma estratégia de projeção internacional ligada ao seu projeto local de desenvolvimento.

Conter politicamente a China e cercá-la militarmente pode ajudar os EUA a pressionarem Pequim e os levar à mesa de negociações, ou a uma corrida militar, em um cenário que Washington conhece muito bem. Contudo, no que isso

adiantaria? Os Estados Unidos já são militarmente mais fortes que a China e continuarão por algum tempo. A maior parte dos grandes países do mundo segue alinhada com a ideologia que defende Washington, e isso inclui a América do Sul. Recém-eleito, foram os Estados Unidos que Lula visitou primeiro, e não a China, embora desta última tenha colhido efeitos muito mais práticos, com a assinatura de 15 acordos e de projetos de investimento em infraestrutura no Brasil (CNN Brasil, 2023).

Não faltam exemplos no mundo de países politicamente e militarmente alinhados com os Estados Unidos, mas que mantêm sólidas relações econômicas com a China. A Hungria, por exemplo, país mais à direita na política da União Europeia, foi uma das primeiras nações do bloco a aderir à Iniciativa Cinturão e Rota, enquanto as Filipinas realizam exercícios militares com os Estados Unidos, mas seguem economicamente dependentes da China. Esses países não executam o desacoplamento pois estão demasiados atados à nova geoeconomia do comércio global, que é liderada pela China. Ao que tudo indica, há uma tendência análoga na América do Sul, basta observar dois casos importantes, o Brasil durante o período de Bolsonaro e a Argentina de Milei.

Em seu discurso, os dois abriram flancos de críticas à China, totalmente sintonizados com os interesses dos Estados Unidos, mas na prática seus países seguiram com robustos negócios com a China. Não é que acusações e críticas à China não causem mal as relações bilaterais, pois causam e esfriam as perspectivas de cooperação e adensamento tecnológico das interações comerciais. No entanto, isso não bloqueia a China de permanecer como o grande parceiro comercial e não prejudica a chegada de produtos chineses a esses mercados, portanto, no que interessa verdadeiramente a Pequim, nada mudou.

Esses recursos naturais dos quais dispõe a América do Sul representaram 70% dos itens exportados à China entre 2015 e 2019 (IPEA, 2021), isso demonstra que a inserção econômica internacional dos países sul-americanos tem sido condicionada por uma crescente integração comercial com a China. Os investimentos externos diretos chineses na região vão acoplando os países locais à esfera de projeção geoeconômica da China.

Considerável parte desses investimentos foi feita nos setores de extração de recursos naturais, os quais demandam investimentos em infraestrutura para

escoamento e energia para produção. Isso implica uma interação entre a geografia da América do Sul e a expansão econômica da China, por isso, acompanhamos o estudo do IPEA (2021) na descrição de que trata-se de uma interação permeada fundamentalmente pelo campo geoeconômico.

4.4. A América Latina e a geopolítica da China

A América Latina é um arranjo político e cultural baseado nas similaridades herdadas das influências de processos de colonização por países latino-americanos, notadamente os ibéricos. Geograficamente, essa divisão é mais criteriosa, separando a América do Sul, da América Central, o Caribe e a América do Norte. Desta última, faz parte apenas o México, sendo a América do Sul responsável pelo conjunto majoritário de países latino-americanos. Embora essa “divisão” seja objeto de muitos debates acerca da identidade da região (Prado, 2006).

O livro branco do Conselho de Estado da China (2016) engloba a América do Sul e um grupo que inclui também o México e o Caribe, tal como fora concebido o Fórum China-CELAC (China e a Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos). Suas descrições de atividades são bastante propositivas e enumeram uma lista de prioridades e campos para que as relações entre ambos prosperem. Como quase todos os documentos oficiais da China para o mundo, o livro adota uma abordagem cooperativa, propositiva e parametrizada. Na prática, no entanto, a América Latina é constituída por um grupo bastante heterogêneo, quando avaliadas as iniciativas da China naquela região. Enquanto no Brasil predominam as exportações de commodities, o México tem intercâmbio comercial baseado nas manufaturas. O Chile tem empreendido sucessivos acordos de livre comércio com a China, ao passo que o Mercosul, a despeito de negociações, não tem nenhum³⁴.

A China tende a buscar a abordagem de cúpula para a região pois é mais fácil tratá-la como bloco para seus interesses. Ao observar outros fóruns similares como o China x África e a Organização de Cooperação de Xangai, é possível notar uma estratégia de atuação de Pequim organizada por blocos geográficos de influência. Essa abordagem favorece a rapidez e o consenso nas negociações, tal como

³⁴ O Uruguai, contrariamente às posições de Brasil e Argentina, vem advogando por um acordo comercial com a China (Infolatina, 2023).

descreve Cui Shoujun (2019), porém, mesmo com o estabelecimento do Fórum China-CELAC, a postura chinesa varia bastante de país para país e de região para região.

Considerando aspectos econômicos apenas, Brasil e México seriam os dois países mais relevantes para a China na região, contudo, politicamente, os países sul-americanos têm mais autonomia para se abrirem às relações com a China. O México e o Caribe estão muito mais à mercê da influência dos Estados Unidos do que os países da América do Sul. Embora a China tente conduzir uma abordagem para a região por meio da CELAC, esta carece de densidade, na medida em que os países estão sob esferas de influência que operam, em maior ou menor grau, no hemisfério estadunidense.

A América do Sul, nesse sentido, é muito mais homogênea e aberta às relações com a China, com um potencial de mercado consumidor. Além disso, é o berço dos principais recursos naturais da América Latina. Na prática, contudo, essa condição se faz notar na divisão que se desenha do continente americano, com a América do Sul mais equidistante, muito em virtude da capacidade de equilíbrio oferecida pelo Brasil, e das posturas de países que, se não são potências, ao menos buscam trajetórias mais autônomas, como Bolívia e Venezuela.

A partir dessas constatações, a China busca reduzir sua dependência de fontes únicas de recursos naturais, diversificando seu leque de fornecedores; avançar sobre as cadeias de suprimentos de matérias-primas estratégicas, como o cobre e o lítio; ampliar mercados consumidores para seus produtos, aqui o destaque está no mercado brasileiro; e construir parcerias globais que contrabalançam a presença dos Estados Unidos.

Conforme o 14º plano quinquenal, a China deve diversificar ainda mais suas fontes complementares de recursos, mantendo-se sempre dentro da margem de autossuficiência. Os investimentos em infraestrutura para o escoamento de recursos por parte da China na América do Sul já são uma realidade, vide o Porto de Chancay, no Peru, inaugurado em 2024, ocasião da cúpula da APEC (People's Daily, 2024).

Há consciência na China da divisão política e da estagnação econômica da região, bem como da reatividade dos Estados Unidos em relação à presença chinesa. Isso não impede que os investimentos fluam, posto que, o único país que

detém condições para prover a América Latina com os capitais necessários para seu crescimento, no momento, é a China (Shoujun, 2019).

É importante ressaltar que a América Latina se insere para a China no contexto amplo de um Sul Global, perfazendo, junto à África e a partes da Ásia, regiões com que Pequim quer se integrar para reduzir a proporção ocupada pelos Estados Unidos e pela Europa em suas relações comerciais e, de certa forma, rebalancear o peso global dessas regiões, que não são de fato representativas do mundo em sua totalidade. Essa é uma visão ressaltada por importantes acadêmicos chineses que estudam a presença do país no mundo, tais como Angang Hu (2023), Yu Han-Chu (2020) e Yongnian Zheng (2024).

Os autores destacam um gradualismo na projeção internacional da China, no qual os dizeres liderança, reformas e governança aparecem com frequência, tudo isso no contexto de um mundo em transformação a partir do advento da expansão econômica da China. Estendendo esse pensamento ao lugar da América do Sul nesse processo, é possível observar que as divisões na região com relação à percepção sobre a China foram mitigadas face à importância do país no contexto da pandemia recente.

Foi da China que vieram os suprimentos fundamentais, assim como de lá também veio uma alternativa de vacina. Processos como esse vão consolidando a China como parceiro da região, o que faz o país ganhar terreno mesmo entre países governados por seus críticos ferrenhos. A aposta chinesa é pela institucionalização de suas formas de cooperação via acordos legais que respeitem o balanço entre os diferentes modelos políticos que opõem a China à maioria dos países da região (Chen e Zhang, 2021).

Nesse sentido, os acordos e as iniciativas de longo prazo servem para contornar governos opositores através de uma maior integração junto à China, embora ao longo dos últimos anos sucessivos governantes de extrema-direita e com discurso anti-China foram eleitos na região, mas permaneceram com forte intercâmbio comercial e suavizaram as críticas à China.

Para a China, é importante que a América Latina permaneça como uma zona “aberta” ao seu capital e suas iniciativas globais. O país busca equilibrar um processo de desenvolvimento voltado ao mercado interno e à autossuficiência, com a projeção internacional com vistas à constituição de uma ordem multilateral. Em

que pese ser a América Latina uma região no hemisfério Ocidental, a região não é exatamente uma continuidade da Europa e dos Estados Unidos, há considerável equidistância entre esses dois blocos em inúmeros temas, como a questão Israel-Palestina³⁵, o conflito na Ucrânia e o combate ao terrorismo.

Esse contexto abre caminho para que no Ocidente seja a América Latina a região geográfica mais aberta às relações com a China, devido à neutralidade e sobretudo à particularidade da região. Isto é, um bloco de países heterogêneos no continente americano com economias em desenvolvimento e que não perfazem o núcleo de poder da OTAN, a despeito de estarem também sob certa influência daquela.

Na equação geopolítica da China, trata-se de um pólo distante de sua esfera de influência natural, mas é um espaço que pode ser agregado a esse ciclo de desenvolvimento capitaneado desde Pequim. A um só tempo, há a possibilidade de diálogo com uma região pacífica, rica em recursos naturais e situada na periferia dos Estados Unidos. Esse último aspecto favorece a proposta da China que busca se constituir como uma liderança alternativa e não-intervencionista, apostando em alguns aspectos como a liderança moral e a diplomacia econômica.

Ao se constituir como alternativa, a China busca não repetir paradigmas que acompanharam a relação dos EUA com a América Latina. Isso não quer dizer que o país não mantenha seus interesses junto aos acordos buscados, contudo, faz isso através de modelos que reconhecem as particularidades dos países. Essa estratégia é diretamente coordenada pelo Estado chinês, em que pese o papel crescente de organizações privadas, principalmente as multinacionais chinesas na região.

Dirigida sob o discurso de promover um futuro compartilhado entre pares (China, 2024), a projeção de poder da China na região não deixa de seguir a dualidade comum nas ações políticas daquele país. Se por um lado os recursos naturais da região são fundamentais para os interesses estratégicos da China, por outro, os investimentos chineses trouxeram oportunidade de crescimento aos países da América Latina.

O multilateralismo que a China almeja não deixa de estar conectado aos seus interesses nacionais. Ainda que seja hoje a China uma grande potência, o jogo de

³⁵ Todas as nações soberanas da América do Sul reconhecem o Estado Palestino, ao passo que Estados Unidos e Canadá não. (Axios, 2018)

poder tradicional, como tem sido apregoado pelos Estados Unidos recentemente, não lhe interessa. O país precisa suprir recursos estratégicos para seu processo de desenvolvimento através de parceiros diversificados, e com estes, obterá também mercados consumidores. Tratam-se de interesses diretamente ligados ao processo de desenvolvimento econômico da China.

Esses interesses não deixam de ofertar à América Latina investimentos e projetos que sejam dissonantes dos processos de desenvolvimento locais, contudo, a liderança é da China na proposição dessas frentes, é de Pequim que virão os recursos e a tecnologia, por isso, adensa-se à integração da AL ao ciclo de crescimento chinês. Nesse sentido, aspectos como a utilização do renminbi em trocas comerciais e a infraestrutura de escoamento de matérias-primas favorecem a geoeconomia da China no século XXI (IPEA, 2021).

Fundamental para pensar essa questão é a Iniciativa e Rota na AL, na medida em que pela assinatura de memorandos e entendimentos tem-se a adesão ao núcleo de organização da economia política internacional da China (IPEA, 2021). A países pequenos e médios sem acesso a fontes de financiamento nacionais e internacionais é um bom negócio. Todavia, a países como o Brasil esta adesão deve estar relacionada a ganhos materiais substantivos, dada a posição mais estratégica que esses ocupam.

Novamente, temos presente a lógica dual que vai acompanhando o ciclo de expansão da China no mundo (Cunha, 2018). Assim, Pequim quer recursos naturais e mercado para suas manufaturas e novas tecnologias, como também quer ser um líder não hegemônico e cooperativo, são realidades que devem coexistir na estratégia chinesa, cujo equilíbrio e o futuro só são possíveis por uma governança justa (Xuetong, 2019). Isso não quer dizer que a China não se beneficie de suas assimetrias face à América Latina, pois estas estão presentes nessa relação e se fazem valer.

A presença da China na América Latina e suas consequências geopolíticas sempre oferecerão razões para escrutínio, visto que estamos falando de uma grande potência e uma região que sofreu com intervencionismo. Isso posto, não é a força da China que realça as assimetrias geopolíticas, é a ausência de uma estratégia regional para promover as relações com a China, divididos em posições

ideológicas quanto à Pequim interna e externamente, os países latinoamericanos ficam à mercê de boas intenções.

Naturalmente, por seu tamanho e potencialidade, o Brasil tem um papel central nesse processo de assimilar uma estratégia regional para a China e atuar como um intermediário entre China e América do Sul (não está no xadrez geopolítico brasileiro avançar além disso). No entanto, essa estratégia coordenada não existe, de maneira que cabe indagar se o Brasil poderia ser o líder regional para liderar a parceria entre China e a América do Sul.

4.5. O Brasil em busca da liderança sul-americana e a ascensão chinesa

Mário Travassos, autor clássico do pensamento geopolítico brasileiro, aponta uma vocação nacional para integrar a América do Sul, sob seu olhar, a projeção do Brasil no espaço sul-americano estava naturalmente dada. O fator decisivo seria a “característica centrífuga do maciço brasileiro” (Travassos, 1938, p. 95), ou seja, o relevo da porção central do continente, em posse do Brasil, que conduz as grandes bacias hidrográficas ao Atlântico sul-americano, onde o país controla dois terços da costa.

Essa liderança “natural” só seria afirmada por meio do que Travassos chama de integração longitudinal, que seria a ligação entre a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica, levando o sul do continente ao norte e conectando o estuário do Prata à Foz do Amazonas. Esse processo já ocorria por meio da ligação marítima entre o Rio de Janeiro e São Luís, no entanto, esse projeto deveria ocorrer também pelo continente.

Figura 1 - Mapa Político América do Sul com destaque para o maciço brasileiro e o fluxo das bacias hidrográficas



Fonte: Atlas IBGE

Na prática, no entanto, há muitas diferenças entre o que se vislumbra na obra de Travassos quanto à projeção do Brasil e o que realmente ocorre. O autor é um general que escreve sobre um Brasil dos anos 1930, o qual havia recém-concluído seu processo de delimitação de fronteiras, e também era majoritariamente agrário e iletrado. Embora nesse contexto o país estivesse em busca de desenhar uma nova identidade nacional, o que se pensava era um futuro que não tinha sido atingido.

A geopolítica não pode se esquecer de buscar tração na realidade, de modo que há diferença entre o potencial que a geografia do território tem e a realidade política do que de fato se executa (Miyamoto, 2021). Travassos acreditava que a bacia amazônica deveria assumir o centro da projeção brasileira, mas a consolidação do Sudeste como centro econômico do país conservou a bacia do Prata como eixo real da projeção continental brasileira. Foi desse pedaço que nasceu o Mercosul.

Em quase um século desde a publicação da obra de Travassos, o Brasil mudou profundamente. A vocação de líder regional é uma realidade agora, ainda que o caminho percorrido tenha sido feito por variados projetos políticos. Além disso, sob esse plano de projeção sobre a América do Sul, muitos outros fatores pesaram, sobretudo de ordem econômica. Conforme Miyamoto (2021), nem sempre a geopolítica teve palavra final nas decisões de governo.

Nesse sentido, sucessivos planos para o Brasil no cenário internacional se alternam, e a geopolítica vem sendo compreendida ao sabor das necessidades do desenvolvimento econômico. Miyamoto aponta os flagelos que os planos, à mercê dos interesses políticos imediatos, tiveram no processo de se construir uma política de estado em torno da geopolítica da soberania nacional, portanto, o país não exerceu o potencial que Travassos vislumbrava, no sentido de fazer da Amazônia o seu centro de liderança regional.

Ao contrário do que escreveu Travassos, o Brasil rumou para a liderança a partir do sul do continente, já que foi na historicamente disputada tríplice fronteira que os planos do país de integrar o continente avançaram. O Mercosul foi um projeto da economia real somado a geopolítica na prática, isto é, estavam ali dispostas as regiões mais ricas da América do Sul e o espaço onde os interesses geopolíticos nacionais de cada nação disputaram influência e o Brasil se afirmou (Guimarães, 2013).

O Núcleo Brasília-Buenos Aires foi contemplado pela urbanização e pela industrialização que adensaram as trocas entre o espaço que vai de São Paulo até Córdoba, passando pelo Sul do Brasil, o Paraguai, a província argentina de Misiones, o Uruguai e, mais recentemente, chegou até a Bolívia³⁶. Ao longo desse período de integração regional e a projeção brasileira, muitos projetos foram

³⁶ Desde 2023 a Bolívia passou a integrar efetivamente o Mercosul, por ocasião da ratificação do Brasil do protocolo de adesão boliviano (MRE, 2023).

desenvolvidos com a participação decisiva do Brasil, sobretudo pelo advento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, o FOCEM, do qual o Brasil é financiador majoritário, contribuindo com 70% dos recursos. Também faz muita diferença o fato de o Brasil ser o único país da região com um robusto banco de desenvolvimento nacional, o BNDES.

Para exemplificar de forma mais profunda essa discussão, utilizamos informações do FOCEM, MRE e BNDES e construímos a tabela abaixo com projetos conjuntos de integração regional em que o principal financiador foi o Brasil:

Tabela 1 - Grandes Projetos de integração regional com financiamento brasileiro

Projeto	País(es) Beneficiado(s)	Tipo de Obra	Fonte de Financiamento Brasileiro	Situação
Ponte Porto Murtinho (MS) – Carmelo Peralta	Brasil – Paraguai	Ponte rodoviária	FOCEM + Governo Brasileiro	Em construção (2025)
Hidrovia Paraguai–Paraná (modernização)	Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai	Transporte fluvial	Governo Brasileiro + BNDES	Em operação e expansão
Reabilitação da Rota 8 e 9	Paraguai	Rodovias	FOCEM (Brasil como maior contribuinte)	Concluído
Reabilitação da ferrovia Salto–Montevideu	Uruguai	Ferrovia	FOCEM (Brasil 70%)	Em andamento
Sistema de transmissão elétrica do Norte do Paraguai	Paraguai	Energia	BNDES (empréstimo)	Concluído
Estrada Ayolas–Villeta	Paraguai	Rodovia	FOCEM	Concluído
Linha de transmissão elétrica San Ignacio – San Juan Bautista	Paraguai	Energia elétrica	FOCEM (Brasil como financiador principal)	Concluído
Ampliação do Porto de Nueva Palmira	Uruguai	Porto fluvial	FOCEM	Projetado
Ponte internacional São Borja (RS) –	Brasil – Argentina	Ponte rodoviária	Governo Brasileiro	Manutenção periódica

Santo Tomé (Argentina) (manutenção)				
---	--	--	--	--

Fonte: Fundo de Convergência do MERCOSUL, MRE e BNDES.

A disposição geográfica desses projetos e sua proximidade com o Centro-Sul brasileiro indicam que a integração regional avançou substancialmente no Cone Sul, do ponto de vista da infraestrutura. Isso não quer dizer que não existam enormes gargalos ainda por serem preenchidos, mas há uma combinação de fatores econômicos e geográficos que contribuem para isso e consolidam a liderança brasileira.

Figura 2 - Rotas da Integração Sul-americana



Fonte: Ministério do Planejamento (relatório de rotas da integração sul-americana)

O mapa acima aponta as rotas de integração do continente, tendo como centro de trocas o Brasil, Basta observar que o país é o único pelo qual todas as rotas passam. Esse mapa foi obtido a partir de um relatório do governo brasileiro sobre o estado atual dos projetos de integração regional (Ministério do Planejamento, 2024) e, como tal, reflete os interesses do governo brasileiro. As rotas, no entanto, não estão totalmente concluídas, e alguns traçados são apenas esboços.

Desde os primeiros meses após a eleição de Lula, há uma agenda para recuperar o protagonismo na região, como ocorreu durante seu primeiro mandato.

Não à toa, o primeiro país que Lula visitou foi a Argentina, como deve ser, pois é este país o parceiro fundamental na relação continental brasileira, a despeito de questões ideológicas. Como já afirmamos anteriormente, o Brasil não pode esconder-se do que é: somos um país sul-americano.

Dito isso, essa marcha pela integração sul-americana e do Brasil carece, como historicamente aconteceu, de recursos e força política para ser levada adiante. Iniciativas como a IIRSA não lograram o sucesso esperado, tendo tido avanços muito tímidos em “termos de resolução efetiva dos gargalos logísticos da região” (Costa e Gonzalez, 2014, P.31). A infraestrutura e a organização logística são fatores decisivos para a projeção de um país se operacionalizar, tanto no sentido econômico quanto no militar.

Embora esse processo caminhe a passos lentos, há um acontecimento que tem contribuído para a integração brasileira com a América do Sul, que é o advento do crescimento do agronegócio no Centro-oeste brasileiro, ou seja, fazendo as infraestruturas, o crescimento e a urbanização avançaram a oeste do país. Isso tem gerado demanda por escoamento de produtos pelo norte e pelo Pacífico.

Ainda é cedo para confirmar se há um deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o Centro-Oeste e suas adjacências, conforme descreveu Celso Furtado (2007) sobre a economia cafeeira paulista no século XIX. O fato é que isso contribuiu para os interesses estratégicos do país mudarem para o interior do Brasil, um país que esteve sempre conectado às suas zonas atlânticas. As plantações de grãos no Cerrado são mais próximas da borda ocidental da América do Sul, e também da Amazônia brasileira.

Discutiremos a geopolítica da agricultura brasileira mais adiante. No entanto, esse processo está diretamente relacionado à demanda chinesa por commodities sul-americanas. Assim, a China torna-se um agente decisivo para pensar a nova organização do sistema de projeção de poder regional, pois há uma nova rede logística em construção que, ou é capitaneada pela China, ou é condicionada à sua expansão econômica.

Com efeito, a projeção brasileira na geopolítica da América do Sul encontra-se com a expansão comercial da China. Pode-se refletir se as ideias de cem anos atrás de Travassos sobre a efetivação da liderança brasileira a partir da ligação entre o sistema amazônico e o platino, ademais de uma conexão entre o Atlântico e o

Pacífico, estariam avançando à medida que o ciclo econômico chinês adensa sua participação na economia da América do Sul. Dessa maneira, a expansão da fronteira agrícola brasileira e o advento dos investimentos chineses estariam abrindo caminho para uma integração longitudinal, ainda que involuntariamente no território nacional.

Há alguns projetos de infraestrutura em curso na América do Sul, com participação direta ou indireta da China. O mais notável deles é a proposta de ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico pelo continente, por meio do corredor bioceânico, reduzindo o tempo de frete e a dependência do Canal do Panamá. Em meio às dificuldades na efetivação dos planos de integração regional, o financiamento chinês tem sido uma alternativa.

Aqui devemos nos ater ao que entendemos ser importante para pensar a geopolítica brasileira na América do Sul: a presença da China e seu papel na projeção do Brasil. Na forma como estão concebidos alguns projetos e considerando o gap de financiamento da região, a China é necessária como parceira de longo prazo, configurando uma relação estratégica para os países da região. Por outro lado, o Brasil deve acomodar a ascensão chinesa em seus próprios objetivos para a América do Sul.

Os investimentos chineses na infraestrutura sul-americana e a consolidação de Pequim como grande parceiro comercial da região estão centralizados em uma divisão internacional do trabalho, na qual as grandes obras devem servir ao escoamento de matérias-primas. O interesse do Brasil, entretanto, é conectar seu mercado aos mercados vizinhos, bem como transpor barreiras geográficas que dificultam a integração regional e o projeto de liderança brasileira.

Os dois países têm boas relações e os interesses não são divergentes. Entretanto, o Brasil deverá ter vontade política e estratégias bem definidas para que sua projeção geopolítica e econômica também acomode os projetos da China. Ao julgar pelo plano do Ministério do Planejamento brasileiro (2024), o projeto nacional para a integração da América do Sul será concomitante e complementar aos projetos da China na região, como a ligação entre a bacia amazônica brasileira e o Porto de Chancay no Peru.

O grande dilema do Brasil é sua divisão interna e a sazonalidade com o que país trata a América do Sul, isto é, ora tem um governo que busca o engajamento

com a região, aceitando os custos da liderança, ora tem um governo que despreza a agenda sul-americana, atuando apenas para defender interesses ideológicos e perseguir governos “divergentes”. Os projetos da China devem continuar na região, e se o país tomar o segundo caminho, não poderá acomodá-los aos seus interesses.

Tussie (2021) destaca alguns projetos de infraestrutura com participação direta da China na região e que foram cruciais para os países sul-americanos, tais como as linhas férreas de Belgrano Cargas, Belgrano Cargas Norte e San Martín Cargas na Argentina; a construção do Porto de Chancay no Peru; a aquisição de 90% do terminal de cargas do Porto de Paranaguá no Brasil; e a modernização do sistema de trens chileno (sistema Santiago-Curicó). No Brasil, vale ressaltar que os trens intercity que ligarão a cidade de São Paulo ao entorno da macrometrópole para transporte de passageiros contarão com participação da China em sistema de PPP.

Além disso, existe também a questão da adesão de países sul-americanos à Iniciativa Cinturão e Rota de Pequim, cuja maioria dos países da região já assinou o memorando de entendimento, com exceção do Brasil e do Paraguai³⁷. A posição oficial do Brasil não se opõe à iniciativa, no entanto, costura um meio termo para o país que mais recebe investimentos chineses na América Latina.

A China tem uma geografia econômica própria e busca exportar seus capitais e serviços, sobretudo ao mundo em desenvolvimento. O Brasil é em sua região o país que mais recebe esses capitais e serviços, portanto, ainda que não integre a Iniciativa Cinturão e Rota, o país é um aliado estratégico do multilateralismo chinês. Não se pode perder de vista que o lado brasileiro tem uma agenda própria que flutua entre os polos de poder globais.

Convém observar as oscilações da geopolítica brasileira e chinesa como frutos de correções de rumos em suas projeções internacionais, mesmo que no caso da China as coisas pareçam mais lineares, e, de fato, são. A Iniciativa Cinturão e Rota não tem a América Latina e o Caribe como eixo central, seu objetivo principal é o centro eurasiático para onde caminha o desenvolvimento chinês, mas em 2018, a ALC passou a integrar também a BRI (Nunes et al, 2022).

³⁷ O Paraguai permanece como caso *sui generis* das relações China x Celac, pois aqueles reconhecem Taipei e não Pequim. Recentemente, a Colômbia aderiu à Iniciativa Cinturão e Rota, no entanto, o país não assinou o memorando de entendimento (El País, 2025).

No nosso entendimento, é difícil pensar que a China terá no médio prazo a capilaridade que tem o Brasil na América do Sul, pois estamos falando da geografia do território brasileiro e suas fronteiras imediatas. No entanto, considerando as ações e os instrumentos econômicos de que dispõe a China, esse poder comercial e financeiro invariavelmente se converterá em capacidades geopolíticas, conforme aponta Nunes et al (2022).

O Brasil tem condições de compatibilizar esse contexto de ascensão econômica da China e seu impacto na América do Sul com seus objetivos geopolíticos, e também com o desenvolvimento da região. Investimento e infraestrutura, ainda que de natureza *resource-seeking*, podem ter contrapartidas e contribuir para as estratégias de projeção brasileira.

Ao longo de quase dois séculos, coexistiu a liderança regional brasileira com a hegemonia hemisférica dos Estados Unidos. Em algumas ocasiões, o intervencionismo enfraqueceu a posição brasileira e traçou limites reais à atuação do Brasil em meio à geopolítica dos EUA. Não é o caso com a China. Todavia, tudo isso depende de um olhar estratégico brasileiro sobre seu entorno, pois a projeção não ocorrerá se o país der as costas à América do Sul.

4.6. A China e o espaço amazônico brasileiro

Compreendendo quase 60% do território do país e com 29,8 milhões de habitantes (IBGE, 2022), a Amazônia Legal brasileira se estende de nosso Centro-Oeste ao Hemisfério Norte, cruzando a Linha do Equador e bordeando o Mar do Caribe no Amapá. Trata-se do maior sistema biogenético do mundo, por onde corre a maior reserva fluvial do planeta, tanto na superfície quanto no subterrâneo. É o grande tesouro natural do Brasil, ainda que o país seja o lar de muitos ecossistemas vastos, nenhum possui a complexidade biológica e territorial da Amazônia.

A singularidade desse bioma também o torna um desafio à parte da sociedade brasileira, em diversos aspectos. Defender as fronteiras, proteger a biodiversidade e os povos originários, ao mesmo tempo em que se busca integrar sua população aos padrões necessários de bem-estar e qualidade de vida, são grandes dificuldades ainda por serem enfrentadas pelo Estado brasileiro. Quase em todos os índices socioeconômicos, a população amazônica está abaixo da média nacional (IBGE, 2022).

Ao longo de décadas, o país vem buscando projetos para assimilar as particularidades dessa região aos seus interesses nacionais. Assim, os propósitos para a floresta foram alternando-se, como a expansão exploratória durante os governos militares, a criação da Zona Franca de Manaus e o sistema da Amazônia Legal brasileira nos anos 2000. Persistem, todavia, problemas crônicos, como a falta de mobilidade abrangente, a violência transnacional e a pobreza estrutural.

Nesse sentido, temos em vista que o grande objetivo estratégico do território brasileiro é assimilar a Amazônia e suas unicidades ao desenvolvimento nacional, partindo de uma perspectiva que mantenha a floresta protegida. Considerando o peso da China para o desenvolvimento brasileiro neste século, é inevitável não analisar o papel que aquele país tem na geopolítica amazônica.

Sob o ponto de vista econômico, há dois tipos de investimentos chineses na Amazônia brasileira. O primeiro é aquele destinado à Zona Franca de Manaus, produzindo peças para reexportação, ou para filiais no mercado brasileiro localizadas em outros estados. O segundo compõe o grupo de investimentos no setor de energia da região amazônica. Estes aportes têm um impacto relevante no país como um todo.

De acordo com o governo do Amazonas (2024), as empresas chinesas operando na Zona Franca geram cerca de 5.200 empregos diretos. Destaque para a Gree, que faz da região um polo mundial de produção de aparelhos de ar-condicionado, e também para a TLC e a BYD, que monta parte de suas baterias para o mercado nacional na Zona Franca. Tratam-se de investimentos industriais com considerável geração de empregos e valor agregado, sem comprometimento excessivo de grandes áreas e recursos naturais.

Entretanto, em termos de volume de estoque de capital e impacto nacional, os negócios chineses no setor energético são muito mais importantes. Tais

empreendimentos ocupam espaço estratégico na distribuição de energia regional e no sistema de produção hidrelétrica amazônico, cujo potencial ainda é pouco explorado. Os recursos oriundos da China foram necessários para que a Usina de Belo Monte entrasse em operação. Utilizamos dados do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Investimentos (2023) para elaborar a tabela a seguir.

Tabela 2 - Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na Área Energética

Valor Estimado (US\$)	Instituição Chinesa	Projeto / Localização	Objetivo Principal
4,0 bilhões	State Grid Corporation	Linhão de Transmissão Belo Monte – Sudeste (BMTE I e II)	Escoamento da energia da usina de Belo Monte (PA) para o sudeste do Brasil
3,2 bilhões	State Grid Corporation	Linhas de transmissão leiloadas em 2023, incluindo ~4.471 km na Amazônia Legal	Expansão da infraestrutura energética na região norte e centro-oeste
1,2 bilhão	China Three Gorges (CTG)	Participações na UHE Santo Antônio (RO) e outros ativos hidrelétricos no Norte	Geração de energia e consolidação no setor elétrico brasileiro

Fonte: Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (2023)

Há farta disponibilidade de dados sobre o volume de recursos naturais de que dispõe a Amazônia (Embrapa, 2023). No momento em que este trabalho é escrito, o Brasil é palco de um forte debate sobre a exploração de recursos naquela região, no contexto da necessidade de “levar” desenvolvimento econômico para lá.

Recentemente, houve muita especulação sobre correntes opostas no governo no que tange à exploração de petróleo na margem equatorial do Brasil, na foz do Rio Amazonas, onde se localiza o estado do Amapá, que viria a ser o maior beneficiado pelos royalties do petróleo. O estado tem um IDH de qualificação média e, portanto, abaixo do padrão nacional, que é alto (EBC, 2019). A ministra do meio ambiente, Marina Silva, passou por escrutínio público no Congresso Nacional, onde

o governo é minoritário, quanto à sua posição sobre os projetos de exploração na Amazônia³⁸.

Nos parece interessante observar esse debate à luz de uma divisão que acompanha o destino da Amazônia: ou explora, ou preserva (Castro, 1998, Apud Padula e Brozowski, 2021). Trata-se de uma discussão que opõe grupos políticos, intelectuais e econômicos no seio da sociedade brasileira. Ainda que essas duas palavras caminhem juntas quando propõem uma exploração sustentável, ou uma exploração equilibrada, atingir um meio-termo é uma tarefa que está por ser concretizada, se que é que seja possível.

Se, por um lado, a população local tem o direito de acesso às riquezas naturais para sua subsistência e qualidade de vida, por outro, também é verdade que não se “fabrica” outra Amazônia, tampouco seus povos originários, cujo destino é inexoravelmente conectado ao da floresta. O crescimento econômico brasileiro, tal como está concebido, não assimila uma floresta de pé que ocupa metade do território nacional, portanto, o “progresso” brasileiro implicaria destruição de grande parte da Amazônia.

Agravando esse dilema, o fato da floresta amazônica ser explorada não garante a melhora nos padrões de vida de sua população. Posto que, a perspectiva de exploração de seus recursos naturais está assentada em um modelo altamente concentrador de renda e terras. Aqueles que põem abaixo a floresta e poluem seus cursos d'água são agentes de um modelo que beneficia uma elite em detrimento da maioria da população local e seus modos de vida.

A Embrapa (2023, p. 13) descreve o desenvolvimento social no território amazônico a partir do conceito de sociobiodiversidade, em que “[...] Observa-se uma grande diversidade de atores na Amazônia que são agrupados em categorias territoriais destinadas a múltiplos objetivos, tais como produção agrícola, conservação ambiental e preservação dos meios de vida e tradições culturais”. Grande parte da população da região adaptou-se ao seu ecossistema, produzindo comida e sustento por meio de sistemas agroecológicos e de produção familiar, de

³⁸ Após ser convocada compulsoriamente ao Congresso Nacional, Marina recebeu muitas críticas de políticos da região amazônica, com o senador pelo Amazonas, Omar Aziz do PSD, a acusando de “atrapalhar o desenvolvimento nacional”. A ministra foi questionada e sofreu com a misoginia de políticos da oposição, em meio ao silêncio e convivência de parte dos senadores da situação. Este episódio demonstra o fracionamento do tema do meio ambiente dentro da coalizão que compõe o governo atual (Valor Econômico, 2025).

modo que a dieta alimentar amazônica difere consideravelmente daquela do restante do país. Ou seja, o argumento de que a população local só melhoraria de vida com o uso dos recursos abundantes na região não é uma verdade para todos, já que há sistemas balanceados de produção que, além de assegurar renda, também conservam a cultura local e sua natureza.

Nesse sentido, embora não seja um território densamente povoado, muito pelo seu tamanho continental, na Amazônia coexistem modelos de vida e culturas muito diversos. Esta é a região mais etnicamente diversa do Brasil, na qual se encontram muitos “brasis” cuja visão sobre a floresta difere sensivelmente e cada qual se integrou ao espaço à sua maneira. Diante desse quadro, a harmonia social passa pelo equilíbrio entre essas visões de mundo conjugadas no território amazônico.

Essa visão de buscar equilíbrio e acomodação entre os diferentes modelos produtivos que alimentam e sustentam a população amazônica e sua diversidade se consolidou no Brasil por ocasião dos debates ambientais que ocorreram na constituinte de 1988. No entanto, outra vez essa região passa por um momento de inflexão em sua história, devido a desregulamentação ambiental e a perspectiva predatória que a política amazônica do governo de Bolsonaro (2019-2022) adotou.

Partindo de uma visão predatória e sustentada por grupos interessados na extração de recursos naturais e na grilagem de enormes áreas, a política amazônica de Bolsonaro reviveu o antagonismo latente entre “preservacionistas” e “predacionistas” da floresta, ao condicionar o debate a essa dualidade que caminhava para ser superada. Tal ação rompeu com o paradigma de sustentabilidade e controle do desmatamento na região e abriu caminho para garimpo, caça e *land grabbing*. De visão oposta, o governo Lula tentou retomar o debate de sustentabilidade, desenvolvimento e preservação a partir do uso da floresta como ativo nacional, principalmente no cenário internacional, no entanto, o governo atual também se sujeita a algumas contradições.

Eleito por uma coalizão apoiada por movimentos sociais, líderes religiosos e empresários, Lula reeditou o ecumenismo que moldou o processo de redemocratização brasileiro. Assim, seu governo reúne dos mais ferrenhos ambientalistas àqueles que julgam ser o petróleo um agente fundamental ao desenvolvimento.

Nesse contexto, há contradições no governo Lula quanto à política ambiental e, conseqüentemente, quanto à Amazônia, isto é, sedia a Cop-30, principal conferência internacional sobre mudanças climáticas, assim como explora petróleo na foz do Amazonas. Contrastes na política ambiental mundo afora são a regra, basta ver que a Noruega tem na exploração de petróleo sua maior fonte de receita³⁹. No caso brasileiro, o fato do governo anterior ter abertamente abandonado qualquer visão de longo prazo que abarcasse o desenvolvimento sustentável, põe o governo da oposição, aquele que o derrotou nas eleições, em posição imediata de diferença. De tal maneira, que o que se pensa de Lula é que ele deva ser o oposto de Bolsonaro em praticamente tudo, pois o segundo condicionou o debate de seu sucessor.

Contextualizando essas questões nas relações entre o Brasil e a RPC, é preciso definir qual tipo de cooperação se estabelecerá entre nosso país e a RPC no espaço amazônico. A China é, a um só tempo, uma grande produtora mundial de matérias-primas, destacando-se nos mais variados setores, como o de minérios, o de petróleo e o de agricultura, assim como é o país no mundo que mais investe em energia sustentável, promovendo uma verdadeira revolução nesse setor no planeta⁴⁰ (Windtech International, 2024).

Com efeito, a China também é uma nação em que a política ambiental coexiste com contradições. Este é um padrão da modernidade e de suas perspectivas sobre desenvolvimento. Sociedades complexas como a brasileira e a chinesa não podem ser interpretadas com linearidade, isso é um equívoco mesmo em nações pequenas e que são tidas como exemplares, afinal, antes que entendessem a importância do meio ambiente, os países que hoje são desenvolvidos utilizaram sem controles seus recursos naturais (Ferreira et al, 2021).

Se a China polui, também contribui substancialmente para mitigar suas consequências. Os números e metas chinesas não deixam mentir: está em curso no país uma profunda transformação econômica em seu modelo de desenvolvimento

³⁹ Não só as riquezas do presente como as do futuro norueguês estão ligadas ao setor petrolífero e a indústria do gás, isso porque o país aplicou os recursos obtidos na exploração daqueles recursos naturais no maior fundo soberano estatal do planeta, garantindo que as futuras gerações do país desfrutem de seu excelente Estado de bem-estar social. É o que aponta Torres (2015) em trabalho publicado na Revista Tempo do Mundo do Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada.

⁴⁰ Entre Janeiro e Maio do ano de 2025, a capacidade adicional de energia solar e eólica gerada na China seria suficiente para cobrir a produção energética de grandes nações como a Indonésia e a Turquia. Atualmente a capacidade de geração de energia solar instalada da China equivale a metade do mundo, conforme matéria do jornal The Guardian (2025).

cujo equilíbrio ambiental é o centro. O país sabe de seu tamanho e necessidades e que, para tanto, precisa de uma natureza viva e conservada.

Esse processo pelo qual a China passa envolve a limpeza de rios e seus mananciais, a proteção contra desastres naturais, a preservação de parques e ecossistemas e a reeducação ambiental de sua população. Trata-se de conceito de uma ecocivilização em que a centralidade humana dá espaço para a interação harmônica entre homem e natureza. O projeto é arrojado, como quase todos de longo prazo na China, mas insere-se na visão de “futuro compartilhado”, conforme Xi Jinping tem ressaltado (China, 2021).

A preservação ambiental é um tema mundial na medida em que suas mudanças não respeitam fronteiras. Embora alguns países possuam melhores condições ambientais do que outros, mais cedo ou mais tarde também estarão sujeitos às consequências dos problemas de outras nações, mesmo que o grau de afetação seja distinto entre estas. Nesse contexto, a China pela sua estatura e desafios está em uma posição bastante vulnerável e reconhece isso.

Ferreira et al (2016) destacam como essa mudança na política ambiental chinesa caminhou desde os anos 1970, permeada também por muitas incertezas, já que muitas mazelas ambientais afetaram o país nas últimas décadas. No entanto, houve continuidade nesse processo e o país colhe os resultados da efetividade de seu planejamento. A transição em curso na China exigiu mudanças firmes e também envolveu os atores sociais, o Estado e as empresas naquele país, conforme ressaltam aqueles autores.

O Brasil tem um exemplo atual aqui, que vem justamente do país que promove uma mudança no sistema econômico mundial a partir de contínuos rearranjos em sua própria economia. A China tem consciência de que não poderá repetir os mesmos modelos de uso dos recursos e da terra dos anos iniciais de seu desenvolvimento e está disposta a fazer dessa mudança um novo eixo para seu crescimento.

Assim como a China, o Brasil não pode repetir com a Amazônia o que fez com a Mata Atlântica, reduzindo sua cobertura original a menos de 10%. Há evidentemente muitos que advogam em favor desse projeto, mas como citamos, esses “muitos” são “poucos”. Por isso, a parceria com a China na Amazônia pode

servir como divisor de águas entre a insistência no projeto do passado e a abertura de um novo caminho.

A China pode oferecer três caminhos para a Amazônia no contexto de sua parceria com o Brasil: fazer daquela um espaço apenas para fornecimento de matérias-primas; transformá-la em um polo para investimentos em energia renovável e bioeconomia; equilibrar a extração de recursos naturais e a transição completa para um sistema bioeconômico. O terceiro caminho, no atual curso da gestão brasileira daquele território, é o mais provável. O segundo é o salto para o futuro e menos provável de todos, enquanto o primeiro é o que perdurou por muito tempo e é defendido por alguns grupos políticos no Brasil.

Em abril de 2023, Lula visitou a China e os dois países assinaram uma declaração conjunta para a criação de uma “Comunidade Brasil-China para um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável” (EBC, 2024). Se Lula ganhou um pedaço da lua, simbolizando o progresso chinês, Xi recebeu uma garrafa com água dos rios voadores da Amazônia, que representa a riqueza natural brasileira. Depreende-se disso que a China é o agente que se move e promove mudanças na sua trajetória de crescimento, sendo este seu grande vetor; o Brasil joga parado, suas valências ambientais lhe garantem importante papel.

É a China, então, que consegue ir ao encontro do Brasil. Isso porque, nesse debate sobre um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, divisões políticas internas e dificuldades de investimento, impedem o Brasil de avançar mais rápido. Contar com o auxílio chinês para um sistema de investimentos para a transição bioeconômica no espaço amazônico pode ser uma cooperação muito frutífera ao Brasil.

Se o Brasil “joga parado” com seus predicados naturais, a China também joga ao não definir o que será feito no território brasileiro, Pequim não fará ingerências nem proposições sobre como o Brasil deve se portar, ou qual caminho escolher. De modo que, caso os brasileiros ofereçam os recursos naturais, a China os comprará, pois ainda precisa; assim como, com o Brasil optando por cooperar na transição sustentável, também encontrará nos chineses grandes parceiros.

Quando da visita de Xi ao Brasil para a reunião do G-20, o mandatário chinês seguiu para um encontro bilateral, no qual foram assinados 36 acordos, dos quais 6

mencionavam diretamente o meio ambiente. Colocaremos eles na ordem número disposta pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2024):

- 2) Plano de Cooperação do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Popular da China para o estabelecimento de sinergias entre o Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o Programa Rotas da Integração Sul-americana, e a Iniciativa Cinturão e Rota;
- 4) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioeconomia entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China;
- 13) Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da República Popular da China sobre Cooperação na Indústria Fotovoltaica;
- 23) Carta de Intenções sobre a Promoção da Cooperação de Investimento para Desenvolvimento Sustentável entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China;
- 27) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Transformação Ecológica e Desenvolvimento Verde entre o Ministério da Fazenda da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China
- 29) Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China sobre Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração.

Os memorandos assinados têm data de validade de 5 anos, após a qual os governos esperam que acordos mais profundos sejam assinados. Essa esperança é bastante possível na China dada sua capacidade de manter as metas de Estado, o que não é verdade no caso brasileiro, em que as trocas de governo recentes têm sido marcadas por rupturas muito mais do que continuidades.

Nesse sentido, podemos traçar alguns cenários para a integração entre o modelo de desenvolvimento brasileiro para a Amazônia e o modelo chinês de transição econômica rumo a uma economia sustentável. Trabalhamos com a ideia de que considerando a importância econômica da China para o Brasil, é bastante provável que sua presença na Amazônia brasileira se amplie.

Tabela 2 - Cenários para conservação da amazônia nas relações Brasil x China

Cenário	Panorama	China	Brasil
Tradicional	Exploração de recursos naturais da Amazônia	Compra os recursos até que não precise mais deles	Aumentaria os conflitos por terra e o desmatamento em favor de poucos ganhadores
Transição	Exploração com equilíbrio e transição para modelo sustentável/bioeconomia	Compra os recursos, investe e coopera com a transição econômica.	Concilia o conflito de interesses, explorando com desmatamento controlado
Disruptivo	Abandono imediato da exploração	Investimentos e cooperação para ganhos futuros	Planeja execução rápida da mudança no eixo de desenvolvimento

Fonte: elaboração própria.

O cenário de transição é no presente momento o mais provável, dadas as condições de disputa de direcionamento sobre o Estado brasileiro que estão em curso. O cenário disruptivo é o mais improvável, justamente porque os grupos que defendem a exploração daquele território têm muita força na política nacional, embora se trate de um cenário cujas consequências são esperadas para o país no longo prazo. O cenário tradicional é o pior, por ter natureza predatória, além disso, é aquele em que o governo brasileiro apenas entrega os ativos da floresta, enquanto ainda os tem, é, portanto, o cenário em que o Estado nacional se desfaz de planejamento para agradar a grupos de interesses concentradores de renda.

Embora nossa aposta seja, devido à atual conjuntura, na segunda perspectiva, a primeira continua muito forte, pois conecta-se a uma agenda ambiental de negacionismo, lobby e anti-indigenismo. Não virá da China a opinião sobre qual caminho o Brasil deve seguir, seja por seu pragmatismo, seja por sua política de não ingerência em assuntos internos. Diferente de outros assuntos em que o país trata com a China, a questão amazônica é uma em que a escolha nacional é preponderante.

Macedo e Moraes (2011) analisam a interação entre os núcleos de expansão do capital na região norte do Brasil, eles apontam a formação de três eixos dinâmicos na economia daquela região: o agrícola, o mineral e o industrial. Respectivamente, localizados em Rondônia e no Pará, no sudeste paraense, e no Polo Industrial de Manaus.

Tanto a área agrícola quanto a mineral articulam-se com a pauta exportadora do país, bem como possuem elevados custos ambientais e de infraestrutura. Isso porque, além de usarem grandes extensões de terras, exigem pesados investimentos em infraestrutura para escoamento de toneladas de grãos e minérios. Enquanto isso, o Polo Industrial de Manaus é voltado principalmente para o mercado nacional com menos danos relativos ao meio ambiente e maior geração de empregos por área de produção instalada.

Todos os setores citados fazem parte do todo nas relações econômicas entre Brasil e China, assim como podem ser interpretados na ótica do quadro de cenários que propusemos. Conforme apontam Macedo e Moraes, o Polo Industrial de Manaus é o que mais contribui efetivamente para o desenvolvimento nacional, e também se encaixa no cenário de transição.

4.7. Brasil e China no Atlântico Sul

Aproximadamente metade dos brasileiros vive a menos de 100 km da costa atlântica do país (IBGE, 2023). O Brasil tem um dos maiores litorais do mundo, São 7 mil quilômetros de comprimento, todo este litoral é voltado para o Atlântico, fazendo deste o maior litoral atlântico do mundo. A maior parte do comércio nacional circula pelos portos atlânticos brasileiros, também, suas duas maiores metrópoles encontram-se próximas demais desse oceano, uma de frente a outra logo após a serra (Andrade e Franco, 2018).

Ecoando os efeitos da colonização pelo mar e o legado do modelo agroexportador, a geografia urbana brasileira é o reflexo da interação entre o litoral e as bordas continentais do país. Ainda hoje, a interiorização do país é pensada pelo prisma de sua relação com o litoral, ou seja, a passagem da costa para o interior é uma simbologia muito presente para o país, tanto no folclore quanto na história econômica. É fato também que essa dinâmica recai na geopolítica do Brasil.

Assim, se o Brasil não se tornou um arquipélago terrestre, foi pela capacidade de união nascida do mar. A dominação da costa, nestes termos, era fundamental para uma conquista contínua do desconhecido, mesmo que ainda fosse prematuro o conhecimento da profundidade terrestre dessa dominação. Essa é a

primeira lição estratégica desta terra: dominado o acesso, dominado o interior. (Andrade et al, 2023, P.256)

Pensando o Brasil como uma talassocracia⁴¹, então o Mediterrâneo do país seria o Atlântico Sul, pois nossa projeção, riqueza e interesses voltam-se historicamente para esse espaço. Tanto é importante para o país que a Estratégia Nacional de Defesa chama de Amazônia Azul⁴² o mar territorial brasileiro, definindo-a como uma região na qual o país deve se afirmar por meio de dissuasão (Andrade e Franco, 2018). Estrategicamente relevante, o Atlântico Sul também é o eixo fundamental para a construção da nacionalidade brasileira.

Não é possível pensar a identidade brasileira sem olhar para o Atlântico Sul e seu papel na formação étnica do que viria a ser o Brasil e seu povo. No conto "A Terceira Margem do Rio", João Guimarães Rosa descreve um homem que, sentado em uma canoa bem no meio do rio, busca um propósito incompreensível aos que o assistem de fora, o que perturba seu filho, que o mira de uma das margens. Metaforicamente, o Atlântico Sul é um rio que o Brasil margeia de um lado e a África do outro, o fluxo que os uniu, por bem ou por mal, foi desencadeado pela expansão marítima portuguesa. Ir ao meio da margem, para o Brasil, significa construir uma ponte entre a América do Sul e a costa atlântica da África.

Ao longo de séculos, as águas desse rio foram movimentadas por um dos mais terríveis capítulos da humanidade, a escravidão. Herança maldita para a formação nacional brasileira, o tráfico negreiro mudou a trajetória da nação, ao fazer do Brasil um país cuja contribuição africana é decisiva para a identidade nacional, atando a interpretação do país a sua origem atlântica africana (Costa e Silva, 2003).

Esse rio, que carrega a chaga brasileira, hoje em dia traz esperança para um recomeço entre os dois continentes, capitaneado pelo maior país africano fora da África. O Brasil vê emergir na outra margem importantes nações como Nigéria e Angola e com elas, um futuro que pode ser estratégico para a geopolítica brasileira

⁴¹ Palavra com origem no grego em que "thalassa" se refere àquilo, que é relativo ao mar e "kratos", que é relativo a poder. Nesse sentido, uma talassocracia é uma nação cujo poder encontra-se na projeção aos oceanos, conforme discute o clássico Spykman (1938).

⁴² Conforme definem Andrade et al (p.262, 2023) a Amazônia Azul é: formada por uma extensa área oceânica, com cerca de 5,7 milhões de km² – mais da metade da extensão do território continental do país, que é de 8.514.876 km² –, constituída (como descrito a seguir, na figura 2) pelo Mar Territorial, de 12 milhas náuticas; 18 pela Zona Contígua, de 12 milhas náuticas; 19 pela zona econômica exclusiva (ZEE), de 200 milhas náuticas; 20 e pela chamada Plataforma Continental Estendida (PCE), 21 de cerca de 2 milhões de km².

O que parecia um cavalo de pau na política externa do país, se tornou um ativo importante para o longo prazo nas relações entre Brasil e a África lusófona. Angola se tornou a porta de entrada para o país no continente africano, pois o movimento brasileiro dissipou a desconfiança de que se tratava de um país alinhado aos interesses colonialistas (Silva, 2016).

Efetivamente, o potencial que se desenhava para o país nas suas relações com a África só foi de fato exercido no século XXI, por intermédio da diplomacia ativa com aquele continente. Expandiram-se as redes comerciais com a ampliação da presença política, dando seguimento a uma estratégia nacional de diversificação de parcerias. O adensamento comercial também trouxe uma nova projeção geopolítica, com cooperação tecnológica e militar no outro lado do Atlântico.

Nesse sentido, emerge a visão de que a projeção brasileira sobre o Atlântico Sul, e notadamente sua área de influência na Amazônia Azul, integra-se a um complexo regional que engloba do Cone Sul ao litoral do oeste africano. É o entorno marítimo estratégico do continente sul-americano na sua costa atlântica, perfazendo um sistema de projeção regional brasileiro.

No contexto atual, discute-se uma “saída” brasileira para o Pacífico, enquanto esse projeto de infraestrutura não se concretiza, a realidade se impõe no Atlântico. É nesse lugar que chegam os produtos importados, saem os exportados, assim como, é ali que estão depositados os principais recursos energéticos de que se tem conhecimento no país. O litoral brasileiro concentra as maiores reservas de gás natural e de petróleo do país identificadas até o momento.

Os investimentos chineses em infraestrutura têm sido muito importantes para o processo de urbanização acelerado pelo qual passa a África subsaariana. Os Estados Unidos perceberam seu atraso na África como um campo de disputa geopolítica e, recentemente, Biden visitou Angola, uma semana antes da cúpula dos BRICS (Al Jazeera, 2024). Esse movimento guarda certo ineditismo, e veio em um contexto no qual o nome de Angola era sondado para uma indicação ao BRICS+⁴³.

A tentativa de bloquear o acesso da China aos mercados do mundo em desenvolvimento e seus recursos naturais já começa a envolver a África, embora os EUA estejam atrasados nessa corrida. Os portos da costa africana são muito importantes e suas redes de distribuição também, além disso, a crescente demanda

⁴³ O presidente angolano, João Lourenço, em 2018, fez menção ao interesse de seu país em participar futuramente dos BRICS+, em meio ao movimento de expansão do bloco (A Nação, 2018)

agrícola da China tem aumentado as plantações de soja e cereais no solo africano, utilizando como referencial a experiência brasileira em solos ácidos do Centro-Oeste (Gasparato et al, 2024).

Novamente, vemos o fenômeno da expansão acelerada da diplomacia comercial chinesa em relação às potências estabelecidas, e aqui devemos considerar o Brasil como potência do Atlântico Sul. A China não tem bases militares na região, tampouco almeja ter até o presente momento, suas incursões são puramente comerciais, com investimentos em infraestrutura e captação de recursos naturais. Reino Unido⁴⁴, França e Estados Unidos, todos extrarregionais, têm presença militar na região.

Para exemplificar o peso da diplomacia comercial da China nesse espaço, utilizamos dados do UN Comtrade e do Observatório de Complexidade Econômica, comparando a corrente comercial brasileira e chinesa com África do Sul, Angola e Nigéria. Parece-nos elucidativo como o comércio entre esses países expõe a diferença na estratégia de presença de ambos no Atlântico Sul, em relação ao lado africano desse espaço.

Tabela 3 - Fluxo Comercial Brasil x África do Sul x Angola e Nigéria (2024)

Fluxo Comercial Brasil X África do Sul, Angola e Nigéria (2024)						
Legendas	África do Sul		Angola		Nigéria	
Corrente	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações
Valor Bruto em dólares	681 milhões	1,379 bilhão	1,102 bilhão	492 milhões	1,169 bilhão	977 milhões
Principal produto exportado	Produtos alimentícios e animais vivos		Carnes de aves		Açúcar	
Principal produto importado	Fertilizantes		Óleos brutos de petróleo		Petróleo cru	

Fonte: UN Comtrade e OEC. Elaboração: própria.

⁴⁴ O Reino Unido controla a Ilha de Ascensão, outrora posse ultramarina portuguesa, localizada bem no meio do Atlântico Sul, de lá o país opera uma base aeronaval de onde partiram bombardeios para atacar as posições argentinas durante a Guerra das Malvinas. A base é compartilhada com os Estados Unidos.

Tabela 4 - Fluxo Comercial China x África do Sul x Angola x Nigéria (2024)

Fluxo Comercial China X África do Sul, Angola e Nigéria (2024)						
Legendas	África do Sul		Angola		Nigéria	
Corrente	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações
Valor Bruto em dólares	30,6 bilhões	21,8 bilhões	3,243 bilhões	17,6 bilhões	2,995 bilhões	18,898 bilhões
Principal produto exportado	Telefones(smartphones)		Telefones (smartphones)		Telefones (smartphones)	
Principal produto importado	Ouro		Petróleo cru		Gás de petróleo	

Fonte: UN Comtrade e OEC. Elaboração: própria.

Há consideráveis diferenças entre o perfil das relações comerciais do Brasil e aqueles países quando comparadas às que a China desenvolve com as mesmas nações. A primeira, evidentemente, recai no volume das trocas comerciais, com o agigantamento da China em países muito distantes de sua zona imediata. O segundo é a natureza das exportações brasileiras e suas importações, sendo os primeiros itens exportados e importados recursos naturais, ao passo que a China envia celulares àqueles países.

A África é um continente de população jovem e em franca urbanização, seu modelo de crescimento baseia-se ainda no salto da renda baixa para renda média, assentado na exploração de recursos naturais. Há uma semelhança entre as demandas que surgem para a população africana e as que surgiram para a chinesa entre 1980 e 2010, estas foram acomodadas pelo processo de industrialização levado a cabo na China nos anos que se seguiram após 2010.

Setores como o de telefonia móvel expandiram-se com a demanda da classe média chinesa e o seu uso constante em sistemas de pagamento integrados à vida cotidiana da população. Na África, o mesmo vem acontecendo, não à toa, são os celulares o principal produto exportado pela China aos países selecionados na tabela. Trata-se também de um padrão de trocas desiguais que vem sendo estabelecido, embora não seja um modelo puramente extrativista colonial, dado que vistas com mais profundidade as relações entre China e África se sujeitam a

acordos de cooperação técnica, educacional e de infraestrutura que se não são a perfeição, tem se mostrado muito importantes para o processo de desenvolvimento e crescimento da África subsaariana.

Visto pelo prisma brasileiro, o país vai se constituindo como uma semiperiferia no contexto das relações entre África e China, na medida em que exporta commodities mais elaboradas e de maior valor agregado. Esse é um padrão que o Brasil deve evitar, pois, ainda que não tenha a competitividade industrial chinesa, seu comércio com a África historicamente se pautou também por exportações de matérias-primas (OEC, 2023).

Fica claro que a presença da China na região é uma projeção comercial de seu poder econômico. Dessa forma, a China vem desenvolvendo relações muito mais sólidas e profundas, a despeito de não contar com presença militar e laços culturais. A estratégia brasileira é muito mais parecida com aquela executada pelos Estados Unidos e os países europeus, focando primeiro na presença militar e depois comercial.

Faz parte da estratégia brasileira assegurar-se da capacidade de dissuasão nessa região, transformando-a em área de influência plena, o que, entretanto, ainda não ocorreu, dada a assimetria tecnológica para construir arsenais marinhos de projeção, comparáveis aos de outros países. Até o momento, o país busca assegurar que seu mar territorial esteja garantido.

Nesse sentido, pensar a China como ameaça é temerário, dado que a presença militar do país na região é inexistente, assim como não há nenhum reclamo territorial daquela nação no Atlântico Sul. Também não pode o Brasil atuar como agente regulador dos negócios de outros países, considerando que o respeito à soberania é um pilar da política externa nacional. A estratégia passa por cooperação e acomodação, assimilando as assimetrias e produzindo modelos de convergência.

O Brasil está longe de ter a capacidade de investimento da China, no entanto, aquele está de frente para o Atlântico Sul, sendo este sua zona natural de influência e projeção. É o português falado no Brasil em Angola, a língua com mais nativos da região, fazendo com os brasileiros guardem similaridades de identidade inestimáveis, assim como há relações mais sólidas com uruguaio e argentinos.

Entretanto, a presença brasileira do outro lado do Atlântico no sentido material e estratégico é recente, tanto quanto a chinesa. Em virtude de ser a África um continente composto de nações jovens, assim como ter sido negligenciada por sucessivos governos brasileiros. Portanto, ao se apregoar a novidade da China naquele continente, não se deve esquecer que, embora existam profundas raízes culturais, economicamente a participação brasileira no contexto africano é recente.

Nesse sentido, existe um modelo de convergência entre Brasil e China para a África, qual seja, dois países em desenvolvimento que ampliaram suas relações com aquele continente nos últimos anos. Também podemos destacar a semelhança nas estratégias de fundo para com a África, as duas estão diretamente relacionadas ao projeto de desenvolvimento econômico dos países.

O Brasil tem grande convergência com a China quando as matrizes de interação são definidas por perspectivas de desenvolvimento. Não à toa, os grandes momentos de proximidade que o país teve com a África se deram durante períodos de recorte desenvolvimentista na política externa brasileira e, mais recentemente, neodesenvolvimentista. São nesses momentos em que o Brasil, apoiado por seu Estado não se resigna a ser um gigante acomodado, mas busca projeção e altivez na medida em que suas limitações permitem.

Esse movimento, todavia, alarga os horizontes materiais do país ao reduzir as assimetrias e preencher gargalos vitais. Para além de diversificação de parcerias, também existem iniciativas como a ZOPACAS e o PROSUB, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha Brasileira, o qual almeja a construção e dominação do ciclo tecnológico do submarino nuclear. Ao se tratar como grande país em desenvolvimento e que busca alargar seus horizontes materiais no mundo, o Brasil consegue caminhar com a China e acomodar esta aos seus interesses e áreas estratégicas.

O que ocorre, entretanto, é que o país tem dificuldade em tornar sustentável no longo prazo esses processos, já que isso exige política de manutenção contínua à parte das oscilações de poder no país. Ao contrário do Brasil, a China é um ator extraterritorial na região cuja estratégia é continuamente apoiada pelo seu Estado com vistas à expansão de seus laços econômicos com os países da região.

O que se nota é que a China não tem nenhuma presença militar no Atlântico Sul, mas seu impacto na vida local é muito maior devido ao seu imperativo

comercial. A militarização do Atlântico Sul não interessa ao Brasil, sobretudo se for feita por uma potência externa, portanto, o melhor cenário é uma desmilitarização da região que se situa para além da Amazônia Azul. A presença militar britânica nas Malvinas e a IV Frota da marinha estadunidense são incômodos muito mais significativos do que a China ser o maior parceiro comercial de Angola.

Afora a disputa em curso sobre a soberania das Malvinas e o conflito de 1982, o Atlântico Sul é uma região pacífica em seus domínios marítimos, ao Brasil é melhor que permaneça assim. O grande desafio do país para ampliar sua presença Atlântica passa por associar essa região ao núcleo de suas atividades econômicas, condicionando o país a dar atenção contínua a esse espaço. Isso envolve ampliar os laços econômicos nos dois lados do sul desse Oceano e absorver os países que o compõem no processo de diversificação de parceiros brasileiros.

Ao realizar esse movimento, o Brasil encontrará na China um competidor por mercados, mas também um parceiro para executar projetos e obter investimentos. É evidente que na relação entre esses dois grandes países coexistem contradições na medida em que, de fato, a China será um concorrente para os produtos brasileiros na região, assim como também se oferece como um comprador e parceiro de desenvolvimento e produção.

Por isso retomamos o debate sobre o desenvolvimento e a projeção do país ao analisar a estratégia nacional para o Atlântico Sul e seus gargalos. Aqui estamos acompanhando o pensamento de Boito Jr. (2012) de que a política externa do período Lula (2003 - 2010) sobretudo é usada como uma ferramenta de ao capital brasileiro que busca a internacionalização, essa fração da elite apoia-se no Estado durante esse período e difere da fração agro-exportadora tradicional, cujas bases de internacionalização se baseiam estruturalmente no uso dos recursos nacionais.

A expansão da rede de negócios e sua direta relação com os interesses do capital nacional estão interligadas com a projeção geopolítica no sistema interestatal que rege as relações internacionais. O olhar para o Sul Global e o neodesenvolvimentismo operaram em conjunto para que a perspectiva brasileira face ao Atlântico Sul mudasse, a consequência foi o encampamento disso no projeto estratégico da Marinha Brasileira para esse Oceano.

Do outro lado, se a China não está presente militarmente na região e tampouco o almeja, sua rede de negócios lhe garante projeção nesse espaço

quanto ao que seria uma reorganização geoeconômica do Sul Global, a qual é puxada notadamente pela China, mas que conta com a atuação de países como o Brasil. Existe uma Divisão Internacional do Trabalho que integra todos os países ao sistema capitalista que paira nas trocas comerciais e financeiras globais. Naquela divisão países pobres e em desenvolvimento também estão hierarquicamente divididos entre si.

Com efeito, não estão no mesmo patamar de desenvolvimento relativo e peso geopolítico Nigéria e Brasil, com o segundo consideravelmente à frente, e isso se reflete na dinâmica que ambos são capazes de gerar no Atlântico Sul. Países como China e Brasil são intermediários nessa divisão e possuem capacidades que os destacam entre seus pares.

Quando o Brasil se reconhece como grande força do Sul Global e entende as potencialidades e competitividade de seu capital internacionalizado nesse espaço, há mais clareza e perspectiva para sua projeção e liderança no Atlântico Sul, por exemplo. Analisando a atuação da China na última década e seu movimento em direção à Ásia e África, é possível depreender que chineses já compreenderam que este é o caminho para o redesenho de sua geopolítica. É ver como se comporta a China no sudeste asiático, redesenhando o espaço a partir de sua divisão internacional do trabalho, que o Brasil poderá tirar valiosas lições para o Atlântico Sul.

Esse movimento meridional brasileiro, que seria direcionar-se para o que está à sua frente, é parte de uma geopolítica para pensar o país no século XXI. Aqui devemos fazer menção ao conceito cunhado por André Martin (p.46, 2014), o meridionalismo, uma ideologia de projeção segundo a qual o Brasil é um poder anfíbio cuja vocação marinha deve ser explorada movendo-se meridionalmente, ou seja, em direção ao Sul Global, o que inevitavelmente lhe levaria para o Atlântico Sul e África, partindo da América do Sul.

Nesse sentido, Martin aponta um exemplo paradigmático para o Brasil, que tem profundas raízes portuguesas na formação de seu Estado Nacional, que é o de Portugal, um país que se constituiu como nação independente ao projetar-se ao Sul, unificando-se antes de qualquer outro europeu e também atingindo o Atlântico Sul, antes de qualquer outro europeu. Geograficamente, é ainda mais fácil para o Brasil executar esse movimento.

Andre Martin discute, todavia, o porquê de o Brasil ainda não ter feito esse movimento. Trata-se, segundo aquele, de uma diferença central para o país, que é a comparação entre sua potencialidade e a materialização desta. Ao olhar para o tamanho do país e suas potencialidades, criam-se inúmeras aspirações, pois as algumas condições geográficas, econômicas e populacionais já estão dadas, no entanto, existe um hiato entre isso e a realidade, que é o quanto dessas potencialidades foi devidamente executado.

Contextualizando isso às relações Brasil e China, temos que o Atlântico Sul é o local de onde o meridionalismo brasileiro partiria em direção ao Sul Global, como hoje a China é quem, de fato, se expande nesse espaço geográfico político, se assim o Brasil também fizesse, inevitavelmente se encontraria com Pequim. Com efeito, tem-se a execução de uma competição em parceria entre o maior país em desenvolvimento do Ocidente e o maior do Oriente.

O que temos que ter em vista é que esse projeto não é uma repetição do terceiro-mundismo ou uma luta anti-colonial clássica. É, na verdade, uma fronteira de desenvolvimento para a economia nacional e de seus pares. Não é terceiro-mundista porque a Guerra Fria não existe mais, assim como não é anti-colonial no seu sentido clássico pois as nações do Sul já se tornaram independentes.

Nesse sentido, trata-se de uma ação pela afirmação da multipolaridade com vistas a assegurar desenvolvimento econômico e social ao Brasil e também aos demais. O pragmatismo deve ser elemento indispensável para que esse processo caminhe, pois na periferia do capitalismo o espaço para errar é muito menor. Construir um ciclo de acumulação a partir do desenvolvimento econômico nacional interligado a uma geopolítica meridionalista exige planejamento e encampação pelo Estado brasileiro desse projeto.

Do lado de cá do Atlântico, o Brasil assegurou por meio do Mercosul que seus interesses comerciais fossem prevalentes na construção de um mercado comum regional. Evidentemente, estender uma zona de livre comércio para o outro lado do Atlântico é um desafio muito maior, mas os acordos devem caminhar para que exista maior circulação de pessoas e trânsito de mercadorias. Aproveitando-se, dessa maneira, da proximidade geográfica para adensar essas relações que ainda têm pouco peso para o Brasil.

Novamente, a China aparece como agente decisivo para esse processo na medida em que é importante para pensar o desenvolvimento brasileiro e seus desafios no século XXI. No planejamento das relações econômicas internacionais brasileiras para o Atlântico Sul e seu eixo de parcerias, a China permanecerá como competidor de mercados e parceiro para empreendimentos, como já ressaltamos. Isso não impede, todavia, que se desenhe uma relação interdependente e estável.

Enquanto competiam entre si no auge de seu sistema imperialista que partilhava entre estes o mundo, os europeus também se defendiam quando os interesses do seu sistema eram ameaçados. A diplomacia das canhoneiras uniu potências imperialistas europeias na América Latina tanto quanto na Ásia. Esse modelo perverso está longe de ser o interesse de Brasil e China, mas a cooperação entre potenciais concorrentes é um imperativo.

4.8.Considerações parciais

Ao longo deste capítulo, esboçamos uma análise que buscou acomodar a ascensão da China ao que entendemos como sistema geopolítico brasileiro. A despeito de não estar consolidado como conceito na literatura da área, existem algumas regiões e espaços que invariavelmente se repetem na estratégia de projeção brasileira, ou ao menos na tentativa de se construir uma.

Existe uma conjuntura que está dada ao Brasil na qual a capacidade de manejo do país é ditada muito mais pela adaptação ao cenário do que sua modificação em seu favor, isto é, não produz, apenas reproduz condições históricas. Por outro lado, quando recortamos o mundo no que seria esse espaço de atuação brasileira, onde nossos interesses e capacidades são determinantes, vemos que a projeção geopolítica brasileira aumenta à medida que os acontecimentos se aproximam de nosso entorno imediato.

Esse espaço de projeção repercute em regiões sob as quais o Brasil, ao longo do último século, tornou-se pivô dada sua assimetria e condição particular, seja por ser maior que os vizinhos, como no caso da América do Sul, seja por possuir a maior parte desse território, como no caso da Amazônia. Isso envolve, portanto, regiões em posse do Brasil e outras, que mesmo em posse de outros Estados, sofrem invariavelmente influência brasileira.

Nesse sentido, o termo acomodação foi utilizado algumas vezes para referir-se à China e sua presença na geopolítica brasileira, no seu território e nas imediações estratégicas. Trouxemos ao debate, a América do Sul e em complemento a América Latina, analisando o sistema geopolítico sul-americano. Após isso, foi dado destaque a Amazônia, área de vital importância para o Brasil do século XXI e também um dos grandes ativos do país na sua busca por se tornar uma potência mundial. Finalmente, procedemos ao Atlântico Sul e sua interação com a África atlântica.

O que está em curso não é uma disputa geopolítica entre Brasil e China, tampouco poderá o Brasil reduzir a presença chinesa em seu entorno, principalmente porque economicamente ela está consolidada. A China chegou a este espaço, algumas vezes como concorrente, outras como parceiro. À medida que isso acontece, o Brasil busca acomodar isso aos seus interesses econômicos e políticos, dentro de um espaço geográfico, por isso é uma acomodação ao que seria um sistema geopolítico brasileiro.

5. O Brasil face à disputa hegemônica entre China e Estados Unidos

5.1. Introdução

Está em curso uma nova reconfiguração da distribuição de poder no sistema internacional na qual a Ásia emerge como novo centro dinâmico de uma ordem multipolar. Nesse contexto, a China assume o protagonismo na grande região de expansão do ciclo de acumulação deste século (Arrighi, 2007). É de se imaginar que a potência hegemônica incumbente atuará para fazer com que seus interesses e primazia sejam assegurados, portanto, os Estados Unidos entram em rota de colisão com a China para assegurar seus interesses e reduzir a perda de poder relativo. Neste capítulo, buscamos posicionar o Brasil em meio a essas mudanças e como o país se relaciona com a transição de poder em curso.

Para tanto, discutimos primeiramente como se constitui aquilo que Albuquerque (2014) apresenta como relações triangulares entre China, Brasil e Estados Unidos. Isto é, como o Brasil sendo o elo mais fraco entre as duas grandes potências maneja seus interesses e evita sucumbir a uma agenda de confrontação, mesmo que as condições não sejam razoáveis a um país com enorme gargalos face às duas grandes potências.

Tomando essas relações triangulares e seus limites, identificamos o papel central que a agricultura brasileira tem nesse cenário e sua capacidade de equilibrar a posição brasileira entre os dois países. A China é o grande comprador dos produtos e os Estados Unidos e o Brasil concorrem pelo mercado chinês. O que se desenha é uma ordem geopolítica particular para a agricultura brasileira e como ela se desenrola nessa disputa.

Avançamos para debater um problema que tem enfraquecido a unidade brasileira em torno de uma estratégia para as suas relações com as duas potências, que é a divisão política interna. Assim, discutimos o papel da extrema-direita no país para pensar as relações Brasil-China e suas consequências, tendo em vista a posição abertamente pró-Washington desse grupo político.

Finalmente, na última parte, buscamos discutir a questão de se o Brasil deveria assumir escolhas nessa disputa, ou seja, tomar lados e aliar-se a uma das duas potências nessa nova conjuntura. Assim, tentamos dar espaço a um debate que tem sido recorrente no país e em seus meios de comunicação, que é a posição brasileiro em meio às relações China-EUA.

5.2. Os limites da relação triangular entre Brasil, China e Estados Unidos

A relação bilateral entre China e Estados Unidos é um tema que inevitavelmente tangencia as relações internacionais do Brasil, firmando-se como um dos fatores chave da política internacional brasileira, além disso, é um campo no qual o país tem sido levado à reboque, porque se vê diante de suas assimetrias vis-à-vis as duas grandes potências do mundo atual. O período recente, portanto, tem sido cheio de incertezas para o Brasil, pois suas divisões políticas internas vêm reverberando muito na posição do país quanto à disputa China x EUA.

Ao longo de dois séculos de diplomacia, o Brasil manejou, na medida do possível, os conflitos de poder internacionais, tendo uma predisposição a se colocar ao lado vencedor em momentos-chave, e a insularidade de sua política externa deu na maior parte do tempo ares de política de Estado a esta. O próprio Ministério das Relações Exteriores nunca foi dos mais cobiçados por agentes de fora do círculo da diplomacia brasileira.

O momento de mais fricção entre a diplomacia brasileira e a política internacional ocorreu durante o auge da Guerra Fria, especificamente no golpe militar brasileiro. Naquele momento, a política nacional foi tragada pela ordem bipolar e a organização política nacional foi direcionada por uma disputa que envolvia o país, ainda que indiretamente. Esse episódio, no entanto, não fez com que nos anos seguintes o país abandonasse por completo diretrizes diplomáticas históricas, e, alguns anos depois, o Brasil entrou em colisão com os interesses dos Estados Unidos algumas vezes.

A insularidade da política externa brasileira não é mais um axioma há algum tempo. Embora esta não tenha se tornado tema de debate eleitoral, a questão de

um alinhamento incondicional, tal qual ocorreu durante o Golpe de 1964, tem sido levantada pela extrema-direita no país. Isso posto, o debate acerca da capacidade das relações triangulares entre Brasil, China e Estados Unidos como um condicionante basilar da política interna brasileira é alimentado por aqueles que veem nos EUA o lado no qual o Brasil deve estar.

Até o momento, observando os dois últimos anos do governo Lula III, o Brasil manteve relações cordiais com os EUA e se inclina a acordos e parcerias sempre que vê oportunidades para tanto. Foi o caso dos acordos trabalhistas firmados por Lula e Biden em 2023, fortalecendo a atuação dos dois países na Organização Internacional do Trabalho (Brasil, 2025). Houve sintonia rara entre os dois países, porque Biden foi o primeiro trabalhista a ocupar a cadeira de presidente dos EUA desde Franklin Roosevelt.

Quanto à China, os acordos têm efeitos mais imediatos e práticos. O Brasil precisa de investimentos e parcerias em Ciência e Tecnologia, e Pequim oferece. No estado atual de disposição das forças políticas no Brasil, os setores pragmáticos ligados ao governo e aos partidos que compõem o dito centrão não apresentam sinais de ruptura com o adensamento das relações com a China, embora o desagrado dos EUA seja claro, e ficou ainda mais evidente com Trump.

Após anos de frustração por parte de governantes brasileiros com relação à unilateralidade norte-americana, muitos projetos de cooperação alternativa foram tentados, alguns bem sucedidos, como no caso do programa de energia nuclear brasileiro e o satélite sino-brasileiro. O Brasil é uma nação pacífica e seus interesses quanto à rivalidade entre China e Estados Unidos devem versar mormente sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Portanto, devem ser da ordem do dia os aspectos comerciais, tecnológicos e industriais dessa disputa que venham a impactar o lado brasileiro.

No entanto, este cenário no qual apenas o que serve ao desenvolvimento brasileiro na disputa entre China e Estados Unidos é o ideal. Na realidade, as duas maiores potências do mundo têm força para abalar o pragmatismo nacional, quando este é envolvido politicamente pelo debate que evoca a memória da Guerra Fria na política brasileira, aqui o país vê seu realismo fragmentado por teses “anticomunistas” ou de “ameaça à segurança hemisférica”.

Conforme aponta Fiori (2007), o principal desestabilizador de uma ordem hegemônica é o próprio líder desta, na medida em que este não pode cessar sua

expansão, pois esta lhe garante sua posição relativa de superioridade na luta pelo poder global. Assim, ainda que as relações entre os Estados Unidos e o território ao sul do Rio Grande estejam pacificadas, após décadas de ingerência e estrangulamento de projetos nacionais na América Latina, não pode ser descartada a hipótese de que aquele país novamente imponha à força, mesmo que usando agentes terceiros, seus interesses à região⁴⁵.

Muitos Estados Modernos foram fundados ou unificados por meio de uma luta contra um inimigo externo. Os Estados Unidos seguiram o mesmo caminho, basta observar a ênfase que Alexander Hamilton (2003) nos Textos Federalistas dá à luta contra a cobiça europeia sobre as riquezas norte-americanas, como um motivo central para desenvolver amplamente a marinha dos Estados Unidos. Hamilton advoga por um sistema de comércio que se proteja da concorrência europeia, sobretudo britânica, em que a garantia dessa proteção está na capacidade de desenvolvimento local protegida por um Estado com grande poder militar.

A partir daí planta-se a semente da organização de um Estado formatado para defender-se do sistema de competição capitalista eurocêntrico, o que, portanto, fixa as bases desde a fundação dos Estados Unidos sob a condição de busca por desenvolvimento defendendo os interesses dos capitais nacionais. Hamilton defende que os Estados Unidos busquem o conflito para assegurar os objetivos de seus projetos comerciais⁴⁶, e que a defesa da soberania territorial deve ser realizada a todo custo.

Há, evidentemente, que se fazer a relativização temporal desta visão ao tempo que se passou desde o fim do século XVIII, no entanto, é inegável que essa linha dirigiu a política externa dos Estados Unidos, conforme observa-se mormente com a Doutrina Monroe⁴⁷. Uma vez que a área soberana da nação estivesse delimitada, seu entorno de influência deveria ser assegurado, afastando ingerências exógenas e tutelando as novas nações americanas que iriam nascer. Esta é a visão mãe de

⁴⁵ Alguns meses após a redação deste tópico, os Estados Unidos atacaram a Venezuela e aprisionaram o então presidente Nicolas Maduro em um dos mais emblemáticos episódios de ingerência na história das relações entre Estados Unidos e América Latina (CNN Brasil, 2026).

⁴⁶ Hamilton entende como utopia a ideia de uma paz perpétua, seu pensamento é análogo ao de realistas clássicos daquela época.

⁴⁷ A Doutrina Monroe voltou a aparacer nominalmente na estratégia de segurança nacional dos EUA redigida no primeiro ano do segundo mandato de Donald Trump (USNS, 2025). Embora a própria origem da Doutrina Monroe não seja aquilo que o atual governo dos EUA apregoa, sua base geopolítica é fundamental para dar um verniz histórico para a importância de Washington conservar sua área natural de influência.

um processo de ingerência nos governos do continente no período de hegemonia de Washington.

A expansão do sistema hegemônico estadunidense teve gradações ao longo de dois séculos, porque, geopoliticamente, o território a Oeste e ao Sul de onde Hamilton escrevia ainda não era os Estados Unidos da América, portanto, o primeiro ciclo de expansão envolve o próprio país na guerra contra as nações indígenas e os mexicanos, em seguida, avança para o entorno estratégico do “mediterrâneo americano” no caribe ao fazer a Espanha capitular em 1898 e tomar o controle de Cuba e de Porto Rico, o processo consolida-se com a independência patrocinada do Panamá o assenhoreamento das águas do continente americano pela marinha dos EUA (Rodrigues, 2020).

Esse agigantamento tomou quase todas as direções de expansão no pacífico, no atlântico norte e ao sul do mar do caribe. Isso envolvia captar recursos naturais para o processo de expansão industrial dos Estados Unidos e assegurar mercados para seus produtos, bem como expandir as redes de negócios por todo o continente americano. O petróleo venezuelano, a borracha da Amazônia brasileira e as bananas da Guatemala faziam parte das operações do capital estadunidense em ascensão no continente e, portanto, esses espaços de atuação daquele deveriam ser convertidos em áreas de influência (Ayerbe, 2004).

Essa agressividade face ao seu entorno está posta novamente desde Julho de 2025, quando Trump impôs tarifas inéditas e politicamente deflagradas às exportações brasileiras⁴⁸, com base em sua associação com a extrema-direita internacional em um movimento que fragmentou a unidade da soberania nacional. Politicamente, o Brasil não se vê mais diante de dois caminhos para a Nação, o que há é um de soberania limitada pelo jogo das grandes potências e outro de soberania anulada em favor dos interesses norte-americanos.

Está claro que o tensionamento provocado por Trump e suas relações com a extrema-direita brasileira visa assegurar o Brasil como subserviente ao seu projeto, que se confunde com seus interesses pessoais. No entanto, diferentemente do que aconteceu durante a Segunda Guerra, o Brasil não está colocado como aliado, mas

⁴⁸ Em Outubro de 2025 Lula e Trump se encontraram e o presidente dos Estados Unidos recuou de parte considerável das tarifas. O principal setor aliviado foi o agronegócio brasileiro, com a indústria nacional até janeiro de 2026 enfrentando variadas tarifas (Agência Brasil, 2025).

sim como mero Estado submisso. Tamanha agressividade de Washington é fruto de um cenário intervencionista na América Latina que visa também a China.

Mesmo com ameaças e discursos anti-China, os países da região não rompem economicamente com Pequim pois seus sistemas agro-exportadores são dependentes da demanda chinesa. Romper essa relação só pode ser concretizado com total submissão. Nesse caso, a soberania desses países estará em jogo, ou seja, operarão como protetorados, estados fantoche ou mesmo territórios ocupados.

Apenas em um cenário no qual o Brasil maneja entre as duas grandes potências sua coexistência com a hegemonia hemisférica e o grande parceiro econômico pode ser lido pela ótica triangular. Este tem sido o caso, tanto do governo Bolsonaro e do governo atual, até que as sanções deflagraram um novo estágio. A lógica americana é a do realismo ofensivo, portanto, a melhor maneira de se conservar como grande hegemonia é assegurar que nenhuma ameaça seja maior ou igual a sua própria capacidade de ameaçar, e se o custo de atuar como desestabilizador da ordem posta for razoável àqueles, estes sempre atuarão como desestabilizadores (Mearsheimer, 2001).

Em 2001, Mearsheimer discutia que a política de engajamento com a China não funcionaria para os Estados Unidos, isso porque, para os Estados Unidos o engajamento significa em última instância que uma nação vai se converter ao sistema de valores estadunidense e a partir deste ponto servirá como aliado na defesa dos mesmos valores. Para tanto, é preciso reconhecer que há uma hierarquia moral no mundo, cujo topo é ocupado pelo liberalismo anglosaxônico, ou seja, nesse pensamento, caberia a China reconhecer sua posição de inferioridade e adotar uma transformação social que a levaria a uma posição melhor, cujo centro intelectual seriam os Estados Unidos. Essa hipótese de submissão carrega traços de racismo e xenofobia que estão interligados no pensamento e formação de muitas nações no mundo, mas que foram especialmente decisivos para construir os impérios ocidentais após os processos de colonização.

Basta um olhar atento à história recente da China e sua luta para levantar-se diante do século de humilhações que a hipótese de engajamento com submissão cultural está descartada. Não se trata de não se engajar, mas sim de não fazê-lo sob a condição de aceitar a inferioridade de sua cultura milenar. Então, a saída seria uma coexistência entre as duas grandes potências, no entanto, isso contraria a

lógica de perpetuação de poder sob a qual os Estados Unidos foi concebido como nação.

Coexistir significa que os Estados Unidos não podem mais arbitrar o mundo em função de sua primazia como poder hegemônico central, terão de conviver com forças alternativas à sua ordem e seus interesses nem sempre estarão assegurados em última instância por sua força. Muito embora durante a Guerra Fria tenha existido um adversário formidável a hegemonia estadunidense, o desfecho final foi a manutenção e ampliação da política internacional em favor de Washington. Ao fim da Guerra Fria e o desmantelamento iminente da União Soviética, a maior preocupação dos Estados Unidos era a concorrência dos produtos japoneses.

Ao forçarem a valorização artificial do Iene nos anos 1980, os Estados Unidos estabeleceram limites relativos para o grau de desenvolvimento econômico japonês face aos Estados Unidos. Quando seu adversário econômico tem dezenas de milhares de soldados americanos estacionados no seu próprio território, impor acordos injustos é mais fácil.

A disposição de forças militares estadunidenses pelo mundo é também uma consequência de seus interesses econômicos. Não à toa, a maior parte das forças de defesa estacionadas no exterior dos Estados Unidos está no pacífico. Evitar que nações não aliadas, ou não controladas, como Japão, Coreia e Alemanha, façam *catch up* com o capitalismo americano, é uma forma de manter a hegemonia.

Dessa forma, muito mais do que o socialismo, é o nacionalismo na periferia que incomoda as nações mais desenvolvidas, sobretudo os Estados Unidos. O nacionalismo que reverbera em processos autárquicos de desenvolvimento oferecendo concorrência aos produtos exportados pelos EUA e também gerando mecanismos de defesa comercial que em última instância apelam para sistemas militares de dissuasão. Em escala, se o que faz o Irã causa problemas, na Indonésia e no Brasil seria muito mais nocivo, por isso a China incomoda tanto.

Mearsheimer discute como há uma tendência das grandes potências econômicas invariavelmente converterem sua riqueza em poderio militar, dado que o sistema em que os Estados modernos estão inseridos lhes condiciona isso. No entanto, a conversão do desenvolvimento econômico em militar pode ter objetivos distintos. Olhando para a estratégia nacional de defesa da China (2019), vê-se que o país busca assegurar uma posição de defesa e proteção de sua soberania.

A ênfase na defesa e a menção de resguardar o processo de desenvolvimento chinês de ataques e ameaças deixa claro que a China tem consciência de que seus adversários querem dividir sua coesão interna e retardar seu processo de desenvolvimento. Toda a história recente da economia estadunidense e seu processo de inovação tecnológico está intimamente ligada à sua indústria militar. Só há Vale do Silício porque há Pentágono, então ao ameaçar a liderança econômica dos Estados Unidos, a China naturalmente pode colocar em xeque a dominância militar de Washington, a guerra econômica contra a China é fruto também da ideologia militar dos Estados Unidos.

O processo de transformação tecnológico da China e seu êxito em criar um sistema financeiro autárquico para financiar seu projeto de desenvolvimento nacional são singulares. Nunca houve para os Estados Unidos um adversário que para além de igualar seu estágio de produção tecnocientífico, também trouxesse tecnologias disruptivas no volume e velocidade da China. Alemanha, Japão e Coreia em suas trajetórias de reconstrução e desenvolvimento não podiam prescindir do mercado americano, mas a China pode.

Embora esses países tenham promovido a introdução de tecnologias que oferecessem concorrência aos Estados Unidos, seu crescimento e sucesso foi de alguma forma acomodado e consentido pela geopolítica do capitalismo estadunidense. É o que discutem autores como Gray (2011) e Moreira et al (2023), quando estabelecem uma relação direta entre Estado, desenvolvimento e geopolítica, nos casos taiwanês e coreano.

A China também repete estratégias que foram adotadas pelos tigres asiáticos ao longo da história do desenvolvimento econômico. No entanto, Japão e Coreia não conseguiram produzir um efeito de transformação na geopolítica na mesma medida que a China pode e em certa medida vem fazendo, pois aqueles países estavam posicionados em um sistema de desenvolvimento e segurança ligado aos interesses de Washington em última instância.

O indo-pacífico é a área central da estratégia de defesa americana, a costa pacífica dos Estados Unidos e sua histórica presença militar naqueles oceanos os permitem projetar-se nesse espaço, ainda que estejam culturalmente e territorialmente distintas das civilizações indo-pacíficas. A estratégia apresenta a importância econômica desse espaço e os “aliados” de Washington face às

ameaças que surgem na região, embora logo em seguida o documento deixa claro que a China é uma ameaça (The White House, 2022).

Esse foco intensificado dos Estados Unidos se deve em parte ao fato de que o Indo-Pacífico enfrenta desafios crescentes, particularmente por parte da RPC. A RPC está combinando seu poder econômico, diplomático, militar e tecnológico ao buscar uma esfera de influência no Indo-Pacífico e ao procurar se tornar a potência mais influente do mundo. A coerção e a agressão da RPC se estendem por todo o globo, mas são mais intensas no Indo-Pacífico. Desde a coerção econômica contra a Austrália, passando pelo conflito ao longo da Linha de Controle Real com a Índia, até a crescente pressão sobre Taiwan e a intimidação de vizinhos nos mares do Leste e do Sul da China, nossos aliados e parceiros na região arcam com grande parte dos custos do comportamento nocivo da RPC. Nesse processo, a RPC também está minando os direitos humanos e o direito internacional, incluindo a liberdade de navegação, bem como outros princípios que trouxeram estabilidade e prosperidade ao Indo-Pacífico. (The White House, 2022, P.5. Tradução nossa)

Se a China e seus interesses são a grande ameaça, este país deve ser dissuadido e controlado, sobretudo no indo-pacífico, como destaca o documento. Em se tratando de um documento elaborado pela administração Biden, que foi nos Estados Unidos um governo de oposição a Trump, observa-se que a China é um consenso na estratégia hegemônica de Washington. O mesmo padrão de discurso oficial sobre a China permanece no governo Trump, conforme a Estratégia Nacional de Defesa publicada em 2025 (p.20):

Daqui para frente, reequilibraremos a relação econômica dos Estados Unidos com a China, priorizando a reciprocidade e a equidade, a fim de restaurar a independência econômica americana. O comércio com a China deve ser equilibrado e concentrar-se em setores não sensíveis. Se os Estados Unidos permanecerem em uma trajetória de crescimento — e conseguirem sustentá-la ao mesmo tempo em que mantêm uma relação econômica genuinamente mutuamente vantajosa com Pequim — deveremos passar de nossa economia atual de 30 trilhões de dólares em 2025 para 40 trilhões de dólares na década de 2030, colocando o país em uma posição privilegiada para manter seu status de principal economia do mundo. Nosso objetivo final é estabelecer as bases para a vitalidade econômica de longo prazo.

É fundamental que isso seja acompanhado por um foco robusto e contínuo na dissuasão para evitar uma guerra no Indo-Pacífico. Essa abordagem combinada pode se transformar em um ciclo virtuoso, no qual uma forte dissuasão americana abre espaço para uma ação econômica mais disciplinada, enquanto uma ação econômica mais disciplinada gera maiores recursos americanos para sustentar a dissuasão no longo prazo.

A questão que nos parece fundamental nessa parte do trabalho é entender se a ofensiva à China empreendida pelos Estados Unidos tem relação com o destino

do Brasil, isto é, as relações entre Brasil e Estados Unidos estão condicionadas pela disputa deste país com a China? Essa indagação direciona o trabalho ao papel que o Brasil ocupa no mundo.

Uma potência média, mas com vastos recursos e posição de destaque entre os países em desenvolvimento. O Brasil é um importante país para uma estratégia de hegemonia global, no entanto, o foco dos Estados Unidos e o movimento do poder internacional estão na Ásia, no indo-pacífico. A China também reconhece isso, e atribui ao seu entorno regional uma importância sem paralelos a nenhuma outra região do mundo, sua estratégia nacional de defesa envolve prioritariamente uma agenda defensiva que proteja sua integridade territorial, estabilidade e os seus interesses regionais notadamente (China, 2019).

O Brasil está enquadrado na estratégia de defesa da China em contextos e fóruns multilaterais, quando o assunto é defesa, pode-se dizer que o Brasil está longe de ser central para Pequim. Há referências ao Brasil quando se trata dos fóruns de cooperação militar e da expansão dos eixos de atuação do BRICS. Estende-se essa condição também a América Latina, o que nos leva a crer que no século da Ásia, a China está preocupada com a segurança militar da Ásia.

A única menção no documento Defesa Nacional da China em uma Nova Era (2019) que poderia ser adequada diretamente ao Brasil seria a proteção aos negócios da China no exterior. Tendo as relações econômicas entre Brasil e China sido o grande fator para aprofundar a parceria, e somando a isso a busca pelos Estados Unidos de bloquear o processo de desenvolvimento da China como parte estrutural de sua estratégia de manutenção da primazia como grande hegemonia, há uma conjuntura que coloca em discussão as relações econômicas do Brasil com a China no contexto da disputa China e EUA.

O que se deve levar em conta é que a China é um grande poder comercial, o maior do mundo atual, sua presença econômica é global, firmando-se como o principal parceiro comercial da grande maioria de países do mundo, notadamente dos em desenvolvimento. No entanto, militarmente, a China é uma potência regional, não possui capacidade de operação global, tampouco está perto de atingir isso. Sua estratégia de defesa é clara, volta-se para a defesa de sua soberania e de seus interesses na Ásia, onde se vê cada vez mais cercada.

Essa é uma peculiaridade das relações entre Brasil e China e entre aquele e os Estados Unidos. Não há grande intercâmbio militar sino-brasileiro nem presença

militar chinesa no entorno brasileiro. Os investimentos chineses na América do Sul são logísticos, extrativistas e buscam mercado consumidor.

Nesse contexto, a China não tem interesses em projetar-se militarmente no mundo buscando supremacia à força, pois é uma contradição principiológica para a formação da República Popular. Além disso, objetivamente, até o momento, não há nenhum motivo que ameace questões fundamentais à soberania do país em tão longas distâncias.

A estes dois fatos pode-se adicionar um complemento que é a própria presença militar americana no entorno não imediato brasileiro, como o Caribe e o pacífico sulamericano. O Brasil está rodeado pela rede de interesses militares dos Estados Unidos e tanto os brasileiros quanto seus vizinhos estão historicamente conectados de maneira considerável ao complexo militar estadunidense⁴⁹.

Por mais que o Brasil tenha buscado diversificar parceiros na seara militar e que também muitas rusgas entre as cúpulas tenham ocorrido, notadamente por dificuldades em compartilhamento de tecnologia e ingerências excessivas dos EUA, o último século construiu uma ponte sólida entre os setores de defesa dos dois países (Svartman, 2014). Em se tratando de geopolítica, quem são seus parceiros militares e de quem se depende para fornecimento de insumos chave são aspectos que demonstram alinhamento e dependência⁵⁰. Pode-se discutir quais outras opções teria o Brasil ao tentar equipar suas forças armadas, mas a realidade aponta uma preponderância de Washington principalmente na construção da doutrina de defesa brasileira (Svartman, 2014).

⁴⁹ Essa conexão se deu sobretudo da Segunda Guerra com os acordos militares que levaram o Brasil a combater as tropas do Eixo na Europa e trouxeram as bases americanas para o Nordeste brasileiro. A partir daí, há a criação das comissões mistas de cooperação militar, a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, a primeira sediada no Rio de Janeiro e a segunda em Washington, ambas comissões eram canais de cooperação diretos sem intermediações diplomáticas. Svartman (2014) atribui à proximidade gerada pela cooperação para a Segunda Guerra a origem de uma relação singular no sentido doutrinário nas Forças Armadas brasileiras e os Estados Unidos.

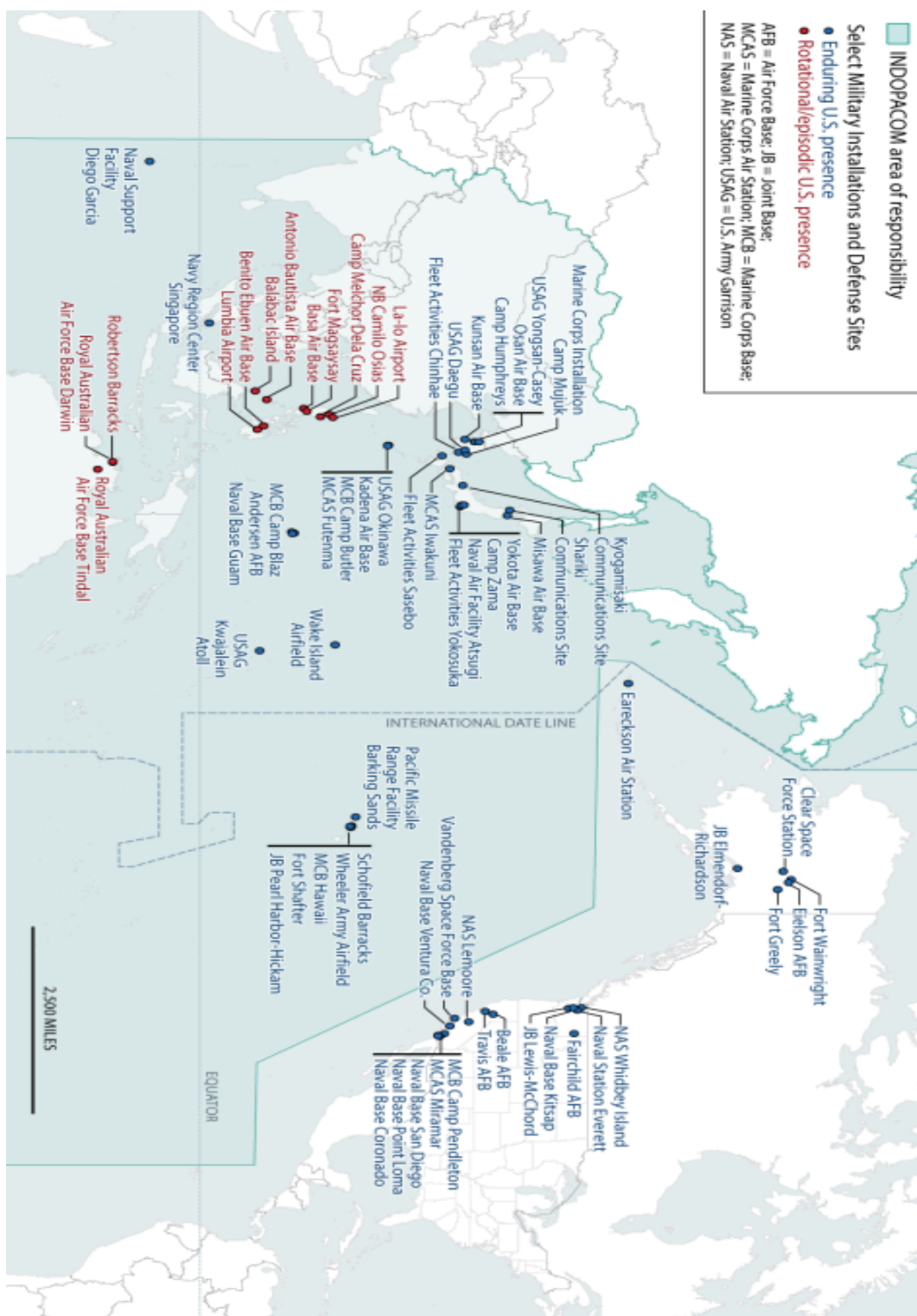
⁵⁰ Segundo o Instituto de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, o SIPRI, em seu último relatório (2024), os Estados Unidos correspondiam a 43% das exportações mundiais de armamentos, enquanto a China 5,9%, respectivamente maior e quarto maiores exportadores. Entretanto, o setor militar não pode ser entendido apenas pelos números frios à primeira vista, isso porque, boa parte das cadeias de suprimentos nesse setor são interdependentes entre os países mais alinhados, isto é, os países da OTAN, os quais correspondem a 73% dos gastos militares globais, têm suas indústrias militares entrelaçadas e dependentes entre si, com os Estados Unidos dominando tecnologias centrais para diversas empresas não-estadunidenses do setor.

Figura 5 - Bases Americanas na América Latina e Caribe



Fonte: Centro Mexicano de Relaciones Internacionales (2019)

Figura 6 - Bases Americanas na Ásia Pacífico



Fonte: Congresso dos Estados Unidos (2023)

Trouxemos os mapas acima para contextualizar a presença militar dos Estados Unidos nos entornos estratégicos brasileiro e chinês. Veja que claramente há uma presença militar no Indo-Pacífico que visa cercar a China, dispondo bases por toda a costa chinesa e bloqueando a projeção da China ao mar. Interessante observar que a RPC está muito mais pressionada pela rede de bases militares dos EUA do que o Brasil e isso se deve à diferença de estratégias aplicadas aos dois países e também do grau de ameaça percebido por Washington face aos dois países.

Enquanto a China é nomeada como a principal ameaça à estratégia americana para o indo-pacífico (US Congress, 2023), o Brasil é parte menor de uma visão de dominação focada no norte da América do Sul e no Caribe. A partir do Panamá e do Canal, há uma concentração de forças no norte da América do Sul, notadamente na Colômbia, e principalmente no Caribe, envolvendo a Ilha de Cuba. A presença densa de bases dos Estados Unidos no Caribe contrasta com a muito baixa no Cone Sul.

Está claro que a China é uma ameaça aos EUA, e que a estratégia militar dos Estados Unidos dispõe seu mecanismo de dissuasão com base nisso. Conforme aponta Mearsheimer (2001), o simples indicativo de que a potência em ascensão pode converter seu poder econômico em militar será utilizado como pretexto para que a hegemonia central do sistema aumente seu emprego de força. Ao observar o contexto brasileiro, o menor quantitativo de bases e tropas no entorno estratégico do Brasil nos leva a pensar que o país está longe de ser visto como ameaça pelos Estados Unidos.

No entanto, o fato de que o Brasil se acerca do ciclo de desenvolvimento chinês e se integra a essa esfera de acumulação, à parte de suas relações com os Estados Unidos muda essa percepção. Isso porque, essa conexão fornece novos arranjos geopolíticos ao Brasil, assim como mudanças nos interesses nacionais. Face a isso, setores do capitalismo brasileiro crescem à margem das relações com os Estados Unidos, o que, de certa maneira, é inédito no último século.

O que a China oferece ao Brasil é uma alternativa ao que os Estados Unidos representam. Há pouco mais de uma década tratava-se da relação entre uma economia emergente com voraz apetite por matérias-primas e outra economia emergente com grande capacidade de fornecimento destas. Entretanto, esse contexto mudou do lado chinês na medida em que seu processo de *catching up* com as economias desenvolvidas avançou consideravelmente em uma miríade de áreas,

isso ocasionou que setores de tecnologias de ponta e de inovação disruptiva dos quais a economia brasileira é dependente de parcerias externas (um lugar que os EUA ocupam) passaram a ter presença chinesa, com destaque recente para os veículos elétricos e a tecnologia 5G. Também há um aumento no estoque de investimentos da China no Brasil, embora o país esteja longe do primeiro colocado, os Estados Unidos (IBGE, 2022).

Nesse sentido, involuntariamente ou não, a China fomenta a multipolaridade ao oferecer alternativas de projeção para o Brasil fora do sistema hegemônico estadunidense. Pode-se discutir, em separado, as consequências das relações com a China para o Brasil, como já fizemos, e seus problemas quanto à reprodução de um modelo de depreciação nos termos de troca entre os dois países. Mas é inegável que uma China forte é boa para a ordem multipolar e, em consequência, para o Brasil.

A multipolaridade, todavia, é prejudicial ao poder hegemônico incumbente, já que reserva a este um espaço regional e não global. Analisando pela ótica do realismo ofensivo, Mearsheimer (2001) discute que o hegemon central fará de tudo para evitar uma multipolaridade, pois esta desestabilizará seu sistema de poder. Pela dispersão das tropas dos Estados Unidos no Indo-Pacífico e as sanções aos países emergentes como o Brasil, está claro que os Estados Unidos não pretendem conviver com uma ordem multipolar⁵¹.

Para a China, por outro lado, uma ordem multipolar é plenamente compatível com os interesses do país, já que seus desafios geopolíticos são regionais e globalmente sua liderança econômica dificilmente seria ameaçada em um mundo multipolar e equilibrado. Ao Brasil, a despeito de seu dilema agro-exportador com a China, a multipolaridade fomentada pela China é muito bem-vinda, dado que o país tende a se equilibrar em diversificação de parcerias.

O referido dilema brasileiro nas suas relações com a China é um assunto sob o qual o país deve-se debruçar para avançar no ciclo de desenvolvimento junto ao seu maior parceiro comercial. Além disso, a expansão do agronegócio brasileiro em meio à crescente demanda chinesa se tornou um ponto importante para pensar o Brasil como competidor dos Estados Unidos. À medida que a China deixa de

⁵¹ Embora o Japão e a União Europeia sejam grandes pólos econômicos, seus papéis de apoio ao sistema hegemônico estadunidense, não permitem que ambos formem uma multipolaridade em um sentido amplo, pois aqueles existem dentro do sistema hegemônico estadunidense.

comprar soja dos EUA, passa a comprar a brasileira, é o meio-oeste norte-americano contra o centro-oeste brasileiro.

5.3. Uma geopolítica da agricultura brasileira

A 'commoditização' da alimentação e a formação de sistemas agroalimentares moldam paisagens em grandes extensões de terra pelo mundo. Do meio-oeste dos Estados Unidos, passando pelo Pampa argentino e pelo Centro-Oeste brasileiro. Ainda que não seja um produto de alto valor agregado, o alimento e sua produção possuem grande valor político, já que seu custo e seus estilos de consumo são necessidades básicas e simbologia de poder nas sociedades atuais.

Pode-se contextualizar como esses sistemas agroalimentares globais estão interligados pelo conflito na Ucrânia. A mera expectativa de queda nos suprimentos de trigo e fertilizantes provocou crises inflacionárias, puxadas pelos preços dos alimentos, em meio aos problemas já causados pela pandemia. Além disso, a transnacionalidade do comércio agrícola e a uniformização das dietas alimentares reduziram o número de países autossuficientes em produção alimentícia e interligaram as cadeias de suprimentos agrícolas.

Especulações sobre o preço dos alimentos e a interdependência da produção global deixaram a linha logística de suprimentos tênue, de modo que qualquer leve alteração na cadeia provoca flutuações consideráveis nos preços dos produtos. Secas, desastres ambientais, guerras e tarifas têm afetado os preços nessa cadeia dado seu alto nível de especulação na lógica das commodities e da mercantilização dos sistemas alimentares. Os governantes se tornaram reféns de ciclos inflacionários nos preços dos alimentos, o que vem decidindo eleições em todo o mundo, principalmente no Ocidente.

Os países passaram a adotar políticas altamente protecionistas no campo para proteger a produção estratégica e os agricultores locais. A política agrícola comum da União Europeia é um sistema complexo de subsídios e protecionismo agrícola. O duelo de exportadores agrícolas por mercados tem ocasionado consequências geopolíticas que transformaram países médios em agentes disruptivos na política internacional, é o caso do trigo ucraniano e da soja brasileira.

O cenário atual indica que os países devem cada vez mais proteger sua autonomia estratégica no setor alimentício, dependendo menos de importações. Além disso, o desemprego estrutural no campo pode ser um enorme problema social para países com consideráveis populações rurais, como a China e a Índia. A agricultura e seu entrelaçamento com a indústria alimentar são assuntos de primeira ordem na geopolítica global. Não se trata de uma política de poder militar, mas sim de sustentação estratégica, pois um não pode depender de outro país para alimentar sua população, o que nos parece ser o cerne da questão da segurança alimentar a qual interage com a soberania alimentar.

Embora ambos os conceitos tenham aspectos críticos para o fenômeno da comoditização da dieta alimentar no mundo, suas definições não deixam de se relacionar com uma geopolítica mundial da agricultura, em que países buscam defender os interesses dos hábitos alimentares de suas populações. Trata-se da proteção aos costumes locais de alimentação associada à manutenção de hábitos nutritivos de consumo, fornecendo saúde e bem-estar aos nacionais.

[...]Dentre os conceitos construídos sobre este tema nos últimos anos, dois se destacam: o conceito de Segurança Alimentar e o de Soberania Alimentar. Em termos gerais, o primeiro refere-se à garantia de acesso à alimentação por parte da população dos Estados. O segundo, criado para se contrapor ao primeiro, prega a necessidade não apenas de acesso à alimentação pelos indivíduos, mas, também, da garantia de que hábitos culturais alimentares e produção familiar de alimentos sejam incorporados às políticas de Estados[...] (Mendes e Gonçalves, 2023, p.1)

Fundamental para este trabalho é conectar esses conceitos a uma visão sobre a geopolítica da agricultura e como o Brasil sai da posição de potência média para a de grande potência nessa área específica. Para Elverdin e Piñeiro (2019) esse fato explica-se pelos ciclos de inovação incorporados ao setor agropecuário e agroindustrial do Brasil desde os anos 1970, aproveitando-se de vantagens geográficas e adequando o clima brasileiro a uma série de grãos. Os autores colocam ênfase no papel do Mercosul e seu comércio agrícola para apresentar a importância decisiva do bloco econômico no setor agrícola, o qual definem como o maior arranjo exportador líquido de alimentos do mundo.

Em qualquer cenário, não se deve esquecer que como os padrões de consumo e produção continuam a evoluir no ritmo atual, é previsível que a oferta líquida de alimentos permaneça concentrada em poucas regiões.

Portanto, a importância do comércio para garantir a segurança alimentar mundial aumentará nas próximas décadas. Qualquer restrição injustificada pode afetar a capacidade de uma parte substancial da população em obter alimentos. (Elverdin e Piñeiro, 2019, P.41)

Com efeito, nada mais didático para entender a centralidade do comércio agrícola nas relações internacionais do Brasil como a disputa entre China e Estados Unidos. O Brasil foi alvo indireto dessa disputa em seu comércio agrícola, já que seu principal competidor, os EUA, tiveram a agricultura retaliada pela China, tornando o Brasil o principal fornecedor externo de produtos dessa natureza à Pequim.

Nesse contexto, a guerra comercial com a China desencadeada no primeiro mandato de Donald Trump foi favorável à soja brasileira, na medida em que Pequim passou a comprar mais do Brasil, fazendo deste país o maior exportador e produtor do grão no mundo. Também houve expansão nas exportações de milho e proteína animal, estas se inserem no contexto de urbanização e mudança na dieta padrão chinesa. Não há sinais de que a China abrirá mão de sua política de segurança alimentar e passe a diminuir a porcentagem de produção interna mínima voluntariamente, no entanto a expansão do consumo deve aumentar as importações alimentares.

Um dos grandes ativos do poder dos Estados Unidos é sua produção agrícola, mesmo sendo um enorme mercado consumidor, o país é um exportador líquido de produtos agrícolas, ao passo que a China é importadora líquida, embora esta seja ainda mais autossuficiente que os Estados Unidos. O que difere os EUA das demais nações industrializadas é o fato de ser aquele um país industrial-agrícola. Para os importadores agrícolas, é importante diversificar parcerias para evitar a dependência de um fornecedor, por isso, a expansão da fronteira agrícola na África subsaariana pode oferecer uma alternativa.

Boa parte dos países africanos na mesma latitude do Brasil tem espaço para expandir a produção, mas não possui os recursos necessários para conduzir uma revolução verde em seus territórios; Brasil e China têm. O que pode ocorrer, portanto, é que o Atlântico Sul, região que o Brasil tem como sua zona de influência marinha⁵², torne-se estratégico para os interesses da China, pois boa parte de suas importações agrícolas vêm dessa região.

⁵² Uma decisão recente da Comissão de Limites da Plataforma Continental aumentou em 360 km² a Zona Econômica Exclusiva do Brasil no Atlântico, que já era enorme (200 milhas náuticas além da costa), devido à descoberta de uma ilha submersa (Agência Brasil, 2025).

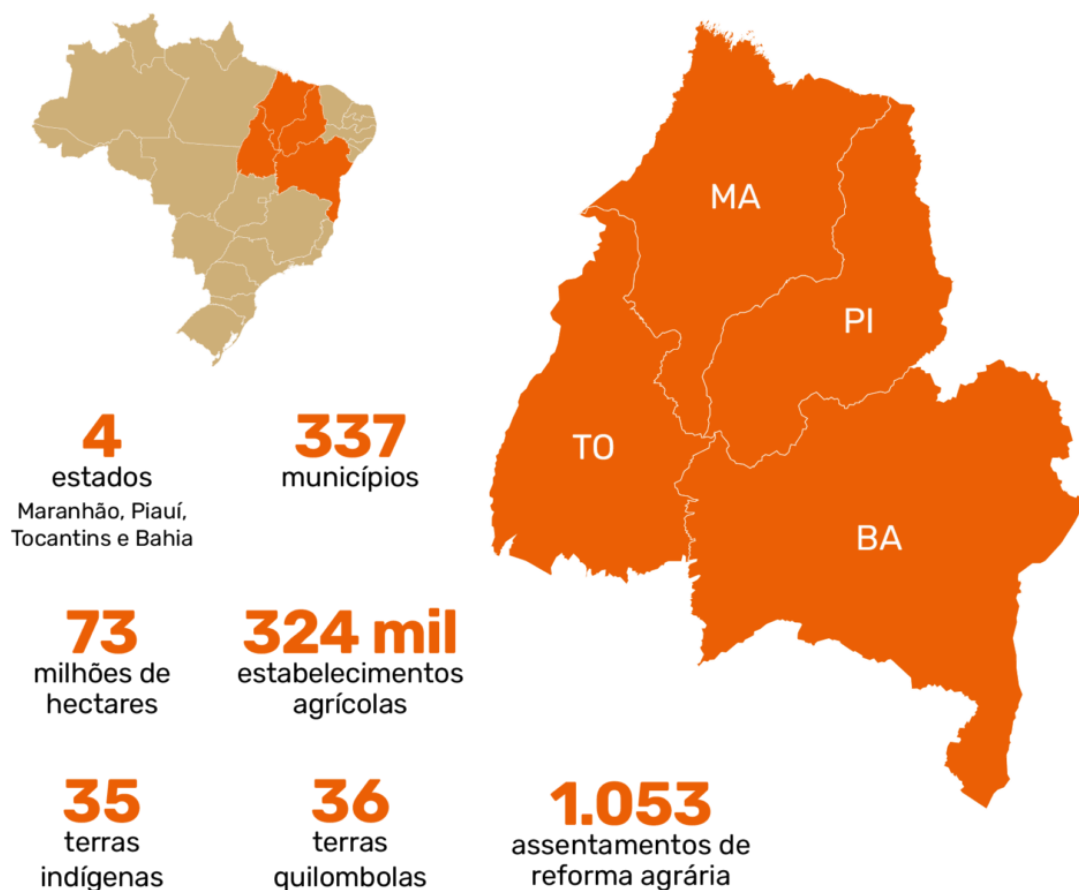
No mundo, existem algumas grande paisagens agrícolas, que foram por séculos alteradas pela interação homem-campo. Esses espaços se tornaram centros dinâmicos e envolveram-se com as cidades e as necessidades de suas populações, boa parte dos esforços logísticos empreendidos pelos países reside na intenção de melhorar a conexão entre a produção agrícola dessas localidades e o consumo dos trabalhadores nas cidades. Nesse sentido, o eixo que liga o pampa argentino e uruguaio com o Paraguai e o Centro-Oeste do Brasil vem se tornando uma imensa paisagem agrícola tal qual um século antes aconteceu com o meio-oeste da América do Norte.

O centro-sul da América do Sul assume uma posição chave para a política alimentar chinesa e suas pretensões geopolíticas, assumindo que os insumos para a dieta do segundo país mais populoso do mundo são estratégicos. Não à toa, discute-se uma alternativa aos portos atlânticos brasileiros que conecte por terra o Brasil ao Pacífico, reduzindo o frete e a necessidade de usar o Canal do Panamá, onde a China e seus negócios vêm sofrendo com a pressão dos Estados Unidos. Trata-se de um projeto transnacional, cujo cerne deve envolver um acordo entre mais de dois países sul-americanos para além de seus dilemas ambientais⁵³.

⁵³ A ocupação do território brasileiro deu-se de leste para oeste a partir da costa, portanto, os biomas localizados no oeste do país, como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado sofreram muito menos que a Mata Atlântica. Atualmente, o avanço da fronteira agrícola dá-se em direção ao sul da Amazônia, a partir de seus limites com o cerrado. A Amazônia, todavia, é um bioma muito mais protegido que o Cerrado e isso limita os movimentos da fronteira agrícola, no leste Amazônico, nos limites da amazônia brasileira e sulamericana, estão as porções mais preservadas da floresta, por isso, a fronteira atualmente move-se para a região do MATOPIBA, que abarca mais o Cerrado do nordeste e norte do país, nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia.

Figura 7 - A região do MATOPIBA

Matopiba: a última fronteira agrícola



Fonte: Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Fonte: O Joio e o Trigo, 2023.

No entanto, existe um problema que atinge os interesses brasileiros na construção de um projeto de ligação terrestre entre a costa brasileira e a pacífica com investimentos da China, o Brasil não arbitrará os portos no pacífico, e embora tenha boa relação com praticamente todos os países sul-americanos, são Estados menores que o Brasil e muito mais sujeitos a instabilidades e a pressões de quem seja. O projeto tem alto custo e envolve costuras políticas e ambientais, portanto,

até que este saia definitivamente do papel, os navios com soja brasileira seguirão partindo do atlântico sul.

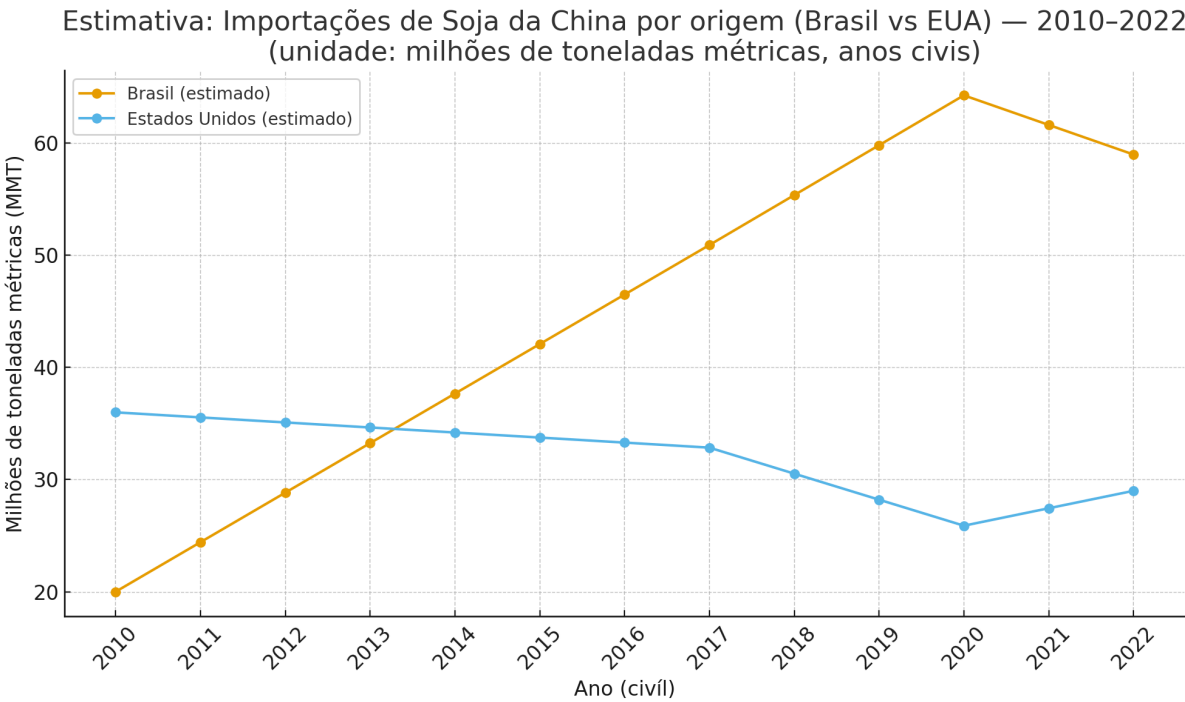
A tendência é de que o projeto avance pela imposição do complexo soja-carne Brasil-China (Escher e Wilkinson, 2019). A soja não faz parte da “linha vermelha” de produção estratégica da China, isto é, um grão cujo percentual de produção local deve ser de pelo menos 95%, e até 2011, a maior parte da soja consumida naquele país era importada dos Estados Unidos (Escher e Wesz, 2022). Atualmente, existe uma expansão da atuação da COFCO e de importadoras chinesas fora do eixo Europa e Estados Unidos, sobretudo na América do Sul, onde há caminho aberto para um controle chinês da rede logística da soja, da fazenda ao prato do consumidor.

Livrando-se do controle das traders norte-americanas e europeias, a China consegue estabelecer canais diretos entre a soja brasileira e a indústria de processamento chinesa. Ainda que o frete nos Estados Unidos seja mais barato, o Brasil tem produto com boa competitividade e qualidade, além do que o custo político de se comprar do Brasil é muito menor. A guerra tarifária apenas acelerou a tendência, na China, de comprar mais soja do Brasil.

A preocupação dos Estados Unidos é que esta perda de espaço da soja americana nas importações da China ocasionou uma crise nos produtores do meio-oeste dos Estados Unidos, os quais estão à mercê das exportações para escoarem sua produção e obter renda com isso. Mesmo que Washington socorra seus agricultores, as consequências diretas e indiretas na cadeia produtiva da soja devem afetar as condições sociais em estados tradicionalmente republicanos.

Os grãos de soja brasileiros tomaram consideravelmente o espaço dos estadunidenses nas importações chinesas, por outro lado, o Brasil concentrou suas exportações de soja na China. Os maiores produtores de soja dos Estados Unidos são estados, na sua maioria, republicanos, o que coincide com um perfil conservador no voto observado também nas eleições brasileiras. Utilizamos os dados da safra de soja estadunidense no período 2023/2024 da USDA e comparamos com o resultado do colégio eleitoral nos 10 maiores produtores de soja dos EUA.

Tabela 5 - Importações de Soja pela China do Brasil vs EUA - 2010 A 2022



Fonte: UN Comtrade, 2022. Elaboração: própria.

Tabela 6 - A produção de soja nos EUA e os votos na eleição de 2024

Maiores produtores de soja dos EUA (USDA, safra 2023/2024)

Posição	Estado	Produção (milhões bushels)	Vencedor 2024
1	Illinois	688.0	Democrata
2	Iowa	597.6	Republicano
3	Indiana	341.0	Republicano
4	Minnesota	329.4	Democrata
5	Nebraska	301.3	Republicano
6	Missouri	286.2	Republicano
7	Ohio	251.5	Republicano
8	North Dakota	245.6	Republicano
9	South Dakota	231.3	Republicano
10	Arkansas	166.1	Republicano

Fonte: USDA 2022. Elaboração: própria.

Não há, até o momento, um movimento estabelecido de reversão das tendências políticas nesses estados, pois a desaprovação, a queda de produção e a perda de mercado da soja precisam ser correlacionadas a uma perda de popularidade de Trump nesses estados e sua consequência direta para as pretensões de republicanos. Cada vez mais há uma relação direta entre a percepção em nível nacional e suas consequências eleitorais de assuntos internacionais, portanto, caso aconteça uma perda de popularidade de Trump seguida de um avanço democrata nesses estados, é provável que isso se reverta em pressão para reduzir a perda de espaço da soja americana no mercado internacional.

O quanto isso afetaria a produção brasileira e o complexo soja-carne Brasil-China é incerto. Isso porque, conforme discutem Escher e Wesz (2022) as relações entre Brasil e China no setor agrícola tem evoluído para um canal direto entre ambos, muito em virtude do esforço chinês de blindar este espaço de influências fora da relação bilateral, e isso se deve ao controle exercido pela China sobre a cadeia de suprimento de soja.

Mudar esse padrão no médio prazo se apresenta como uma tarefa árdua, já que mais da metade da soja exportada no mundo provém do Brasil; para substituir esse suprimento brasileiro, a China teria de importar dos Estados Unidos, únicos capazes de produzir na mesma escala; no entanto, Pequim quer depender cada vez menos de Washington (Escher, 2023). A soja em grão que a China importa do Brasil é matéria-prima crucial para sua indústria de proteína animal, o país optou por não plantar soja para abrigar produções que julga mais relevantes, como os três grãos de segurança (arroz, trigo e milho), hortaliças, frutas e legumes.

Do lado brasileiro, o país deve buscar colher ao máximo os dividendos desse complexo soja-carne Brasil-China, agregando valor nas exportações feitas principalmente por meio de proteínas animais, muito mais valiosas e com maior relação de emprego gerados (Escher, 2023). Além disso, o país poderá se aproveitar de investimentos advindos da Iniciativa Cinturão e Rota quanto à agricultura e às infraestruturas de escoamento, já que, mesmo não aderindo formalmente à iniciativa, o Brasil deve se beneficiar da estratégia chinesa para o continente sul-americano no contexto da BRI.

Entretanto, o Brasil deve se dedicar a compreender a sustentabilidade desse modelo de relação econômica com a China, dada a tendência de diversificação de

parceiros tradicionalmente empreendida por Pequim, ainda que parceiros com a mesma capacidade de produção agrícola do Brasil sejam atualmente incertos. Além disso, um avanço da agenda verde e sustentável na China pode causar embaraço para o país na opinião pública chinesa, dado os problemas ambientais do agronegócio brasileiro, o que já vem acontecendo com a União Europeia.

Também é válido frisar que a China tem uma política de desenvolvimento rural robusta, a agricultura do país avança em produtividade na mesma proporção da brasileira, mas a capacidade de inovação e de investimento chinesa é muito maior. Dessa forma, a incorporação de novas tecnologias ao campo na China e suas consequências para a produtividade no meio rural do país podem, em maior ou menor grau reduzir ou aumentar sua dependência do Brasil. Na estratégia brasileira, mudanças de hábitos alimentares e a produção agrária chinesa jamais podem sair de vista, pois estes condicionam as importações do Brasil. Além do mais, o desenvolvimento rural na China entrelaça-se com a internacionalização das companhias de agronegócio chinesas e estas podem ampliar sua concorrência em relação às congêneres brasileiras em mercados de terceiros (Escher, 2023).

Por último, existem as próprias consequências das disputas geopolíticas entre a China e os Estados Unidos, bem como o rearranjo dos polos de poder global com novas alianças. Nesse sentido, não estão descartados bloqueios comerciais, a divisão do mundo em novas áreas de influência e cenários de redução do suprimento de certos alimentos e produtos. No cenário internacional atual, essas questões fazem parte do pacote de consequências das ações das superpotências por assegurar seus interesses.

Nesse jogo, os interesses financeiros falam mais alto, mesmo diante de realidades políticas bastante particulares ao agronegócio brasileiro e norte-americano. Nenhum grupo abrirá mão fácil de seus ganhos ou subsídios, seus países os protegem no comércio internacional de maneira firme, historicamente. No Brasil, as grandes regiões produtoras de soja são tanto ou mais conservadoras que seus pares norte-americanos.

Tabela 7 - A produção de Soja no Brasil e a eleição de 2022

Maiores produtores de soja do Brasil — Safra 2023/2024 X porcentagem vencedor por votos válidos eleições de 2022				
Posição	Estado	Produção (mil toneladas)	Participação nacional (%)	% de votos do candidato presidencial vencedor
1	Mato Grosso (MT)	38.200	28,3 %	65,8% - Jair Bolsonaro
2	Paraná (PR)	20.200	14,9 %	62,40% - Jair Bolsonaro
3	Rio Grande do Sul (RS)	18.500	13,6 %	56,35% - Jair Bolsonaro
4	Goiás (GO)	15.000	11,0 %	58,71% - Jair Bolsonaro
5	Mato Grosso do Sul (MS)	12.700	9,4 %	59,49% - Jair Bolsonaro

Fonte: TSE e EMBRAPA. Elaboração: própria

A agricultura brasileira e suas ramificações à jusante e à montante das cercas conectam-se às disputas internacionais a partir de uma posição muito estratégica ocupada pelo país no setor. Este ramo crucial da economia brasileira está no meio da disputa entre China e Estados Unidos. Assim, o Brasil não pode se privar de pensar uma estratégia emergencial para o setor na hipótese das disputas por poder atingirem-no.

5.4. As divisões políticas no Brasil e a China

A China e suas interpretações no Ocidente são concebidas a partir da transformação do que seria o Oriente, devido às relações de poder que tinha com os ocidentais. Quando se tornaram mais ricos e suas forças coloniais concretizaram o controle da Ásia no final do século XIX, os países europeus passaram a ter uma hierarquia que, obedecendo a seus interesses, os colocava no topo, valorizando sua cultura como base para enxergar as demais. Este é o orientalismo moderno, conforme define Edward Said (2007).

Esta é uma visão que se estende à Ásia e às porções do mundo não enquadradas no espectro da civilização ocidental, um arranjo pouco representativo do mundo que é encarnado pela ótica do “nós e eles”. Interessa-nos uma ideia expressa por Said que ajuda a entender como a China vem sendo abordada na ótica da Guerra Fria, isto é, a ideologização do conhecimento e das informações sobre o Oriente.

De acordo com Said (2007) uma das características do orientalismo é o fato de que o conhecimento sobre o dito Oriente e suas sociedades, seus movimentos políticos e seus aspectos culturais é marcado por uma ideia de que se trata de informações ideológicas. Enquanto o conhecimento sobre a cultura do Ocidente é visto como erudição pura e simples, o mesmo não se aplica ao Oriente, a menos que se trate de um aspecto exótico dessas sociedades. Assim, o que se vê da China, sua economia, sua cultura e sociedade são estigmatizadas por um viés ideológico que não acompanha naturalmente os países ocidentais.

Quando se fala da China e seu modelo econômico-político, logo vem à tona o comunismo e suas interpretações legadas pela Guerra Fria, ao passo que os Estados Unidos não enfrentam o mesmo filtro. Além disso, no Brasil, outros componentes agravaram ainda mais essas análises, uma vez que se trata de uma sociedade de forte desigualdade racial, em que o racismo é muito presente, o que também racializa chineses. Ao longo dos últimos anos, no entanto, esses aspectos ficaram em destaque por serem constantemente utilizados por movimentos radicais.

Stumpf, Volcan e Soares (2023) realizaram um levantamento quantitativo das menções à China no Facebook ao longo da pandemia de Covid-19. O que os autores notaram foi que as menções negativas tinham origem em grupos de radicais. Segundo aqueles autores, as associações ideológicas à China eram caracterizadas por visões conspiratórias e preconceituosas sobre o país e sua sociedade, tendo a pandemia e suas consequências fortalecido o discurso negativo.

Mais da metade dos posts de páginas/grupos dentro do cluster pró-bolsonaro descreviam negativamente o país, muitas destas o culpando pela pandemia. Dentro os posts com teorias conspiratórias, 92% descreviam a China negativamente, 80% culpavam o país pela pandemia e 66% reproduziam algum tipo de discurso de ódio e Sinofobia. Para reforçar a descrição da China no contexto brasileiro, as teorias conspiratórias tinham uma categoria que mencionava principalmente o comunismo (22%), proximamente seguida pelo posts sobre política (19%). (Stumpf et al, 2023, p.107 - Tradução nossa).

O porquê desse discurso quanto à China e suas origens na extrema-direita envolve uma compreensão de uma articulação global que visa pintar chineses como inimigos. Isso envolve um componente de desumanização, apontando aspectos morais de uma sociedade de maioria cristã na qual seriam desprezados por uma matriz cultural diferente, como é a chinesa.

Esta xenofobia, artificialmente fomentada, é consequência de uma estratégia global cujo centro está nos Estados Unidos. O bloco no poder capitalista daquele país historicamente usou a massa de brancos pobres e conservadores por meio da temática racial, pois precisava de apoio de massa para políticas contra grupos vulneráveis no país e fora dele. Esse grupo é o núcleo da coalizão vitoriosa de Trump e que compõe sua base popular (Souza, 2022).

Isso se estendeu à periferia do sistema na medida em que os movimentos reacionários e seus governos foram apoiados durante a Guerra Fria a pretexto de enfrentar a União Soviética. Esta rede de suporte político se mantém pois ajuda a sustentar os interesses comerciais de Washington e sua agenda internacional. Parmar e Furse (2021) entendem existir uma síntese entre a elite capitalista norte-americana e a extrema-direita, dado que estes passaram a defender uma agenda de grande interesse àqueles.

Os autores defendem que a transnacionalidade do capital aumentou o poder da elite dos Estados Unidos na política internacional, por meio de um ultra-imperialismo associado a outras elites nacionais capitalistas.

Os efeitos políticos domésticos do ultra-imperialismo, portanto, incluem descontentamento em massa e resistência, significativamente mobilizada por conservadores e pela extrema-direita atrás de um programa hiper-racializado. Políticos conservadores viram a oportunidade para crescer seus tentáculos através da integração e mobilização da extrema-direita dentro do bloco trumpista. Dessa forma, enquanto interesses corporativos ganham com corte de impostos, subsídios e desregulamentação, a massa de votantes do GOP recebe a onda psicológica associada com o 'branqueamento' à percepção cultural, e não uma melhora nos padrões de vida (Parmar e Furse, 2021, P. 801 - Tradução Nossa).

Como existe uma articulação internacional da extrema-direita baseada no núcleo ideológico dos Estados Unidos, posto que a agenda neoliberal encontra seus cânones nesse país, os replicadores dessa visão no mundo integram-se a esse

espectro. A China é inimiga da elite americana quando desafia sua hegemonia financeira e tecnológica, sendo esta apoiada pela extrema-direita, a agenda anti-China ganha espaço entre aqueles.

Considerando que o movimento de mesma natureza no Brasil se reporta em última instância ao núcleo ideológico formatado pela visão de mundo dos Estados Unidos, a extrema-direita no Brasil replica esse pensamento. Parmar e Furse, no entanto, identificaram também uma contradição importante para pensar esse contexto de extrema-direita, elites capitalistas globais e a China: boa parte das elites possuem profundas conexões econômicas com Pequim.

Essa contradição visível é fruto da natureza das relações entre as extrema-direitas no mundo e a China. Sendo o parceiro principal de uma miríade de países no Ocidente e no mundo em desenvolvimento, é importante destacar que quando fala-se da extrema-direita no Brasil, aborda-se um recorte geográfico e social específico, isto é, embora seja um país de matriz cultural cristã e localizado no Ocidente geográfico, é também um país de renda per capita média e com maioria populacional não branca.

De alguma forma, todavia, esse mesmo país tem sua ala mais radical da direita profundamente associada aos Estados Unidos. Esse grupo repete sistematicamente boa parte do discurso do movimento análogo estadunidense, o que é contraditório é que as regiões mais alinhadas a esse pensamento no Brasil são as mesmas em que a dependência comercial da China. Esse alinhamento com os EUA não é exatamente uma novidade.

Pensar que isso se trata de uma contradição é algo natural, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, mas no caso brasileiro a situação tem ainda mais nuances. Como o Brasil, um país membro dos BRICS cuja economia é tida como em desenvolvimento em um país de maioria não-branca, tem um grupo político que adotou um discurso tão radical quanto e quase idêntico ao da extrema-direita dos Estados Unidos ?

Para este trabalho interessa a resposta que mais se relaciona à China, dado que a pergunta está sujeita a reflexões muito mais profundas e extensas que promoveriam longo debate. Portanto, ficaremos aqui com apenas um dos muitos aspectos contraditórios desse movimento político, qual seja, a sua declarada sinofobia em meio a uma relação comercial cada vez mais forte com a China. Existe

uma ordem hierárquica das nações no discurso daqueles que centraliza o centro nos EUA, explicitamente.

Conforme aponta Dowan (2018), o Brasil tem um longo histórico de movimentos conservadores articulados internacionalmente, a começar por aqueles de caráter religioso. Aqueles que antes eram vistos como “entreguistas”, “privatizantes” e “liberais” foram, em boa parte, fagocitados pela extrema-direita no Brasil, em um discurso mais amplo que envolve aspectos morais além dos econômicos. A China é o modelo econômico oposto ao que se prega no neoliberalismo brasileiro, tanto quanto, ideologicamente, é o outro espectro daquilo que defende a extrema-direita. No caso brasileiro, não é Pequim um inimigo da extrema-direita, embora tenha sofrido com os ataques desse grupo, mas sim o país que o Brasil não deve copiar.

Nesse sentido, pintar a China como um mau exemplo tem como consequência favorecer os Estados Unidos, na medida em que estes seriam o antípoda da China, isto é, economicamente neoliberal e politicamente liberal. É uma visão de mundo demasiado moralista e que faz parte de um histórico ainda mais profundo dos países. Nesse choque de civilizações, o Brasil deve escolher um lado, e o lado de Washington seria aquele do qual fazemos parte.

Esse pertencimento é fruto de raízes históricas, quando apontamos as conexões transnacionais de algum tempo da extrema-direita brasileira no mundo, os EUA são um dos principais centros de troca de ideais e abastecimento de discurso. Essa rede de políticos alinhados ao discurso de Washington é parte de um projeto de longo prazo há décadas bem-sucedido na América Latina, o radicalismo ganha roupagens à mercê dos interesses do tempo em que se faz necessário, incluindo novos grupos e adversários.

As ramificações mais recentes dos conservadores estadunidenses em neoconservadores e o “Make American Great Again” mais recentemente são objeto do tempo presente. Existe uma expansão corrente de uma nova porção do capital relacionado ao que Varoufakis (2024) chama de “cloud capital”, trata-se das big techs e sua busca por hegemonização dos espaços de discurso, onde seu lucro por meio de dados opera. A intensidade e a velocidade promovidas pelas redes sociais aumentam a percepção de poder dos grupos de extrema-direita entre si e os seus adversários.

O que as big techs permitiram foi que esses grupos transnacionais se organizassem em torno de uma mesma plataforma de projeção, alinhando ainda mais seus discursos e interesses. Nesse sentido, o fato de essas empresas serem praticamente todas estadunidenses amplificou ainda mais o controle deste país sobre esse movimento político global. O apoio do centro de ideias é trocado por associação geopolítica, sobretudo no discurso, mas também em ações que beneficiam aos interesses dos Estados Unidos e de seus movimentos de extrema-direita.

O apoio velado que estas plataformas oferecem a esses grupos políticos, impulsionando seu discurso, facilitando a veiculação de desinformação e reduzindo o controle sobre discurso de ódio, tem como contrapartida a defesa de seus interesses. Até alguns anos atrás, o setor de tecnologia de ponta era dominado em larga margem pelas empresas do Vale do Silício, as quais aproveitaram de sua supremacia no mercado para estender seus negócios por todo o mundo. Nesse contexto, o Brasil tornou-se um mercado importante para essas corporações.

Conforme discute Varoufakis (2023), essas corporações de tecnologia manejam dados pessoais e, por meio deles, controlam o sentido do capitalismo em transformação. As pessoas, seus gostos e hobbies são valiosos ativos nesse novo mundo econômico, portanto, quanto mais pessoas online, mais rentável se torna o negócio. O Brasil é nessa medida um crucial mercado consumidor por sua enorme população e pelo volume de dados produzidos.

Atualmente, a China move-se no sentido de não só produzir “catch up” no setor tecnológico em relação aos Estados Unidos, mas também de inovar e abrir novas frentes de revolução tecnológica. É um momento em que o país passa a competir, cabeça a cabeça, pela disrupção e pela liderança em várias áreas cruciais do desenvolvimento no século XXI. Emerge na Ásia um grupo de companhias que desafia a supremacia das big techs estadunidenses, que, por sua vez, querem proteger seus mercados, como o Brasil, isso implica fomentar discursos e grupos anti-China.

Há um exemplo recente desse padrão, ocorrido no leilão da rede 5G no Brasil. Houve uma ofensiva contra a empresa chinesa Huawei, líder no setor que não dispunha de alternativa senão aquela corporação. Os argumentos contra a presença da empresa foram de ordem moral, isto é, suspeita por espionagem, violação de privacidade e liberdade; não havia nenhum impedimento técnico para que o negócio

fosse fechado. Aqueles que se opunham ao negócio no Brasil eram representantes da extrema-direita, e a oposição era a que favorecia os EUA, que já haviam evitado que a Huawei fornecesse equipamentos a alguns países aliados (BBC Brasil, 2021).

O leilão do 5G foi adiante com a participação da Huawei, e o Brasil avançou na cobertura desse tipo de rede em todo o seu território. A partir de 2019, mesmo diante de uma ala que, inclusive, provocava publicamente o governo chinês, o Brasil assumiu a posição de maior produtor mundial de soja, devido às suas exportações para o mercado chinês. Há uma ordem econômica estabelecida que embora tenha sido incomodada, não foi rompida, manteve-se a despeito de temores.

Bessimo e Neto (2024) apontam que quantitativamente as relações entre Brasil e China não foram alteradas. Objetivamente, a extrema-direita não produziu efeitos nocivos no comércio entre o Brasil e a China nem nos investimentos chineses no território brasileiro. Houveram idas e vindas nas relações, inclusive com acusações públicas e respostas na mesma medida, algo até então inédito entre os dois países, mas pesou o estado de disposição do capital no Brasil.

Altamente dependente do comércio de commodities, alguns grupos do então governo se encarregaram de resolver possíveis questões comerciais em meio às tensões políticas. Outro fator foi a pandemia, cuja necessidade de insumos chineses para manutenção hospitalar, produção de vacinas e equipamentos de proteção individual, contribuiu para silenciar a xenofobia na extrema-direita brasileira quanto à China.

Contradições que marcaram o governo Bolsonaro, marcam também outros congêneres no continente e pelo mundo quanto às relações destes com a China. Trata-se da imposição da realidade de uma nova ordem econômica que submete os interesses ideológicos ao pragmatismo do sistema de trocas comerciais. Os discursos fomentam a popularidade e conservam o amálgama desses grupos radicais, sua prática, no entanto, reserva-se a inúmeras contradições que explicam os aumentos quantitativos nas relações comerciais, mas o distanciamento político entre os dois países.

Se, quantitativamente, as relações não foram afetadas, qualitativamente houve perda de tempo e redução da agenda das trocas comerciais. Sem cooperar para adensar a qualidade das trocas comerciais, aproveitar a expansão dos investimentos em ciência e tecnologia e infraestrutura promovidos pela China e um diálogo entre sociedades civis, o Brasil corre o risco de ver suas assimetrias face à

China acentuadas. Existem canais de comunicação e cooperação entre ambos que deixaram de ser explorados, essa foi a verdadeira fatura do comportamento errático do Brasil em relação à China, desencadeado pela extrema-direita, a qual ainda cobra seu preço.

Assim, o que se depreende é que esse grupo não tem força para alterar o curso das relações comerciais, dada a profundidade da interdependência, mas certamente relega a cooperação para o segundo plano. Sua estratégia de apenas reproduzir a desinformação sobre a China, prejudica a estratégia brasileira para contornar as assimetrias e produzir ganhos substanciais do lado brasileiro.

5.5. O Brasil tem escolha?

Na política internacional, os dilemas aos quais se sujeitam os Estados nem sempre permitem respostas categóricas, ou escolhas totalmente racionais, embora muitas vezes se espere isso. O Brasil ter ou não escolha é uma questão muito mais contextual do que permanente, de modo que o país pode escolher ou ser levado a escolher. A cordialidade com que conduziu sua diplomacia em meio aos gargalos de poder que afetam o país historicamente, permitiu decisões demoradas e posturas equidistantes até que o país finalmente revelou seu lado (Pecequillo e Carmo, 2015).

Julgando pelo último século está claro que o Brasil terminou por fazer a ponderação que lhe foi óbvia, os Estados Unidos. Mudou seu eixo diplomático já no começo do século XX, da Europa para Washington, justamente por perceber uma transição de poder no Atlântico Norte, assim como se posicionou junto às nações aliadas na Primeira e na Segunda Guerra, também por força de sua escolha pelos EUA. Embora tenha buscado um espaço para a autonomia e a diversificação durante a Guerra Fria, também permaneceu ao lado dos Estados Unidos nos momentos-chave.

Apesar de suas ressalvas, a agenda internacional atlântica foi abraçada pelo Brasil, sendo os sistemas multilaterais desenvolvidos em Bretton Woods tendo no país um dos seus principais defensores no dito Terceiro Mundo. Quando percebeu o congelamento do sistema de poder e o bloqueio ao seu desenvolvimento, o Brasil

buscou alternativas, avançando na agenda multilateral e na diversificação de parcerias, no entanto, as relações com Washington sempre foram cruciais. Sob nosso olhar, está claro que o Brasil fez sua escolha, muito mais pelas circunstâncias do que pelo projeto próprio (Kallout e Costa, 2022).

O Brasil não pode prescindir de ter relações bem estabelecidas com a grande potência de seu hemisfério e também com o mundo. O isolamento nunca foi uma opção, pois a dependência de capitais internacionais condicionou o modelo econômico, cujo câmbio e as exportações foram cruciais para o crescimento escolhido. O grande financiador do sistema e seu mercado de capitais foram e são cruciais para o Brasil.

Conforme já discutimos neste trabalho, o quadro estabelecido de dependência em virtude do modelo de agroexportador e em seguida, o caminho do desenvolvimento associado tornaram o Brasil integrado à ordem atlantista dos Estados Unidos. Este panorama está dado e, até o momento, não houve nenhuma alternativa a isso, exceto por períodos curtos em contextos particulares, notadamente no início da Segunda Guerra.

Consoante sua condição de potência regional distante de outros centros regionais de poder, como a Ásia e a Europa, o Brasil está inserido em um sistema geopolítico cuja supremacia norte-americana é inconteste. O país sempre atuou para apaziguar conflitos e equilibrar seus interesses no hemisfério da grande potência, e diferentemente de outros países na região, não confrontou diretamente Washington, mas questionou pontos que lhe eram importantes em alguns momentos, como o acesso a tecnologias e a cooperação para o desenvolvimento. A partir dos anos 1960, a agenda dos EUA para a América Latina divergiu dos interesses do Brasil quando o assunto era economia, com Washington oferecendo pouco daquilo que o país buscou, assim a diversificação de parcerias se impôs ao Brasil, como no caso da Alemanha Ocidental, Japão e Países Árabes.

Atualmente, o Brasil já não é mais tão dependente assim de tecnologias externas para conduzir processos fundamentais de expansão econômica, tampouco o sistema internacional é o mesmo de quarenta ou cinquenta anos atrás. Todavia a disputa hegemônica coloca o país outra vez em uma posição de buscar ganhos e reduzir perdas. O cenário de expansão do sistema multilateral com o surgimento dos BRICS e ascensão da Ásia no início do século mudou, atualmente a instabilidade acompanha uma transição do eixo econômico do mundo para o

continente asiático. Os Estados Unidos tentarão a todo custo preservar sua projeção e supremacia, enquanto a China busca concluir seu projeto de desenvolvimento que transformará definitivamente o país no grande centro econômico desta era.

Com efeito, colocamos a ideia de o Brasil ter uma escolha nesse cenário, para debater se o país deve optar entre Washington e Pequim. Outros países se encontram na mesma posição brasileira, com uns ou outros se arriscando na escolha que melhor lhes convenha. Para os EUA a escolha é importante, ao passo que para a China, sua capacidade comercial se sobrepõe a aliados e nem tão aliados assim, tornando sua posição de parceiro econômico irrecusável mesmo para os próximos aliados dos Estados Unidos na União Europeia e Ásia.

Os Estados Unidos devem aumentar a pressão sobre o Brasil para que o país não se aproxime mais da China e consequentemente desacople sua economia daqueles. O grande problema é que Washington não oferece uma contrapartida para que a China seja preterida, como já fez no passado ao Brasil ao sustentar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em troca de apoio do Brasil contra o eixo, mesmo o governo Biden entregou muito pouco em que pese seu maior alinhamento ideológico com Lula.

O comércio brasileiro com os EUA é deficitário, mas é intra industrial com integração mais profunda entre a atividade manufatureira entre os dois países, em consequência gera mais empregos por dólar investido. Por outro lado, o país oferece pouco dentro do que o Brasil mais precisa no momento, principalmente investimentos em infraestrutura e tecnologia. A grande questão para o Brasil é o peso das relações com os Estados Unidos para a estabilidade política nacional, dada a relação cruzada entre as políticas nacionais lá e cá.

A China por sua vez tem ampliado sua presença e se mostra mais aberta a cooperar naquilo que o Brasil precisa. A falta de diversificação na pauta de exportações brasileira para aquele país é o grande problema, no entanto, Pequim é fundamental para o crescimento brasileiro, principalmente pela interdependência no setor de commodities.

Juntos, os dois países representam 40% de todo o fluxo comercial brasileiro (Banco Central, 2025), são, portanto, imprescindíveis ao crescimento brasileiro. Nossa interpretação é que as relações com esses dois países devem ser tratadas em separado, em face da alta vulnerabilidade em que o Brasil se encontra pela guerra comercial.

Considerando o contexto atual, entendemos que as relações internacionais do Brasil estão contidas em três “espaços” de atuação, quais sejam: 1) relações com a China e os Estados Unidos; 2) relações com a América do Sul; 3) Relações com o mundo. No primeiro espaço, a escolha deve ser condicionada pelo pragmatismo, oscilando conforme os ganhos ou minimização de perdas. No segundo, a supremacia regional e a manutenção da área de influência exigem escolhas e posições mais assertivas. O último é aquele do paradigma universalista da política externa brasileira, no qual o multilateralismo, a cooperação sul-sul e a abertura de mercados conduzem a posição brasileira.

Esses espaços estão em constante interação e manejar entre os dois últimos pode auxiliar o Brasil no primeiro. Ainda que deseje avançar no multilateralismo e na agenda de distribuição de poder global, o estado atual do jogo das grandes potências deve condicionar o Brasil a dedicar mais tempo e energia aos dilemas do primeiro espaço. Este é o contexto de escolha que se apresenta ao país que é desafiante, mas ter “opções” é sempre melhor do que não as ter.

5.6. Considerações parciais

É muito difícil fugir do debate sobre a disputa hegemônica China e Estados Unidos ao pensar nas relações internacionais do Brasil. Dessa maneira, o capítulo buscou contemplar as relações triangulares entre os três países, o papel crucial desempenhado pela agricultura brasileira, as divisões causadas na sociedade brasileira quanto à China causadas pela extrema-direita e a hipótese de uma escolha para o Brasil entre as duas potências.

Embora o Brasil já tenha estado em uma posição de “escolha” entre duas potências em momentos cruciais de sua história recente, ao fim e ao cabo a oposição foi óbvia. Atualmente, todavia, esse horizonte de escolha não tem a mesma obviedade porque a China é um fato inédito para a geopolítica brasileira, pois não está claro que a potência hegemônica esteja em decadência profunda, assim como não é de interesse da potência em ascensão assumir essa posição de supremacia.

Esse cenário de redistribuição de poder no sistema internacional faz com o que o Brasil necessite se equilibrar nas relações triangulares com a China e os EUA. Cada um dos dois oferece ganhos e perdas ao Brasil, assim como as valências são diferentes entre ambos. A China afirma-se por sua grandeza comercial e assim se constitui como primordial à economia brasileira, já os Estados Unidos têm relações históricas e conexões sociais profundas com o Brasil, seus interesses são defendidos por sua rede de projeção militar no hemisfério.

Nesse contexto, o Brasil poderia aparecer como indefeso e totalmente vulnerável aos interesses de ambos os países. No entanto, a agricultura brasileira tornou-se um fator que contrabalanceia isso, na medida em que é uma concorrente de um setor fundamental para os EUA e sua dinâmica política, pois milhões de americanos dependem desse setor que perdeu espaço para as vendas brasileiras na China. Além disso, mesmo que a China busque diversificar seus parceiros para compra de produtos agrícolas, no caso da Soja Brasil e Estados Unidos permanecem cruciais, e os brasileiros são os parceiros mais confiáveis para a China.

Assim, o que pode prejudicar o Brasil é o caráter sectário de uma fração da política nacional, que tem adotado um discurso altamente sinofóbico e se tem tornado auxiliar aos interesses dos EUA, a saber, a extrema-direita brasileira. Esse grupo, todavia, ainda está condicionado às pressões de regiões que o apoiam, mas que dependem das compras da China, notadamente as áreas plantadas de soja no Brasil. A realidade comercial brasileira se impõe, mas, ainda assim, este grupo, uma vez no poder, pode reduzir os ganhos brasileiros em relação à China e esfriar as relações.

Finalmente, apontamos que o Brasil tem escolha e escolhas em meio a essa disputa hegemônica, e que para manter essa posição de ter “caminhos” a eleger, o país precisa manejar entre os cenários que se apresentam de maneira pragmática. É preciso pensar em obter ganhos e minimizar perdas, mesmo que a pressão ocorra e as vulnerabilidades brasileiras fiquem evidentes.

Assim sendo, este capítulo debruçou-se sobre o que consideramos ser um assunto inevitável, que é o caminho brasileiro em meio ao reequilíbrio de poder no mundo e a estratégia norte-americana de contenção à China. Em um cenário de disputa entre as duas grandes potências deste século cuja relação com o Brasil é crucial para a estabilidade política e econômica do país, desenvolver prioridades de

mobilização é crucial, mantendo a América do Sul como eixo fundamental da projeção brasileira e não se abstendo de buscar relações com o mundo.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, dividimos o objeto central em eixos de análise que foram apresentados em capítulos separados. Dessa maneira, diferentes discussões surgiram a partir de questionamentos secundários que permeiam as relações entre Brasil e China. Primeiro descrevendo a evolução histórica do objeto, depois problematizando uma questão central dele, que era a dependência, até finalmente duas conjecturas que sintetizam o estado de transformação da geopolítica brasileira à luz da ascensão da China. A extensão desse debate serviu para corroborar nossa tese de que tal parceria se constitui como o grande paradigma das relações internacionais do Brasil no alvorecer deste século.

Logo na introdução, debate-se que as relações entre ambas as nações foram reservadas à cordialidade diplomática até que, nas últimas duas décadas, tiveram um salto quantitativo e qualitativo. Isto é, durante as primeiras décadas após o estabelecimento das relações diplomáticas, o que se teve foi um contexto de distanciamento por motivos geográficos e pela ausência de agenda comum em âmbito comercial. Portanto, falar de Brasil e China antes dos anos 1990 envolve discutir aspectos culturais em comum, notadamente os herdados pelo empreendimento colonial português, bem como as migrações chinesas ao Brasil.

O que houve depois disso foi uma forte convergência de interesses pelo contexto em comum. Tanto Brasil quanto China iniciam os anos 2000 com uma agenda de desenvolvimento econômica calcada na ascensão do Sul Global. Existia similaridade relativa no poder econômico e uma condição emergente mútua, embora o poder político, militar e econômico chinês já fosse muito maior.

No entanto, tratavam-se dos dois maiores países em desenvolvimento do oriente e ocidente. Seus desafios, claro, são diferentes na raiz dos problemas e nas ações tomadas, mas a visão de um mundo mais equilibrado e justo é muito similar. Diferenças internas e de sistemas políticos não impedem que os dois vejam as relações internacionais com princípios diferentes.

Em termos de princípios, as duas diplomacias convergiam por meio de estratégias de política externa semelhantes, no sentido do multilateralismo, da não intervenção e da agenda de desenvolvimento econômico. No entanto, as taxas de

crescimento e o salto tecnológico da China descolaram este país do Brasil, alargando as assimetrias entre ambos, ainda que estivessem em paridade de renda per capita. A China tornou-se uma grande potência no intervalo de vinte anos, entre os início dos anos 2000 e os dias atuais, para além de ter se consolidado como o grande parceiro comercial do Brasil.

Entretanto, as taxas de crescimento e o salto tecnológico da China descolaram este país do Brasil, alargando as assimetrias entre ambos, ainda que estivessem em paridade de renda per capita. A China tornou-se uma grande potência no intervalo de vinte anos, entre os início dos anos 2000 e os dias atuais, para além de ter se consolidado como o grande parceiro comercial do Brasil. Podemos observar que essa aproximação ocorreu quase que organicamente pelo comércio internacional, em que um buscou o outro naturalmente.

Tal acontecimento é fruto do deslocamento de poder no sistema internacional promovido por Pequim em seu ciclo de acumulação, cujos desdobramentos são atualmente visíveis na ordem política e econômica mundial. A expansão chinesa chega ao Brasil por meio do ciclo das commodities, induzindo o crescimento do setor primário-exportador brasileiro e abastecendo o país de reservas cambiais cruciais. O Brasil é então envolvido no ciclo de expansão da China, de quem se torna um grande parceiro, muito em virtude dos canais de diálogo aberto e das iniciativas multilaterais conjuntas, contribui para isso o fato de o país ter um sistema de política externa propositivo e aberto ao diálogo, como também é o chinês.

A partir daí as conversas extrapolam a agenda comercial em busca de uma agenda bilateral mais profunda, conectada às necessidades do Brasil e a agenda política da China. Investimentos direcionados, participação em blocos conjuntos e visitas de Estado ampliam a parceria. Por outro lado, o deslocamento chinês é tão mais rápido e intenso que suas capacidades logo produzem alguns dilemas para o Brasil quanto um parceiro assimétrico.

Essas assimetrias reverberaram em problemas para o Brasil. Isso porque, a partir da crise econômica que acometeu o país após 2014, nota-se a perda de dinâmica industrial no Brasil, notadamente no intercâmbio comercial com a China, que importa commodities brasileiras e exporta produtos manufaturados ao país. Esse quadro se acentua ainda mais nos anos recentes, fortalecendo uma reprimarização da economia brasileira.

Esse é um dilema histórico para uma economia periférica como a brasileira, e tomamos essa discussão como importante para entender se havia o desenvolvimento de uma relação centro-periferia, com depreciação nos termos de troca, classicamente de dependência. Há, entretanto, um limite para aplicar a Teoria da Dependência às relações entre China e Brasil, na medida em que alguns aspectos de uma dependência clássica não foram estabelecidos, seja pelo modelo econômico da China, seja pela ausência de aspectos políticos e financeiros no lado brasileiro que deem conta de assegurar uma relação de dependência.

O que existe é uma relação comercial desfavorável à indústria brasileira, fruto do estado de organização do capitalismo brasileiro, à mercê de uma estratégia de inserção internacional neoliberal que, diante de parceiros que se organizam apoiados por estratégias pesadas de desenvolvimento, causa reprimarização do Brasil e sua estrutura produtiva. Embora o país venha estabelecendo uma estratégia e agenda para atenuar esse quadro junto à China, não está claro se isso será levado adiante, tampouco se é de interesse aos grupos de poder no Brasil conduzir uma mudança no paradigma econômico brasileiro. Se isso não acontecer, e a política comercial permanecer do tipo neoliberal e induzida apenas pela demanda externa, a tendência é que o setor primário avance em detrimento da indústria não só nas relações com a China. Parece-nos que essa é uma conclusão comum no país em relação à política econômica e, por isso, o trabalho não se estendeu a isso.

Pensar as relações do Brasil com a China à luz da Teoria da Dependência nos pareceu um caminho para trazer uma reflexão histórica que foi muito importante para entender o lugar de nosso país no mundo. Mesmo que os críticos dessa teoria apontem suas limitações e sua obsolescência, foi desse arranjo teórico que se pode pensar criticamente em nosso tempo a manutenção de estruturas coloniais no nosso país. Entretanto, a China não é a Europa nem os Estados Unidos, e, portanto, apenas a repetição de algumas características oriundas do padrão agroexportador brasileiro para a China não são suficientes para explicar as relações Brasil-China pela ótica da dependência.

Ainda que as relações internacionais estejam fundamentalmente ligadas à lógica dos fluxos de capital e suas consequências econômicas, a geopolítica segue desempenhando um papel elementar nas relações entre Estados. Estes têm regiões pivô em que se projetam e buscam assegurar interesses estratégicos. Quanto maior o país, maior a tendência a se projetar politicamente nesse espaço. O Brasil,

portanto, tem um considerável espaço de projeção, o qual apresentamos como um entorno estratégico.

Colocamos em destaque a América do Sul, como o espaço geográfico no qual o país assenta sua estratégia, as interações políticas com a América Latina, e os eixos adjacentes fundamentais para o país: Amazônia e Atlântico Sul. À luz disso, buscamos entender como a presença chinesa nessas regiões se acomoda aos interesses brasileiros e vice-versa. Não há nenhuma presença militar da China na região, tampouco é de interesse deste país ter, no entanto, seus projetos de infraestrutura tem causado transformações no espaço e induzido mudanças. Nosso entendimento é de que o Brasil deve atuar em complementaridade a isso, evitando a militarização das questões e acomodando seus interesses aos de seus vizinhos, que precisam tanto quanto o Brasil dos investimentos chineses.

Utilizamos a palavra inevitável para nos referir às relações triangulares entre Brasil, China e Estados Unidos, pois, mesmo que para Pequim e Washington as conversas não envolvam o Brasil, para este, os movimentos em relação à China e aos EUA levam em conta ambos. Representando cerca de 40% do todo o intercâmbio comercial brasileira quando somadas, as duas grandes potências possuem um eixo em “separado” quando analisadas as relações internacionais do Brasil.

Neste trabalho, a questão que tentamos responder sobre o Brasil em meio à disputa entre China e Estados Unidos, é como o país deve atuar para reduzir perdas e obter ganhos. A fragilidade principal que apontamos no lado brasileiro é o sectarismo da extrema-direita nacional em favor da agenda “trumpista”, o que não se desenhou em ruptura durante o governo Bolsonaro, mas esfriou a cooperação entre os dois países, muito em virtude do peso que o agronegócio tem nesse campo político.

É justamente da agricultura que vem o poder de barganha brasileiro nas relações com China e EUA, pois o país é ao mesmo tempo o maior fornecedor de produtos agrícolas para o mercado chinês e o maior concorrente dos Estados Unidos. A expansão das vendas brasileiras à China afetou os ganhos de agricultores estadunidenses em zonas republicanas, e no Brasil aumentou os ganhos em zonas do bolsonarismo. O mercado mundial de soja tem ganhado uma geopolítica própria dada a mudança de hábitos alimentares na China e a necessidade de o país importar o produto que ainda possui fornecedores escassos.

É no comércio de soja que Brasil e China desenvolveram um laço particular e que parece sólido, sobretudo da parte brasileira. Ao expandir o mercado de soja e suas adjacências no Brasil em detrimento dos Estados Unidos, Pequim deu poder de barganha à agricultura brasileira não somente perante à própria China como também aos EUA. Isso porque, as consequências diretas da queda da lavoura de soja no meio-oeste norte-americano reverberam no enfraquecimento da popularidade do presidente.

Além disso, altamente dependentes da demanda chinesa, a elite agro-exportadora brasileira, mesmo que politicamente contrariada, não abre mão de suas relações comerciais com a China. Isso contribui para um equilíbrio de forças no Brasil face às pressões dos EUA. Tendo essa coesão em relação ao setor agrícola, é mais fácil de projetar poder por meio desse setor que se torna um ativo geopolítico.

Fato é que o Brasil não deve se preocupar com a China sendo um adversário, ou inimigo, no máximo um concorrente por mercados de manufaturas. Há muita cordialidade entre os dois países, isso nos levou a nomear como parceria no título deste trabalho as relações sino-brasileiras. Observando os discursos oficiais entre as duas partes, é difícil não pensar que se trata de uma parceria.

Na introdução, apontamos que o paradigma é um conjunto de regras, práticas e valores estabelecidos na condução de uma análise. O Brasil nas suas relações internacionais têm um conjunto de parâmetros que organizam a sua diplomacia e são bem notáveis no discurso e na história diplomática do país, o mesmo pode ser dito quando se analisa a política externa brasileira e sua tradição pragmática. Há um conjunto de práticas que o país observa quando se integra ao mundo que mantém, isto é, como o Brasil se comporta em relação à Argentina e à Alemanha pode diferir por razões de proximidade, simetria e interesse, mas alguns princípios e valores são inalteráveis.

O Brasil usa desses princípios e valores estabelecidos historicamente no país para a sua parceria com a China. Isso é muito bem recebido em Pequim e fomentou a parceria que tem se consolidado em anos recentes. Entretanto, a China é uma grande potência e sua ascensão é um fato disruptivo para a distribuição de poder no sistema internacional e isso não pode ser deixado de lado para o Brasil.

Um dos elementos que também caracteriza o paradigma das relações internacionais do Brasil é o constrangimento à que o país é submetido pelos limites

de sua autonomia e de seu poder. A parceria também altera este estado de coisas, porque há uma nova geopolítica, a qual constrange o Brasil e seus interesses, esse constrangimento não é algo necessariamente negativo, mas é um indutor ou inibidor de ação.

O novo paradigma faz o Brasil buscar a Ásia, pois lá está seu maior parceiro comercial, alterando o padrão hemisférico da diplomacia brasileira, assim como faz o país se organizar na esfera multilateral fora do sistema onusiano, em um bloco de emergentes heterogêneos, como são os BRICS. Mas sobretudo altera o seu sistema geopolítico, visando reduzir danos e assegurar que o país emergja favorecido e uma nova ordem de poder em desenho.

Referências Bibliográficas

ABDÉNUR, Adriana Erthal; MARCONDES NETO, Danilo. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014.

AFONSO, Damares Lopes; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. *Latin America and China: mutual benefit or dependency?* Santiago: **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)**, 2017.

AGÊNCIA AMAZONAS DE NOTÍCIAS. *Wilson Lima visita empresas na China com operação no PIM e destaca credibilidade do Amazonas para atrair novos investimentos*. Publicado em 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/wilson-lima-visita-empresas-na-china-com-operacao-no-pim-e-destaca-credibilidade-do-amazonas-para-atrair-novos-investimentos/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Após atuação do Ministério das Relações Exteriores e da Marinha, ONU reconhece expansão do território marítimo brasileiro. *Agência Brasil*, 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/apos-atuacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-da-marinha-onu-reconhece-expansao-do-territorio-maritimo-brasileiro>. Acesso em: 30 mar. 2025.

_____. *“Muita coisa boa resultará desta parceria”, diz Trump sobre Lula*. Agência Brasil, **02 dez. 2025**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-12/muita-coisa-bo-resultara-desta-parceria-diz-trump-sobre-lula>. Acesso em: **12 jan. 2026**

AL JAZEERA. The Take: Why is Biden going to Angola? The US aims to grow its influence in sub-Saharan Africa. Al Jazeera, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/podcasts/2024/12/4/the-take-why-is-biden-going-to-angola>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ALONSO, Christian. Quais são os países latino-americanos com mais bases militares dos EUA? **CEMERI – Centro Mexicano de Relações Internacionais**, publicado em 29 mar. 2021; atualizado em 6 set. 2023. **Bases Americanas na Ásia-Pacífico. Figura 5**. Disponível em: <https://cemerri.org/pt/mapas/m-bases-militares-eeuu-americalatina-cu>. Acesso em: 27 ago. 2025.

Amazônia Legal: população residente e área por Unidades da Federação - 2022. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/territorio/15874-amazonia-legal.html>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ANACAO.CV. Angola quer entrar nos BRICS. *Anação*, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.anacao.cv/noticia/2018/07/28/angola-quer-entrar-nos-brics>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ANDERSON, Perry. **A política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Israel de Oliveira; BEIRÃO, André Panno; HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra; QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Geopolítica do Atlântico Sul, vigilância e defesa da Amazônia Azul. In: PÊGO FILHO, Bolívar (coord.); NAGAMINE, Lília; KRÜGER, Caroline; MOURA, Rosa (org.). **Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça**. v. 8. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Cap. 10, p. 254–278.

_____.; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. A Amazônia Azul como fronteira marítima do Brasil: importância estratégica e imperativos para a Defesa Nacional. In: PÊGO FILHO, Bolívar (coord.); MOURA, Rosa (org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. v. 1. Rio de Janeiro: Ipea; Ministério da Integração Nacional, 2018. P. 151-178.

ARAGÃO, Adalberto; CONTINI, Elísio. Brasil é o 4º maior produtor de grãos, atrás da China, EUA e Índia, diz estudo. **Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo**, 1 dez. 2020. Disponível em: <https://www.sindustrigo.com.br/noticias-setorial-mercado/brasil-e-o-4-maior-produtor-de-graos-atras-da-china-eua-e-india-diz-estudo/12587/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ARANTES, Paulo Eduardo. **A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização**. São Paulo: Sentimento da Dialética, 2021. Disponível em: <https://sentimentodadialectica.org/dialectica/catalog/book/81>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ARIMA JUNIOR, Mauro K. Os BRICS no órgão de solução de controvérsias da OMC: esboço de coalizão anti-hegemônica? **Jornal de Direito Internacional**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 123-145, 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45628/os-brics-no-orgao-de-solucao-de-controversias-da-omc>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

_____. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. Londres: Verso, 2007.

AXIOS. Colombia recognizes Palestine in final days of Santos presidency. *Axios*, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.axios.com/2018/08/09/colombia-recognizes-palestine-santos-netanyahu>. Acesso em: 4 jun. 2025.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BACHA, Edmar. **Belíndia 2.0**: fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Política Monetária – junho 2025*. Brasília: Banco Central do Brasil, jun. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202506/rpm202506b4p.pdf> , Acesso em 28 de Outubro de 2025.

BARROS, P. S.; RIBEIRO, F. J. S. P.; PINELI, A.; SEVERO, L. W.; CARMO, C. A.; GONÇALVES, J. S. B. *Integração econômica bilateral Argentina-Brasil: reconstruindo pontes*. Nota Técnica n. 44. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), 2020.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 31-44, nov. 2011

BEKERMAN, Marta; DULCICH, Federico; GAITE, Pedro. *Argentina's economic relations with China and their impact on a long-term production strategy*. **Revista CEPAL**, [Santiago], n. 138, p. 31-46, dez. 2022.

BELLI, Pedro. A intervenção brasileira na República Dominicana em 1965: a relação entre o Brasil e os EUA na Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 123-145, 2007.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, L. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Conjuntura Austral*, [S.I.], v. 9, n. 48, p. 5-19, 2018.

BESSIMO, Thiago P. B.; AMORIM NETO, Octavio. The Brazilian extreme-right and China. **Journal of Politics in Latin America**, v. 16, n. 3, p. 325-352, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/1866802X241263362>.

BIASETTON, Lucas; AMARAL JÚNIOR, Alberto do. China como economia de mercado após 2016: uma perspectiva brasileira. **Revista de Direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/fFgryZRzhhv3n5qzzwShvGq/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BIATO JÚNIOR, O. **A parceria estratégica sino-brasileira**: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010.

BNDES. *Relatório Anual de Atividades – Financiamento à Exportação de Serviços de Engenharia*. Rio de Janeiro: BNDES, 2022. **Grandes Projetos de Integração Regional com Financiamento Brasileiro. Figura 2**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum FGV Paper**, São Paulo, apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/bitstreams/ad557a4b-9188-43d1-9eb7-73580a017d6d/content>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. *Acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos sobre direitos trabalhistas.* Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. **Ministério da Defesa. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Figura 4.** Brasília, 1 jan. 2015 (atualizado em 31 mar. 2025). Disponível em: [gov.br–Ministério da Defesa]. Acesso em: 31 ago. 2025.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Atos adotados por ocasião da visita de Estado ao Brasil do Presidente da China, Xi Jinping – 20 de novembro de 2024.* Nota à imprensa nº 563, Brasília, 20 nov. 2024. Publicado em 20 nov. 2024; atualizado em 21 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-a-dotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-ao-brasil-do-presidente-da-china-xi-jinping-2013-20-de-novembro-de-2024-1 . Acesso em: 15 jul. 2025.

----- *Adesão da Bolívia ao Mercosul como Estado Parte: o Protocolo de Adesão entrará em vigor dentro de 30 dias.* Nota à imprensa n. 296, Brasília, 8 jul. 2024. Disponível em: [link]. Acesso em: 11 jun. 2025.

----- *Integração física regional e cooperação infraestrutural no Mercosul.* Brasília: MRE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre>. Acesso em: 11 jun. 2025.

_____, **Ministério do Planejamento e Orçamento. Rotas de Integração Sul-Americanas: relatório 2024.** Brasília: MPO. **Rotas de Integração Sul-Americanas. Figura 3.** Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/rotas-de-integracao/relatorio-2024-rotas-de-integracao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

_____. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.** *Tarifa Externa Comum (TEC).* Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/camex/estrategia-comercial/tarifas/tarifa-externa-comum/tarifa-externa-comum-1>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE).** 100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno. Brasília: TSE, 31 out. 2022. **A Produção de Soja no Brasil e as eleições de 2022. Tabela/Gráfico.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional-dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9-24, jul. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. *Existe doença holandesa no Brasil?* 2008. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER. **China's Overseas Development Finance Database (CODF)**. Boston: BU-GDP Center, 2023. *Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico*. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/chinas-overseas-development-finance/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-Americana Vista pelo Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 549-583, 2014

CABRAL, Amílcar. **Resistance and decolonization**. Londres: Rowman & Littlefield International, 2016.

CAN0, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CARLSON, Allen; REN, Xiao (Orgs.). *New Frontiers in China's Foreign Relations: Zhongguo Waijiao de Xin Bianjiang*. Lanham: Lexington Books, 2011. 230 p. (Challenges Facing Chinese Political Development). ISBN 978-0-7391-5025-2.

CARMONA, Ronaldo Gomes. Pensamento geopolítico brasileiro: trajetória, grandes temas e novos desafios: reflexões por ocasião dos 70 anos da Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 70, p. 162–188, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v34i70.1068>

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CHINA. *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2016. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

CHINA. *Outline of the 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035*. Beijing: National Development and Reform Commission, 2021. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202203/P020220315511326748336.pdf>.

CHINA. **State Council Information Office of the People's Republic of China**. *China's National Defense in the New Era*. Beijing: Information Office of the State Council, 2019. Disponível em: http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_8004087.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

CHU, Yun-han. A reformist, not a revisionist: the emerging global role of China. In: CHU, Yun-han; ZHENG, Yongnian (ed.). **The decline of the Western-centric world and the emerging new global order: contending views**. London: Routledge, 2020. p. 186–212.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. *China na América Latina: suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação sino-latino-americana no relacionamento triangular China–América Latina–EUA*. 2011. **Dissertação (Mestrado em Economia)** – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CNN Brasil. *Captura de Maduro completa uma semana; relembre o que aconteceu*. CNN Brasil, **10 jan. 2026**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/captura-de-maduro-completa-uma-semana-relembre-o-que-aconteceu/>. Acesso em: **12 jan. 2026**

COATSWORTH, John. Ciclos de globalización, crecimiento económico y bienestar humano en América Latina, In: **Pablo Sandoval, Repensando la subalternidad Miradas críticas desde/sobre América Latina**, CLACSO, 2010, p.285-311.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. China: current and potential role in infrastructure investment in Latin America and the Caribbean. Santiago: CEPAL, 2020. **Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico**. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/45205-china-current-and-potential-role-infrastructure-investment-latin-america>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CORSI, Francisco Luiz. Política externa e desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto da. ***Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 287 p.

Cowan, B. A.. (2018). A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right. **Revista Brasileira De Política Internacional**, 61(2), e004. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201800204>

CREUTZFELDT, Benjamin; DUSSEL PETERS, Enrique; ROSITO, Tatiana; YUNBO, Chang; BAUMANN, Renato. **China in Latin America**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2018.

Paul J. Crutzen; Eugene F. Stoermer. The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, n. 41, p. 17–18, maio 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (**COSIPLAN**). Cartera de proyectos de integración de infraestructura suramericana. Brasília: UNASUL, 2023. Disponível em: <https://www.cosiplan.org> . Acesso em: 31 jan. 2026.

CUI, Shoujun. **Characteristics, Motivations, and Challenges in the Transformation of China–Latin America Relations**. Interpret: China, 15 maio 2019. Disponível em: <https://interpret.csis.org/translations/characteristics-motivations-and-challenges-in-the-transformation-of-china-latin-america-relations/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS DE OLIVEIRA, Nilo. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a Escola Superior de Guerra. **História (São Paulo)**, v. 29, n. 2, p. 135-157, 2010.

DICK, Patrícia Paloschi. A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995-2005). 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

DOSCH, Jörn; GOODMAN, David S. G. China and Latin America: Complementarity, Competition, and Globalisation. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 41, n. 1, p. 3-19, 2012.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Orgs.). **Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

EBC – Rádio Nacional da Amazônia. Estados da região amazônica têm IDH-M abaixo do índice brasileiro. *Repórter Nacional – Amazônia*, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional-amazonia/2019/04/estados-da-regiao-amazonica-tem-idh-m-abaixo-do-indice-brasileiro>. Acesso em: 30 jun. 2025.

EL PAÍS. *Colombia se suma al programa de inversiones de la Nueva Ruta de la Seda china*. 14 mai. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-05-14/colombia-se-suma-al-programa-de-inversiones-de-la-nueva-ruta-de-la-seda-china.html>. Acesso em: 18 jun. 2025

ELVERDIN, Pablo; PIÑEIRO, Martín. Papel dos países do Cone Sul na geopolítica dos alimentos. In: PAULINELLI, Alysson; RODRIGUES, Roberto; et al. (Orgs.). **Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade**. Brasília: Embrapa; Fórum do Futuro, 2019. p. 43-54. ISBN 978-85-7035-933-9.

EMBRAPA. Soja: dados econômicos. Brasília: Embrapa, 2025. **A Produção de Soja no Brasil e as eleições de 2022. Tabela/Gráfico**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> Acesso em 12 de Agosto de 2025.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. Capítulo 13 – Considerações finais: especulações sobre o futuro da questão agroalimentar na China e suas repercussões para o Brasil e a América do Sul, p. 411-462. ISBN 978-65-5725-094-5.

ESCHER, Fabiano; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil-China no contexto do Cone Sul. **Revista Campo-Território**,

Uberlândia, v. 17, n. 46 Ago., p. 131–151, 2022. DOI: 10.14393/RCT174606. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/65826>. Acesso em: 13 out. 2025.

Evans, Peter B. **Embedded Autonomy** : States and Industrial Transformation. Princeton, N.J. ; Princeton University Press, 1995. Print.

FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets*. Roma: **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FEDERAL ELECTION COMMISSION. *Official 2024 Presidential General Election Results*. Washington, D.C.: FEC, 2025. **A Produção de Soja nos Estados Unidos e os votos nas eleições de 2024. Gráfico/Tabela**. Disponível em: <https://www.fec.gov/documents/5644/2024presgeresults.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2008.

FERREIRA, Leila da Costa; BARBI, Fabiana; GIESBRECHT, Marília D'Ottaviano. Mudanças ambientais globais: políticas ambientais na China e no Brasil. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 99–122, jan. 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/160331_rtm_vol2_n1_global_environmental_changes.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 2, p. 166-188, 2006.

FIGUEIREDO, Eliana Valéria Covolan; CONTINI, Elísio. China: gigante também na agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 5-29, abr./maio/jun. 2013. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/964624>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Fiori, José Luís. "Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana." **Textos para Discussão CEPAL/IPEA**, n. 42, 2011. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-55, nov. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51722>. Acesso em: 26 maio 2025.

_____. Prefácio ao poder global. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 131–153, abr. 2010. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/100923_rtm_port02_cap6.pdf. Acesso em: 03 jan. 2026.

_____. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

-----_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALLAGHER, Kevin P.; MYERS, Margaret. **China-Latin America Finance Database 2019**. Washington, D.C.: Inter-American Dialogue; Boston University Global Development Policy Center, 2019. **Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico**.

Disponível em:

<https://www.bu.edu/gdp/2019/02/21/china-latin-america-finance-database-2019/>.

Acesso em: 16 jun. 2025.

GASPAR, Carlos. A China e a transformação da Ásia. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 13-24, jun. 2013. Disponível em:

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a02.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

Gasparotto LG, Gonçalves IZ, Marin FR. The Brazilian case as a beacon to increase crop production in sub-Saharan Africa. **The Journal of Agricultural Science**. 2024;162(3):191-200. doi:10.1017/S0021859624000431.

GEORGE, Mathew; DJOKIC, Katarina; HUSSAIN, Zain; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. *Trends in International Arms Transfers, 2024*. **SIPRI Fact Sheet**, Estocolmo, mar. 2025. Disponível em:

https://www.sipri.org/sites/default/files/2025-03/fs_2503_at_2024_0.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

GIANFRANCO, Caterina. UM GRANDE OCEANO: BRASIL E UNIÃO SOVIÉTICA ATRAVESSANDO A GUERRA FRIA (1947-1985), **Tese, Doutorado em História, Políticas e Bens Culturais**, FGV, CPDOC, 2019.

GÓES FILHO, Synesio Sampaio de. **Bandeirantes, navegantes e diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

GOMES, Daniel Costa. A imposição do alinhamento: a política externa dos governos Dutra e Vargas (1946-1954). 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018

Gray, K., & Gills, B. K. (2016). South–South cooperation and the rise of the Global South. **Third World Quarterly**, 37(4), 557–574.

<https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1128817>.

GUIDO, Gabriela; TONET, Caetano. *Marina Silva deixa audiência no Senado após bate-boca sobre rodovia em Manaus*. Valor Econômico, Brasília, 27 maio 2025.

Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/05/27/marina-silva-deixa-audiencia-no-senado-apos-bate-boca-sobre-rodovia-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil**: reflexões sobre a política internacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 144 p.

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **The Federalist Papers**. Edited by Clinton Rossiter. New York: Signet Classics, 2003. p. 28–92. (Papers No. 2 to 11).

HARBS, Renato; BACHA, Carlos José Caetano; HARBS, Ricardo. Poderá a África ser concorrente do Brasil na produção de soja? **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 62–76, jul./ago./set. 2015. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1037>. Acesso em: 19 abr. 2025.

HIMMER, Michal; ROD, Zdeněk. *Chinese debt trap diplomacy: reality or myth?* **Journal of the Indian Ocean Region**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 145-163, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19480881.2023.2195280>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Hiratuka, C. ., & Sarti, F. . (2016). RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CHINA: ANÁLISE DOS FLUXOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO. **Revista Tempo Do Mundo**, 2(1), 83-98.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 189-207, abr./jun. 2017.

HIRST, Mônica. **O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 1990.

HU, Angang. **Modernization with Chinese Characteristics and Great Power**. 1. ed. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023. (Understanding Xi Jinping's Governance)

Huawei, Trump, Bolsonaro e China: o que o Brasil tem a ganhar e perder se ceder aos EUA no 5G? **BBC News Brasil**, Londres, 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54634201>. Acesso em: 9 out. 2025.

IANNI, Octavio. **Teorías de la globalización**. 7. ed. México: Siglo XXI, 2006.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. **Mapa Político da América do Sul. Figura 1**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/nacional/16360-atlas-nacional-do-brasil.html>. Acesso em: 11 mar. 2026.

INFOLATINA. *China y Uruguay anunciaron que avanzan hacia una asociación de libre comercio.* Infobae, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/11/23/china-y-uruguay-anunciaron-que-avanzan-hacia-una-asociacion-de-libre-comercio/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Boletim de Economia e Política Internacional, n. 18, setembro/dezembro 2014. Capítulo 2. *Infraestrutura física e integração regional na América do Sul: avaliação da IIRSA.* Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/150310_boletim_internacional18_cap_2.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World Economic Outlook: Navigating Global Divergences.* Washington, D.C.: International Monetary Fund, outubro 2023. Capítulo 3: Fragmentation and Commodity Markets: Vulnerabilities and Risks. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>. Acesso em: 17 abr. 2025

IPEA. *Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina: perspectiva geoeconômica.* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. (Texto para Discussão, n. 2732). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38690. Acesso em: 28 maio 2025.

JAGUARIBE, Hélio. Crescimento, Modernização e Política Externa. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990).** Vol. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. p. 23-60.

Jefferson, G. H., Huamao, B., Xiaojing, G., & Xiaoyun, Y. (2006). R&D Performance in Chinese industry. **Economics of Innovation and New Technology**, 15(4–5), 345–366. <https://doi.org/10.1080/10438590500512851>.

KALOUT, Hussein; COSTA, Hugo Bras Martins da. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil. **Revista CEBRI**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 32-47, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/30/42>. Acesso em: 9 out. 2025.

KISSINGER, Henry. **Kissinger on China.** New York: Penguin Press, 2011.

KLEVER, Lucas de Oliveira. **A marcha para oeste:** políticas de povoamento e incentivo econômico para o norte e o centro-oeste na Revista Cultura Política (1941-1945). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 106 p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A Trajetória do Pragmatismo: Uma Análise da Política Externa Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 495-523, 1982.

LIMA, Solange Pereira de. "A crise da escravidão brasileira no final do século XIX e os projetos de imigração chinesa." **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 47, n. 1, p. 161-180, 2015.

LIMA, Telma Cristina Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. "Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica". **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, n. 18, 2008. Disponível em: <https://revistaoutubre.com.br/a-teoria-do-desenvolvimento-desigual-e-combinado/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

LYRIO, Maurício Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MACEDO, Fernando César de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **Informe GEPEC**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 82-98, jun. 2011. DOI: 10.48075/igepec.v15i1.5077

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 30-61, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

MARTIN, André Roberto. As grandes tendências no cenário estratégico global: repercussões para o Brasil, pp. 42-53. In: ALMEIDA, Perpétua; ACIOLY, Luciana (orgs.). **Estratégias de Defesa Nacional: desafios para o Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014a

MARTINS, A. L. (2010). China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53(2), 127-144.

MELO FILHO, Hugo. Brasil e China: divergências e convergências entre agendas de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 59, n. 1, p. 123-142, 2016.

MENDES, Cristiano; GONÇALVES, Jéssica Rúbia. Segurança e soberania alimentar: o caso brasileiro (1994-2015). *Cadernos CRH*, Salvador, v. 36, e023009, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.52341>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8RNJrYrVL3xFVTsD5nrZsWD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025.

MENDES, Fábio Sá Earp. *A política econômica externa do governo Castelo Branco (1964-1967)*. 2007. **Dissertação (Mestrado em História Econômica)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDES, Flávio Pedroso. O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança: uma análise realista. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 113-142, jan./jun. 2015.

MERCOSUL. *Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Projetos Aprovados*. Montevideu: Secretaria do Mercosul, 2023. **Grandes Projetos de Integração Regional com Financiamento Brasileiro. Figura 2.** Disponível em: <https://www.mercosur.int>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Tássia C. O. Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55, n. 2, p. 211-231, 2012.

MINISTRY OF ECOLOGY AND ENVIRONMENT (China). *Vision of ecological civilization provides solutions for global crises*. Beijing, 15 out. 2021. Disponível em: https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/202110/t20211015_956692.shtml. Acesso em: 8 jul. 2025.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica, poder e projeto nacional. In: FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine; ARAÚJO, Gilvan Charles C. de; SUZUKI, Júlio César (org.). *Geopolítica: poder e território*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021. p. 136–152.

MLAMBO, Courage; KUSHAMBA, Audrey; SIMAWU, More Blessing. China-Africa Relations: What Lies Beneath? **Chinese Economy**, [S.l.], v. 49, n. 4, p. 257–276, jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/10971475.2016.1179023>

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Adaptation and Growth**. 2. ed. Cambridge: The MIT Press, 2018.

NEVES, Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira. O consenso sobre a noção de "equidistância pragmática" e a política desenvolvimentista de Vargas (1935-1942). 2016. 94 f. **Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)** – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NICASTRO, Luke A. *U.S. Defense Infrastructure in the Indo-Pacific: Background and Issues for Congress*. CRS Report No. R47589. **United States: Congressional Research Service**, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.congress.gov/crs-product/R47589>. Acesso em: 27 ago. 2025.

NOGUEIRA, José Manuel Freire. *América do Sul: uma visão geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2015. (IDN Cadernos, n. 20). ISBN 978-972-27-1994-0. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/14875>. Acesso em: 29 maio 2025.

Observatory of Economic Complexity – OEC. *China (CHN) Exports, Imports, and Trade Partners*. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn?selector400id=1&selector343id=Import>. Acesso em: 27 ago. 2025.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 465-504, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004.

_____. LESSA, Antônio Carlos. China rising – strategies and tactics of China's growing presence in the world: a special issue of RBPI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. esp., p. 5-8, 2014.

_____. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nations. **UN Comtrade Database: United Nations Commodity Trade Statistics Database. Fluxo Comercial Brasil, África do Sul, Angola e Nigéria. Tabela/Gráfico**. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

_____. **UN Comtrade Database: United Nations Commodity Trade Statistics Database. Fluxo Comercial China, África do Sul, Angola e Nigéria. Tabela/Gráfico**. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

OVIEDO, Eduardo Daniel. El ascenso de China y sus efectos en la relación con Argentina. **Estud. int. (Santiago, en línea)**, Santiago, v. 47, n. 180, p. 67-90, enero 2015. Disponible en http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-37692015000100004&lng=es&nrm=iso accedido en 18 marzo 2025.

PADULA, Raphael; BROZOSKI, Fernanda. A Amazônia no pensamento geopolítico brasileiro. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 27, dez. 2021.

PAULINO, Luis Antônio. China: a procura do desenvolvimento. **Livre-docência**, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2017.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. *State Grid wins Brazil's biggest electricity transmission project*. Publicado em 20 jan. 2025. Disponível em: <https://en.people.cn/n3/2025/0120/c90000-20268090.html>. Acesso em: 26 jun. 2025.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. Porto de Chancay apresentou excelente boletim após seis meses de abertura. *People's Daily Online*, 15 maio 2025. Disponível em: <https://portuguese.people.com.cn/n3/2025/0515/c309809-20315279.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PEREIRA, Lia Valls. Brasil, Argentina e o Projeto Mercosul: Relações comerciais para definir parceria? **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 9, p. 8-15, set. 2012.

PINHEIRO, Leticia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 193-212, 1993.

PNUD. (2019). Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**.

PODER360. Comércio entre China e Brasil teve alta de 3,5% em 2024. *Poder360*, 1 mar. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/comercio-entre-china-e-brasil-teve-alta-de-35-em-2024/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

_____. *Brasil exporta menos para Ásia e América do Sul em 2024: China tem queda no fluxo, mas ainda lidera e concentra 28% das vendas brasileiras ao exterior*. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/brasil-exporta-menos-para-asia-e-america-do-sul-em-2024/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens Políticas e Econômicas de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

POPULATION PYRAMID. *Angola - 2050 Population*. Disponível em: <https://www.populationpyramid.net/pt/angola/2050/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

QUINAN, Rodrigo; ARAÚJO, Mayara; DE ALBUQUERQUE, Afonso. A culpa é da China! : o discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 151–174, nov. 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27698.

RAMOS, Danielly Silva. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. 2006. 403 f., il. **Tese (Doutorado em Relações Internacionais)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAY, Rebecca. **Small is Beautiful: A New Era in China's Overseas Development Finance?** *Global Development Policy Center Policy Brief*, n. 017, jan. 2023.

Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico. Disponível em:

https://www.bu.edu/gdp/files/2023/01/GCI_PB_017_CODF_EN_FIN.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAY, Rebecca; MYERS, Margaret. **Chinese Loans to Latin America and the Caribbean Database 2023**. Washington, D.C.: Inter-American Dialogue; BU-GDP Center, 2023. **Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico.** Disponível em:

<https://www.bu.edu/gdp/2023/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)*. 2020. 392 f. **Tese (Doutorado em Economia Política Internacional)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ROSA, João Guimarães. **A Terceira Margem do Rio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Rosenberg, Nathan. The direction of technological change: inducement mechanisms and focusing devices. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 18, n. 1, p. 1–24, out. 1969. Disponível em:

https://www.surplusvalue.org.au/Science_Environment/problem%20solving%20200%20years.pdf. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/9F5t8kCknBLR4bs39NRFjyk/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SARQUIS, Sarquis José Buainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 248 p. ISBN 978-85-7631-335-9.

SECCHES, Daniela Vieira; VADELL, Javier Alberto; RAMOS, Leonardo. Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma

aproximação teórico-conceitual. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23i, 2020. DOI: 10.5216/sec.v23i.e59666

SILVA, Alexandre Pereira da. O Brasil e os 40 anos do reconhecimento de Angola. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 471–488, set./dez 2016.

SILVA, João. Última fronteira agrícola. **O Joio e o Trigo**, 2023 out. **A Região do MATOPIBA. Figura 7**. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/10/ultima-fronteira-agricola/>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Nathan Moraes Pinto da; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Do pragmatismo ao universalismo: a mudança de estratégia da política externa brasileira para a América Latina no governo Figueiredo (1979-1985). **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, v. 9, n. 1, 2020.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de; RODRIGUES, GMA. Conflitos entre governos subnacionais e o governo federal durante a pandemia de COVID-19: o Estado de São Paulo e o caso da vacina CoronaVac. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 10, n. 19, p. 36-69, 2021

Souza, Angelita Matos. “Relações Brasil-China: Imperialismo, Dependência e Desconexão”. **Revista Novos Rumos**, vol. 59, nº 2, dezembro de 2022, pp. 143–161. DOI: [10.36311/0102-5864.2022.v59n2.p143-161](https://doi.org/10.36311/0102-5864.2022.v59n2.p143-161). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/14678>. Acesso em: 3 nov. 2024

_____; BRAGA, Sérgio. *Las relaciones Brasil-China en perspectiva de la "Teoría de la Dependencia"*. **Working Paper Series** (WPS) de REDCAEM, Revista N°34, maio 2023.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SPYKMAN, Nicholas J. **Geography and foreign policy**, I. American Political Science Review, Cambridge, v. 32, n. 1, p. 28–50, fev. 1938. Disponível em: https://eclass.unipi.gr/modules/document/file.php/NAS-SHM138/FURTHER%20READING%20FOR%20STUDENTS/SPYKMAN_GEOGROHY%20FOR%20POL%20I.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

Sugimoto, T. N., & Diegues, A. C.. (2022). A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. **Nova Economia**, 32(2), 477–504. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6975>.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **OPIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**, Universidade Federal de Catalão, v. 14, n. Especial, p. 160–184, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v14iespecial.30364>

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. Santiago: **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe** (CEPAL), 2000.

TORRES, César Said Rosales. Norway's oil and gas sector: how did the country avoid the resource curse? In: **BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea**. *Revista Tempo do Mundo* [online], Brasília, v. 1, n. 1, p. 95-..., jan. 2015. Cap. 4. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/150305_rtm_v1_n1_port_cap4.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TUSSIE, Diana. **China en Sudamérica: ¿Hacia una nueva geografía del regionalismo?** In: FLACSO – FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES. *China y América Latina: montaje* [e-book]. [S.l.]: FLACSO, 2024. Cap. 1. Disponível em: <https://www.flacso.org/sites/default/files/2024-05/Montaje%20EPUB%20CHINA.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

United Nations Comtrade Plus. *Trade Data – UN Comtrade*. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/TradeFlow?Frequency=A&Flows=X&CommodityCodes=TOTAL&Partners=566&Reporters=76&period=2024&AggregateBy=none&BreakdownMode=plus>. Acesso em: 27 ago. 2025.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. *Soybean Production, Yield, and Area by State – 2023/2024 Season*. Washington, D.C.: USDA, National Agricultural Statistics Service (NASS), 2024. **A Produção de Soja nos Estados Unidos e as eleições de 2024. Tabela/Gráfico 6**. Disponível em: <https://soystats.com/u-s-yield-production-yield-by-state>. Acesso em: 13 out. 2025.

UNITED STATES. The White House. *Indo-Pacific Strategy of the United States*. [S.l.], fev. 2022. **Bases Americanas na Ásia-Pacífico. Figura 6**. Disponível em: <https://bidenwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

_____. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, D.C.: The White House, **dez. 2025**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em: **12 jan. 2026**

VADELL, Javier. La iniciativa BRICS y China: entre la emergencia y la irrelevancia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 401-428, 2019

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism: what killed capitalism**. New York: Vintage Books, 2023.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 51-81, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/49>. Acesso em: 19 mar. 2025

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *Política externa brasileira em tempos de mudança: a busca por autonomia de Sarney a Lula*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1930-1964): O Nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

WATTS, Jonathan. *China breaks more records with surge in solar and wind power*. The Guardian, Londres, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jun/26/china-breaks-more-records-with-massive-build-up-of-wind-and-solar-power>. Acesso em: 1 jul. 2025

WEBER, Isabella M. **How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate**. Abingdon: Routledge, 2021

WESTIN, Ricardo. No fim do Império Brasil tentou substituir escravo negro por semi-escravo chinês, **Arquivo do Senado Federal**, Brasília, 2019. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-fim-do-imperio-brasil-tenhou-substituir-escravo-negro-por-201csemi-escravo201d-chines> > Acesso em 20 de Outubro de 2022.

WIKIPEDIA. China-LAC Cooperation Fund. Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/China-LAC_Cooperation_Fund. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. **Coca Codo Sinclair Dam. Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico.** Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Coca_Codo_Sinclair_Dam. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. **List of projects of the Belt and Road Initiative.** Atualização em março de 2025. **Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico.** Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_projects_of_the_Belt_and_Road_Initiative. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. **Special Loan Program for China-Latin America Infrastructure Project. Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia**

Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Special_Loan_Program_for_China-Latin_America_Infrastructure_Project. Acesso em: 16 jun. 2025.

WHALLEY, John; MEDIANU, Dana. The Deepening China–Brazil Economic Relationship. **CESifo Economic Studies**, v. 59, n. 4, p. 707-730, 2013.

WINDTECH INTERNATIONAL. *Global investment in the energy transition exceeded \$2 trillion in 2024.* Windtech International, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://www.windtech-international.com/industry-news/global-investment-in-the-energy-transition-exceeded-2-trillion-in-2024>. Acesso em: 30 jun. 2025.

YAN, Xuetong. ***Leadership and the Rise of Great Powers***. Princeton: Princeton University Press, 2019. 280 p. (The Princeton-China Series).

YANG, Alexander Chung Yuan. O COMÉRCIO DOS "COOLIE" [1819-1920]. **Revista de História**, São Paulo, n. 112, p. 419–428, 1977. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i112p419-428. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62243>. Acesso em: 9 mar. 2026.

YUAN, Fei; GALLAGHER, Kevin P. **Repositioning Chinese Development Finance in Latin America**. Boston: Boston University Global Development Policy Center, 2017. **Importantes Investimentos Chineses Executados na Amazônia Brasileira na área energética. Tabela/Gráfico.** Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/files/2017/07/GreeningFinance.Fei_.Final_.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

ZHANG, Shu Guang; CHEN, Ni. Beijing's institutionalised economic statecraft towards Brazil: a case study. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 50, n. 3, p. 339–365, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/18681026211041630>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ZHANG, Yunpeng; XU, Fang. Ignorance, Orientalism and Sinophobia in Knowledge Production on COVID-19. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, [S.l.], v. 111, n. 3, p. 289–299, jul. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32836494/>. Acesso em: 19 mar. 2025.